

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia

Mariana França Mungai

**MOSAICO DE INTERESSES, REPRESENTAÇÕES
E CONFLITOS: O
PARQUE NACIONAL CAVERNAS DO PERUAÇU - MG**

Minas Gerais, Brasil

Junho - 2008

Mariana França Mungai

**MOSAICO DE INTERESSES, REPRESENTAÇÕES
E CONFLITOS: O
PARQUE NACIONAL CAVERNAS DO PERUAÇU - MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientação: Doralice Barros Pereira

Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2008

Dissertação defendida e aprovada, em 13 de junho de 2008, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Doralice Barros Pereira

Prof. Dr. Philippe Maillard

Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo

Profa. Dra. Simone Narciso Lessa

Aos amigos que fiz no Norte das Minas Gerais
por transformarem dias de trabalho em momentos únicos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o carinho, a compreensão e as palavras de incentivo de todas as pessoas queridas que acompanharam as dificuldades, que sempre acreditaram e torceram pelo resultado do meu trabalho. Cada linha desta dissertação não teria sido escrita sem o apoio de vocês.

Meu agradecimento especial à Professora Doralice - amiga e orientadora, sempre disponível - pelas palavras doces, paciência e por todo incentivo durante estes cinco anos de trabalho em conjunto. Pelos momentos difíceis e prazerosos e pela confiança que depositou em mim desde as primeiras linhas e idéias, ainda sem rumo, no PAD. Saiba que devo parte da minha grande paixão pela Geografia a você!

Ao Departamento de Geografia, professores e colegas de curso que muito contribuíram para o meu crescimento e amadurecimento acadêmico. Ao Professor Philippe que propôs o desafio de encarar o Vale do Peruaçu, responsável pela minha ida e posterior encantamento pela região; à Professora Simone Lessa e ao Professor Bernardo Gontijo que aceitaram o convite de acompanhar e trazer grandes contribuições ao meu trabalho.

Aos funcionários do Instituto de Geociências, sobretudo à Paula e à Érica pela ajuda e esclarecimentos às minhas inúmeras dúvidas. E a CAPES por financiar meus estudos e possibilitar a conclusão deste trabalho.

Aos amigos de Januária e Itacarambi que me fizeram apaixonar pelo Norte de Minas: Lica, Leila, Leidson, Maristela, Marcílio, Patrícia, Marquinho, Júnia, Thiago, Hamílton, Ronaldo, Heitor, Geane, Manoel, aos demais moradores do Fabião, Retiro, Várzea Grande e Brejal. Um agradecimento especial à Mara, Zé, Luiza e Larissa, que me receberam em sua casa, sempre tão amáveis e gentis. Sem a ajuda de vocês este trabalho não teria acontecido.

Aos técnicos do IBAMA em Januária e em Belo Horizonte, Lílian, Flávio e Evandro, aos funcionários da brigada de incêndio, ao IEF, ao Ministério Público Federal e demais órgãos consultados, pela atenção e disponibilização dos dados.

Aos amigos e companheiros de mestrado, principalmente ao Vlad pelo carinho e ajuda, sempre; Lucas pelas palavras sempre positivas e suas idéias mirabolantes; Ronaldo pelo apoio durante as idas a Montes Claros, e Rafa, meu irmão, companheiro das madrugadas em claro.

A todos os amigos, em especial à Camila - sempre curiosa - pelas sugestões, críticas e ajuda na fase de final do trabalho. E à Ana Lúcia, Dulce e Fátima, minhas companheiras e suporte nas horas mais difíceis.

Aos meus queridos pais, exemplos de respeito, ética e seriedade profissional, que passaram por dificuldades e mesmo assim nunca pouparam esforços para possibilitar que eu chegasse até aqui. À toda minha família, Pepeu, tios, primos, e vovó Dedeje, minha principal incentivadora.

À Deus e aos meus guias espirituais que sempre estiveram ao meu lado me orientando, principalmente nos momentos em que eu me senti sozinha e incapaz.

Não foi fácil concluir essa etapa da minha vida... E por isso, a todos vocês, agradeço de coração.



(...)
Trago dentro do meu coração,
Como num cofre que se não pode fechar de cheio,
Todos os lugares onde estive,
Todos os portos a que cheguei,
Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
Ou de tombadilhos, sonhando,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que quero.
(...)"

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

	Páginas
Lista de Tabelas	ii
Lista de Gráficos	ii
Lista de Figuras	iii
Lista de Anexos	v
Lista de Siglas	vi
Resumo	x
Abstract	xi
Introdução	1
Objetivos.....	5
Justificativas.....	6
Procedimentos metodológicos.....	8
Capítulo 1. A política de Unidades de Conservação e a criação de Parques Nacionais	21
Capítulo 2. Parques Nacionais, interesses, representações e conflitos: revisão teórico-conceitual	54
Capítulo 3. O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e sua contextualização regional	69
Capítulo 4. O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, suas distintas representações e possibilidades. Ingredientes de um cenário de conflitos	109
4.1. A participação de recursos privados na implementação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu: a FIAT Automóveis S.A.....	110
4.2. Principais inquietações de diferentes segmentos sociais ao que se configura como Parque Nacional Cavernas do Peruaçu.....	124
Considerações Finais	161
Referências Bibliográficas	167
Anexos	183

LISTA DE TABELAS

	Páginas
Tabela 1: Tabela 1: Categorias de Manejo de unidades de conservação propostas pela IUCN em 1994.....	27
Tabela 2: Área das Unidades de Conservação Federais brasileiras criadas por década (1930-2005) em ha.....	43
Tabela 3: Áreas de Unidades de Conservação de Proteção Integral Federais criadas no Brasil, por categoria, por década (1930-2005).....	45
Tabela 4: Áreas de Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais criadas no Brasil, por categoria, por década (1930-2005).....	45
Tabela 5: Número total de Unidades de Conservação Federais brasileiras por categoria.....	46
Tabela 6: Unidades de Conservação Federais classificadas por categoria de uso.....	46
Tabela 7: Parques Nacionais do estado de Minas Gerais.....	50
Tabela 8: Propriedades adquiridas pela FIAT Automóveis S.A.....	115
Tabela 9: Características da estrutura fundiária presentes no PNCP.....	117
Tabela 10: Principais inquietações segundo diferentes segmentos sociais em relação ao que se configura como PNCP.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

	Páginas
Gráfico 1: Quantidade de Unidades de Conservação Federais brasileiras criadas por década (1930-2005).....	42
Gráfico 2: Quantidade de Unidades de Conservação de Proteção Integral Federais brasileiras criadas por década (1930-2005).....	44
Gráfico 3: Quantidade de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável Federais brasileiras, criadas por década (1930-2005).....	44
Gráfico 4: Porcentagens das Zonas mais expressivas do PNCP, segundo o Plano de Manejo....	100

LISTA DE FIGURAS

	Páginas
Figura 1: Mapa de localização da Região Norte de Minas Gerais e de suas microrregiões.....	69
Figura 2: Mapa de vegetação original do cerrado brasileiro. Fonte: RATTER <i>et al</i> (1997).....	75
Figura 3: Mosaico de UCs do Vale do Rio Peruaçu, Norte de MG.....	90
Figura 4: Mapa de localização Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP) – Brasil.....	92
Figura 5: Vista do cânion e paredão cárstico, próximo à entrada do PNCP, MAILLARD, dezembro de 2006.....	95
Figura 6: Gruta do Janelão, PNCP, ISSA, cedida pelo IBAMA, julho de 2006.....	95
Figura 7: Pasto, Mata Seca, e afloramentos de calcário, ISSA, cedida pelo IBAMA, julho de 2006.....	95
Figura 8: Perna da bailarina, gruta do Janelão. BONJOURNE, cedida pelo IBAMA, junho de 2006.....	96
Figura 9: Pinturas rupestres, amostra do valor arqueológico da região. ISSA, cedida pelo IBAMA, julho de 2006.....	96
Figura 10: Casa de moradores do Retiro, inserida dentro dos limites do PNCP, agosto de 2007.	134
Figura 11: Atividade pecuária, principal forma de sustento dos moradores no interior do PNCP, junho de 2006.....	134
Figura 12: Comunidade do Fabião I e II no entorno do Parque, MAILLARD, dezembro de 2006..	138
Figura 13: Comunidade do Fabião I e II no entorno do Parque, MAILLARD, dezembro de 2006..	138
Figura 14: Casa de moradores do Fabião I, entorno do PNCP, março de 2007.....	139
Figura 15: Crianças na escola da comunidade do Fabião II, entorno do PNCP, março de 2007...	139
Figura 16: Restaurante e pousada no Fabião I, entorno do PNCP, agosto de 2007.....	139
Figura 17: Restaurante e pousada no Fabião I, entorno do PNCP, março de 2007.....	139
Figura 18: Restaurante no Fabião I, entorno do PNCP, agosto de 2007.....	139
Figura 19: Artesanato feito por moradora do Fabião I, entorno do PNCP, agosto de 2007.....	140
Figura 20: Artesanato feito por moradora do Fabião I, entorno do PNCP, agosto de 2007.....	140
Figura 21: Viveiro de mudas – Projeto da associação dos Agentes Ambientais do Peruaçu, Fabião I e II, entorno do PNCP, março de 2007.....	141
Figura 22: Sementes do viveiro de mudas – Projeto da Associação dos Agentes Ambientais do Peruaçu, Fabião I e II, entorno do PNCP, março de 2007.....	141
Figura 23: Rio Peruaçu no quintal da casa de moradores do Fabião I entorno do PNCP, março de 2007.....	142
Figura 24: “Balneário” no Rio Peruaçu, entorno do PNCP, março de 2007.....	142
Figura 25: Casa de moradores da Várzea Grande, no entorno do PNCP, julho de 2006.....	143
Figura 26: Rio Peruaçu – Comunidade de Várzea Grande, entorno do PNCP, julho de 2006.....	143

	Páginas
Figura 27: Casa de Farinha – Comunidade de Várzea Grande, entorno do PNCP, julho de 2006.....	144
Figura 28: Alambique – Comunidade de Várzea Grande, entorno do PNCP, julho de 2006.....	144
Figura 29: Casa do vilarejo de Caraíbas, atingida pelo terremoto. Prefeitura Municipal de Itacarambi/MG, dezembro de 2007, cedida por Ronaldo Sarmiento.....	144
Figura 30: Vista das casas do vilarejo de Caraíbas, atingidas pelo terremoto. Osvaldo Afonso/Secom/Governo de MG, dezembro de 2007, cedida por Ronaldo Sarmento...	144
Figura 31: Mapa de localização da área onde ocorreu o tremor de terra, vilarejo de Caraíbas, município de Itacarambi (UNB, 2007).....	146
Figura 32: Casal de moradores da comunidade do Brejal, entorno do PNCP, agosto de 2007.....	147
Figura 33: Casa de moradores da comunidade do Brejal, entorno do PNCP, MUNGAI, agosto 2007.....	147

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1:** Declaração de Bariloche, 2007.
- Anexo 2:** Mapa do Zoneamento do PNCP
- Anexo 3:** Limites da Zona de Amortecimento do PNCP
- Anexo 4:** Extrato da Reunião Ordinária nº 001/2008 da Câmara de Compensação Ambiental – CCA
- Anexo 5:** Extrato da Reunião Ordinária nº 002/2008 da Câmara de Compensação Ambiental – CCA
- Anexo 6:** Termo de Compromisso IBAMA/FIAT – 1 versão de 14 de outubro de 1997
- Anexo 7:** Termo de Compromisso IBAMA/FIAT – 2 versão de 14 de junho de 2002.
- Anexo 8:** Mapa de Localização das Grutas e Cavernas do PNCP
- Anexo 9:** Instrução Normativa N° 09 de 24 de outubro de 2003 – IBAMA/MMA
- Anexo 10:** Folder do projeto Mosaico SVP
- Anexo 11:** Limites das UCs que compõem o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu
- Anexo 12:** Quadro da situação atual das UCs que compõem o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

LISTA DE SIGLAS

ABEMA	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
AER	Avaliação Ecológica Rápida
ANAMMA	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASIBAMA	Associação Nacional dos Servidores do IBAMA
BIO	Fundação Biodiversitas
CAA-NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CAV	Caverna
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEDEC-MG	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
CEDECOM	Centro de Comunicação da UFMG
CEIVA	Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco
CENAP	Centro Nacional de Pesquisa para a Conservação de Predadores Naturais
CETEC	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CGU	Controladoria Geral da União
CI-BRASIL	Conservação Internacional – Brasil
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNM	Confederação Nacional de Municípios
CNPPA	Commission on National Parks and Protected Areas
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
CSD	CSD GEOKLOCK
DIREC	Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DTBC	Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESEC	Estação Ecológica
EVP	Espeleogrupo do Vale do Peruaçu
FBCN	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente

FIASA	FIAT Automóveis S.A.
FLONA	Floresta Nacional
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
GBPE	Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas
GEO-Januária	Grupo de Espeleologia e Estudos Orientados de Januária
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICIL	Indústria e Comércio Itacarambi Ltda
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Inesc	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEPHA	Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
IGC	Instituto de Geociências
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
IN	Instrução Normativa
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo
IUCN	International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources
LOAs	Leis Orçamentárias Anuais
MaB	Programa Homem e Biosfera
M.F	Ministério da Fazenda
MG	Minas Gerais
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC 2007-2010	Programa de Aceleração de Crescimento 2007-2010
PAC / MPF	Procedimento Administrativo Civil / Ministério Público Federal

PARNA	Parque Nacional
PE	Parque Estadual
PETROVASF	Petróleo Verde Vale São Francisco Ltda.
PEVP	Parque Estadual Veredas do Peruaçu
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNCP	Parque Nacional Cavernas do Peruaçu
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PREVFOGO	Programa de Prevenção de Incêndios Florestais em Unidades de Conservação
PROCONVE	Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores
PSF	Programa Saúde da Família
PUC/MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RB's	Reservas da Biosfera
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RVS	Refúgio de Vida Silvestre
SCO	Sistema de Comando em Operações
SEBRAE	Sistema Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SESC	Serviço Social do Comércio
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMAD	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SCO	Sistema de Comando em Operações
SIS-UnB	Observatório Sismológico da Universidade de Brasília
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SVP	Sertão Veredas Peruaçu
TAC/1997	Termo de Compromisso assinada em 14 de outubro de 1997 (1ª versão)
TAC/2002	Termo de Compromisso assinada em 20 de junho de 2002 (2ª versão)
UC	Unidade de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UIPN	União Internacional para a Proteção da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
WWF	World Wildlife Fund
ZA	Zona de Amortecimento

RESUMO

A criação de unidades de conservação (UCs) no Brasil surge como uma alternativa compensatória das perdas desencadeadas pelo ritmo acelerado de degradação ambiental verificado nas últimas décadas. Entretanto, nota-se que os critérios e interesses de criação de UCs são, por vezes, motivados por jogos políticos, por uma exploração turística sem o devido planejamento e engajamento, ou até mesmo por interesses de empreendimentos privados. Processos oriundos da criação de Parques Nacionais tendem a redefinir diversos usos e ocupações, nem sempre em consonância com os interesses que sobre eles incidam, menos ainda em face de uma participação mais democrática. A institucionalização de conflitos através da criação de Parques Nacionais traz à tona questionamentos entre a institucionalização do espaço voltado para os objetivos de conservação e a realidade social, econômica e política inerentes a este território. Assim, o objetivo deste trabalho é de melhor entender a produção e a reprodução de Parques Nacionais brasileiros, suas (re)significações, práticas e representações para diferentes sujeitos. A pesquisa busca conhecer a dinâmica de diferentes processos relacionados ao Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - PNCP, a partir de sua definição como Parque, momento em que diversos usos e ocupações passam a se submeter a novas normas e regulamentações. Quais têm sido as inquietações dos segmentos sociais relacionadas aos interesses, representações e conflitos em face à morosidade do processo de abertura do PNCP? Nessa (re)produção, lida-se com a vida de pessoas de origens e histórias múltiplas, cuja complexidade transcende o discurso e a prática científica. Através de uma interpretação *nunca acabada* dessa realidade, as reflexões contam com bibliografias referentes às relações homem/natureza, às UCs (interesses, conflitos socioambientais, conservação, apropriação, gestão), aos depoimentos dos sujeitos entrevistados, além do registro de observações feitas durante reuniões dos movimentos sociais e entidades públicas. O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, no norte de Minas Gerais, abriga grandes riquezas no que se refere à biodiversidade e à sociodiversidade, inserido em um contexto secular de explorações e desigualdades sociais, políticas e econômicas. A pesquisa aponta que os conflitos se acirrarão sobremaneira diante da iminência de abertura do Parque à visitação pública, pois não se vislumbra uma concórdia entre os múltiplos usos e significados do/para o Parque e seu entorno. Antes da sua abertura, ainda sem previsão, já se anuncia uma mobilização desfavorável ao envolvimento das pessoas que passarão a conviver/sobreviver com valores e normas que demandam disposição individual à renúncia e à espera, em um contexto de preservação ambiental.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, Parques Nacionais, interesses, representações, conflitos

ABSTRACT

The creation of units of conservation (UCs) in Brazil emerges as a compensatory alternative of losses triggered by the accelerated rhythm of the environmental degradation verified in the last decades. Therefore, notice it that the criteria and interests of the creations of the UCs are, sometimes, motivated by politic games and touristic exploration without a right planning and wiliness, and even private undertaking interests. Processes emerged with the creation of national parks tend to redefine various forms of usage and occupation, which aren't always in agreement with was initially proposed, fact aggravated by a more democratic participation. The Institutionalization of conflicts through the creation of National Parks brings up questions and doubts between the institutionalization of the space in order to become objects of conservation and the social reality, economic and politic interests to this territory. Thus, the goal of this work is to understand better the production and the reproduction of Brazilians' National Parks, their practical meanings and representation for different subjects. The research tries to know the dynamic of different processes related to "Parque Nacional Cavernas do Peruaçu" – PNCP, from its definition as a Park until the moment in which various uses and occupations starts to submit under new rules and regulations. How has been the equitation of the social segments related to the interests, representations and conflicts in face to the slowness of the opening PNCP process? This (re)production deals with the lives of people from different origins and stories, whose complexity goes beyond the scientific speech and methods. Through an interpretation, although never completed, of this reality, the reflections count on bibliographies about the man/nature relationship, the UCs (users, interests, social/environment conflicts, conservation, appropriation, management), besides testimonies of the interviewed players and records of observations from meetings with the social movements and public entities. A rich bio and social diversity, faces a context of exploration and differences, what characterizes the "Parque Nacional Cavernas do Peruaçu", in northern Minas Gerais. The research outlines the different conflicts that will increasingly compete, because there is no effort towards an agreement between the multiple uses and meanings to the park and surroundings. Even before its opening, which is unpredicted, there are already announcements of a mobilization, of prophylactic nature, favorable to a non-engagement of the people who will start to coexist /survive with values and norms that demand the individual disposition to resignation and it hopes, in a context of environmental preservation.

Key-words : Units of conservation, National Parks, interests, representation , conflicts.

INTRODUÇÃO

O padrão urbano-industrial baseado na máxima exploração dos recursos naturais eleva a importância do debate em torno da relação entre crescimento econômico e meio ambiente. Ditadas pelas regras do modelo de produção e da competitividade, várias foram as transformações na organização da produção e nas relações sociais em âmbito global. A globalização, em seu movimento, reafirma a centralização da riqueza, o crescimento da degradação ambiental e, cada vez mais, as desigualdades sociais e econômicas. A técnica e a visão economicista, que orquestram a economia globalizada, aceleram os processos de homogeneização da paisagem e da cultura, tolhendo o florescimento ou a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada (ESTEVA, 2000). O ritmo deste movimento coloca como secundária a preocupação com a degradação ambiental, mesmo que haja um discurso voltado para a necessidade de se realizar um desenvolvimento sustentável. O discurso do “desenvolvimento sustentável” convive lado a lado com padrões incompatíveis de consumo e produção, enquanto conceitos como justiça social e direitos humanos são esquecidos na prática.

Aspectos tais como o desmatamento, a poluição das águas, o aquecimento global, a crise de abastecimento mundial, a ameaça real e imediata de comprometimento da biodiversidade colocam o tema ambiental na agenda pública internacional. A tentativa de implementação de políticas públicas para a proteção do meio ambiente busca, assim, minimizar, sem eliminar, os custos sociais e ambientais desencadeados pelo crescimento econômico. A relação entre população, espaço e meio ambiente torna-se então cada vez mais complexa e marcada por conflitos diferenciados. “Enquanto mera filosofia pode-se pensar num ideal de harmonia entre o almejado crescimento econômico e a preservação da natureza. Porém, na prática, o conflito é mais verdadeiro que a conciliação (...)” (CARVALHO, 2003: 76).

Na sociedade contemporânea, a produção e a reprodução do espaço e da natureza passaram a ser mediadas, significativamente, pelo valor de troca e pelas leis do mercado. As relações de propriedade foram invadindo domínios amplos da existência, onde fragmentos e momentos da existência social se realizam nos circuitos de valorização do capital (SEABRA, 1996). Sobre a temática, Isnard afirma que “produzir mais, mais saber, maior controle, mais bens e serviços para consumir mais; tudo que é mercadoria, mesmo o espaço até recentemente considerado como sem valor” (ISNARD, 1982: 38-39). “O consumo do espaço aumenta até o desperdício: o espaço já não é um bem de uso, é uma mercadoria que se presta a toda a espécie

de especulações frutuosas” (ISNARD, 1982: 56). Contribui para a complexificar a relação homem x natureza,

[...] a crescente urbanização do planeta que propicia a volatilização das relações sociais, através da ampliação do domínio do mundo da mercadoria que invade a vida das pessoas onde tudo é comprado e vendido (CARLOS, 1996: 63).

A natureza passa do contemplativo para ser associada ao utilitário e reverte-se em possibilidades de realização e aproveitamento de potenciais (PEREIRA *et al*, 2005). Imperativos econômicos e políticos passam a determinar o uso das condições naturais e como aponta Seabra (1996) “o conflito pelo uso do espaço estaria revelando a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação”.

O ritmo acelerado de degradação ambiental tem levado a uma diminuição sistemática dos ecossistemas e assim, a criação e gestão de unidades de conservação (UCs) surge como uma das alternativas compensatórias das perdas desencadeadas pela urbanização e pela industrialização. Dentre as ações promovidas pelo homem e suas representações políticas para a implementação de espaços protegidos, sua criação visa atender aos interesses de organização socioeconômica e produtiva do espaço (BRAGA, 2001).

O crescimento demográfico e urbano tem elevado a disputa por novos espaços de reprodução da vida e do capital. Velhos processos no jogo de forças de interesses de ocupação territorial aparecem na constituição de áreas protegidas, cada vez mais caracterizadas por acirradas disputas. Pseudoformadas, estas áreas podem constituir-se na extensão das relações de produção e, na realidade, a natureza – antes considerada como realidade externa à sociedade e às relações sociais – passa a ser convertida em uma simples variável a ser manejada, administrada e gerida, de modo a não impedir o desenvolvimento (LINS RIBEIRO, 2000 apud ZHOURI, LASCHEFSKI, e PEREIRA, 2005: 15). Mas a qual concepção de desenvolvimento/envolvimento se faz referência?

As concepções de desenvolvimento, aliadas a uma busca incontestável pelo crescimento e pelo progresso no atual governo brasileiro, indicam uma mobilização de caráter profilático muito mais favorável a um não-envolvimento das pessoas (PEREIRA e PENIDO, 2008). As autoras apontam como exemplo as premissas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um programa desenvolvimentista que não incluiu em sua pauta de discussões a participação do governo federal nas áreas social e ambiental. “Outras contradições que o Programa encerra se aliam à majoração no ritmo de crescimento da economia e a negligência aos parâmetros de sustentabilidade ambiental” (PEREIRA e PENIDO, 2008). Segundo a fala do atual presidente

A minha intenção é estimular todos os setores do país a participarem deste esforço de aceleração do crescimento, pois uma tarefa dessas não pode ser uma atitude isolada de um governo – mas de toda a sociedade. Um governo pode tomar a iniciativa, pode criar os meios, mas para que qualquer projeto amplo tenha sucesso é preciso o engajamento de todos (LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, BRASIL, GOVERNO FEDERAL - PAC 2007-2010)

Segundo os dados apresentados no PAC 2007-2010 “a economia brasileira reúne indicadores econômicos positivos como poucas vezes em sua história – apontando para a possibilidade de aceleração de seu crescimento econômico”. O discurso do desenvolvimento baseado apenas na esfera econômica, visível somente a partir de estatísticas, distancia-se da vida e da realidade das pessoas (PEREIRA e PENIDO, 2008: 4). Ao criticar a atual política governamental, José de Souza Martins comenta:

Essa onda de suposta bondade da economia não tem se refletido em outros âmbitos da realidade social [...]. No fundo, mesmo, o governo optou por políticas de crescimento econômico que dão visibilidade à cornucópia brasileira, mas não dão visibilidade ao preço que por ela se paga. Essa contradição sugere que estamos caminhando para um modelo de economia dualista, [...] em que a sociedade se divide em duas humanidades, a dos que trabalham e a dos que desfrutam. Essa é a realidade do crescimento econômico sem desenvolvimento econômico e social (MARTINS, 2008)

O atual governo parece não refletir sobre suas ações, não questionando se as consequências advindas de sua política compensam custos sociais, econômicos e ambientais. A realidade que envolve o campo da conservação ambiental no Brasil é hoje contraditória, excludente e marcada por conflitos. Como afirma Porto-Gonçalves (2003:19) os problemas ambientais no Brasil estão intimamente ligados à estrutura de poder, de partido e de representação política. A que e a quem interessa esse modelo de desenvolvimento e crescimento? A negligência com relação às questões ambientais no Brasil, resultado da atual política do Governo Federal, culminou com o pedido de demissão da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no dia 13 de maio de 2008. A ex-ministra enfrentava críticas dentro do governo federal e chegou a ter conflitos com órgãos como a Casa Civil e o Ministério da Agricultura por defender, de forma veemente, questões de proteção ambiental que contrariavam interesses econômicos. “Trata-se de uma clara demonstração de que a área ambiental não tem espaço no atual governo”, criticou Denise Hamú, secretária-geral da WWF-Brasil.

No cenário de conservação e preservação ambiental instaura-se uma nova lógica nas relações travadas entre sociedade e natureza, baseada no caráter público do meio ambiente e em regras de uso e apropriação para o uso indireto dos recursos naturais (SIMON, 2004). Assim, cresce a formação de áreas protegidas (públicas e privadas), isoladas como ilhas e, conseqüentemente, mais vulneráveis às pressões do ambiente que as envolvem. Um dos maiores

desafios enfrentados pelos agentes sociais, preocupados com a conservação da natureza, tem sido minimizar os efeitos dessa fragmentação da biodiversidade e da sociodiversidade (PEREIRA, *et al*, 2005), principalmente porque as áreas protegidas não devem ser pensadas e concebidas isoladamente do seu contexto regional e nacional, nem tão pouco do contexto global (LANDAU, 2001; PEREIRA, 2005a). Em termos de gestão, muitas vezes, essas áreas encontram-se em condições precárias, criadas apenas no papel, deixando de cumprir seu objetivo de conservação da biodiversidade.

Refletir sobre a instituição e a gestão das áreas protegidas torna-se oportuno, porque muitas vezes a iniciativa de implementação de Unidades de Conservação - UCs prioriza apenas os aspectos naturais em detrimento das complexas questões culturais relacionadas à preservação e à conservação (DIEGUES, 2001, DRUMMOND, 1997; SIMON, 2004). As UCs, enquanto espacialidade de processos sociais e políticos, se apresentam como lugares privilegiados de análise, onde escalas diferenciadas e novas propostas de intervenção se entrecruzam e fazem aflorar interesses, possibilidades e ganhos distintos (PEREIRA, *et al*, 2005). Dessa forma, as diferentes demandas e apropriações desses espaços engendram lógicas e articulações que suscitam múltiplas reflexões.

Instituídas pelo Poder Público, as Unidades de Conservação são criadas com objetivos de preservação e conservação e possuem seus limites definidos sob regime especial de administração e normas. De acordo com o Art.2º da Lei 9.985, Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC¹) as UCs são definidas como espaços territoriais e recursos ambientais de relevância natural, classificadas em *Unidades de Proteção Integral*, onde é admitido apenas o uso indireto² dos recursos naturais; e *Unidades de Uso Sustentável* que visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos. Além disso, cada unidade de conservação compõe uma paisagem maior, levando ao reconhecimento de que a conservação tem de se processar também no seu entorno³.

Cada país possui uma nomenclatura para designar as diferentes categorias de áreas protegidas. No caso do Brasil, dentre as doze categorias de unidades de conservação existentes e reconhecidas pelo SNUC, destacam-se neste estudo os Parques Nacionais, *Unidades de Proteção*

¹ SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. O SNUC abre a possibilidade de criação de um sistema de unidades de conservação que integra, sob um só marco legal, as unidades de conservação das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) (MMA, 2007).

² SNUC, Art. 2º, parágrafo IX - uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (BRASIL, 2002).

³ De acordo com IBAMA, "considera-se como região ou entorno da UC, os municípios que possuem terras na Unidade de Conservação e os municípios que a Zona de Amortecimento abranger". Já a Zona de Amortecimento refere-se ao "entorno de uma Unidade de Conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade" (IBAMA 2002: 62).

Integral que têm como finalidade preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (SNUC, art. 11º). Apesar de serem mais restritivos e de terem maiores implicações sociais, mudando inclusive as percepções sobre o principal propósito das áreas protegidas, os parques nacionais ainda predominam como modelo (ABAKERLI, 2004: 237).

Tendo em conta essas características o estudo de UCs nos incita a diversos questionamentos: Qual o sentido da proteção ambiental nos dias atuais? Como se estabelecem as novas práticas e relações entre moradores, usuários e órgãos responsáveis pelas áreas protegidas, particularmente face a outros usos e ocupações que engendram embates locais, regionais e nacionais? A institucionalização de conflitos através da categoria Parque traz à tona tais questionamentos entre a institucionalização do espaço para delimitação de um território voltado para os objetivos de conservação e a realidade social, econômica e política inerentes a este território (SIMON, 2004). Como criar e gerenciar espaços protegidos em países como o Brasil que possuem uma realidade socioeconômica ainda desfavorável à maioria da sua população? Como levar adiante um modelo de conservação que obriga uma população menos favorecida a abrir mão de seus meios de sobrevivência em prol de um discurso que se justifica e se embasa no argumento do bem estar das futuras gerações?

Objetivos

A instituição de parques nacionais redefine usos e ocupações, nem sempre em consonância com os interesses dos usuários pretéritos que sobre seus espaços se assentavam. Assim, o objetivo deste trabalho é de melhor entender a produção e a reprodução de parques nacionais brasileiros, suas (re)significações, práticas e representações para diferentes sujeitos. A pesquisa busca conhecer a dinâmica de diferentes processos e movimentos relacionados ao Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP), principalmente engendrados a partir de sua definição como Parque, momento em que diversos usos e ocupações passam a responder a novas normas e regulamentações. Além disso, interesses políticos, ambientais, econômicos e sociais distintos interferem e interferirão na gestão e manutenção desta unidade de conservação. Quais têm sido as inquietações dos segmentos sociais relacionadas aos interesses, representações e conflitos face à morosidade do processo de abertura do PNCP?

Localizado no norte de Minas Gerais, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu possui seus limites inseridos nos municípios de Itacarambi, Januária e São João das Missões, com uma

área total de 56.800 ha (conforme Figura 4, página 92 do Capítulo 3). O adiamento na abertura do Parque tem gerado expectativas nos diferentes segmentos da sociedade, o que nos leva a investigar como esta prorrogação tem incidido na vida dessas pessoas.

Justificativas

Os conceitos de natureza e sociedade são colocados em discussão pelos diferentes campos do conhecimento. O interesse da Geografia no que se refere ao espaço (que permite integrar o econômico e o político) ultrapassa as formas que este assume ou apresenta, pautando seus conteúdos em como são instituídos/destruídos, transformados e apropriados face às relações entre homem, natureza e economia.

A dinâmica que envolve os espaços protegidos e suas relações vista por distintos olhares, dentre os quais a Geografia, tende nesta última a se aperfeiçoar na medida em que ela consegue unir em suas análises o homem e o espaço no qual está inserido. Como aponta Andrade

“ao se analisar o processo de organização do espaço pela sociedade, a grande dificuldade é entender que a sociedade é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto. (...) Dentro da visão geográfica, a sociedade não é encarada a partir apenas das relações sociais entre classes e grupos, mas também de sua integração à natureza” (ANDRADE, 2001: 25-26).

A análise do geógrafo pode assim contribuir para o conhecimento e entendimento das disputas inerentes aos espaços protegidos, e estes embates se desenvolvem em uma imbricada rede de escalas administrativas e de poder. Estas redes envolvem interesses de diversos domínios (político, ambiental, econômico, social e cultural), levando todos os sujeitos envolvidos no processo à tensões, conflitos latentes e emergentes, alianças e conquistas.

Tendo em conta as colocações de dois geógrafos, destacamos: “O caminho da construção do pensamento geográfico se encontra na possibilidade de elaboração de um pensamento crítico que permita pensar o seu papel no desvendamento do mundo moderno” (CARLOS, 1996: 13) e importante para sermos geógrafos é

tentar compreender o papel da organização do espaço na sociedade, tendo em vista a compreensão desta sociedade e, ao mesmo tempo, sermos geógrafos para a produção de um conhecimento que nos permita transformar a realidade (PORTO-GONÇALVES, 1987: 25).

Os Parques Nacionais, enquanto Unidades de Conservação de uso restrito, disputam terreno junto aos demais interesses atrelados ao modo de produção capitalista que tendem a englobar cada vez mais – e em proporções crescentes - amplas fatias do espaço e seus elementos.

A natureza tem sido afastada e até restringida para dar lugar à urbanização, às indústrias e às plantas de exploração minerária. Para exemplificar, à medida que a especulação imobiliária manipula instrumentos de ordenações espaciais municipais através dos planos diretores, das leis de uso e ocupação do solo entre outros artifícios legais, mais reduzidas têm ficado as áreas rurais⁴.

Os Parques são ainda percebidos como fragmentos de ecossistemas que visam reduzir as tensões vivenciadas na metrópole e que permitem a realização de atividades de lazer, turismo, repouso. Conforme Carlos (1996:108) o lazer torna-se uma nova necessidade para a sociedade moderna que cria novas atividades produtivas, diferenciadas, com ocupações especializadas que produz um novo espaço e/ou novas formas de uso deste espaço. Para a mesma autora “o lazer é hoje um elemento do processo de reprodução, um tempo que se organiza em função da reprodução de relações sociais” (CARLOS, 1996: 123).

Cada parque possui características históricas de ocupação, manutenção, limites de vizinhança e de usos, o que impossibilita sua análise apenas enquanto uma categoria homogênea dentre as UCs. A singularidade destes espaços permite uma melhor compreensão da função de proteção ambiental (Unidade de Conservação e Parque) enquanto um uso também conflitante. Destaca-se ainda a importância do debate referente à apropriação dos espaços públicos, o empoderamento local e regional, sem perder de vista o contexto nacional e internacional.

A porção norte de Minas Gerais sempre carregou o estigma de região mais pobre do estado, e a organização do espaço norte mineiro está historicamente baseada num processo desigual de desenvolvimento. Contudo, nota-se que, cada vez mais, a região tem atraído grandes investimentos, tornando-se palco de inúmeras políticas públicas regionais direcionadas ao crescimento econômico. Em termos de riquezas naturais, o Norte de Minas é marcado por uma diversidade de paisagens que reúne uma rica biodiversidade, tornando-se necessária a adoção de políticas voltadas à conservação de tais riquezas que possibilite uma reestruturação produtiva e econômica associada ao manejo adequado da biodiversidade.

A região conta hoje com um número elevado de Unidades de Conservação que convivem com uma realidade socioeconômica injusta, dessa forma as áreas protegidas sofrem pressões e concorrem com espaços destinados às atividades econômicas. Diante da importância de discutir as articulações de esferas de poder e suas práticas, visualizadas no campo da conservação ambiental, as reflexões propostas para essa pesquisa trazem grandes contribuições na medida em

⁴ Diversos municípios têm declarado como área urbana a totalidade de seus municípios nos recentes Planos Diretores, como Nova Lima, Betim, São Lourenço, medida que interfere na manutenção das possibilidades de reprodução da vida rural.

que englobam o debate referente aos espaços públicos, à construção compartilhada de propostas e à valorização do saber local.

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu foi escolhido como objeto de estudo devido à sua importância enquanto uma UC que congrega rica biodiversidade e sociodiversidade, face ao contexto de exploração e ocupação do norte de Minas Gerais. O patrimônio espeleológico e arqueológico encontrado no PNCP é um dos mais representativos em âmbito nacional e mundial, e a presença dos biomas Cerrado e Caatinga torna a região representativa no que tange à elevada diversidade biológica encontrada no Estado. Além disso, as nascentes do rio Peruaçu fazem parte da área do Chapadão das Gerais, que deságuam na bacia do rio São Francisco.

O interesse em estudar o PNCP também se justifica pela presença de algumas características e conflitos peculiares (produção, apropriação, uso e consumo). A região do Parque e seu entorno são marcados por uma riqueza cultural e social, percebidas no modo como vivem e sobrevivem os grupos de moradores locais. Além disso, a criação do PNCP parte da instância pública e busca sua viabilidade através de uma parceria com o setor privado (FIAT uma multinacional, de capital global).

Procedimentos metodológicos

A escolha dos procedimentos metodológicos ocupa um lugar central dentro do processo de investigação nas ciências humanas e como afirma Lênin (1955 apud MINAYO, 1999: 22) o método não é a forma exterior, é a própria alma do conteúdo na medida em que conecta o pensamento e a existência. Para este trabalho entende-se como metodologia o somatório entre as concepções teóricas, as técnicas que possibilitam a compreensão da realidade, e o potencial, a experiência e a criatividade do pesquisador. Ao discutir os caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas Oliveira (1998: 22-21) destaca que o método não pode ser reduzido apenas a um conjunto de técnicas, ele se apóia à reflexão e à sensibilidade do pesquisador, de suas concepções acerca do mundo e das relações entre sujeito e objeto de pesquisa. O método existe para ajudar o pesquisador a construir uma representação adequada das questões a serem estudadas e, por este motivo, sua escolha é subjetiva.

Durante a investigação há a identificação dos melhores métodos disponíveis, face ao tipo de informações necessárias para atingir os objetivos propostos. Nesse caso, a metodologia é usada para captar dados que são reprimidos ou não tão facilmente articulados como, por exemplo, atitudes, opiniões particulares e referências. Isso implica considerar que a metodologia qualitativa,

base da investigação social, estuda “gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe, com suas crenças, valores e significados”. Dessa forma “o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação” (MINAYO, 1999: 22).

Em seu livro “Crítica metodológica, investigação social e enquete operária”, Michel Thiollent (1987) afirma que a ciência não é neutra, e conseqüentemente, seus métodos também não o são. A visão de mundo do pesquisador e dos sujeitos sociais está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a definição do objeto até o resultado do trabalho (MINAYO, 1999: 21) e, por este motivo, o trabalho de pesquisa intrinsecamente inacabado e permanente não deve ser entendido como uma captura do real, mas sim como uma, dentre as várias possíveis leituras dessa realidade. Nesse sentido Lévy Strauss (1975 apud MINAYO, 1999: 21) defende que “numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador é, ele mesmo, uma parte de sua observação”. Como aponta Barbier (1985 apud HAGUETTE, 2003: 116) “(...) onde houver ciência humana, haverá necessariamente a interferência do pesquisador com sua multidimensionalidade simbólica e imaginária.”

No que diz respeito às formas de produção do conhecimento, Thiollent (1987) afirma que como os instrumentos de coleta de dados são construídos a partir do universo cultural dos pesquisadores, estes podem provocar distorções, justificadas muitas vezes, pela distância cultural entre os dois universos (pesquisadores e pesquisados). Como forma de tentar suprir ou minimizar tal distanciamento, destaca-se a importância do trabalho de campo para a Geografia, especificamente para esta pesquisa, uma vez que ela se constitui como a fase de percepção direta e de coleta de informações que permitiram criar conexões entre as tramas que se mostraram aos poucos e através de sujeitos e eventos, em princípio desconectados. Nesse sentido o trabalho de campo para o conhecimento geográfico apura a associação de referências teóricas, conceitos e categorias de análise favorecendo a elaboração de diferentes leituras críticas face às diversidades que constituem a realidade e seus processos (PEREIRA, 2005b:19).

O contato direto com o objeto de estudo e o valor da experiência adquirida empiricamente é possível tão somente através da realização de atividades de campo que aproximem pesquisador e objeto. Como argumenta Nogueira (1975: 83) “não somente o conhecimento do mundo físico, mas também o do mundo social começa com a observação e dela depende”. A observação sistemática pressupõe uma delimitação precisa no campo da investigação, tanto no tempo como no espaço. Nesta etapa, o pesquisador deve estar consciente de que na vida social, o cotidiano e rotineiro são tão relevantes e interessantes, se não mais, que o excepcional e o incomum (NOGUEIRA, 1975: 87).

O pesquisador precisa aprimorar a percepção, refinar a sensibilidade, ampliar horizontes de compreensão e comover-se diante de práticas (OLIVEIRA, 1998: 19); aspectos possíveis nos trabalhos de campo. A trajetória da geografia na busca da construção do seu discurso distinguiu, a propósito do trabalho de campo, como especificado por Hissa e Oliveira (2004 apud PEREIRA, 2005b:1) as seguintes repercussões:

a) as descrições, originárias dos trabalhos de campo, poderão, progressivamente, adquirir maior consistência de modo a fazer com que simples relatos possam conter embriões da interpretação; b) as descrições, originárias da observação em campo e que se referem às imagens poderão, pouco a pouco, incorporar conteúdos conceituais de modo a evocar, na escrita, imagens consistentes e representativas do “objeto referente”; c) os trabalhos de campo dos quais se originam descrições e interpretações, quando se referem às imagens, poderão, paulatinamente, se servir de uma teoria da imagem a ser apropriada e desenvolvida pela geografia; d) os trabalhos de campo, assim como as experiências interpretativas que deles decorrem, poderão, também, ser fortalecidos por esforços de teorização acerca de processos correlatos como os que se referem aos questionários e entrevistas.

Assim, cabe ao geógrafo atual, que segundo Bastos *et al.* (2005 apud, PEREIRA, 2005b: 2) “faz parte da realidade socioespacial”, o papel de “agente de transformação social e, não apenas, um elemento deslocado da realidade na qual está inserido”.

Para a escolha dos procedimentos metodológicos desta pesquisa levou-se em consideração a avaliação das possibilidades que englobam o uso do processo de entrevistas e questionários, optando-se pela primeira. Sobre a interação no processo de entrevista, Le Ven (1997, apud OLIVEIRA, 2007b) ressalta que esta envolve ao menos três sentidos básicos: o ver, o ouvir e o falar. Para o autor ver e ser visto implica em mecanismos de aceitação e resistência, cumplicidade e desconfiança, relacionados com a formação da identidade e da vinculação de rótulos e valores que a postura do pesquisador e do entrevistado permite revelar. Nesse sentido, o processo requer uma interação mútua, pois “não é só o entrevistado que ouve, não é só o entrevistado que fala. (...) É um diálogo”. O ato da entrevista é bastante complexo, na medida em que envolve e exige diversificados níveis de interação e interpretação, complexidade já demarcada no momento da abordagem ao entrevistado (OLIVEIRA, 2007b).

No caso de entrevistas diretas ou dirigidas na qual o entrevistador apenas comunica a cada entrevistado as mesmas perguntas fechadas e anota as respostas dadas, Thiollent (1987) critica a limitação, a pobreza e a indução das informações obtidas. Diversos autores propõem o uso de entrevistas não dirigidas como uma possível alternativa de superação das limitações impostas pela adoção de questionários fechados. Todavia Bourdieu salienta que a não diretividade não é capaz de eliminar as diferenças sociais que existem no nível da capacidade de verbalização dos indivíduos. Em função das classes sociais ou de outros elementos de diferenciação, os indivíduos

não têm a mesma capacidade de falar, sobretudo em situação artificial na qual um interlocutor exterior ou estranho permanece, na maior parte do tempo, em uma posição de ouvinte (BOURDIEU apud THIOLENT, 1987: 80).

Guy Michelat (apud THIOLENT, 1987: 85) propõe uma discussão sobre o uso da entrevista não diretiva e define que esta, ao contrário da entrevista dirigida, “não propõe ao entrevistado uma completa estruturação do campo de investigação: é o entrevistado que detém a atitude de exploração”. A partir da questão estruturada previamente pelo pesquisador, o entrevistado detém uma certa liberdade na elaboração de sua resposta, segundo o autor, uma resposta menos censurada. Em geral, os dados obtidos através de narrativas livres, espontâneas, têm mais valor que as informações obtidas através de questionários (NOGUEIRA, 1975: 114).

Há de se considerar que inúmeros fatores podem interferir na qualidade dos dados informados durante uma entrevista e, nesse sentido, a apreensão das opiniões deve ser interpretada como comportamento de interação com outrem, não sendo entendida como uma coleta de idéias, na qual o respondente seria o dono de sua totalidade. Em seu artigo, Jacques Maitre (apud THIOLENT, 1987: 88) enfatiza que

[...] o maior problema colocado pela utilização da entrevista não diretiva consiste na relação que se pode estabelecer entre, de um lado, as verbalizações individuais, a afetividade ou o vivido e, por outro lado, a cultura, as ideologias, os fenômenos sociais em geral.

A relação de entrevista por si só já remete a uma relação social assimétrica (WEBER, 1996 apud OLIVEIRA, 2007b). Na relação entrevistador/entrevistado características tais como idade, sexo, raça, educação, classe social e religião de cada um interferem na percepção, na forma de agir, nas expectativas e nos motivos do outro (THIOLENT, 1987: 82). O desejo de atender às expectativas e agradar ao pesquisador pode condicionar uma adequação ou inadequação da resposta, além de situações de inibição desencadeadas por características do próprio entrevistador ou pela presença de outras pessoas. Outro ponto destacado por Thiollent (1987) e Haguette (2003) diz respeito à situação da entrevista e do entrevistado. Como as entrevistas representam situações psicológicas novas, os efeitos da interação entre os dois personagens não se limitam ao conteúdo da fala.

A incompreensão, por parte do entrevistado, do objetivo do entrevistador e das perguntas apresentadas por este, também pode gerar equívocos (NOGUEIRA, 1975: 112). Muitas vezes a dificuldade do entrevistador em se fazer compreender pode ser maior que a relutância por parte do entrevistado em dar as informações procuradas. Ou pode haver casos nos quais o entrevistado se sinta subjugado pela posição de certa hierarquia entre ele e o pesquisador, já que a posição de representante de uma instituição pode criar uma reação de defesa por parte dos

entrevistados. Existem outros casos, nos quais os consultados se sentem obrigados a se posicionar sobre assuntos que podem os comprometer, ou até mesmo, acharem que suas respostas podem influenciar, positiva ou negativamente, sua situação futura; nessas situações os entrevistados podem se sentir como em uma armadilha, o que pode gerar algum tipo de influência em suas respostas. Nesse contexto podem-se citar as idéias de OLIVEIRA (1998:18-19) que defende que mais as entrevistas devem ter mais que bons roteiros, elas precisam ser éticas em relação às pessoas pesquisadas.

O presente estudo adotou diferentes abordagens para alcançar seus objetivos. Primeiramente foi organizado um levantamento bibliográfico referente à situação atual dos parques no mundo, com destaque para os tratados e convenções internacionais que ocorreram nas últimas duas décadas em relação à conservação da biodiversidade. Para tanto, foram utilizados dados disponibilizados por entidades tais como a UICN, World Conservation e Conservation International. Para discutir a realidade brasileira no que diz respeito à conservação, ao percentual de biomas conservados, o estado de conservação destes, orçamentos destinados às unidades de conservação, os possíveis canais de participação pública na gestão das UCs, foram consultados os trabalhos de autores como Drummond (2006), Diegues (1996, 2001), Carvalho (2007), Araujo (2007), entre outros.

Através de uma interpretação nunca acabada, a abordagem teórico-metodológica foi constituída com o intuito de abarcar conceitos importantes para a discussão da temática, tais como: representações do espaço, espaços de representação, conflitos, apropriação, espaço, território, lugar, natureza, meio ambiente, participação pública, campos de poder, prática social, populações tradicionais, grupos sociais, comunidades, identidade e outros mais que auxiliem a esclarecer e responder às questões relativas e alcançar os objetivos propostos neste trabalho.

O levantamento e a obtenção das informações que compõem o capítulo destinado à apresentação das características geográficas, históricas, políticas e socioculturais da região Norte de Minas e, principalmente, do Vale do Rio Peruaçu, foram obtidos a partir de registros oficiais (Registros em cartório, documentos cedidos pelo IBAMA, Plano de Manejo do PNCP e os Autos do Processo Administrativo Civil que trata do Auto de Infração aplicada à FIAT AUTOMÓVEIS S/A), percepções, fontes orais e trabalhos de pesquisas referentes ao norte de Minas Gerais e ao cerrado (COSTA, 2005; MAZZETTO, 2003; OLIVEIRA, 2005; DAYRELL, 2003, 2006; RIBEIRO, 2005, 2006; dentre outros). Além dos trabalhos de pesquisa que abordaram diretamente a região do Vale do Peruaçu (GOMES, 2003, 2006; MAILLARD e GOMES, 2004; BARROS, 2004; SOUZA, 2008).

A realização de seis trabalhos de campo possibilitaram a coleta de dados primários junto aos escritórios locais, bem como, consultas aos órgãos envolvidos na criação e

implementação do Parque e das Unidades de Conservação do entorno. A escolha das datas das visitas de campo foi definida em função de eventos locais (Encontro dos Povos do Rio São Francisco, 3ª Reunião do Projeto Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, I Simpósio de Conservação dos Ecossistemas do Norte de Minas Gerais), como forma de iniciar o contato com as pessoas envolvidas diretamente com a região e montar uma rede de conexões. Ao longo destas visitas de campo foram também registradas listas com os nomes de pessoas-chaves, importantes para a realização de entrevistas que auxiliaram a compreender a dinâmica e os processos de constituição dos espaços/territórios do PNCP.

Partindo da premissa de que a pesquisa deve preocupar-se em desmistificar a rede de relações atuantes umas sobre as outras na qual está engajado o seu sujeito (LEFEBVRE, 2002), para atender aos objetivos deste trabalho, a escolha e definição dos sujeitos-chave teve em conta as seguintes questões norteadoras: a) Compreender a história, os processos de ocupação, a repartição das terras e o cotidiano da região; b) Identificar as redes de poder, principalmente no que se refere à política local e às formas com que esta impõe os interesses particulares em detrimento do coletivo; c) Entender as expectativas que envolvem a abertura do Parque e de que forma os distintos sujeitos pretendem se inserir nas novas atividades e práticas; d) Verificar a mobilização das comunidades⁵ frente às mudanças e restrições impostas pela criação de um parque nacional; e) Conhecer a organização e as articulações entre os responsáveis pelas UCs da região, bem como a visão dos representantes das entidades ambientais, verificando a existência ou não de um sentimento de cooperação e parceria. Tais questões compõem as discussões do capítulo 4.

Durante os dois anos dedicados à pesquisa foram realizadas seis visitas a campo. O contato inicial com a área de estudos, realizada no mês de julho de 2006, teve como principal objetivo delimitar os primeiros sujeitos-chave, iniciar o estabelecimento de redes de relações com o lugar - principalmente em Januária e Itacarambi - e ter acesso a fontes de dados locais. A reserva indígena Xakriabá, no município de São João das Missões, bem como o Projeto de Irrigação do Jaíba também foram visitados. A partir da premissa de que mudanças geradas pela criação e os conflitos que envolvem as UCs ultrapassam seus limites e a área do entorno, este primeiro contato principiou o entendimento do contexto social, econômico e principalmente político, no qual se insere o PNCP.

O segundo trabalho, no mês de outubro de 2006, esteve ligado à realização do Encontro dos Povos do Rio São Francisco em Januária, organizado pelo SESC, SEBRAE-MG e

⁵ A discussão a respeito do conceito de comunidade se processa no capítulo 2. No momento o utilizamos por ser uma referência dos próprios moradores.

Circuito do Velho Chico⁶. Apesar da reduzida participação da população local, o evento possibilitou o encontro com representantes institucionais (Secretarias de Meio Ambiente dos dois municípios, professores do Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco - CEIVA de Januária, Grupo de Espeleologia). Na mesma ocasião houve também a participação na Segunda Audiência Pública para a elaboração do Plano Diretor de Januária.

A terceira visita de campo ocorreu em novembro 2006, como parte de um trabalho da disciplina de pós-graduação “Conservação e Manejo da Biodiversidade”. Durante este trabalho foi consultado o Supervisor Regional do IEF de Januária; além da visita a duas UCs da região: A Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Pandeiros, situada nos municípios de Januária e Bonito de Minas, e o Parque Estadual da Mata Seca, no município de Manga.

No mês de março de 2007, outro evento motivou o retorno à Januária, a 3ª Reunião do Projeto Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, promovida pela Fundação Pró-Natureza – FUNATURA, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Mais uma vez houve o contato com distintos sujeitos, além do intercâmbio de informações. Após a conclusão do evento, as atividades de campo incluíram uma visita às aglomerações do Fabião I (Januária) e Fabião II (Itacarambi) para um primeiro contato com os moradores, a percepção de suas condições socioeconômicas e suas distintas relações com o parque. Este campo se estendeu até a cidade de Montes Claros quando foram consultados os pesquisadores da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES que desenvolvem trabalhos na região.

No mês de abril de 2007, foi feita uma visita ao Parque Estadual Veredas do Peruaçu, administrado pelo IEF. O objetivo foi conhecer a UC, verificar o entrosamento dos dois órgãos em termos de gestão dos parques no Vale do Rio Peruaçu, suas formas de trato de questões/tensões que poderiam e podem desencadear conflitos na região e no entorno. Através da entrevista feita com o gerente do Parque Estadual percebeu-se, por exemplo, que existem divergências quanto aos mecanismos de gestão dos dois parques (estadual e federal).

O sexto trabalho de campo foi efetuado no mês de agosto de 2007 com o principal objetivo de participar do I Simpósio de Conservação dos Ecossistemas do Norte de Minas Gerais, organizado pelo Departamento de Biologia da UNIMONTES. O evento foi realizado no SESC-Januária e foi composto por palestras e discussões sobre os seguintes temas: políticas públicas;

⁶ A Secretaria de Estado de Turismo oficializou no dia 27 de novembro de 2006 o Circuito Turístico do Velho Chico, completando assim 38 circuitos reconhecidos oficialmente pelo governo de Minas. A iniciativa de criação do Circuito partiu do SEBRAE com o objetivo de promover o turismo na região do Norte de Minas através da cooperação entre os municípios. O Circuito é formado pelos municípios de Bonito de Minas, Cônego Marinho, Januária, Manga, Matias Cardoso, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz e Itacarambi (município-sede do Circuito). “As atrações do Circuito são diversificadas. Turismo religioso, turismo cultural, ecoturismo e o turismo de aventura são destaques. O Circuito Velho Chico é o destino ideal para quem quer desvendar as origens de Minas Gerais e desfrutar as maravilhas do ecoturismo” (PORTAL DESCUBRAMINAS-SENAC 2007, acessado em fevereiro de 2006, disponível em http://www.descubraminas.com.br/noticias/det_noticia.asp?id_noticia=1090).

desenvolvimento e conservação dos ecossistemas do norte de Minas Gerais; exploração sustentável da flora nativa da região; fomento à pesquisa; conservação e manejo de recursos hídricos; Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, entre outros. O público do simpósio foi composto, em sua maioria, pela área acadêmica; alunos de escolas, técnicos e profissionais de universidades, tendo baixa a participação de moradores das regiões das UCs em estudo ou de seus respectivos entornos.

Na mesma ocasião o deslocamento até o município teve ainda como motivação o encontro com lideranças e moradores das comunidades do Fabião I (Januária) e Fabião II (Itacarambi), Brejal, Retiro e Janelão. Alguns sujeitos-chave dessas aglomerações foram contatados, assim como os presidentes das Associações Comunitárias do Fabião I, Fabião II, Retiro e Brejal. Foram consultados ainda moradores dessas comunidades, bem como alguns membros da Associação dos Agentes Ambientais Voluntários do Peruaçu. Já no município de Montes Claros, o Centro de Agricultura Alternativa - CAA foi visitado com o objetivo de obter informações sobre os projetos apoiados e desenvolvidos pela entidade na região do Peruaçu.

Como mencionado, durante o período de realização da pesquisa algumas comunidades locais foram visitadas para melhor entendimento de suas relações com as UCs, levando-se em conta a trajetória de vida dos entrevistados, bem como suas posições em relação à criação do parque (favoráveis ou contrários), suas argumentações, localização geográfica e ainda se tiveram terras indenizadas ou em litígio. O objetivo era conhecer mais profundamente a situação geral dos moradores em suas práticas cotidianas com aqueles espaços. No entanto, pela dificuldade de acesso e desconfiança dos moradores, o contato com essas comunidades demanda um trabalho específico e elaborado com as próprias lideranças locais. A forma com que diversos segmentos de pesquisa e o próprio IBAMA se aproximaram dessas pessoas deixou marcas e um sentimento de insatisfação muito grande. Mesmo em companhia de moradores locais, a pesquisadora percebeu o desconforto de alguns moradores que se recusaram a tratar várias questões.

Além das entrevistas feitas durante a realização dos trabalhos de campo nos municípios do norte de Minas, alguns representantes de outras instituições foram consultados na cidade de Belo Horizonte. No mês de setembro de 2006 houve a participação na Feira do Empreendedor organizada pelo SEBRAE em Belo Horizonte. A participação nesse evento possibilitou a realização de uma entrevista com o representante do Circuito do Velho Chico que estava na capital mineira para promover o turismo do Norte de Minas.

A Diretoria de Biodiversidade do IEF foi contatada no mês de abril de 2007 com o intuito de verificar o envolvimento entre este e o IBAMA no que diz respeito à gestão das UCs do

Vale do Peruaçu (APA Federal Cavernas do Peruaçu, Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e Parque Estadual Veredas do Peruaçu), bem como melhorar o entendimento do contexto histórico de criação das três unidades.

No mês de julho de 2006, os representantes da operadora de ecoturismo Andarilho da Luz, com sede em Belo Horizonte, foram procurados. A empresa foi contratada pelo SEBRAE de Januária para desenvolver um projeto de turismo domiciliar⁷ nas comunidades do Fabião I e Fabião II, para atender a demanda esperada após a abertura do PNCP (este assunto será discutido no capítulo 4).

A fim de obter informações atualizadas sobre o processo legal do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e diante das incertezas geradas com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁸ e as futuras atribuições deste órgão com relação à gestão das UCs federais, o Núcleo de Unidades de Conservação - NUC do IBAMA foi consultado no mês de fevereiro de 2008. Em entrevista, o representante do IBAMA de Belo Horizonte revelou que, em dezembro de 2007, os dois únicos analistas ambientais do órgão, responsáveis hoje pelo PNCP, haviam solicitado transferência para outras regiões.

No mês março de 2008 foi realizada uma visita à Procuradoria Geral da República do Ministério Público da União com o objetivo de analisar os autos do Processo Administrativo Civil que trata do Auto de Infração aplicado à FIAT AUTOMÓVEIS S/A no dia 21 de novembro de 1995. O interesse no processo baseia-se na conseqüente assinatura de um Termo de Compromisso firmado no ano de 1997 - entre a empresa, o Ministério Público Federal e o IBAMA - que obrigou a Fiat a adotar medidas compensatórias que visassem à melhoria da qualidade ambiental. Entre tais medidas, destaca-se a aquisição da gleba de terra e a montagem da infra-estrutura necessária à criação do PNCP, inicialmente prevista para compor uma área de 6.000 hectares.

Torna-se pertinente ressaltar que alguns acontecimentos atrasaram o acesso a tais documentos, como férias do funcionário responsável pela liberação das informações, mudança das instalações do prédio sede do Ministério Público em Belo Horizonte, além da burocracia e demora

⁷ O turismo domiciliar, segundo definição da empresa Andarilho da Luz, é um estilo diferenciado de hospedagem que não concorre com pousadas e hotéis tradicionais, e que tem como objetivo atingir um público interessado em participar do modo de vida de uma comunidade, *"fazendo uma imersão cultural"*. Trata-se da *"hospedagem em casas de moradores de uma comunidade com potenciais turísticos, visando a sua inclusão no processo de desenvolvimento local e oferecendo aos visitantes, uma oportunidade única de interação cultural"* (ANDARILHO DA LUZ, 2007).

⁸ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade foi criado através de uma medida provisória de abril de 2007, convertida em lei em agosto do mesmo ano. Instituído pela Lei nº 11.516/2007 o ICMBio tem a finalidade de: I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União; II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União; III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental; IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas (Artigo 1º).

na análise do pedido da pesquisadora. Tais acontecimentos comprometeram uma avaliação mais detalhada das informações contidas nos autos, o que só foi possível a partir do dia 28 de março do presente ano.

Em virtude de acontecimentos recentes na região do Vale do Peruaçu, que inviabilizaram a realização de mais um trabalho de campo, alguns dados foram adquiridos através de 5 consultas por telefone e troca de emails com alguns sujeitos locais. Estas consultas tiveram como motivação verificar o andamento das ações referentes ao PNCP (realização ou não das reuniões do conselho consultivo, possíveis mudanças nas previsões de abertura, andamento do caso da FIAT); obter mais informações referentes ao terremoto que atingiu o município de Itacarambi no mês de dezembro de 2007, região de entorno do PNCP; a especulação da saída dos dois únicos analistas ambientais do IBAMA responsáveis pelo Parque; bem como a invasão de parte do território da UC pelos índios Xakriabá.

No que tange às relações do Território Indígena Xakriabá com o PNCP, não foi possível um estudo detalhado a respeito do conflito envolvendo os membros da reserva e o Parque, principalmente referente à sua delimitação. Nesse sentido, as informações sobre a questão foram obtidas através de referências bibliográficas (CAMPOS *et al*, 2006; DINIZ *et al*, 2006; OLIVEIRA, 2008) e por uma única visita ao município de São João das Missões e à Reserva Indígena no mês de julho de 2006. Na ocasião, os dados foram registrados através de entrevistas com um funcionário da Prefeitura e com um dos líderes Xakriabá. Informações complementares foram repassadas pelos funcionários do PNCP em distintos momentos.

A interação entre a pesquisadora e os sujeitos sociais envolvidos com o objeto em questão se deu, principalmente, através de entrevistas semiestruturadas e relatos informais. Para as entrevistas semiestruturadas foram elaborados roteiros de perguntas que englobaram: tempo de residência, onde mora, relações com o PNCP, formas de atuação, opinião sobre a atuação do IBAMA, etc. Essas indagações foram consideradas pertinentes para tentar entender as relações estabelecidas com o espaço protegido e seu entorno, além de identificar suas expectativas face à abertura do Parque Nacional (já há alguns anos a sua não abertura tem dificultado a vida e a dinâmica da economia local). As entrevistas possibilitaram também a oportunidade de observar o comportamento e as atitudes dos entrevistados, sejam elas de desconfiança, descaso com relação ao assunto ou mesmo a tentativa de apresentar bons argumentos que valorizassem suas opiniões.

O objetivo foi compreender como os informantes percebiam e acompanhavam as discussões que envolvem o Parque, por essa razão a orientação do tema ao longo da entrevista, bem como a reformulação das questões, foi importante para perceber o grau de informação, participação e inclusão dessas pessoas. Nesse sentido a falta de conhecimento sobre determinadas

questões foram também fundamentais para a análise. A tentativa foi ainda de identificar o que o PNCP representa para os distintos grupos consultados (órgãos públicos, sociedade civil e setor privado), seus interesses com relação à UC e os conflitos presentes nessa relação. Os resultados dessas indagações foram organizados em um quadro síntese intitulado *“Principais inquietações segundo diferentes segmentos sociais em relação ao que se configura como Parque Nacional Cavernas do Peruaçu”*, apresentado e discutido no capítulo 4.

Outras informações relevantes foram captadas através de relatos informais -, aqui compreendidos como relatos adquiridos sem perguntas pré-estabelecidas - em locais de encontro tais como restaurantes, feiras, bares, passeios pela região, etc. Nestas conversas com um tom de informalidade, em que as pessoas se expressaram livremente, foram obtidos resultados significativos. Tais relatos informais foram importantes como formas de captar o não explícito e, quem sabe, até mesmo o indizível. As abordagens feitas, tanto nos relatos quanto nas entrevistas buscaram destacar a importância da consideração ao outro e do respeito ao contexto cultural em que este está inserido.

Torna-se relevante ressaltar que não se tratou de uma pesquisa por amostragem. Para este trabalho, o importante foi orientar as abordagens de modo a adquirir a maior quantidade de informações possíveis, o que possibilitou chegar a sujeitos importantes no processo, construindo aos poucos redes informais de relações entre os distintos partícipes. Todos os indivíduos e grupos ouvidos tiveram seu grau de relevância para a pesquisa, guiada pelo interesse em esclarecer as questões que surgiram ao longo dos trabalhos. Muitas vezes a pesquisa foi redirecionada a partir das próprias informações adquiridas ao longo do processo.

Os dados obtidos durante o processo investigativo foram sistematizados de forma a permitir uma melhor análise de seus conteúdos. Durante a realização dos trabalhos de campo nos municípios de Januária, Itacarambi e São João das Missões, 45 sujeitos foram abordados através de entrevistas semiestruturadas (THIOLLENT, 1987), destacando que, 19 destas não foram gravadas, por opção do entrevistado (3) ou por inviabilidade da mesma (16). A gravação ou não das entrevistas foi solicitada em função da percepção da pesquisadora, já que - em certos casos - o uso do gravador inibiria a fala do entrevistado. Em Belo Horizonte 4 pessoas foram consultadas, todas registradas com gravador (49 entrevistas no total). Foram ainda contabilizados 20 relatos informais e 5 pessoas foram consultadas por telefone (entre os meses de fevereiro e março de 2008).

Entre os desafios e aprendizados, o maior deles foi a necessidade de reconhecer e fazer uma leitura dos registros orais, sempre levando em conta que estes representam a percepção do consultado, filtrada e modificada, através de sua capacidade de verbalização. Como exemplifica Haguette (2003:88) o pesquisador recebe o retrato que o informante tem de seu mundo, e a

responsabilidade de avaliar o grau de correspondência de tais afirmações com a realidade objetiva. Por outro lado, faz-se necessário considerar que o informante é também um observador, que relata aquilo que viu ou sentiu ao longo de sua experiência e, por isso, está sujeito a falhas relacionadas ao conhecimento sobre o assunto da entrevista, assim como em relação a sua habilidade de relatar – lembrar e expressar - os eventos (HAGUETTE, 2003: 90).

O caráter subjetivo de uma entrevista possibilita um enriquecimento do trabalho já que leva em consideração diversos aspectos, tais como as opiniões, atitudes, valores, contradições e expressões não verbais de grande relevância. Ainda existe o fato de que, em muitos casos, o consultado é instigado a transmitir sentimentos ou ações relacionados com o passado, o que pode influir no grau de veracidade da informação transmitida.

A partir da discussão dos métodos pode-se afirmar a importância do momento da análise que deve voltar-se para as variações e armadilhas do discurso e para a percepção mais detalhada das informações obtidas (OLIVEIRA, 2007b). Todo discurso é uma construção social que reflete uma visão de mundo determinada pelo seu contexto social e histórico. Dessa forma, para garantir a qualidade da entrevista é necessária uma justa avaliação da articulação do social e do psicológico (THIOLLENT, 1987: 81). A verificação da consistência das informações e a avaliação de sua relevância e distorções tornam-se possíveis pelo uso sistemático de dados obtidos por outras fontes e outras entrevistas. A descoberta de lacunas e omissões pode ser evidenciada mediante comparações entre entrevistas distintas.

A contribuição que o pesquisador pode acrescentar à compreensão da sociedade e de seus processos é mais um produto da forma como ele define seu problema, das questões que coloca sobre os dados, da adequação dos mesmos aos objetivos propostos e à geração de reflexões, críticas e novos questionamentos (HAGUETTE, 2003: 101). Neste sentido, é reconhecido o papel político da ciência e o compromisso político e social do pesquisador.

A partir das escolhas metodológicas e com a finalidade de responder aos objetivos propostos, o presente trabalho foi organizado em quatro capítulos. A emergência recente da problemática de conservação tem sido gradativamente assimilada na agenda política internacional, levantando críticas ao paradigma econômico de uso intensivo dos recursos naturais. Um grande desafio é conciliar um discurso mundial com a prática local que se depara com inúmeras dificuldades de aplicação. Diante deste contexto, o capítulo 1 trata das Unidades de Conservação, em especial os Parques Nacionais, num breve histórico com principais tratados e convenções internacionais que ocorreram nas últimas décadas em relação à conservação da biodiversidade; desafios e conquistas no contexto brasileiro e no estado de Minas Gerais.

No Capítulo 2 apresenta-se uma revisão teórico conceitual que permita refletir a respeito dos problemas enfrentados pela aplicabilidade de um modelo conservacionista que desconsidera as distintas realidades e o contexto social onde são inseridos os parques nacionais. Busca-se discorrer sobre a criação de áreas protegidas que são pensadas como formas de amenizar tensões desencadeadas por um modelo de desenvolvimento baseado no discurso de crescimento e progresso, mas que, na prática, tornam-se palco de distintos interesses e conflitos, a partir de sua importância na temática das Unidades de Conservação. A geografia possui conceitos que conferem sua identidade e a forma como analisa as relações entre homem e meio ambiente dentro das ciências humanas. Para o entendimento da temática referente aos parques nacionais torna-se relevante a discussão das categorias espaço, lugar e território, bem como a reflexão sobre os conceitos de natureza, recursos naturais, espaço social, conflitos, representação, percepção, apropriação, comunidade, identidade, populações tradicionais, entre outros tantos apresentados com base na sua relevância no âmbito da temática das Unidades de Conservação.

O Capítulo 3 apresenta a contextualização da região de estudos, bem como as características relevantes do Vale do Peruaçu que justificaram a criação do PNCP. O norte de Minas é apresentado segundo sua ocupação, seus aspectos históricos, físicos, econômicos e sociais. O capítulo terá como base bibliográfica autores que possuem trabalhos importantes referentes à região como Carlos Dayrell, Carlos Eduardo Mazzetto Silva, Ricardo Ferreira Ribeiro, Claudia Luz, João Batista de Almeida Costa, Carlos Walter Porto Gonçalves e outros. A caracterização do PNCP e seu zoneamento são apresentados também neste capítulo, com base nas informações contidas no Plano de Manejo do Parque e nas observações realizadas durante os trabalhos de campo.

Finalmente o quarto capítulo discute os resultados alcançados no que se refere às distintas representações e aos conflitos que envolvem o Parque, a partir das questões norteadoras apresentadas anteriormente. Com o intuito de avaliar se os objetivos propostos foram alcançados, este capítulo foi estruturado com base nas questões que englobam o estado atual e os processos que se desenvolvem no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu através da análise dos dados obtidos pelas entrevistas, observações e levantamentos bibliográficos. No quarto capítulo pretendeu-se ainda realizar uma avaliação do Processo Administrativo Civil – PAC nº 08112.000968/97 referente ao Termo de Compromisso firmado entre o Ministério Público Federal, a empresa FIAT Automóveis S/A e o IBAMA - que obrigou a empresa automotiva a financiar parte do projeto de implantação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Além disso, o capítulo propõe uma discussão do Plano de Manejo elaborado para o PNCP, com destaque para as análises socioambientais e suas limitações.

CAPÍTULO 1

A política de Unidades de Conservação e a criação de Parques Nacionais

As novas fórmulas contemporâneas de acumulação do capital encontram suas raízes associadas aos novos modos de pensar e produzir que emergiram desde a passagem para a modernidade (ALBAGLI, 1998: 239). A expansão econômica e a formação de um mercado crescentemente globalizado sob o comando do capital transnacional acentuou a pressão sobre os recursos naturais. Dessa forma, a emergência recente da problemática de conservação ambiental tem sido gradativamente assimilada na agenda política internacional, levantando críticas ao paradigma econômico de uso intensivo dos recursos naturais. Um grande desafio é conciliar o discurso mundial com a prática local que se depara com inúmeras dificuldades de aplicação. O presente capítulo tratará das Unidades de Conservação, em especial os Parques Nacionais, num breve histórico com os principais tratados e convenções internacionais que ocorreram nas últimas décadas em relação à conservação da biodiversidade; desafios e conquistas no contexto brasileiro e no estado de Minas Gerais.

O estabelecimento de áreas protegidas como prática política vem sendo adotado mundialmente, sob o discurso de minimizar a perda da biodiversidade desencadeada pelo processo atual de desenvolvimento. O conceito moderno de área protegida não nasceu pronto, mas evoluiu com o tempo. O pressuposto inicial que fundamentou a criação de áreas naturais protegidas em muitos países foi a idéia de socialização das belezas cênicas desses espaços para usufruto de toda população, associado ao papel de intervenção do Estado para assegurar os interesses coletivos (BRITO, 2000: 20).

O sistema de áreas naturais protegidas tem como marco inicial a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872. A partir das leis de criação do parque e, posteriormente, no ano de 1916, da implantação do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos (NPS) que se consolidaram as bases conceituais para a criação e o manejo de parques nacionais em todo o mundo ⁹ (MILLER, 1980 apud ARAUJO, 2007: 28).

A criação do Parque Nacional de Yellowstone representou nos EUA uma conquista da corrente preservacionista estadunidense. A essência da ideologia preservacionista, que motivou a criação de áreas protegidas, baseava-se na reverência à natureza no sentido de apreciação estética e espiritual das regiões selvagens (ARAUJO, 2007: 33) e enxergava o homem necessariamente como destruidor da natureza. Nas palavras de Diegues (2001: 13) tratava-se de uma reprodução do

⁹ Contudo vários autores (MCCORMICK, 1992, CÂMARA e CANDIDO 2003, apud BRITO, 2000) chamam a atenção ao fato de que a definição do conceito de Parque já era utilizado anteriormente, e já existiam outros tipos de áreas protegidas, criadas anteriormente a essa data, que mantinham características e objetivos diferentes da concepção moderna de Parque (BRITO, 2000: 19).

mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de expulso do Éden. Como ressalta Brito (2000: 21) “na visão preservacionista natural era aquilo que prescindia da presença ou atuação humana, e que permanecia tal como foi originalmente criado pela ação divina”.

Com o passar do tempo o conceito de áreas protegidas passou a incorporar a conservação da biodiversidade, e não mais somente o aspecto das belezas cênicas, servindo principalmente como laboratórios para pesquisas biológicas. A importância da conservação da biodiversidade como justificativa para criação de parques nacionais - e outras áreas protegidas - acabou reforçando a idéia de que a presença humana seria algo negativo e prejudicial, sendo permitida em situações muito restritas (BRITO, 2000: 22). Para Diegues (2001: 37), o modelo de preservação defendido pelos estadunidenses, que se espalhou rapidamente pelo mundo, embasou a dicotomia entre povos e parques.

Nas primeiras décadas do século XX, a terminologia utilizada para designar as unidades de conservação era distinta para cada país e, muitas vezes, os próprios objetivos de manejo eram conflitantes entre si (ARAUJO, 2007). Até o ano de 1933 já haviam sido criados parques nacionais em várias partes do mundo, mas ainda não estava estabelecido um conceito universal para essa categoria. A inexistência de uma terminologia mundialmente aceita e adotada foi encarada como um problema para encorajar estratégias de planejamento e possíveis acordos internacionais de proteção à natureza.

A primeira tentativa de padronizar uma terminologia para as unidades de conservação foi realizada na Convenção para Preservação da Fauna e da Flora em seu Estado Natural, em Londres, em agosto de 1933. O objetivo da Convenção era regulamentar a preservação da fauna e da flora de certas partes do mundo, particularmente a África, através de parques, reservas naturais e através da regulamentação da caça e da coleta de espécies. A Convenção definiu os parques nacionais como áreas controladas pelo poder público e cujos limites não poderiam ser alterados; que fossem estabelecidas para a proteção e preservação da fauna, da vegetação nativa e de outros aspectos de relevante interesse tais como o geológico, o arqueológico e o histórico. Outra finalidade era que servissem como locais destinados à pesquisa e à visitação pública (DIEGUES, 2001: 99).

A fim de iniciar e coordenar trabalhos de cooperação internacional no campo da conservação da natureza, em 1948 foi fundada a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) que englobava agências governamentais e não governamentais. No decorrer dos anos a UIPN passou a dar maior consideração à conservação e alterou seu nome, no ano de 1965, para União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (*International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources*) IUCN (BRITO, 2000: 25). Segundo dados disponíveis no site da organização,

A IUCN reúne atualmente 83 nações, 110 agências de governo, mais de 800 ONG's e milhares de especialistas e cientistas de 181 países. A missão da IUCN é influenciar, encorajar e assistir sociedades em todo o mundo na conservação da integridade e biodiversidade, e assegurar que todo e qualquer uso dos recursos naturais seja equitativo e ecologicamente sustentável (IUCN, 2008 disponível em www.uicn.org, acesso em 05/02/2008).

Ao longo da história de atuação da IUCN destaca-se a criação da Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CNPAA – Commission on National Parks and Protected Areas) no ano de 1960, com as finalidades de promoção, monitoramento e orientação do manejo de tais áreas (ARAUJO, 2007: 40); e a realização do I Congresso Mundial de Parques Nacionais no ano de 1962 (Seattle – EUA), onde foi discutida a nomenclatura apropriada para designar os diferentes tipos de áreas protegidas identificadas no mundo (PHILLIPS, 2004 apud ARAUJO, 2007: 40). Nesta ocasião enuncia-se o princípio geral para os parques nacionais, voltados para a preservação de paisagens naturais, para o lazer e para o turismo:

Para que uma área possa ser designada como parque nacional ou reserva equivalente, esta deve estar sob ampla proteção legal que a resguarde da exploração de seus recursos naturais ou de qualquer dano ocasionado pelo homem. Na prática, se deve permitir algumas exceções e como tais devem ser manejadas sempre. [...] Podem-se justificar exceções ao princípio básico da não-exploração dos recursos naturais, quando se relacionem com direitos privados que existiam antes da criação do parque: direito de habitação, direito de agricultura e pecuária, direito de prospecção, direito de caça. Sem dúvida, estas atividades se devem permitir apenas em pequenas áreas do parque e no que for possível não devem ser de natureza permanente. Ao longo prazo se deve aspirar a uma redução ou finalização das atividades (AMEND, 1991 apud BRITO, 2000: 26)

Entretanto foi na 10ª Assembléia Geral da UICN, em 1969 em Nova Delhi (Índia), que se define o conceito de parques nacionais, além das recomendações sobre as diferentes terminologias e os princípios para o manejo das áreas protegidas. Nesta ocasião definiu-se que o conceito de parque nacional fosse aplicado somente em áreas relativamente extensas, onde os ecossistemas não estivessem alterados pela atividade antrópica e em áreas de relevante interesse científico, educacional e recreativo, ou que continham paisagens naturais de grande beleza cênica. Definiu-se ainda que tais áreas fossem de responsabilidade do Estado, onde se permitisse a entrada de visitantes (DIEGUES, 2001:100).

A partir dos anos 50, com especial destaque para a década de 70, o mundo passou a contar com um importante incremento no que diz respeito à criação de áreas protegidas, inicialmente nas categorias Parque e Reserva. Segundo o Relatório Brundtland¹⁰, documento

¹⁰ O Relatório denominado Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, publicado em 1987, foi elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CMMAD. A comissão criada pela ONU, com o propósito de discutir as relações entre meio ambiente e desenvolvimento, lançou pela primeira vez o conceito de “*Desenvolvimento Sustentável*” concebido como “*o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*”. O relatório teve ampla repercussão mundial, e estimulou a ONU a organizar em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92.

intitulado Nosso Futuro Comum - publicado em 1987 - nos anos 70 a extensão da rede de áreas protegidas registrou expansão de mais de 80% em todo o mundo, sendo que 2/3 deste total correspondiam à áreas estabelecidas em países em desenvolvimento (BRITO, 2000: 27). Esses países passaram a enxergar as áreas protegidas como potenciais geradoras de divisas, principalmente através da atividade turística e como ferramenta política conveniente para o controle dos recursos florestais (GUIMIRE, 1993 apud BRITO, 2000: 28). Ainda na década de 70, os crescentes conflitos que envolviam populações e áreas naturais protegidas começaram a atrair os olhares da comunidade internacional.

Um dos grandes marcos na história do ambientalismo foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – Conferência de Estocolmo no ano de 1972. A Conferência representou a primeira grande tentativa de trazer os países em desenvolvimento para a discussão internacional das questões ambientais e contou com a participação de 114 nações.

O maior legado da Conferência de Estocolmo foi a inserção definitiva das questões ambientais na agenda mundial e o reconhecimento de que os problemas ambientais transcendiam fronteiras, estando relacionados à questões de ordem política, econômica, social e cultural (BRITO, 2000:29). Pela primeira vez foram discutidos os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente, com o objetivo de estabelecer ações corretivas de âmbito global, bem como critérios e princípios comuns que oferecessem aos povos do mundo inspiração e um norte para preservar e melhorar o meio ambiente humano. Foi a partir das discussões ocorridas na conferência e de sua repercussão mundial que a maioria dos países criou instituições específicas para lidar com o meio ambiente, aprovando leis e regulamentações que tratassem da proteção ambiental (FEAM, 1998: 36). Os resultados formais decorrentes da Conferência foram a elaboração da “Declaração sobre o Ambiente Urbano” (ou Declaração de Estocolmo) e a instauração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (SANTILLI, 2005: 28).

Durante a Conferência de Estocolmo iniciou-se a discussão de um novo estilo de desenvolvimento, denominado de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, proposto inicialmente pelo Relatório Brundtland no ano de 1987. A idéia principal que justificou a proposta de um desenvolvimento sustentável colocou em pauta a necessidade de uma nova racionalidade no processo de desenvolvimento econômico. O eixo central desse novo modelo proposto era que ele fosse capaz de atender às necessidades das gerações presentes, sem o comprometimento dos recursos para as gerações futuras. Apesar de reconhecer que as ações de proteção ambiental estão diretamente relacionadas às disparidades sociais e econômicas, Mazzetto (2003: 290) enfatiza que o Relatório Brundtland adotou um tom diplomático, evitando tanto tocar nas questões

de fundo das relações homem, sociedade e natureza, como nas relações de poder que estabelecem as ordens tanto na esfera global como em níveis nacionais.

Este estudo não tem pretensões de entrar na ampla discussão que engloba o conceito de desenvolvimento sustentável, mas mantém uma crítica no que se refere à forma economicista com que este é aplicado ao discurso ambiental global. No discurso superficial do desenvolvimento sustentável “a sustentabilidade está condicionada a um crescimento econômico sustentado, no contexto de um capitalismo globalizado” (MAZZETTO, 2003: 280), em que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, enquanto que sustentabilidade refere-se ao uso, na atividade econômica, de tecnologias de baixo impacto ambiental. Ainda segundo Mazzetto, o conceito oficial do desenvolvimento sustentável - adotado por vários governos, políticos, empresários e mesmo algumas ONGs - traz consigo a continuidade de um processo de homogeneização cultural e ecológica, comandada pelo capital transnacional.

Para estes atores poderosos do cenário mundial, não há contradições entre o processo de acumulação capitalista (e suas escandalosas desigualdades sociais e desastres ecológicos) e a perspectiva de sustentabilidade. A lógica do capital e do mercado resolve satisfatoriamente os impasses ambientais contemporâneos, não havendo, portanto, necessidade de rupturas, nem de soluções radicais (MAZZETTO, 2003: 281)

Todavia, existe outra concepção que contrapõe um desenvolvimento mais humano e social – qualitativo - que engloba maior equidade social, diminuição da pobreza e uma melhor distribuição de renda, buscando a sustentabilidade na interdependência entre as dimensões ambiental, político institucional e sociocultural, exigindo assim transformações muito mais profundas e significativas nos padrões atuais de uso, produção e consumo (ALBAGLI, 1998:46). Nesse sentido Acselrad (2004: 16) coloca que mais do que uma disputa entre alternativas técnicas que se mostrem mais econômicas quanto aos níveis de uso e perturbação dos ecossistemas, a noção de sustentabilidade pode e deve trazer para a agenda pública categorias como justiça, democratização e diversidade cultural. Wusten (1997 apud ALBAGLI, 1998: 242) menciona a importância em se compreender o conceito de desenvolvimento sustentável como uma noção inerentemente geográfica, não só porque enfatiza a necessidade de um padrão alternativo nas relações entre o homem e o meio físico, mas também por expressar um novo modo de regulação do uso do território à escala global (BECKER, 1997 apud ALBAGLI, 1998: 242).

O desenvolvimento sustentável - seu conceito e aplicação - está longe de ser uma estratégia hegemônica ou consensual. O conceito se tornou um objeto de disputa bem no centro de uma luta ideológica, marcada por distintos sujeitos sociais com diferentes formas de pensar e propor esta reorientação no desenvolvimento (MAZZETTO, 2003: 284).

Em relação ao tema das áreas protegidas, paralelamente às iniciativas da IUCN, ocorreram vários eventos que ajudaram a consolidar a idéia conservacionista no mundo e a modificar a visão sobre as unidades de conservação (ARAUJO, 2007: 41). Um deles foi o lançamento, pela UNESCO, do Programa Homem e Biosfera (MaB – Man and the Biosphere), ocorrido nos anos 70. Ele foi resultado da "Conferência sobre a Biosfera" realizada em Paris, no ano de 1968, que abordou o uso e a conservação mais racional da biosfera. O MaB atualmente é um programa de cooperação científica internacional que propõe discutir as interações entre o homem e seu meio, procurando compreender as repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta (UNESCO, 2008).

O MaB lançou as bases conceituais de um inovador instrumento de planejamento – as chamadas Reservas da Biosfera (RBs) - para combater os efeitos da degradação ambiental, promover a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável (ARAUJO, 2007: 41). A primeira RB foi decretada em 1976 e, atualmente, existem aproximadamente 450 Reservas da Biosfera espalhadas por cerca de 100 países ao redor do mundo. Ainda que sejam declaradas pela UNESCO, as RB's são propostas por iniciativa de cada país e cabe integralmente a estas nações sua administração, considerando-se os princípios do Programa Homem e Biosfera (UNESCO, 2008).

Além da criação das Reservas da Biosfera, outro aspecto relevante foi o tratamento das questões relativas à ocupação humana em áreas protegidas nas discussões da 11ª Assembléia Geral da UICN, em 1972, em Banff, no Canadá. Nesta ocasião houve a incorporação oficial do princípio de zoneamento ao conceito de parques nacionais e o reconhecimento de que comunidades humanas com características culturais específicas faziam parte desses ecossistemas, denominados Zonas Antropológicas (BRITO, 2000: 30). Tais aspectos foram ratificados no II Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em Yellowstone, também no ano de 1972.

Outro marco para a definição do conceito de parques nacionais foi a realização do III Congresso de Parques Nacionais, em Bali (Indonésia), no ano de 1982. Nesse congresso houve uma relevante evolução na parte conceitual e foi, a partir dele, que passou-se a incorporar a importância da integração dos parques nacionais com o desenvolvimento socioeconômico. Já nessa época foi defendida a idéia de que a criação de parques e outras unidades de conservação somente teria sentido se atrelada a uma mudança nos padrões de consumo dos países industrializados e à promoção de melhorias na qualidade de vida nos países em desenvolvimento.

O Congresso de Bali reafirmou os direitos das sociedades tradicionais e recomendou que o manejo das UCs fosse realizado de forma conjunta entre as sociedades que tradicionalmente vivem nas áreas e as autoridades responsáveis por sua gestão. Para Araujo (2007: 50) “foi

estabelecida a visão de que a viabilidade em longo prazo, de áreas protegidas, tais como os parques, dependeria de sua capacidade de integração ecológica, social e econômica com a área do entorno”. Todavia não foi reconhecida, de forma explícita, a existência de populações locais no interior das áreas definidas como parques nacionais nos países em desenvolvimento, bem como os conflitos gerados pela expulsão dessas comunidades (DIEGUES, 2001: 100-101).

A Comissão de Parques e Áreas Protegidas (CNPPA) foi responsável pela elaboração de um sistema internacional de classificação para as áreas protegidas. Os esforços iniciaram-se em 1975 e, em 1992, as propostas foram apresentadas no IV Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em Caracas na Venezuela. Segundo Araujo (2007: 43), após os debates, a recomendação foi que o sistema fosse composto por seis categorias, cuja definição estaria baseada nos objetivos de manejo: a) investigação científica; b) proteção de zonas silvestres; c) preservação de espécies e da diversidade genética; d) manutenção dos serviços ambientais; e) proteção de características naturais e culturais; f) turismo e recreação; g) educação; h) utilização sustentável dos recursos derivados dos ecossistemas naturais; i) manutenção de atributos culturais e tradicionais. Finalmente, no ano de 1994, o novo sistema de classificação das unidades de conservação foi sancionado pela Assembléia Geral da IUCN realizada na cidade de Buenos Aires, na Argentina, e apresentado de forma resumida na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Categorias de Manejo de unidades de conservação propostas pela IUCN em 1994

Categoria	Denominação	Objetivo Principal de Manejo
I	Reserva Natural Estrita / Área Silvestre	Com fins científicos ou com fins de proteção da natureza
II	Parque	Para conservação de Ecossistemas e com fins de recreação
III	Monumento Natural	Para conservação de características naturais específicas
IV	Santuário de Vida Silvestre	Para conservação de habitats e/ou para satisfazer as necessidades de determinadas espécies
V	Paisagem Terrestre / Marinha Protegida	Para conservação de paisagens terrestres e marinhas com fins recreativos
VI	Área Protegida com Recursos Manejados	Para uso sustentável dos ecossistemas naturais

Fonte: IUCN, 1994 apud ARAUJO, 2007: 44

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio- 92 (ou Eco-92) aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992, e foi o maior encontro intergovernamental inteiramente voltado para a discussão ambiental já

realizado no planeta. O evento contou com a participação de 180 países, incluindo 105 chefes de Estado. A realização da conferência foi motivada pela repercussão mundial do Relatório Brundtland, publicado em 1987. E ao final da Eco-92, convenções, acordos e protocolos foram firmados, tais como: a Convenção sobre Mudanças Climáticas; a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB; a Agenda 21 e a Declaração sobre as Florestas (ARAUJO, 2007: 44). Destaca-se que a Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinada por 156 países com os objetivos de conservação da diversidade biológica, utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

Pode-se afirmar que a Conferência do Rio evoluiu na definição do conceito de desenvolvimento sustentável na medida em que deu uma nova ênfase na dimensão de equidade, nas noções de proteção ambiental e desenvolvimento econômico (VAILLANCOURT, 1995 apud FEAM, 1998: 42). Durante a Rio-92, o debate político internacional reconheceu a necessidade das nações desenvolvidas investirem recursos e tecnologias nos países em desenvolvimento para que estes pudessem alcançar formas de desenvolvimento compatíveis com o princípio da sustentabilidade.

Dez anos depois da Eco-92, foi realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, denominada RIO+10, com o objetivo de avaliar o progresso alcançado na questão ambiental na década transcorrida após a Conferência de 92. Seus resultados foram a Declaração de Joanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação. Entre os temas debatidos estavam o acesso à energia limpa e renovável, efeito estufa, conservação da biodiversidade, proteção e uso das fontes de água, acesso à água potável e saneamento. Ao fim do encontro foram estabelecidas metas para os anos seguintes. Entre essas metas destaca-se o comprometimento dos países participantes em reduzir pela metade a população sem acesso à água potável e saneamento básico, até o ano de 2015. A principal crítica ao evento, feita por organizações ambientalistas, foi que não houve nenhuma avanço em relação aos documentos assinados na RIO-92. Além disso, no ano de 2007 foi realizada a conferência internacional Rio+15, que teve como principal discussão o combate ao aquecimento global e a necessidade de redução de emissões de gases no combate ao efeito estufa.

Especificamente relacionado ao tema das unidades de conservação, a Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN realizou em 1997 mais uma conferência, denominada “As Áreas Protegidas do Século XXI: de Ilhas a Redes”, com o intuito de identificar os principais desafios a serem enfrentados pelas UCs no século XXI. Entre tais desafios, mereceram destaque a mudança de enfoque das Ucs de ilhas para redes, a relevância de se incorporar as comunidades locais no manejo das áreas e a necessidade de se elevar os padrões de gestão e capacitação dos

responsáveis pelas áreas protegidas (ARAUJO, 2007: 50). Segundo o mesmo autor, no V Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em Durban (África do Sul), em 2003, a maior preocupação foi estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da gestão participativa das áreas protegidas, além da busca por formas de incorporação dos direitos das populações locais.

Durante o período que envolve a realização dos cinco congressos mundiais de parques (de 1962 a 2003) houve um amadurecimento na concepção da importância da criação de unidades de conservação, em especial dos parques nacionais, que deu origem às formas distintas de gestão dessas UCs.

Unidades de Conservação: o caso brasileiro no contexto atual Latinoamericano

As Unidades de Conservação, internacionalmente denominadas de áreas protegidas, são conceituadas pela UICN como

Una superficie de tierra y/o mar especialmente consagrada a la protección y el mantenimiento de la diversidad biológica, así como de los recursos naturales y los recursos culturales asociados, y manejada a través de medios jurídicos o otros medios eficaces (UICN, 1994: 18)

Cada país, diante de suas especificidades políticas, econômicas, culturais, e das riquezas naturais que possui, adota formas diferenciadas para definir os objetivos de conservação da natureza, bem como as categorias e formas de manejo dessas áreas (BRITO, 2000: 15). As diferentes categorias de manejo podem ser mais ou menos restritivas no que diz respeito às formas de utilização dos recursos naturais presentes no interior das áreas. Com base na definição da UICN,

[...] las categorías se deben asignar en función del principal objetivo de manejo, según se indica en las definiciones jurídicas sobre la base de las cuales se establecieron; los objetivos de gestión del sitio son de valor suplementario. Este enfoque garantiza que el sistema tenga una base sólida, y resulta más práctico. Por lo tanto, al asignar un área a una categoría, habrá que examinar la legislación nacional (u otros medios eficaces similares, tales como los acuerdos de derecho consuetudinario o los objetivos declarados de una organización no gubernamental) a efectos de identificar el objetivo principal para el cual se ha de manejar la zona (UICN, 1994: 19)

Como resultado das iniciativas discutidas anteriormente, pode-se afirmar que no contexto atual, além do crescimento do número de áreas sob proteção, houve também uma significativa ampliação da quantidade de categorias de manejo, diversificação das finalidades, objetivos e normas para as áreas protegidas (WWF, 2008). No ano de 2003, segundo Araujo (2007: 45) a lista de áreas protegidas das Nações Unidas registrou

102 mil unidades, cobrindo uma área de 18,8 milhões de km², o que equivale a 12,65% da superfície terrestre. Dessas 102 mil áreas, 67% enquadram-se dentro das categorias de manejo propostas pela IUCN em 1994, englobando uma área de mais de 15 milhões de km². Foram listadas 436 áreas declaradas como reservas da Biosfera, 172 como Patrimônios da Humanidade e 1305 como sítios Ramsar.

Todavia, de acordo com o Informe GEO-4: Panorama do Meio Ambiente Global: Meio Ambiente para o Desenvolvimento – GEO 4 (*UNEP's Global Environment Outlook: environment for development*), relatório publicado no ano de 2007 (20 anos depois do “Nosso Futuro Comum”) o crescimento do número de áreas protegidas ainda não garante a conservação da biodiversidade:

During the past 20 years, the number of protected areas grew by over 22 000 (Chape and others 2005) and currently stands at more than 115 000 (WDPA 2006). However, the number of protected areas and their coverage can be misleading indicators of conservation (especially for marine areas), as their establishment is not necessarily followed by effective management and enforcement of regulations (Mora and others 2006, Rodrigues and others 2004). Also the percentage and degree to which each ecosystem is protected varies greatly. Roughly 12 per cent of the world's land surface is included within some kind of protected area, but less than one per cent of the world's marine ecosystems are protected [...]. (Chape and others 2005, SCBD 2006, apud GEO-4, 2007: 166, acesso em 07/11/2007).

O Informe GEO-4 foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) da Organização das Nações Unidas, com a participação de centenas de especialistas, governos e entidades da sociedade civil organizada. O relatório avalia o estado atual da atmosfera global, terra, água e biodiversidade; aponta quais foram as mudanças percebidas desde 1987 e identifica prioridades para ação. Sobre o contexto latino-americano, o relatório avalia que o impacto desencadeado pelo crescimento sem planejamento das áreas urbanas ameaça a biodiversidade dos ecossistemas. A pressão ao meio ambiente, resultante do crescimento e desenvolvimento da região, aumentou o consumo de fontes de energia, tais como petróleo e gás; expandiu a utilização de terras aráveis destinadas à monocultura para exportação, aumentou a emissão de poluentes na atmosfera, entre outros.

The region is the most urbanized in the developing world, with 77 per cent of the total population living in cities. The quality of fuels (both gasoline and diesel) has gradually improved throughout the region, but urban air pollution and associated health impacts are high and increasing. Untreated domestic and industrial wastewaters are on the rise, affecting coastal areas, where 50 per cent of the people live. Domestic waste is generally insufficiently treated. Land use change has had impacts on biodiversity and cultural diversity. The conversion of forest land to pastures, monoculture planted forests, infrastructure and urban areas is causing habitat loss and fragmentation, as well as the loss of indigenous knowledge and cultures. Other pressures are from wood harvesting, forest fires and the extraction of fossil fuels (GEO-4, 2007: 229, acesso em 07/11/2007)

No contexto latino-americano de conservação da biodiversidade, o I Congresso Latino-americano de Parques Nacionais e Outras Áreas Protegidas foi realizado em 1997 na cidade de Santa Marta, Colômbia. Um dos objetivos do Congresso foi promover a reflexão sobre o progresso

das ações ambientais na América Latina - desde o Congresso Mundial de Parques Nacionais realizado em 1992 - e projetar as prioridades e estratégias futuras para a conservação ambiental na região. Já o II Congresso Latino-americano de Parques Nacionais e Outras Áreas Protegidas aconteceu em 2007 na cidade de San Carlos de Bariloche, Argentina. O evento realizado pela IUCN, com o apoio de diversas instituições e organizações, contou com mais de 2200 representantes da América Latina. Após as discussões, foi elaborada a Declaração de Bariloche (Anexo 1), documento que contém as análises e propostas feitas pelos representantes dos países latino-americanos presentes ao evento.

Ao contrário do primeiro congresso, realizado na cidade colombiana de Santa Marta, 10 anos antes, a Declaração de Bariloche apresentou uma maior preocupação de cunho social à medida que destacou a importância da participação social no contexto dos parques e áreas protegidas. Os congressistas enfatizaram a idéia de que não cabe apenas ao Estado a responsabilidade de gestão dos parques nacionais e reconheceram o papel de comunidades locais e povos indígenas na tomada de decisões para o manejo e proteção das áreas definidas como de preservação.

O documento também ratificou a definição latino-americana de áreas protegidas, apresentada no Congresso de Santa Marta. Esta definição considera estes territórios como espaços estratégicos para os países, indispensáveis para o crescimento, desenvolvimento e melhorias das condições de vida para suas populações, além de constituir uma das principais opções de proteção do patrimônio natural. Segundo dados apresentados no documento, houve um significativo aumento no número de áreas protegidas na região

[...] actualmente Latinoamérica tiene alrededor de 4000 áreas protegidas, con una superficie mayor a 4 millones de km², es decir más del 18 % del territorio terrestre de la región. Estas cifras representan el 4 % del número de áreas pero el 20 % en cuanto a la extensión de todas las áreas protegidas del mundo (UICN *et al*, 2007:3)

Em sua análise sobre o evento, a WWF (2007) destacou que a declaração reconheceu a necessidade de estabelecer um programa regional de áreas protegidas para a América Latina, além da criação de capacidade institucional, recursos humanos, financeiros e legais que permitam gerenciar as áreas protegidas de maneira efetiva. Apesar do aumento da superfície protegida na América Latina ser considerado como um avanço, a Declaração reconheceu lacunas no sistema de áreas protegidas:

Vemos con gran preocupación que [...] muchas áreas protegidas continúan adoleciendo de apoyo en cuanto a recursos humanos y financieros para su gestión efectiva y sufren los impactos derivados de proyectos de desarrollo económico y de infraestructuras inadecuadas. Es necesario que los gobiernos de la región integren los requerimientos de estas áreas en las diferentes políticas y estrategias nacionales de planificación del uso de las tierras aguas y mares en el marco del ordenamiento territorial (UICN *et al*, 2007:6).

A declaração de Bariloche também questionou o atual modelo de desenvolvimento que prioriza a execução de grandes projetos de infra-estrutura, mesmo que estes atravessem áreas de conservação, tais como estradas e linhas de transmissão dentro e/ou nas proximidades das unidades de conservação. Outros questionamentos se deram em relação à extensão da monocultura, ao crescimento de áreas destinadas ao plantio de espécies biocombustíveis e à super exploração de recursos pesqueiros:

Identificamos que en la última década las amenazas existentes a la integridad de las áreas protegidas se han intensificado, especialmente el avance de actividades agrícolas de gran escala (incluyendo la producción de agrocombustibles), la colonización ilegal de tierras, el tráfico ilegal de madera (tala) y otras especies invasoras de flora y fauna y la extensión de actividades mineras, petroleras y forestales no sostenibles así como de cultivos de uso ilícito em algunos países. En muchos casos estas amenazas se ven agudizadas por el surgimiento de iniciativas de infraestructura vial y energética que carecen de consideraciones ambientales adecuadas, así como por el incremento de la demanda de recursos naturales para el comercio internacional, lo cual las hace más vulnerables al cambio global (UICN *et al*, 2007: 5)

O documento também destaca a necessidade do papel do Estado na condução de políticas destinadas às Áreas Protegidas, aliadas à garantia de participação das populações locais. Tais áreas devem ser criadas como espaços de diálogo nas quais se possam analisar os anseios e expectativas de todos envolvidos, bem como estabelecer compromissos e responsabilidades para uma ação conjunta entre os distintos sujeitos. E ainda estudar formas de distribuição equitativa dos custos e benefícios associados ao estabelecimento e manejo das áreas protegidas.

Todavía, o que fica implícito no processo de criação das UCs é que as populações tradicionais devem sacrificar-se para proteger a biodiversidade e dotar as populações urbanoindustriais de espaços naturais, conferindo uma opção de lazer e contato com a vida selvagem aos habitantes citadinos (DIEGUES, 1996). Cria-se com isto uma dicotomia dentro do espaço preservado: o espaço de uso público e o espaço excludente. As pessoas são sacrificadas em nome de um sistema e de uma lógica utilitarista que não as reconhece como sujeitos sociais, que não as inclui no processo decisório e que nem mesmo respeita seus modos de vida.

BRASIL: A dimensão nacional da criação de Unidades de Conservação

No início na década de 70, a poluição e a degradação gerada pelo processo de produção e desenvolvimento tornou-se uma preocupação das sociedades modernas e o tema meio ambiente passou a ser alvo de discussões em todo o mundo. O modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil, principalmente após a segunda metade da década de 50, gerou um rápido processo de urbanização e crescimento demográfico que sobrecarregou a estrutura das cidades, elevou os índices de pobreza e agravou os problemas ambientais.

O processo de formulação e implementação da política ambiental no Brasil, apesar de contar com uma trajetória classificada como positiva, ainda não pode ser considerado realmente eficaz. Além disso, a incorporação do meio ambiente na agenda governamental brasileira foi, em grande parte, determinada por pressões internacionais, principalmente por parte dos países desenvolvidos.

A história brasileira é marcada por um profundo e duradouro consenso social em prol do crescimento econômico a todo e qualquer custo. Ao analisar as leis e políticas ambientais brasileiras entre os anos de 1934 e 2002, Drummond e Barros-Platiau (2006:84) afirmam que os ideais do pró-crescimento foram unanimemente aceitos e baseados na meta de transformar o Brasil em uma grande potência mundial, mesmo em detrimento da liberdade política, dos recursos naturais, e da justiça social.

As políticas e leis associadas à questão ambiental no Brasil foram divididas e analisadas por Drummond e Barros-Platiau (2006:85) em três grandes fases. A primeira fase, entre o ano 1934 e 1964, foi marcada por um forte desenvolvimento associado à intervenção e ao investimento estatal, bem como à expansão das fronteiras agrícolas. Nessa época a questão ambiental foi centrada na temática dos setores de exploração econômica de recursos naturais. A política ambiental dessa primeira fase baseou-se na formulação de códigos como os códigos das águas, das minas, das florestas e da caça e da pesca.

A segunda fase, de 1964 a 1988, é novamente marcada por uma forte intervenção estatal e rápida expansão econômica - incluindo a fronteira agrícola - além de novas regulamentações ambientais e políticas. A terceira fase, de 1989 até 2002, se insere em um contexto de reduções do ritmo do crescimento econômico e da intervenção estatal, e apresenta uma expansão da política e da legislação ambiental. Segundo os autores, durante o último período, as leis ambientais tornaram-se mais abrangentes, mais cientificamente embasadas e também mais punitivas. Ademais da introdução de novos mecanismos de controle e sanções penais e administrativas, o planejamento ambiental e as avaliações de impacto se tornaram mais comuns e

mais presentes no modelo desenvolvimentista. Em consonância com a tendência da legislação ambiental internacional, instrumentos econômicos também foram aprovados, como o "poluidor-pagador".

Em termos de legislação ambiental, o documento legal brasileiro mais antigo relativo ao uso de um recurso natural é o Código Florestal, editado em 1934 e reformulado em 1965. Segundo Araujo (2007: 65) o documento "começava a refletir a nova concepção do Estado social, limitando o direito de propriedade, subordinando-a ao interesse social", tendo em vista que as florestas, já nessa época, passam a ser consideradas bens de interesse comum e com direitos de propriedade limitados. Data também de 1934 o Código das Águas e inserem-se ainda neste conjunto o Código da Pesca, de 1938, e o Código das Minas, que foi instituído em 1940 e teve uma nova redação normatizadora da atividade minerária em 1967 (Decreto-lei nº 227). Embora estes códigos pudessem envolver normas de proteção dos recursos naturais, o objetivo prioritário era o fomento e a normatização de sua exploração, e sua finalidade foi a de colocar os recursos sob controle racional e planejamento das agências federais (FEAM, 1998: 46).

Em 1934 foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. O objetivo era pressionar o governo a cumprir as medidas conservacionistas recém-aprovadas pelo Código Florestal e a criar o Sistema de Parques Nacionais (FRANCO, 2000 apud ARAUJO, 2007: 67). No Brasil, a primeira proposta registrada de criação de uma área protegida ocorreu em 1876, como sugestão do engenheiro André Rebouças, inspirado na criação do Parque Nacional do Yellowstone (EUA). A proposta do engenheiro Rebouças contemplava a criação de dois parques nacionais: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal (rio Araguaia). Entretanto, somente muitos anos depois é que foram efetivamente criados os parques nacionais nestes dois locais – o Parque Nacional do Araguaia em 1959; o Parque Nacional de Sete Quedas em 1961 (DRUMMOND *et al*, 2006: 12). É de 1937 que data a criação do primeiro parque nacional brasileiro. Por iniciativa do governo federal, já com uma base legal consolidada, foi criado o Parque Nacional do Itatiaia, que abrangia uma área de 11.943 hectares (ARAUJO, 2007: 68). Contudo, torna-se importante destacar que o primeiro parque criado no Brasil com o objetivo explícito de proteção e conservação da natureza foi uma iniciativa da esfera de poder estadual: o Parque Estadual da Cidade, criado em 10 de fevereiro de 1896, pelo Decreto 335, na cidade de São Paulo (DRUMMOND *et al*, 2006: 12).

No ano de 1958 o governo criou a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), entidade que desempenhou importante papel na luta pela criação de UCs entre as décadas de 1960 e 1980. Dando continuidade ao processo de reforma pública federal, em 1967 criou-se o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), autarquia do Ministério da Agricultura

(ARAUJO, 2007: 72) que instituiu uma diretoria de parques nacionais, responsável pelo Plano Nacional de Parques. Já nesta época o orçamento limitado, a falta de recursos humanos e a falta de integração entre os distintos órgãos de governo emperravam as ações tanto no contexto ambiental, quanto social e político.

A postura assumida pelo governo brasileiro durante a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, foi amplamente criticada e desencadeou fortes pressões por parte da imprensa mundial. Na visão dos representantes do governo brasileiro da época, a institucionalização de regras que garantissem a melhoria da qualidade ambiental significava abrir mão dos atrativos com os quais o país concorria na ordem econômica mundial, tais como o valor da mão-de-obra e a ausência de uma legislação ambiental eficaz, características que – na visão do governo militar - atraíam investimentos externos ao país (FEAM, 1998: 44).

Toda a mobilização mundial em torno da temática ambiental influenciou a delegação brasileira em Estocolmo a propor a criação de um órgão de governo, independente e exclusivamente voltado à proteção ambiental. Assim, devido ao impacto político da Conferência, às pressões externas e ao alto nível de degradação ambiental de algumas áreas do país, o governo criou a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) no ano de 1973 (ARAUJO, 2007: 76). Neste aspecto destaca-se que

A SEMA constitui-se, em um primeiro momento, como um órgão destituído de poder político, e seu mérito foi o de encaminhar a discussão que levou à criação, em 1981, do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), que tinha como principal proposta descentralizar as responsabilidades pela defesa ambiental entre os três níveis de governo em uma época de práticas extremamente centralizadoras do regime militar (CARVALHO, 1987 apud FEAM, 1998: 45).

No que diz respeito às políticas diretamente relacionadas às Unidades de Conservação, destaca-se o Decreto 84.017 de 1979, responsável por instituir o Regulamento dos Parques Nacionais que, baseado nas proposições da IUCN, definiu os objetivos dos parques, bem como a exigência de planos de manejo e do zoneamento (QUINTÃO, 1983 apud ARAUJO, 2007: 82). Nos anos de 1979 e 1982, Araujo (2007: 81) aponta que o IBDF e a FBCN propuseram o Plano do Sistema de Unidades de Conservação que foi criado em duas etapas. Esses planos foram embasados no documento da Comissão de Parques e Áreas Protegidas da IUCN que definia os objetivos, critérios e as categorias para as distintas áreas protegidas. A partir desse plano, novos critérios técnico científicos passaram a reger a criação das UCs brasileiras. Segundo o autor, a etapa I do plano, lançada em 1979, visava levantar áreas de potencial interesse para a criação de UCs, identificar as lacunas e as áreas protegidas de maior importância dentro do sistema de parques, além de propor novas categorias e objetivos de manejo. A etapa I vislumbrou

principalmente as unidades de conservação da Amazônia e o potencial da região amazônica para implementação de futuras áreas. A etapa II do plano foi apresentada no ano de 1982 e, sem muitas mudanças, estendeu os estudos para todo o território nacional.

A partir de meados dos anos 1980, o modelo desenvolvimentista passou a ser criticado, tanto por razões sociais quanto ambientais. A ampliação dos questionamentos quanto à legitimidade dos governos militares enfraqueceu as posições governamentais frente à opinião pública, particularmente com relação aos problemas ambientais do país. Esse contexto desencadeou uma reforma do Estado que resultou na instituição da Lei Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938 - que definiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Considerada a principal estruturadora da ação de defesa do meio ambiente no país, a lei tinha por objetivo a unificação dos princípios gerais para as ações de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar as condições ao desenvolvimento socioeconômico, a segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana (FEAM, 1998: 50). A Lei 6.938 resultou na formação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e na criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Ainda na década de 80, o processo de elaboração da Constituição Federal foi marcado por uma ampla mobilização social no tocante às questões ambientais. A Constituição de 1988 dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente, e foi a primeira Carta Magna brasileira a consagrar a defesa do meio ambiente e do patrimônio genético como direito constitucional. Além disso, o direito à proteção ambiental passou a ser reconhecido como coletivo e essencial à qualidade de vida (FEAM, 1998: 53-54).

Entretanto, não basta apenas legislar, é fundamental que essas regras migrem da teoria “para a existência efetiva da vida real, pois, na verdade, o maior dos problemas ambientais brasileiros é o desrespeito generalizado, impunido ou impunível, à legislação vigente” (SILVA, 2003 apud MASCARENHAS, 2005: 2). Torna-se necessária uma mudança na postura do Estado e em suas políticas de desenvolvimento econômico, com maior alinhamento à preservação ambiental, criando mecanismos para melhoria da qualidade de vida.

Até o início dos anos 90, como aponta Medeiros *et al* (2006), o país contava com vários instrumentos políticos de proteção à natureza, muitas vezes complexos e desarticulados entre si, o que gerou conseqüências negativas para a gestão das áreas protegidas. Diante deste contexto surgiu a necessidade de se instituir um sistema mais integrado para a criação e gerenciamento das áreas protegidas. Foi assim que no ano 2000, com a aprovação da Lei 9985, se instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no qual são previstas 12 categorias de manejo distintas.

As Unidades de Conservação brasileiras foram instituídas pelo SNUC e classificadas em: *Unidades de Proteção Integral* - nas quais é admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais - e *Unidades de Uso Sustentável* - que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos¹¹. O sistema reconhece quatro finalidades principais para as UC's: conservação da natureza, aproveitamento público, pesquisa científica e uso econômico de seus componentes. Cada categoria de área protegida realça, em maior ou menor escala, um ou vários desses objetivos, respeitando sempre a primazia da finalidade conservacionista (BENJAMIM, 2001 apud KELECOM e BERNARDO, 2004).

Além das categorias mencionadas, as Reservas da Biosfera, reconhecidas pelo Programa Intergovernamental "O Homem e a Biosfera - MAB", estabelecido pela Unesco, foram oficializadas como Áreas Protegidas especiais em um capítulo específico da Lei do SNUC. Entre as 440 Reservas da Biosfera existentes no mundo, o Brasil possui apenas seis, uma em cada um dos grandes biomas brasileiros: Mata Atlântica (350.000 km²)¹², Cerrado (296.500 km²)¹³, Pantanal (251.570 km²), Caatinga (198.990 km²), Amazônia Central (208.600 km²) e o Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, parte integrante da RB da Mata Atlântica. No total estas áreas abrangem 1.300.000 km², cerca de 15% do território brasileiro, o que representa mais que a metade da soma das áreas das demais RBs da Rede Mundial (UNESCO, 2008).

O Projeto de Lei do SNUC foi discutido após um período de claro direcionamento da prática estatal para um modelo que privilegiava proteger as áreas naturais da realidade social (CAMARGOS, 2005: 223). O SNUC, em sua regulamentação, defende o papel de inserção social das UCs, tendo em sua maioria a vinculação da exigência de consulta prévia à sociedade para a sua delimitação e criação.

Cada experiência de delimitação de áreas protegidas possui uma especificidade e uma história relativa ao lugar e às suas relações sociais. Todavia, a legislação possui um sistema classificatório que adequa tais experiências às diretrizes políticas e econômicas (CAMARGOS, 2005: 217). Em sua crítica a mesma autora enfatiza que "na política de Unidades de Conservação,

¹¹ Até o advento da Lei nº 9.985, de 18.07.2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, não havia nenhuma lei federal que disciplinasse a questão das UCs. O projeto de lei que deu origem à lei do SNUC tramitou por oito anos no Congresso Nacional (KELECOM e BERNARDO, 2004). As *Unidades de Proteção Integral* compreendem a Estação Ecológica, a Reserva Biológica, o Parque Nacional, o Monumento Natural e o Refúgio da Vida Silvestre. Já as *Unidades de Uso Sustentável* são divididas em Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

¹² A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a primeira criada no Brasil, reconhecida em cinco fases entre 1991 e 2002, atualmente abrange uma área com cerca de 350.000 km², formando um grande corredor ecológico em 15 estados brasileiros. É a maior e uma das mais importantes unidades da Rede Mundial da UNESCO, que hoje inclui 440 Reservas da Biosfera em 97 países.

¹³ A Reserva da Biosfera do Cerrado, que teve até o presente definidas três fases que se situam em regiões do Distrito Federal e dos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí. O bioma Cerrado, por força das formas de exploração agrícola e pecuária de forte impacto ambiental, e de baixa capacidade de geração de emprego e renda, já apresenta uma grande perda de sua diversidade biológica riquíssima, combinada a um conjunto de paisagens preciosas, que precisa ser conservado.

em cada momento, tal percurso de submeter a complexidade ao homogêneo responde às funções mercantis da conservação adequada às diretrizes políticas e econômicas em jogo”.

Entre as categorias de Unidades de Conservação, duas foram tratadas nesta pesquisa: Áreas de Proteção Ambiental -APAs e os Parques Nacionais -PARNAS. As APAs são classificadas como *Unidades de Uso Sustentável* e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. As mesmas podem ser estabelecidas em áreas de domínio público ou particular (SNUC, art. 15º, parágrafo 1). Esta categoria tem por finalidade proteger áreas de importância ecológica, sem desapropriar nem impedir o seu alcance social, em regime de manejo sustentável sujeito às limitações legais. Entre as UCs de Proteção Integral destacam-se os Parques Nacionais, que objetivam preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica. A Lei os define como de posse e de domínio públicos; assim, os terrenos particulares incluídos em seus limites devem ser desapropriados (SNUC, art. 11º, parágrafo 1).

Na visão do Ministério do Meio Ambiente, o planejamento e o controle das atividades estabelecidas no interior e no entorno das unidades de conservação são imprescindíveis para a manutenção da biodiversidade. O cuidado com essas áreas e suas fronteiras deve priorizar ações que comportem a participação dos aglomerados locais, políticas públicas e técnicas apropriadas de manejo (MMA, 2003: 348).

Entre os instrumentos de gestão e planejamento previstos pelo SNUC destacam-se o estabelecimento de Corredores Ecológicos, a elaboração do Plano de Manejo e a criação de Conselhos Gestores. Estes dois últimos podem ser vistos como uma oportunidade de diálogo para a construção coletiva de pactos sociais, com base em informações, relações e antigas vivências sobre a área protegida e o entorno, possibilitando um exercício de cidadania e inclusão social.

O Plano de Manejo refere-se ao documento técnico, mediante o qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. A Lei determina que o Plano de Manejo seja elaborado pelo órgão gestor, no prazo de cinco anos a partir da data da criação da unidade, e que contemple a área da UC, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos. Inclui-se aí medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Uma vez aprovado mediante Portaria do Presidente do IBAMA, o Plano de Manejo passa a ser o principal instrumento de gestão da UC e estará disponível para consulta pública na sede da UC e no centro de documentação do órgão executor (Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, Artigo 16).

Todavia não foi prevista a participação pública na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo em todas as categorias de UCs, o que ficou restrito às Reservas Extrativistas, às Reservas de Desenvolvimento Sustentável e às Áreas de Proteção Ambiental (art. 27,§ 2º da Lei nº 9.985/2000). Para Kelecom e Bernardo (2004) a participação pública é fundamental no processo de criação e gestão da UC, a fim de garantir que seus eventuais prejuízos ou interesses sejam previstos no planejamento, tentando assim assegurar que seus direitos sejam considerados.

O estabelecimento de Corredores Ecológicos representa uma significativa alternativa de manejo, de conservação da biodiversidade, da sociodiversidade e de interligação dos remanescentes, muitas vezes ameaçados de extinção. O SNUC define os corredores ecológicos como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais que ligam distintas unidades de conservação e possibilitam, entre elas, o fluxo de genes e o movimento da biota, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

Ao introduzirem estratégias mais adequadas de uso da terra e restauração de trechos degradados, os Corredores são apresentados como uma forma de planejamento regional eficaz e integrada de conservação e preservação, introduzindo mecanismos mais adequados de uso da terra e restauração de trechos degradados. A análise do conceito de corredores ecológicos permite afirmar que sua implementação mostra-se bastante relevante nos aspectos técnico e político, no que diz respeito à conservação da biodiversidade e ao planejamento de sua gestão. No entanto, sabe-se que sua efetiva implantação exige uma seleção rigorosa de áreas apropriadas a serem protegidas, além da identificação de instrumentos econômicos que viabilizem o seu estabelecimento (LANDAU, 2001:64).

A busca pela ampliação do sistema democrático deu origem a vários arranjos institucionais e instâncias deliberativas com o objetivo de promover um diálogo entre poder público e sociedade. No âmbito local, resultante das reformas municipais desencadeadas pela Constituição Federal de 88, pode-se destacar a formação dos conselhos gestores de políticas públicas.

A lei do SNUC e seu Decreto de regulamentação estabelecem que as categorias de UCs poderão ter Conselhos Consultivos ou Deliberativos. No caso das Unidades de Proteção Integral o Conselho será o Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil proprietários de terras localizadas em Refúgios da Vida Silvestre ou Monumentos Naturais, e populações tradicionais, quando estas tiverem que ser reassentadas das Unidades que residem. Todos os conselheiros terão mandato de dois anos. Já no caso das Unidades de Uso Sustentável o Conselho

é Deliberativo. Para qualquer dos casos o Conselho será presidido pelo Chefe da Unidade de Conservação.

Apesar da tentativa de se efetivar um novo modo de governar por meio de novas práticas democráticas, o campo ambiental ainda se encontra em fase de definição do tipo de participação que se pretende institucionalizar, principalmente no que diz respeito às Unidades de Conservação (LOUREIRO e AZAZIEL, 2006).

A recente criação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP), instituído no ano de 2006 pelo Decreto nº 5758/06, é um importante instrumento na gestão de parques nacionais. Segundo dados do MMA (2007), o PNAP inclui objetivos, diretrizes e estratégias para as áreas terrestres e marinhas do SNUC, além de definir estratégias para integrar, em fases subseqüentes, as demais áreas protegidas, tais como terras indígenas e quilombolas, num sistema ecologicamente representativo e efetivamente manejado até 2015. O Plano é um compromisso assumido pelo governo brasileiro para a implementação do Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e das deliberações da 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente. O PNAP é resultado de um processo de construção que teve início em 2004, com a assinatura de um protocolo de intenções entre o Ministério do Meio Ambiente e um conjunto de organizações não governamentais e movimentos sociais de âmbito nacional e internacional. A execução do Plano, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, propõe avanços no que tange à participação dos distintos sujeitos sociais, como representantes de todas as esferas do poder público, povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades extrativistas, setor empresarial e sociedade civil.

Contudo, sobre os recursos destinados à política ambiental brasileira - segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2007 - para ações do programa "Áreas Protegidas do Brasil" foi aprovado, como meta financeira, um total de R\$195,81 milhões (INESC, 2006). Ao analisar o período compreendido entre 2004 e 2007, o Instituto destaca que houve um crescimento da meta financeira ano a ano, passando de R\$ 37,76 milhões em 2004 para R\$ 54,14 milhões em 2007, tendo alcançado em 2006 o valor de R\$ 56,28 milhões. Do conjunto de 18 ações que tiveram metas financeiras estabelecidas, duas se destacam: (I) gestão de Unidades de Conservação (UCs) federais, com um total de R\$ 63,08 milhões; (II) implantação de corredores ecológicos, com um total de R\$ 59,62 milhões. Dos R\$ 54,14 milhões propostos para 2007, cerca de R\$ 27,50 milhões ficaram no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e R\$ 26,64 milhões foram destinados à ações sob a responsabilidade direta do IBAMA (INESC, 2006).

A história das UCs no Brasil, além dos objetivos de proteção, envolve uma reinserção no movimento do capital de frações de terras de menor interesse imediato para a economia, ou seja, destituídas de atrativos significativos para exploração por parte dos setores de extração mineral, vegetal e/ou indústria. Nos últimos anos, em função da própria expansão capitalista sobre o território, observa-se uma redefinição do potencial de áreas pobres contíguas ou próximas, distintamente capturadas pelo capital, que passam a colocar o espaço como puro bem financeiro: “imerso no movimento do capital como uma corrente de valor, que envolve toda ordem de especulações com a terra. Trata-se do controle de um direito sobre rendimentos futuros previstos” (DAMIANI, 2004: 41). As UCs passam a representar e a compor espaços de reserva para outras estratégias do capital, tornando-se também espaços de contestações e conflitos.

O maior desafio para a efetiva implementação da regulamentação ambiental brasileira é a crônica falta de controle governamental sobre terras públicas e a utilização do solo em áreas privadas, herança histórica de um país de grandes latifúndios (DRUMMOND e BARROS-PLATIAU, 2006: 85-86). Como destaca Araujo (2007: 56) o poder político e econômico estava concentrado nas mãos de oligarquias ligadas à agro exportação, as quais não se dispunham a reservar áreas para a proteção da natureza em detrimento da possibilidade de expansão das atividades econômicas. Portanto, desde o início pequenos grupos de proprietários privados exerceram um amplo poder decisório sobre os usos privados de suas terras. O que explica grande parte das limitações referentes à política das Unidades de Conservação.

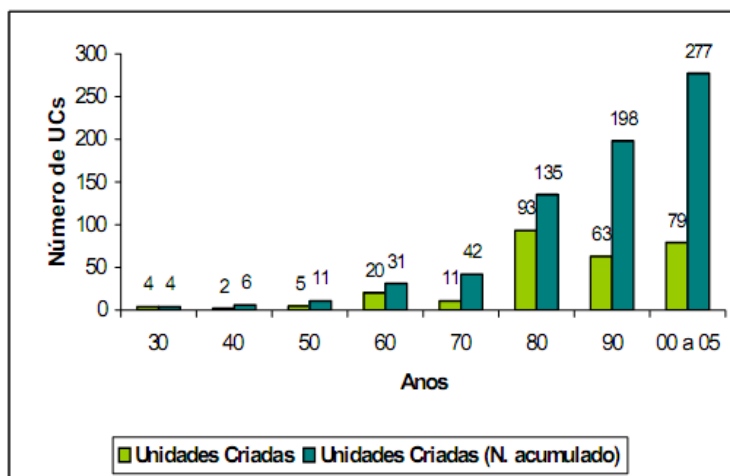
Por vezes, os critérios e interesses de criação de uma UC se motivaram por jogos ou favores políticos, exploração turística sem um devido planejamento ou até mesmo interesses particulares de indivíduos ou empreendimentos privados. Processos e movimentos oriundos da criação de parques nacionais tendem a redefinir diversos usos e ocupações, nem sempre em consonância com os interesses políticos, ambientais, econômicos e sociais que sobre eles incidam. Sobre tais aspectos Pereira (2005a) afirma que os critérios e interesses que conduzem a criação de tais áreas muitas vezes são motivadas por jogos políticos, pela exploração turística sem um devido planejamento, ou até mesmo interesses de empreendimentos privados. A história das UCs brasileiras mostra que as decisões de cima para baixo limitaram a participação pública em sua forma mais ampla e continuam a refreá-la também na regulação do uso e ocupação do solo (PEREIRA, 2005a), além disso

a (des)construção dos lugares por meio da (re)criação de paisagens e da adequação da diversidade de representações promotoras de tensões e conflitos colocam em risco a qualidade dos espaços protegidos, destacando a (im)possibilidade do Estado de atender aos interesses díspares na/da sociedade (PEREIRA, 2005a).

A conservação da biodiversidade não é garantida apenas pela constituição dessas unidades. Até hoje existem falhas na forma de se criar e gerir essas unidades, tanto na esfera federal, como na estadual e na municipal. Segundo a autora, muitas das UCs brasileiras são consideradas como ficções jurídicas, unidades que nunca saíram do papel. A autora critica ainda o fato de que a criação e a forma de gestão das unidades brasileiras não garantiu representatividade equitativa aos biomas nacionais, não favoreceu a administração da diversidade presente nas UCs criadas, ao mesmo tempo que não permitiu a participação e não buscou o envolvimento dos atores sociais envolvidos (BRITO, 2000:16).

Em sua obra “O estado das áreas protegidas no Brasil”, José Augusto Drummond *et al* (2006) mostra o aumento no número de UCs criadas no Brasil nos últimos 70 anos. O Gráfico 1 (a seguir) e a Tabela 2 (abaixo) apresentam, respectivamente, o crescimento da quantidade e das áreas de UCs por década, assinalando ainda os totais acumulados até o ano de 2005. As últimas décadas são de afirmação da política de criação de UCs, sobretudo em dois momentos: (1) na década de 1980, quando foram criadas 92 UCs, totalizando cerca de 21,5 milhões de hectares; (2) na primeira metade da corrente década, quando já foram criadas 79 UCs, somando mais de 20,5 milhões de hectares. Os valores não incluem as RPPNs.

Gráfico 1: Quantidade de Unidades de Conservação Federais brasileiras criadas por década (1930-2005)



Fonte: Ministério do Meio Ambiente apud DRUMMOND *et al*, 2006: 19

Tabela 2: Área das Unidades de Conservação Federais brasileiras criadas por década em ha (1930-2005)

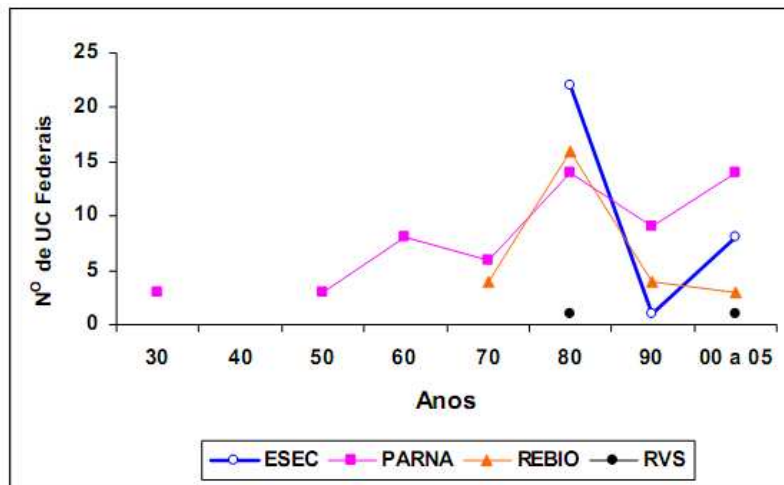
anos	área	área acumulada
1930	209.020,29	209.020,29
1940	40.022,57	249.042,85
1950	576.662,94	825.705,80
1960	681.095,84	1.506.801,64
1970	5.680.696,38	7.187.498,01
1980	21.509.799,85	28.697.297,86
1990	16.843.326,48	45.540.624,34
2000-2005	20.560.658,25	66.101.282,59

Fonte: Ministério do Meio Ambiente apud DRUMMOND *et al*, 2006: 19

A distribuição registrada pelos dados do Gráfico 1 e da Tabela 2 mostra que a política de criação de UCs federais teve um lento crescimento por cerca de 30 anos (décadas de 1930, 1940 e 1950), acelerando-se após a década de 50. Segundo DRUMMOND *et al* (2006: 19-20) os dados mostram a opção inicial pela criação de poucos parques nacionais, de pequena extensão, situados nas imediações de grandes e médios centros urbanos. É possível notar que a partir da década de 70 há o estabelecimento de unidades numerosas, de categorias variadas, grande extensão e representação ecossistêmica.

No que diz respeito às UCs de proteção integral, os dados do Gráfico 2 (abaixo) mostram que até a década de 1970 foram criados no Brasil apenas Parques Nacionais (PARNA). A primeira Reserva Biológica (REBIO) foi criada em 1974, em Poço das Antas-RJ, motivada pelo primeiro programa de longo prazo no país criado com o objetivo de salvar uma espécie animal da extinção, o mico-leão dourado. Já as Estações Ecológicas (ESEC) só começaram a ser criadas em 1981 e os dois Refúgios da Vida Silvestre (RVS) foram criados na década de 80 e 2000, respectivamente (DRUMMOND *et al*, 2006: 20).

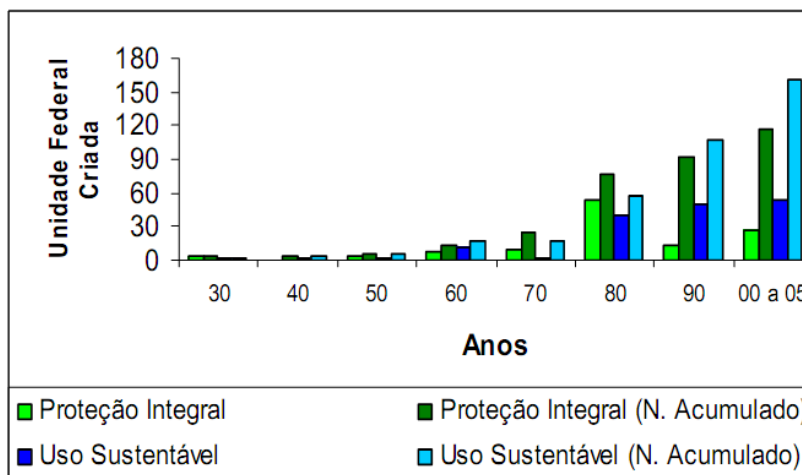
Gráfico 2: Quantidade de Unidades de Conservação de Proteção Integral Federais brasileiras criadas por década (1930-2005)



Fonte: Ministério do Meio Ambiente apud DRUMMOND *et al*,2006: 20

O Gráfico 3 (abaixo) mostra os números de UCs federais de proteção integral e de uso sustentável criadas por período e os números acumulados. Nota-se um aumento considerável na implementação de UCs de uso sustentável, principalmente a partir da década de 80.

Gráfico 3: Quantidade de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável Federais brasileiras, criadas por década (1930-2005)



De forma mais detalhada, DRUMMOND *et al* (2006: 24-25) apresenta os dados das Tabelas 3 e 4 (abaixo) que revelam o total de áreas protegidas criadas, por décadas, dentro das diversas categorias de UCs. A partir da comparação entre os valores apresentados, nota-se que a partir da década de 1980 houve uma mudança na tendência de se proteger os ecossistemas em UCs de proteção integral, passando a se proteger maiores áreas em UCs de uso sustentável.

As distintas categorias de UCs de uso sustentável têm por finalidade proteger áreas de importância ecológica, sem desapropriar nem impedir atividades econômicas dentro de seus limites. Devido a tais características, estas se justificam como uma boa opção, por exemplo, para as instâncias governamentais porque favorecem a utilização dos recursos naturais de forma sustentável; permitindo a presença de residentes e empreendimentos existentes, evitando assim que se onere os cofres públicos em função de indenizações. Este quadro é favorável ao Estado e se mostra ainda como justificativa para a escolha de criação de UCs de uso sustentável, com destaque para as Áreas de Proteção Ambiental - APAs.

Tabela 3: Áreas de Unidades de Conservação de Proteção Integral Federais (ha) criadas no Brasil, por categoria, por década (1930-2005)

anos	ESEC	PARNA	REBIO	RVS	total
1930	-	208.768,39	-	-	208.768,39
1940	-	0,00	-	-	-
1950	-	576.237,29	-	-	576.237,29
1960	-	338.027,23	-	-	338.027,23
1970	-	4.386.050,73	745.480,43	-	5.131.531,16
1980	3.037.552,73	4.952.073,18	1.698.148,63	2,28	9.687.776,82
1990	21.408,86	1.370.888,82	965.863,43	-	2.358.161,11
2000-2005	4.186.301,80	5.888.688,80	397.762,21	129.451,67	10.602.204,48

Fonte: Ministério do Meio Ambiente apud DRUMMOND *et al*,2006: 25

Tabela 4: Áreas de Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais (ha) criadas no Brasil, por categoria, por década (1930-2005)

anos	APA	ARIE	FLONA	RDS	RESEX	total
1930	-	-	251,90	-	-	251,90
1940	-	-	40.022,57	-	-	40.022,57
1950	-	-	425,65	-	-	425,65
1960	-	-	343.068,61	-	-	343.068,61
1970	-	-	549.165,22	-	-	549.165,22
1980	1.247.322,98	33.554,14	10.541.145,91	-	-	11.822.023,02
1990	5.102.226,32	7.842,05	6.077.435,91	0,00	3.297.661,10	14.485.165,38
2000-2005	992.339,48	0,00	3.637.253,42	64.511,07	5.264.349,79	9.958.453,77

Fonte: Ministério do Meio Ambiente apud DRUMMOND *et al*,2006: 23

O Brasil dispõe de um quadro de unidades de conservação extenso. Segundo a lista elaborada pela Diretoria de Ecossistemas do IBAMA, atualizada em 31 de dezembro de 2006, entre as 727 Unidades de Conservação administradas pelo órgão federal, 126 (17,33%) são de Proteção

Integral e 601 (82,67%) de Uso Sustentável. Entre as primeiras, 62 são parques nacionais que equivalem a 8,53% do total de UCs federais, como mostram as tabelas 5 e 6 abaixo:

Tabela 5: Número Total de Unidades de Conservação Federais brasileiras por categoria

Categoria	Sub-Total	%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	31	4,26
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	17	2,34
ESTAÇÃO ECOLÓGICA	32	4,40
FLORESTA NACIONAL	73	10,04
PARQUE NACIONAL	62	8,53
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE	3	0,41
RESERVA BIOLÓGICA	29	3,99
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1	0,14
RESERVA EXTRATIVISTA	50	6,88
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL	429	59,01
TOTAL	727	100

Fonte: Lista elaborada pela Diretoria de Ecossistemas do IBAMA, atualizada em 31/12/2006.
 Fonte: <http://www.ibama.gov.br/>. Acesso em: 07 dez. 2007.

Tabela 6: Unidades de Conservação Federais classificadas por categoria de uso

Categoria	Tipo de uso	Área das UCs*	Área Continental do Brasil **	%
ESTAÇÃO ECOLÓGICA	Proteção Integral	7.203.392,00	854.546.635,00	0,84
PARQUE NACIONAL	Proteção Integral	17.074.743,00	854.546.635,00	2,00
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE	Proteção Integral	128.521,00	854.546.635,00	0,02
RESERVA BIOLÓGICA	Proteção Integral	3.740.557,00	854.546.635,00	0,44
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	Uso Sustentável	6.526.679,00	854.546.635,00	0,76
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	Uso Sustentável	32.574,00	854.546.635,00	0,00
FLORESTA NACIONAL	Uso Sustentável	19.190.166,00	854.546.635,00	2,25
RESERVA EXTRATIVISTA	Uso Sustentável	7.914.518,00	854.546.635,00	0,93
TOTAL		61.811.150,00	7,23	

Fonte: <http://www.ibama.gov.br/>. Acesso em: 07 dez. 2007.

* as sobreposições entre as Ucs foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição

** baseia-se na malha municipal digital do Brasil de 1996, fornecida pelo IBGE, não inclui as ilhas oceânicas

O aumento do número de UCs criadas no Brasil nos últimos anos também pode ser explicado pelo crescimento das políticas internacionais de financiamento e apoio de agências como IUCN e as Nações Unidas, assim como de organizações não governamentais como WWF,

Conservação Internacional e The Nature Conservancy (FIGUEIREDO, 2007: 233). Segundo Drummond e Barros-Platiau (2006: 100-101) o Brasil possui uma legislação ambiental moderna em termos técnicos, no entanto, sua execução ainda é bastante insatisfatória. Estes autores referem-se ao grande conjunto das leis ambientais brasileiras como uma manta de retalhos, já que numerosos conflitos são causados por textos contraditórios editados antes da Constituição de 1988, ilustrando como os interesses divergentes prevaleceram em diferentes momentos da história ambiental brasileira.

O próprio governo ainda está estreitamente vinculado à algumas das principais atividades poluidoras, como empresas dos setores de metalurgia, siderurgia e mineração. Além desta vinculação, o governo ainda participa de forma direta da exploração de petróleo e gás natural, atividades petroquímicas, hidrelétricas, energia nuclear e outras indústrias poluentes. Soma-se a isto a falta de esforço político para tornar mais eficiente a execução das leis, já que as questões ambientais ainda não são uma prioridade política no Brasil (ARAUJO, 2007). Em Minas Gerais, um bom exemplo é a criação da Lista Suja da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), cujo objetivo é listar as empresas públicas e privadas causadoras de significativo impacto ambiental no estado. Sobre a atuação da AMDA, Maria Diana Oliveira (2007a) aponta as contradições de uma entidade pautada na conservação ambiental financiada por empresas privadas, de setores intrinsecamente ligados às atividades predatórias e poluentes, especialmente as mineradoras.

As políticas de conservação em Minas Gerais

Nas décadas de 60 e 70, Minas Gerais viveu o auge de sua modernização, marcada principalmente pelo crescimento vertiginoso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde as antigas fazendas e áreas de pastagens foram dando lugar a inúmeros loteamentos periféricos e áreas industriais. A preocupação com os resultados do processo de desenvolvimento e sua conseqüente degradação ambiental, fez surgir os primeiros agentes responsáveis pela constituição do campo da política ambiental em Minas Gerais: os grupos conservacionistas e a elite política ligada aos setores de planejamento, ciência e tecnologia (CARNEIRO, 2003a: 175- 176).

A institucionalização da política ambiental em Minas Gerais desenvolveu-se a partir da área de ciência e tecnologia, sendo discutida com embasamento na questão do desenvolvimento tecnológico (CARNEIRO, 2003a: 187). O primeiro núcleo técnico voltado para a gestão ambiental foi criado pela Fundação João Pinheiro em 1975, com o nome de Diretoria de Tecnologia e Meio

Ambiente - DTMA, que visava coordenar a formulação de programas estaduais de pesquisa tecnológica e de proteção ao meio ambiente (FEAM, 1998: 81).

A gestão ambiental no estado de Minas Gerais é exercida, desde 1995, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), criada a partir da Lei Nº 11.903/95. A SEMAD é responsável pela formulação e coordenação da política estadual de proteção ao meio ambiente, assim como responde pelo gerenciamento dos recursos hídricos do estado. A SEMAD coordena o Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais (SISEMA), formado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH); O SISEMA é vinculado aos três órgãos: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

O Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM - foi criado no ano 1977, através do Decreto Nº18.662, de 29 de abril de 1997, como órgão colegiado do então Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia (SECT) (CARNEIRO, 2003: 208). Hoje o COPAM é um órgão normativo, colegiado, consultivo e deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), tendo sido reestruturado em sua organização pela Lei Nº 12.585/97 e pelo Decreto Estadual Nº 39.490/98 (FEAM, 1998: 22). Entre suas competências destacam-se

a formulação de normas técnicas e padrões de qualidade ambiental, a autorização para implantação e operação de atividades potencialmente poluidoras, a aprovação das normas e diretrizes para o Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental (IEF, 2007).

O Instituto Estadual de Florestas (IEF) é a autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável responsável pela preservação e pela conservação da vegetação, pelo desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis; pela pesquisa em biomassas e biodiversidade; pelo inventário florestal e pelo mapeamento da cobertura vegetal do Estado. Assim, cabe ao IEF as tarefas de secretaria executiva do COPAM no tocante às atividades agrícolas, pecuárias e florestais. No que se refere às atividades industriais, minerárias e de infraestrutura, o órgão responsável é a FEAM. O IEF propõe e executa as políticas florestais, de pesca e de aquicultura sustentável, além de administrar as Unidades de Conservação estaduais, de modo a assegurar a preservação da biodiversidade mineira.

Sob jurisdição estadual, Minas Gerais possui 142 unidades de conservação que totalizam 1,5 milhão de hectares de áreas protegidas. Entre estas, 51 são áreas de proteção integral, como parques estaduais (29), estações ecológicas (9), reservas biológicas (10), monumentos naturais (1) e refúgio da vida silvestre (2) (CARVALHO, 2007b:241).

Ao tratar do tema “Experiências inovadoras na gestão das Unidades de Conservação em Minas Gerais”, José Carlos Carvalho (2007b: 242-243) afirma que para alcançar uma gestão participativa e eficiente para as UCs do estado, foram criados novos instrumentos de gestão como o Núcleo de Compensação Ambiental; além dos incentivos à elaboração dos planos de manejo, à criação de conselhos gestores; e à estruturação de um Sistema de Gestão de Áreas Protegidas (SIGAP). Este com objetivo de implementar uma metodologia que permita gerir as UCs estaduais de forma sistêmica.

Em termos de política estadual, segundo dados da SEMAD (2007), seis Parques Estaduais (PEs) foram criados pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) no ano de 2007, somando cerca de 80 mil hectares de novas áreas protegidas em Minas Gerais. Este número representa um acréscimo de cerca de 22% em áreas já conservadas no Estado. Com os recém-criados PEs do Pau-Furado, Caminho das Gerais, Serra do Intendente, Serra da Boa Esperança, de Montezuma e da Serra Verde, Minas passou a ter 32 Parques Estaduais, totalizando cerca de 430 mil hectares de áreas protegidas pela categoria parque. Todavia, entre estes apenas 7 encontram-se abertos à visitação pública nos dias de hoje. De acordo com o Gerente de Criação e Implantação de Áreas Protegidas do IEF, Silvério Seabra, a criação e implantação de áreas protegidas fazem parte do Projeto Estruturador do IEF intitulado “Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica”. Seabra afirma que o Instituto pretende criar cerca de 250 mil hectares em áreas protegidas. Entre estas destaca-se a ampliação do Parque Estadual Veredas do Peruaçu, hoje com cerca de 30 mil hectares, para cerca de 150 mil.

Entre os Parques recentemente criados no estado, dois deles encontram-se na porção Norte de Minas Gerais. O Parque Estadual Caminho das Gerais é o maior de Minas com cerca de 56,3 mil hectares. A unidade está localizada no norte do Estado, nos municípios de Espinosa, Gameleiras, Mamonas e Monte Azul e foi criada com a finalidade de proteger os cursos d’água e as formações típicas do Cerrado, da Mata Seca e da Caatinga. O segundo parque criado, Parque Estadual de Montezuma, possui cerca de 1.743 hectares e é abrigo de importantes sítios arqueológicos, com os maiores painéis já encontrados no estado (SEMAD, 2007).

Uma vez criadas por lei, as unidades de conservação devem ser regularizadas fundiariamente para que as ações de preservação, conservação, administração e fiscalização possam ser realizadas. No estado de Minas Gerais, segundo dados da SEMAD (2007), o IEF conseguiu regularizar a situação fundiária de aproximadamente 30 mil hectares de áreas dos Parques Estaduais no ano de 2007. Com isso, a Instituição conseguiu atingir a meta estabelecida pelo Projeto Estruturador do Governo de Minas “Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica”, sendo gastos cerca de R\$ 30 milhões com desapropriação para a regularização dessas

áreas. Segundo o gerente de Regularização Fundiária do IEF, Charles Alessandro Mendes de Castro, o Parque Estadual Lagoa do Cajueiro - localizado no norte de Minas Gerais, entre os municípios de Matias Cardoso e Jaíba - foi a unidade de conservação desta categoria que teve a maior área regularizada em 2007, cerca de vinte mil hectares, tendo sido gastos aproximadamente R\$ 18 milhões com a desapropriação das famílias. O projeto prevê para o ano de 2008 a regularização de mais 30 mil hectares de áreas protegidas, aproximadamente (IEF, 2008).

Entre as UCs federais presentes no estado de Minas Gerais, destaca-se que os Parques Nacionais somam uma área de 970.090,00 hectares, localizados em 6 parques que estão distribuídos entre os distintos biomas, como aponta a tabela 3 abaixo:

Tabela 7: Parques Nacionais do estado de Minas Gerais

Parque	Área em ha	Bioma
PARQUE NACIONAL CAVERNAS DO PERUAÇU	56.648,00	CERRADO-CAATINGA
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA	198.380,00	CERRADO
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CIPÓ	63.466,00	CERRADO MATA ATLÂNTICA
PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE VIVAS	124.554,00	MATA ATLÂNTICA CERRADO
PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ	63.706,00	MATA ATLÂNTICA
PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS	463.336,00	CERRADO
TOTAL	970.090,00	

Lista elaborada pela Diretoria de Ecossistemas do IBAMA, atualizada em 31/12/2006
 Fonte: <http://www.ibama.gov.br/>. Acesso em: 07 dez. 2007.

Outro aspecto pertinente na discussão sobre a instituição de parques nacionais e estaduais diz respeito aos conflitos de poder sobre o território, já que estas UCs estão inseridas em territórios municipais e estaduais, gerando sobreposição de competências entre as esferas envolvidas e conflitos de poder sobre o território. “Os conflitos organizacionais afloraram da sobreposição de competências”. Em Minas Gerais, a própria estrutura da política ambiental revela que o poder de decisão concentra-se em um pequeno grupo que tem se perpetuado nesta esfera (CARNEIRO, 2003 apud PEREIRA e PENIDO, 2008).

O papel dos Municípios na gestão ambiental

A partir dos processos que iniciaram a democratização da política brasileira na década de 80, a estrutura interna do poder estatal sofreu inúmeras transformações (BRAGA, 2001: 1323). Em âmbito local ocorreu uma descentralização do poder e de responsabilidades, retirando a exclusividade do poder decisório e da gestão das mãos da União e do Estado, repassando-os aos municípios. Para AMARAL FILHO (2001: 353), o Estado assume um novo papel redefinido pela crise fiscal e rompe a estrutura vertical de governo.

O fortalecimento do papel dos municípios brasileiros na gestão do seu espaço foi marcado pelos princípios descentralizadores defendidos pela Constituição Federal de 1988, fundamentalmente no que se refere às políticas ambientais. O processo de redemocratização brasileira a partir da década de 80 levou a uma reorganização das estruturas políticas, possibilitando a participação de novos atores no processo (TONELLA, 2003: 2). Nota-se, por exemplo, o crescimento no número de Organizações não governamentais criadas a partir da década de 80 e o incremento de sua importância como canais de participação. Através de suas lutas, as ONG's têm chamado a atenção para o direito de participação democrática da sociedade civil, para o aproveitamento e manejo dos recursos naturais, bem como para os processos de tomada de decisão (SANCHEZ, 2000: 185).

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) é uma entidade municipalista e de utilidade pública, fundada em 1980, com sede em Brasília, integrada por prefeitos e ex-prefeitos vinculados às entidades estaduais de municípios. A CNM foi criada por desejo das associações e federações estaduais de municípios que desejavam a consolidação de uma entidade nacional forte que representasse e defendesse os interesses institucionais de todos os municípios brasileiros (CNM, 2008a).

No entanto, mesmo sendo um elemento importante, a descentralização no processo de fortalecimento dos governos locais não garante a democratização das relações do Estado com a sociedade civil. Essa não deve ser entendida como um simples processo administrativo no qual o governo delega poderes às autoridades (NABUCO, 1995), ela envolve a migração de parte do poder decisório, das atribuições, das responsabilidades e dos recursos para outra esfera (PETRES, 2001:18). Sobre a mesma temática Braga (2001: 1323) destaca o fato de que “o nível local de governo ainda possui restrições financeiras, fiscais e tributárias em nosso país”.

Em 2007 a CNM realizou um levantamento “Estudos fiscais: Estimativas da participação dos entes da federação no bolo tributário” e, segundo estimativas preliminares, que ainda podem ser alteradas pelos números definitivos da arrecadação municipal nas menores

idades do país em 2007, dos R\$ 947 bilhões de impostos e contribuições pagos pela sociedade, 58,14% ficaram nas mãos da União, 25,27% com estados e 16,59% com municípios. Com base nos dados de arrecadação e transferência entre os três níveis de governo, o estudo demonstra que a carga tributária de 2007 atingiu 37,01% do PIB, sendo que 25,64% do PIB foram cobrados pela União, 9,59% pelos estados e 1,78% pelos municípios (CNM, 2008b).

A arrecadação tributária dos municípios aumentou se comparada aos últimos anos (1,52% em 2000 e 1,74% em 2006), mas ainda é insuficiente diante das obrigações que as prefeituras têm assumido. De acordo com o CNM (2008b) o espaço constitucional que os municípios possuem para cobrar impostos é muito limitado, o que exige que o sistema de transferências intergovernamentais seja o mais adequado possível para restabelecer o equilíbrio entre obrigações e fontes de receita de cada esfera da federação.

As transferências constitucionais e legais da União para estados e municípios também têm crescido nos últimos anos, principalmente em decorrência das conquistas do movimento municipalista. As transferências totais passaram de R\$ 39,7 bilhões em 2000 (3,37% do PIB) para R\$ 105,5 bilhões em 2007 (4,12% do PIB). Todavia o estudo aponta que o aumento da arrecadação tributária da União no mesmo período chegou a quase 5 pontos percentuais do PIB – de 20,80% em 2000 para 25,64% em 2007. Os dados levantados pela CNM permitem concluir que atualmente, 58,14% do bolo tributário arrecadado fica sob competência da União e apenas 16,59% é destinado aos municípios.

As transferências totais recebidas pelos municípios, incluindo as provenientes dos estados, passaram de R\$ 42,6 bilhões em 2000 para R\$ 111,5 bilhões em 2007. Destacam-se o crescimento do FPM (de 1,09% para 1,33% do PIB), dos royalties em geral (de 0,10% para 0,19% do PIB), da cota do salário educação (de 0,02% para 0,08% do PIB) e do Fundef/Fundeb (de 0,67% para 0,98% do PIB).

A CNM, com apoio de entidades estaduais e regionais, promoveu entre os dias 15 e 17 de abril de 2008, a XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O evento reuniu prefeitos, vereadores, secretários e gestores municipais de todo o país para debater temas de relevância para os municípios. Este ano o evento teve como tema principal a visão dos Municípios sobre o Pacto Federativo e, segundo Paulo Ziulkoski, atual presidente da CNM, a prioridade foi debater a proposta de Reforma Tributária encaminhada pelo governo federal. Pelos números de arrecadação previstos para 2008 no Orçamento da União, se o novo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) estivesse em vigor neste ano, os municípios receberiam R\$ 1,5 bilhão a menos que pela configuração atual. A reivindicação dos municípios é que o cálculo seja refeito. .

Os municípios têm recebido cada vez mais responsabilidades na gestão do meio ambiente através de ações de controle, fiscalização, licenciamento de atividades e na área da educação ambiental. Pela primeira vez o Meio Ambiente foi pauta do mais importante evento municipalista brasileiro e a discussão englobou a tramitação da regulamentação do Artigo 23 da CF/88, a municipalização da Gestão Ambiental, e o financiamento público da Gestão Ambiental (CNM, 2008a).

Vários são os limites presentes no processo de formulação e implementação de políticas locais de cunho ambiental, sejam eles de natureza econômica, política e/ou institucional. Esse processo é marcado por conflitos entre as diversas forças políticas e econômicas atuantes no município; os distintos interesses envolvidos; as diversas instâncias de poder local, cada qual com seus objetivos (BRAGA, 2001: 1322). Nesse sentido, o estudo referente ao Parque Nacional Cavernas do Peruaçu possibilita uma ampla discussão em termos de gestão pública dos espaços protegidos, referente aos limites da ação institucional do Estado e aos interesses e pressões nas diferentes escalas (nacional, estadual e local). Para tanto, faz-se necessária a apresentação e discussão de alguns conceitos chaves apresentados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

Parques Nacionais, interesses, representações e conflitos: revisão teórico-conceitual

“Assim, a relação de dominação que o homem estabelece com a natureza caracteriza o protótipo da relação de dominação que os homens estabelecem entre si” (PEDROSA, 2000: 5).

No presente capítulo busca-se construir uma base conceitual que permita refletir a respeito dos problemas enfrentados pela aplicabilidade de um modelo conservacionista que desconsidera as distintas realidades e o contexto social onde são inseridos os parques nacionais. Busca-se discorrer sobre a criação de áreas protegidas que são pensadas como forma de amenizar tensões desencadeadas por um modelo de desenvolvimento baseado no discurso de crescimento e progresso, mas que na prática tornam-se palco de distintos interesses e conflitos. A discussão sobre o tema das Unidades de Conservação e os distintos usos que estas implicam ao espaço, envolve múltiplas dimensões, percepções e conflitos tanto nos debates quanto na prática.

A Geografia possui conceitos próprios que conferem uma identidade única na forma como analisa as relações entre homem e meio dentro das ciências humanas. Para o entendimento da temática referente aos parques nacionais torna-se relevante a discussão das categorias espaço, lugar e território, bem como a reflexão sobre os conceitos de natureza, recursos naturais, espaço social, conflitos, representação, percepção, apropriação, comunidade, identidade, populações tradicionais, entre outros tantos apresentados com base na sua relevância dentro da temática das Unidades de Conservação.

Neste início de século uma nova realidade relacionada ao mundo globalizado traz uma renovação nas formas de organização geográfica da sociedade. A globalização se constitui como um novo paradigma para entender o mundo moderno; e sua discussão envolve novas relações entre espaço x tempo, local x global e sociedade x natureza. Diante dessa nova realidade, antigos conceitos são reconstruídos sob novas formas e novos olhares (MOREIRA, 2007: 56). Para compreender a dinâmica e a forma de (re)construção do mundo moderno, torna-se fundamental, principalmente para a Geografia, repensar as relações entre o local e o global.

O campo de atuação da Geografia, bem como suas formas de leitura da realidade, está balizado pelo conceito de espaço geográfico, compreendido e analisado de diferentes formas ao longo da construção do pensamento geográfico. Para esta pesquisa o espaço geográfico é concebido como um todo, “uno e múltiplo, aberto a múltiplas conexões” (SUERTEGARAY, 2001).

As idéias de Lefebvre sobre o espaço e sua discussão marcam profundamente os geógrafos que adotaram o materialismo histórico e dialético como paradigma (CORREA, 2001:26).

Henri Lefebvre (2008) critica a abordagem fragmentada do espaço efetuada pelas ciências existentes, que o analisam, mas não chegam a uma apreciação dialética que considere a reprodução das relações sociais de produção. Para o autor, o espaço desempenha um papel fundamental na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. Assim,

não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, pré-suposto de toda produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 2008: 21)

Inspirado na concepção de espaço social de Lefebvre, Milton Santos desenvolve o conceito de formação sócio-espacial, em que "(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia (...) (SANTOS, 1978: 145). Nesse sentido a análise do processo de organização do espaço pela sociedade deve considerar que esta é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto, e sua inter-relação é tal que "(...) uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade" (CORREA, 2001: 26).

A construção do conceito de espaço geográfico implica a discussão de outras duas categorias: tempo e espaço. Milton Santos (1980) vai se referir a esta categoria dizendo: "o espaço é acumulação desigual de tempos". O mesmo autor (1997) trata o espaço-tempo como categorias indissociáveis, compreendendo o espaço como coexistência de tempos distintos. O tempo recortado em fragmentos do cotidiano (tempo de trabalho, de consumo, de lazer, de percurso). Vinculam-se espaços com os atributos e práticas correspondentes, mas apesar de "despedaçados e despedaçantes", os espaços-tempos encontram-se essencialmente ligados à reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 2008). Complementando tais reflexões, Harvey afirma que

nas práticas espaciais e temporais de toda sociedade são abundantes as sutilezas e complexidades. (...) a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções (HARVEY, 1994: 201).

Os espaços cotidianos são assim submetidos ao movimento geral da sociedade; neles se põem e repõem, continuamente, os termos da reprodução de cada uma de suas partes: indivíduos, famílias, lugares (SEABRA, 2003: 19). Tais relações sociais de produção do espaço realizam-se no cotidiano, nas distintas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico (CARLOS, 1996). Nesse sentido, o espaço e tempo da vida vão sendo funcionalmente articulados à reprodução social, marcada por relações cada vez

mais monetizadas, e “assim, todos os âmbitos da vida entram no movimento de reprodução da sociedade, tornando-se contingentes” (SEABRA, 2003: 25).

O espaço, ao mesmo tempo cotidiano e mundializado, e suas distintas formas de apropriação, aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades. Produzido e vendido, seu processo de produção baseia-se na propriedade privada da terra que gera a apropriação diferenciada por extratos diferenciados da sociedade (CARLOS, 1996:58). Os lugares que atenderiam aos anseios sociais cumprem muitas vezes, em paralelo, funções intrínsecas aos interesses particulares e inibem iniciativas favoráveis à coletividade e à instância local. Mais que simbólico, funcional e racional, o lugar é existencial uma vez que ele abarca todas as esferas da vida e incorpora as necessidades, expectativas e desejos que fazem parte da existência humana (SHAEFER,1992). O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Portanto, o lugar é onde a vida acontece, onde as experiências e vivências são articuladas e as práticas sociais vividas, é o espaço praticado, onde se situa a vida cotidiana. Como aponta Carlos,

o lugar é produto das relações humanas entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos” “a produção do lugar liga-se indissocialmente à produção da vida (Carlos, 1996:29).

Ainda sobre a importância do lugar, a autora aponta que “a produção do espaço deve ser entendida sob uma dupla perspectiva, ao mesmo tempo em que se processa um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana produzindo, como decorrência, um processo de homogeneização do espaço, produz-se e acentua-se o processo de fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo. Este processo se manifesta no plano do vivido, no lugar onde se desenrola a vida humana” (CARLOS, 1996:59). A globalização materializa-se concretamente no lugar e o mundial, que existe no local, redefine seu conteúdo, sem, todavia, anularem-se as particularidades (CARLOS, 1996: 15).

É nas disputas pelo domínio dos lugares e entre os lugares que se encontra a valorização contemporânea do território (MOREIRA, 2007: 61). Para o processo de valorização produtiva do espaço é necessário que se viabilize a reprodução das condições de produção. Isto implica em práticas espacialmente localizadas, quase sempre efetivadas pelo Estado ou pelas grandes e complexas corporações, práticas que se constituem enquanto ingredientes da gestão do território (CORREIA, 2001: 42).

O espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político, estratégico e ideológico. Para Lefebvre o espaço tornou-se instrumental, “lugar e meio onde se desenvolvem estratégias, onde elas se enfrentam, o espaço deixou de ser neutro,

geográfica e geometricamente, há muito tempo” (LEFEBVRE, 2008: 95). Dessa forma, o conceito de território na Geografia foi pensado, definido e delimitado historicamente a partir de relações de poder, referindo-se ao espaço geográfico a partir de uma concepção que privilegia o caráter político, a dominação e a apropriação dos recursos (SUERTEGARAY, 2001). Na perspectiva de Raffestin (1993: 158), a territorialidade “reflete a multidimensionalidade do vivido territorial. (...) Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”. E acrescenta: “todas as relações de poder”.

Historicamente, a concepção de território associa-se a idéia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder, um território concebido como campo de forças e poder na apropriação do espaço e de seus recursos (SUERTEGARAY, 2001). E “é no âmbito do controle sobre o uso do território que se colocam as mais fortes disputas sobre como (e mesmo se) assimilar a conservação e os uso sustentável da biodiversidade às estratégias de desenvolvimento nacionais / regionais / locais” (ALBAGLI, 1998: 248).

No início do século XXI encontra-se em pauta todo o processo que envolve o modo de apropriação, exploração, uso e regulação dos recursos ambientais, o que coloca “a Natureza no interior do campo dos conflitos sociais” (ACSELRAD, 2004: 9). Para este trabalho, considera-se o conceito de natureza apresentado por Lefebvre,

[...] a natureza foi uma espécie de símbolo poético, negligenciável ou relegado ao segundo plano, que designava não se sabia muito bem o que: um resíduo, algo que aparecia aqui ou ali, escapando à ação racionalmente conduzida. Ora, sabe-se que também a natureza é formada, modelada, transformada. Que, em larga medida, ela é um produto da ação, que a própria face da Terra, isto é, a paisagem, é obra humana. Hoje a natureza ainda é considerada, de acordo com uma certa ideologia, como simples matéria do conhecimento e como objeto das técnicas. Ela é dominada, controlada. Na medida em que é controlada e dominada ela mesma se distancia. Ora, de repente se percebe que ao ser controlada ela é devastada, ameaçada de aniquilamento, ameaçando ao mesmo tempo a espécie humana, ainda ligada à natureza, de se ver arrastada para o aniquilamento. Daí a necessidade de uma estratégia. Eis a natureza politizada (LEFEBVRE, 2008: 32).

Para complementar o conceito de Lefebvre, Marilena Chauí (2000: 371) afirma que para as ciências contemporâneas a Natureza não é apenas a realidade externa, dada, observada, e percebida diretamente por nós, e sim um objeto de conhecimento, um campo objetivo produzido pela atividade do conhecimento e com o auxílio de instrumentos tecnológicos. Neste sentido, a Natureza, paradoxalmente, torna-se algo que passa a depender da interferência ou da intervenção humana, como um objeto natural construído cientificamente.

Os conflitos sociais presentes na esfera ambiental não são resultados apenas da reestruturação produtiva excludente ditada pelo sistema capitalista e da relação de exploração máxima dos recursos naturais. Os conflitos estão também ligados às dificuldades de conciliação de

interesses divergentes relacionados à gestão do meio ambiente, na diversidade de atores envolvidos e no diálogo entre estes. A noção da unidade espacial é complexa, uma vez que esta é uma unidade de contrários; primeiro da localização e da distribuição, da diversidade e da unidade, e, por fim, da identidade e da diferença. O conflito, eis o ser do espaço (MOREIRA, 2007: 63).

A problemática da questão envolve a própria relação dialética entre sociedade e natureza, tornando-se necessário rever os princípios que orientam tal relação, historicamente marcada pela dominação do homem sobre o meio ambiente. Assim, o meio ambiente é, em sua essência, objeto de contestações e conflitos em função de todos seus sentidos socioculturais e interesses diferenciados. Os conflitos ambientais podem ser considerados como:

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território” eles afloram face à iminência de uma ameaça oriunda de “impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004: 26).

Na sociedade contemporânea a produção e a reprodução do espaço e da natureza passaram a ser mediados pelo valor de troca e pelas leis do mercado. Dessa forma, a discussão conceitual sobre a noção de conflito socioambiental deve englobar a reflexão a respeito das diferentes demandas e apropriações dos recursos naturais.

Partindo da premissa que o “meio ambiente é construído como um campo¹⁴ de poder que envolve diferentes sujeitos sociais”, pode-se compreender a natureza como uma categoria social de relações (LIMA, 2001), reafirmando, porém, a posição central do Homem não somente como ator principal, mas, sobretudo, como objetivo final desta problemática recente. A mesma autora sublinha que como o conceito de meio ambiente envolve a apropriação e/ou transformação dos recursos naturais, ele encontra-se no centro de uma luta ideológica, refletindo disputas concretas das práticas sociais. Os recursos naturais são componentes da paisagem geográfica, materiais ou não, que ainda não sofreram importantes transformações pelo trabalho humano e cuja própria gênese independe do homem, mas aos quais foram atribuídos, historicamente, valores econômicos, sociais e culturais. Portanto, eles só podem ser compreendidos a partir da relação homem-natureza. Se por um lado os recursos naturais ocorrem e distribuem-se no estrato geográfico segundo uma combinação de processos naturais, por outro, sua apropriação ocorre em conformidade aos valores sociais (VENTURI, 2006: 16). Superando uma noção exclusivamente biogeográfica do ambiente, Bertha Becker enfatiza a necessidade de se desnaturalizar o conceito de meio ambiente para tratá-lo como resultado da interação da lógica da natureza e da lógica da sociedade (BECKER, 1991, 1997 apud ALBAGLI, 1998: 18). Como aponta Becker (1997: 421) o

¹⁴ Na teoria social de Bourdieu o campo é entendido como uma configuração de relações objetivas entre posições na estrutura de distribuição das distintas formas de poder.

novo modo de produzir redefine a natureza e as relações sociedade-natureza, onde a primeira é tida como capital de realização atual ou futura.

População e meio ambiente não são realidades empíricas em si, mas construções sociais, representações acionadas em um campo de forças no qual interagem diferentes grupos sociais, marcados por conflitos e custos socioambientais. Nesse sentido Acselrad (2004: 7) também afirma que “não há como separar a sociedade e seu meio ambiente, pois trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados”. A relação deixa de ser vista apenas entre duas categorias - homem x natureza - para envolver um campo de relações que diferentes grupos entretecem no espaço social, bem como as diferentes estratégias que elaboram para apropriação, controle e uso dos recursos naturais (VAINER, 1993). Nesse sentido, o espaço social, concebido por Bourdieu,

[...] abarca o mundo das relações sociais composto de inúmeros pontos de disputa, de contato - entre agentes com estilos de vida diferentes, capitais econômico, cultural e poder-se-ia dizer político, distintos - construindo pontos de convergência de interesses e disputas. Esses são enunciados como campos, onde se trava uma dinâmica própria ao estabelecer as regras, as verdades e até mesmo, qualificar quem pode deles participar. O campo conceituado como um “universo relativamente autônomo” é o espaço de luta pelo próprio direito de inclusive, dividi-lo legitimamente, definir as regras que o estruturam - onde o que está em jogo é a possibilidade de construir a realidade (BOURDIEU, 1989).

Compreender a complexidade do debate que permeia as relações homem x natureza obriga a explicar as dimensões simbólicas associadas aos modos de representar o meio. As formas de apropriação dos recursos e aquilo que as sociedades fazem com seu meio material não se resume a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados (ACSELRAD, 2004: 15). A sociedade é constituída por elementos materiais e simbólicos segundo a percepção que deles se tenha a população envolvida; ela é um misto de aspectos objetivos e subjetivos. Esta percepção, entretanto, não é homogênea, variando segundo a posição que os indivíduos e os grupos ocupam na estrutura social, ou seja, a partir de sua posição de classe (HAGUETTE, 2003: 155).

O termo população sempre aparece como a soma de indivíduos homogeneizados, um dado inerte e desprovido de possibilidades diversidades. Em sua origem, os censos estiveram vinculados à necessidade do Estado de um controle político-administrativo da população e do território por ele governados. O que se pretende neste estudo é evidenciar o que as pessoas são dentro da chamada população, conhecê-las, reconhecê-las e não apenas trabalhar com representações.

Para Lefebvre (1980), as representações nascem como símbolos no imaginário e se fortalecem, tornando-se correntes quase instituídas. O autor observa que a sociedade atual se

constitui em um sistema imerso em um mundo de símbolos, representações e mistificações: “as representações são falsas no que indicam e dizem, mas verdadeiras em relação ao que suportam”, ou seja, “são verdadeiras como respostas a problemas reais, e falsas como dissimuladoras das finalidades reais”. As representações também ampliam, deslocam e transpõem certas realidades, formando parte de uma estratégia inconsciente. Os *espaços de representação* definidos por Lefebvre, ou seja,

o espaço *vivido* através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que *descrevem* e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais (LEFEBVRE, 2000: 49).

As representações são construídas a partir da percepção individual do meio ambiente e se dão em função dos laços entre os estímulos sensoriais, a estruturação cognitiva da informação e as modulações culturais, produzindo experiências e valores relativos. Os processos psicológicos, as tradições sociais e os valores culturais afetam a forma de percepção e apropriação do meio ambiente, e por isso “a percepção do meio ambiente é fortemente específica da cultura. Ela depende de crenças, idéias, valores, experiências, tradições culturais e contextos socioeconômicos” (YOUNÉS e GARAY, 2006: 63-64). Para Chauí (2000: 154) a percepção

é sempre uma experiência dotada de significação, isto é, o percebido é dotado de sentido e tem sentido em nossa história de vida, fazendo parte de nosso mundo e de nossas vivências, [...] o próprio mundo exterior não é uma coleção ou uma soma de coisas isoladas, mas está organizado em formas e estruturas complexas dotadas de sentido, [...] o mundo percebido é qualitativo, significativo, estruturado e estamos nele como sujeitos ativos, isto é, damos às coisas percebidas novos sentidos e novos valores, pois as coisas fazem parte de nossas vidas e interagimos com o mundo.

Entendida como um somatório de recursos finitos, passíveis de apropriação e utilização pelos homens, a visão economicista da natureza mostra “um mundo material fetichizado e reduzido a simples quantidades de matéria e energia da qual não se evidenciam as múltiplas formas sociais de apropriação e as diversas práticas culturais de significação” (ACSELRAD, 2004: 14). Na visão do autor, uma formulação mais coerente não teria como foco principal a escassez futura, mas a natureza dos fins que norteiam a própria vida social, as formas de uso e desperdício desses recursos. Trata-se da “natureza a conservar e a natureza ordinária, aberta aos apetites econômicos”. A concepção de crise ambiental não deve ser resumida à escassez quantitativa de recursos, idéia que tende a esvaziar o debate político e que passa a levantar um discurso que visa unicamente o aperfeiçoamento dos indicadores (ACSELRAD, 2004: 14).

Como a noção de meio ambiente envolve a apropriação e/ou transformação dos recursos naturais, esse encontra-se no centro de uma luta ideológica refletindo disputas concretas das práticas sociais que tem comprometido significativamente a conservação ambiental (LIMA, 2001: 1136). A técnica e a visão economicista, que orquestram a economia globalizada, aceleram os processos de homogeneização da paisagem e da cultura, tolhendo o florescimento ou a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada (ESTEVA, 2000). Todos os objetos que constituem o ambiente são culturais e históricos, “todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio interagem e conectam-se materialmente e socialmente” (ACSELRAD, 2004: 7).

Estudar as dimensões humanas da biodiversidade compreende também o estudo da diversidade humana nela mesma (YOUNÉS E GARAY, 2006: 61) e estudar tais conflitos socioambientais torna-se importante na tentativa de dar visibilidade aos distintos atores sociais que se opõem aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos. Assim, torna-se importante desenvolver “um olhar sobre a questão ambiental que se faça sensível ao papel da diversidade sociocultural e aos conflitos entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material” (ACSELRAD, 2004:14). Para o autor, as diversas formas sociais de apropriação do mundo material são historicamente construídas com base em padrões de diferenciação social e na desigual distribuição de poder sobre os recursos. Soma-se a isto o fato de que o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados, pois

os fatos culturais não restringem-se a simples epifenômenos das estruturas reprodutivas da sociedade, mas mostram-se ao contrário, como parte integrante do processo de construção do mundo, dando-lhe sentido e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas (ACSELRAD, 2004: 15)

A análise da problemática atual da biodiversidade e da sua conservação permeia o entendimento dos conflitos de interesses que se dão à sua volta. Um objeto de grande discussão é o papel das populações humanas no âmbito das áreas reservadas à conservação. Conservar para quem?

No Brasil, o número de unidades de conservação (UCs) e a extensão das áreas protegidas vêm crescendo aceleradamente nas últimas décadas, nos três níveis de governo. Este crescimento é fundamental e urgente para tentar garantir a conservação da biodiversidade, sobretudo em um país como o Brasil. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o território brasileiro é mundialmente reconhecido pela riqueza natural, seus biomas vêm sofrendo com

sucessivos episódios de degradação, alteração e conversão, para dar lugar a atividades produtivas e instalações de infra-estrutura impulsionadas pela lógica desenvolvimentista. “Nesse ponto, a grandeza territorial e a farta disponibilidade de recursos naturais do País funcionam como inibidores de consciência e de políticas conservacionistas” (DRUMMOND *et al*, 2006: 8). O permanente desafio está na tentativa de encontrar estratégias adequadas de uso, aproveitamento econômico e preservação da biodiversidade brasileira, relacionadas às suas raízes socioculturais.

A criação de Unidades de Conservação e a necessidade de um manejo mais adequado e sustentável, coerente com os princípios conservacionistas, acabam por gerar transformações nos padrões de uso e percepção desse ambiente. Nas regiões onde estas são criadas o próprio meio ambiente e as populações tradicionais afetadas sofrem profundas alterações no seu modo de vida e nas relações que mantêm com o espaço. E há que salientar que os efeitos negativos não se distribuem de forma homogênea nesse espaço. Mesmo antes de sua efetiva implantação surgem pressões decorrentes do embate entre os usos tradicionais da região e as regras de preservação. O próprio motivo que antecede a iniciativa de criação das áreas protegidas, não necessariamente comprometidos com o reconhecimento e o respeito à biodiversidade e à sociodiversidade, também é responsável pelas mudanças e impactos negativos.

A criação de áreas protegidas no Brasil tende a redefinir diversos usos e ocupações nem sempre em consonância com os interesses políticos, ambientais, econômicos e sociais que sobre elas incidem. Esta reordenação aponta para a necessidade de desmembramento de certos grupos sociais para garantir a segurança do processo e, assim, melhorar a conservação. Sobre tais aspectos Pereira (2005a) afirma que os critérios e interesses que conduzem a criação das áreas protegidas são, muitas vezes, são motivados por jogos ou favores políticos, pela exploração turística sem um devido planejamento, ou até mesmo interesses de empreendimentos privados. Dessa forma, as intervenções reorganizam a paisagem urbana conferindo uma desagregação no que se refere à funcionalidade e, por conseqüência, no tangente aos grupos sociais que ocupavam seus espaços (públicos).

Durante muito tempo os parques nacionais foram estabelecidos sem muita preocupação com os possíveis impactos negativos sofridos pelas populações locais e, conseqüentemente, conflitos envolvendo essas populações atingidas começaram a surgir. Os conflitos ambientais desencadeados pela implementação de unidades de conservação e suas novas formas de regulamentar o espaço podem tornar-se desafios e até mesmo entraves para a conservação. A institucionalização de conflitos através da categoria Parque traz à tona tais questionamentos entre delimitação de um território voltado para os objetivos de conservação e a realidade social, econômica e política inerentes a este território (SIMON, 2004).

A legislação brasileira é baseada na lógica estadunidense de preservação da natureza. A importação de um modelo trouxe problemas e desencadeou conflitos já que a situação ecológica, social e cultural dos dois países é muito distinta. Nos países tropicais as florestas eram ocupadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais e a imposição de uma natureza intocada (neomitos) nega o homem como parte da natureza (DIEGUES, 2001: 14). As exigências da legislação referente às unidades de conservação de uso restrito não permite a existência de moradores, mesmo tratando-se de comunidades tradicionais presentes em gerações passadas. Partindo do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora, todos os modos de vida deverão estar fora das áreas protegidas (DIEGUES e ARRUDA, 2001: 24).

O olhar dos planejadores, em muitos casos, despreza a dinâmica, as vivências, as práticas e as experiências no e do lugar de moradia anterior. E ao promover o deslocamento acabam desprezando também as necessidades e o modo de vida dessas pessoas. Como explana Hissa (2002),

(...) planejar o mundo concreto sem se envolver com o objeto de planejamento, estabelecer políticas na desconsideração do conhecimento e dos anseios gerados pelas sociedades são atitudes que refletem paradigmas tradicionais da ciência moderna. Esse não envolvimento supõe, equivocadamente, que o ator que planeja está fora da realidade, desconsiderando os outros atores que também planejam a vida da qual participam. Além disso os atores do planejamento oficial definem as políticas referenciadas pelo futuro, ignorando as questões condicionantes do presente (HISSA, 2002: 246).

As restrições da legislação, a incompreensão das novas regras daquilo que passa a ser imposto e a falta de diálogo, entre órgãos ambientais e populações afetadas pela criação das UCs, podem gerar resistências e o sentimento de não pertencimento ao lugar. Ainda assim, resíduos de antigas práticas permanecem e não favorecem a redução de arestas de novos e antigos conflitos. Os atos de vandalismos e destruições tornam-se comuns a tais espaços públicos, evidenciando a insatisfação daqueles que não foram ouvidos ou que não concordam com os novos usos atribuídos ao local.

Um aspecto importante de ser discutido refere-se ao caráter simultaneamente público e privado da biodiversidade (ALBAGLI, 1998). O estabelecimento de regras e restrições de uso e acesso à biodiversidade configura um caráter privado e excludente de um espaço público criado como bem público de uso comum. Aqui se percebe o desafio do Estado em manter o uso privado do espaço levando em consideração o interesse público.

As esferas pública e privada, fenômenos completamente distintos, foram unidas na modernidade e transformadas na esfera social (HANNAH ARENDT, 2005). A autora afirma que o Estado - que em tese representaria o público - passa a interferir diretamente na vida particular de

cada indivíduo transformando suas ações e as diversas unidades produtivas que, em tese, representariam o privado na modernidade. A distinção entre esfera pública e esfera privada perde seu antigo sentido, na medida em que a primeira torna-se uma esfera híbrida, povoada de interesses privados.

Há, em muitos casos, uma clara negação por parte do Poder Público em relação aos processos e mudanças que envolvem aquele ambiente e a sua construção histórica, anteriores à delimitação das áreas protegidas. O discurso conservacionista, muitas vezes ao desconsiderar as populações tradicionais enquanto sujeitos políticos e, conseqüentemente, como protagonistas do processo, não os concebe como agentes sociais coletivos capazes de se organizar e reivindicar seus direitos, ter desejos e necessidades. Negligenciam também as possibilidades de outras construções para o futuro da região.

Como exige a legislação referente às unidades de conservação de uso restrito, a expulsão dos moradores tradicionais é um grande entrave à criação e à gestão de UCs no Brasil. Além disso, na maioria das vezes essas leis restringem o exercício das atividades de extrativismo, caça e pesca dentro dessas áreas protegidas. Para essas populações é incompreensível que suas atividades vinculadas à agricultura, pesca e extrativismo sejam consideradas prejudiciais à natureza quando, no mesmo local, se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de outras regiões (DIEGUES, 1996: 19).

O processo de criação de áreas protegidas no Brasil é amplamente criticado, principalmente no que se refere à forma com que o governo avalia (ou não) os custos ambientais e sociais de sua expansão. Inúmeros são os casos onde as áreas transformadas em parques nacionais sofrem pressões de seus antigos moradores, muitas vezes reassentados de forma inadequada nas proximidades dessas áreas de conservação. Nesse sentido DIEGUES (1996: 19) chama atenção ao fato de que “quase nunca os governos avaliam os impactos da criação de parques sobre o modo de vida dos moradores locais, sendo estes muitas vezes, os responsáveis pela preservação das áreas naturais”.

No âmbito da conservação ambiental as discussões permeiam a importância da conservação da biodiversidade aliada à sociodiversidade. O conceito de sociodiversidade defende o pressuposto de que a diversidade cultural humana – incluído a diversidade de línguas, crenças, religiões, práticas de manejo do solo, expressões artísticas, tipos de alimentação e diversos atributos humanos – é interpretada como componente significativo da biodiversidade, considerando as recíprocas influências entre o ambiente e as culturas humanas (ALBAGLI, 1998: 63). No Brasil, tal concepção de sociodiversidade deve englobar o reconhecimento dos distintos modos de vida historicamente constituídos, suas formas de territorialidade e diferentes formas de representação do

meio ambiente. A reflexão sobre os correlatos padrões de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais deve levar em conta a diversidade sociocultural. A valorização da diversidade sociocultural como aliada na conservação da biodiversidade envolve o reconhecimento e o respeito aos valores relacionados às populações tradicionais, bem como o entendimento do conceito de comunidade.

Em tempos de globalização, novas dinâmicas de convivência e práticas sociais são formadas. A respeito da prática social, Seabra (2003) atenta que esta apreende relações de vizinhança, de compadrio e de parentela, inscrevendo-se no espaço e, assim, favorecendo um corpo de relações de qualidade a partir de experiências vividas: “Este seria o melhor nível, no qual se articulam os fios que ligam e que separam os indivíduos” (SEABRA, 2003: 2).

Mais que um conceito, o termo comunidade configura-se como uma categoria de análise, pois encerra variados enfoques e contextualizações. Tal diversidade de apropriações acarreta também sua diversidade terminológica, conforme os objetivos e contextos exigidos por cada enfoque. Ao tratar a temática das relações artesanais e o estímulo ao Desenvolvimento Local, Carolina Oliveira (2007b) apresenta uma discussão conceitual de comunidade. A autora aponta que as relações de parentesco, afetividade e solidariedade demarcam o significado deste termo para autores como WEBER e TONNIES da Sociologia clássica, entre outros. Para WEBER (1973), comunidade se refere “a uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social (...) repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”. O autor afirma ainda que, o fato de pertencimento a um mesmo grupo não cria por si só uma comunidade. Este sentido de comunidade é construído, e embora seja entendido, em muitas situações, como antítese de luta, o autor lembra que mesmo as mais íntimas relações comunitárias são marcadas por diferenças e pressões violentas exercidas sobre as pessoas. Para a Geografia, a apropriação deste conceito ultrapassa tais dimensões, haja vista as constantes inovações no espaço-tempo global, especialmente em relação à perda ou recrudescimento das identidades locais (CORGOSINHO, 2005 apud OLIVEIRA, 2007b). Nas palavras de Ana Fani Carlos,

A identidade, no plano do vivido, vincula-se ao conhecido-reconhecido. A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ou de formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos. Significa para quem aí mora “olhar a paisagem e saber tudo de cor” porque diz respeito à vida e seu sentido, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo (CARLOS, 1996: 117)

Nota-se uma crescente busca pela reconstrução e valorização das identidades na tentativa de garantir reconhecimento e o direito ao território para se reproduzir. Este debate está vinculado à idéia de comunidade e seu “sentimento de nós” que configura uma identidade que é

construída, associada à necessidade de ser conhecida, de modo particular, pelos outros (CASTELLS,1999). A mesma comunidade pode conter identidades múltiplas e esta pluralidade é a fonte de conflito e contradição, seja na auto-representação ou na ação social. A noção de comunidade atribuída por Baumann,

deve-se, de fato, ao sentido que ele atribui à tecida de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis (...) E os compromissos que tornariam ética a comunidade seriam do tipo do 'compartilhamento fraterno', reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual (BAUMANN, 2003: 57)

As relações que embasariam uma prática comunitária perpassam por relações igualitárias, ou menos assimétricas, entre pessoas com direitos e deveres iguais, em que todos possuem vez e voz e são reconhecidos em sua singularidade. Ou seja, há respeito pelas diferenças e ainda pelo fato da existência de uma dimensão afetiva entre as pessoas. “Afinal, todas as comunidades possuem um saber que não é melhor nem pior do que o pensamento vigente, mas que é apenas diferente” (OLIVEIRA, 2007b).

Quando se destaca a importância dos saberes tradicionais na conservação do meio ambiente, fica implícito o papel das relações entre homem e natureza (DIEGUES, 1996: 75). Para a Oliveira (2005) a idéia é romper com a imagem das sociedades tradicionais associada à inércia e ao atraso, assim como com o mito da inovação e revolução permanente da modernidade. Na verdade os esforços teóricos (HOBBSAWN, 1984; SAHLINS, 1990 e CANCLINI, 1997 apud OLIVEIRA, 2005) são a favor de uma análise que contemple a multiplicidade de combinações, e não uma ruptura: “O costume não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais” (HOBBSAWN, 1984, apud OLIVEIRA, 2005, p.30).

Como discutido anteriormente, o processo de criação das UCs cria uma dicotomia dentro do espaço preservado: o espaço de uso público e o espaço excludente, que não inclui todos os grupos sociais no processo decisório. A desigualdade social e a exclusão promovida por tais políticas de conservação é salientada por Nurit Bensusan (2004 apud SANTILLI, 2005):

Os sacrifícios são distribuídos desigualmente: algumas populações são direta ou indiretamente beneficiadas com a melhoria da qualidade ambiental derivada da proteção de determinadas áreas, enquanto outras são privadas das terras que ocupavam tradicionalmente, sendo, em geral, realocadas em locais e condições inadequados. Mas a perversidade do modelo vai além: muitas das populações beneficiadas são aquelas responsáveis pelo modelo predatório que resultou na necessidade de se reservar áreas para a proteção ambiental, enquanto as populações sacrificadas são aquelas que conservaram, por meio do uso tradicional da terra e dos recursos biológicos, as poucas áreas naturais ainda existentes e, paradoxalmente, têm como contrapartida sua destruição cultural e social.

O caráter restritivo dos Parques Nacionais evidencia que institucionalização do “espaço da conservação” e não mais em um espaço social das relações (SIMON, 2005). Entretanto, muitos trabalhos têm demonstrado que a diversidade biológica pode ser melhor conservada se associada à proteção da diversidade sociocultural (ABOUT e GUIJT, 1999; BRITO e CÂMARA, 1998; DIEGUES, 1996). O engajamento da população local contribui para a proteção de seu ambiente e a afasta da posição de coadjuvante, fomentando a discussão e a interação de atores e ações na transformação regional (PEREIRA, MUNGAI e RODRIGUES, 2004). Já existem experiências positivas onde tais sujeitos são vistos como parceiros e não como obstáculos a serem transpostos. Como defende Arruda (2000) é preciso valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania destas populações, valorizando seus padrões de uso dos recursos naturais.

Vários são os limites presentes no processo de formulação e implementação de políticas que atendam aos anseios dos grupos envolvidos, sejam eles de natureza econômica, política e/ou social. Deste modo, os desafios estão voltados ao fortalecimento dos distintos sujeitos sociais na gestão local, valorizando o papel do indivíduo e de seu conhecimento na construção do ambiente. A articulação entre meio ambiente e democracia deve sair do papel e ser verdadeiramente incorporada às práticas ligadas à conservação da biodiversidade. Ao propor uma discussão sobre sociedade democrática Chauí (2000: 557-558): enfatiza que

as idéias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulamentação jurídica formal. Significam que os cidadãos são sujeitos de direitos e que, onde tais direitos não existam nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigí-los. É esse o cerne da democracia

Os desafios que se colocam para a construção da sustentabilidade e da justiça ambiental no Brasil exigem, portanto, o reconhecimento das formas históricas de significação e apropriação do espaço que anulam a unilateralidade imposta hoje nas formas de conceber e agir junto ao ambiente natural. A heterogeneidade cultural de nossa sociedade contrapõe-se à forma homogeneizante de intervenção na natureza (ZHOURI, LASCHEFSKI, e PEREIRA, 2005: 19).

A dinâmica de relações sócio-espaciais significadas, resultantes e instituidoras da politização de novos espaços permite distinguir novos campos de discussão e de resistência. Entretanto, as pressões antrópicas sobre o sistema ambiental, com as quais diversas regiões se deparam, expõem (in)capacidades político-institucionais para a condução de políticas de melhoria da qualidade ambiental.

Percebe-se que a gestão ambiental no Brasil possui marcos legais e institucionais que, ao menos formalmente, garantem a integração e a articulação entre os diferentes níveis de poder e a participação da sociedade. A legislação mostra que existem avanços, todavia como afirma Vainer

(1993, p.193) “(...) novos discursos, novas formas de ação, mas ainda e sempre a mesma lógica e o mesmo objetivo: apropriação do território e controle dos recursos”.

A produção do espaço se explica pelas práticas espaciais no encontro dos diferentes territórios de uso. Mesmo antes de sua abertura, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e suas distintas formas de representação têm caracterizado um cenário de conflitos, às vezes explícitos, outras vezes mascarados por interesses de alguns segmentos. As novas concepções e valores atribuídos a este espaço (proteção, exclusão, indiferença ou possibilidade de ganhos financeiros) têm caracterizado novas estruturas de poder e distintas formas de relação entre os segmentos sociais e entre estes e a UC. As formas com que tal reordenamento é apreendido na prática, bem como os diferentes grupos que resistem e intervêm junto ao processo, serão discutidas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e sua contextualização regional

O presente capítulo apresenta a contextualização da região de estudos, bem como as características relevantes do Vale do Peruaçu e os interesses que justificaram a criação das Unidades de Conservação existentes hoje, em especial o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu-PNCP. A caracterização do PNCP é também baseada no Plano de Manejo do Parque. O norte de Minas é apresentado segundo sua ocupação, seus aspectos históricos, físicos, econômicos e sociais.

O Norte de Minas Gerais é uma região do sertão que ocupa uma área de 120.700 km² e correspondente a 20,7% do estado. O território norte mineiro é composto pela transição dos Cerrados, da Caatinga, da Mata Seca e da Mata Atlântica, e é drenado por três grandes bacias hidrográficas: São Francisco, Jequitinhonha e Pardo. A mesorregião é formada por 89 municípios agrupados em sete microrregiões (Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas) (Figura 1).

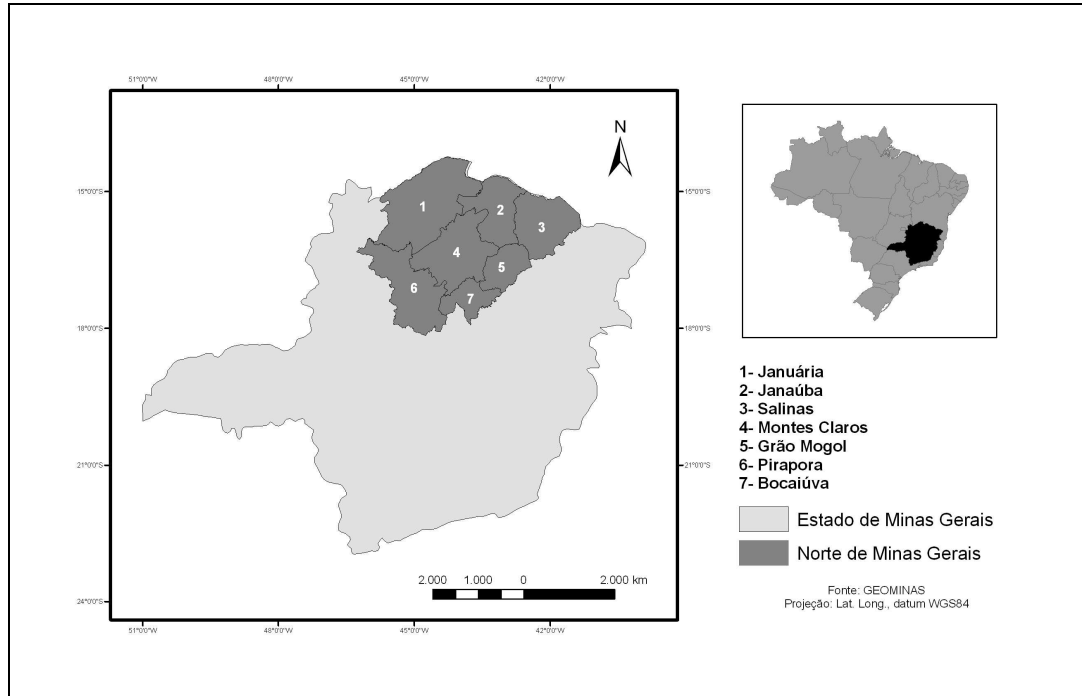


Figura 1: Mapa de localização da Região Norte de Minas Gerais e de suas microrregiões

A população total regional, conforme o censo demográfico de 2000 era de 1.492.715 habitantes (963.205 habitantes na zona urbana e 529.510 habitantes na zona rural), distribuídos em municípios, principalmente de pequeno porte, com economias locais baseadas em atividades agropecuárias, florestais e extrativistas.

O processo de ocupação do norte de Minas Gerais se deu por grupos distintos, com influências culturais diversas. Até o século XVI a região era ocupada por diversos povos indígenas, principalmente Tapuias e Caiapós. A partir daí a incursão de bandeiras baianas e paulistas penetraram o território norte mineiro levando mão-de-obra escrava negra. A ocupação da região se desenvolveu numa interação entre ambiente natural, necessidades e contingências de agrupamentos sociais de diferentes origens, com racionalidades diferenciadas. Negros, índios e europeus misturaram-se à paisagem dando origem a diferentes formas de uso e apropriação dos recursos naturais (PICUS, 2006: 20-21). Sobre a cultura, a natureza e as populações tradicionais do norte de Minas Gerais, João Batista Costa destaca que

No médio São Francisco, zona da transição entre ecossistemas diversos, estruturou-se e organizou-se uma sociedade com características próprias, em que o eixo crucial consiste na articulação de diversidades culturais, de identidades contrastivas, de racionalidades díspares, mas complementares, e de projetos civilizatórios construtores da civilização brasileira, que permitem pensar o norte de Minas como a síntese de nossa nacionalidade (COSTA, 2005a: 8).

A organização do espaço norte mineiro foi historicamente baseado num processo desigual de desenvolvimento. As características geográficas da região, assim como as precárias condições de vida da maior parte da sua população em muito se assemelham às características predominantes no nordeste brasileiro.

Na expansão do capital na região, o Estado foi responsável pela implementação e melhoria da infra-estrutura, o que assegurou as condições necessárias à acumulação e ao funcionamento tanto das empresas industriais, como de projetos de reflorestamento e do setor agropecuário, entre outros. Isto gerou profundas transformações na organização do espaço no Norte de Minas (CARNEIRO, 2003b: 104). O processo de transformação da paisagem tem início com a demarcação e o cercamento das terras do Sertão em 1930, época em que as populações foram expropriadas e expulsas dos seus lugares de pertencimento (PICUS, 2006: 38).

No Norte de Minas predomina o clima tropical semi-árido, cuja rigidez climática é conferida principalmente pela irregularidade na distribuição das chuvas. Na década de 50 a economia da região encontrava-se em estado de debilidade e a seca era apontada como a principal causa do seu subdesenvolvimento (ALMEIDA, 1999: 11). Como política permanente de combate aos efeitos da seca, o governo criou a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, hoje

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)¹⁵. Segundo dados do Ministério da Integração Nacional (MIN, 2007), de 1909 até 1959 o DNOCS foi, praticamente, a única agência governamental federal executora de obras de engenharia no Norte de Minas Gerais. Entre suas áreas de atuação nesta época destacam-se a construção de barragens, açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais, campos de pouso, usinas hidrelétricas, implantação de redes de energia elétrica e telegráficas. O DNOCS foi, até a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o órgão responsável pelo atendimento às populações que sofriam com as secas na região.

Com o objetivo real de aumentar a produtividade agrícola, discursos modernizadores se apropriaram de relações causais equivocadas entre seca e pobreza, e utilizaram este argumento para embasar grandes projetos de irrigação e perfuração descontrolada de poços artesianos. Tais práticas contribuíram para a “reprodução de uma sociedade desigual baseada em privilégios de acesso aos recursos e relações clientelísticas, inaugurando a dependência estreita entre agricultura e indústria, sob o paradigma do capital” (PICUS, 2006: 20). O DNOCS foi bastante criticado por executar políticas que não procuravam solucionar os problemas, mas apenas mitigá-los durante as crises. Além disso, as verbas dos projetos de atendimento às vítimas da seca foram acumuladas nas mãos de políticos influentes e de grandes proprietários de terras, prática que ficou conhecida como indústria da seca (ANDRADE, 1988 apud ALMEIDA, 1999: 11). Nesse sentido fica evidenciado o distanciamento entre o discurso e a prática, ou a composição de “planos-discursos”, nos quais o social e o ambiental passam a esconder ao invés de mostrar. Esconde a direção tomada pelas obras e pelos investimentos que obedecem a um plano não explícito (MARICATO, 1997 apud PEREIRA e PENIDO, 2008: 4).

Em 1959 o governo federal cria a SUDENE e decreta a região do Polígono das Secas¹⁶ como sua a área de atuação. No Brasil, segundo a definição contida na Convenção Internacional de

¹⁵ Entre os órgãos regionais, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), se constitui na mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste. Criado sob o nome de Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909 editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semi-árido. O DNOCS recebeu ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOC) antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei nº 4229, de 01/06/1963. O DNOCS tem por finalidade: a) beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações; b) irrigação; c) radicação de população em comunidades de irrigantes ou em áreas especiais, abrangidas por seus projetos; d) subsidiariamente, outros assuntos que lhe sejam conferidos pelo Governo Federal, nos campos do saneamento básico, assistência às populações atingidas por calamidades públicas e cooperação com os Municípios (Ministerio da Integração Nacional, 2007, disponível em <http://www.dnocs.gov.br/>).

¹⁶ O Polígono das Secas é um território reconhecido pela legislação como sujeito a períodos críticos de prolongadas estiagens. Trata-se de uma divisão regional efetuada em termos político-administrativo e que não corresponde, única e exclusivamente, à zona semi-árida, pois apresenta diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez, indo desde áreas com características estritamente de seca, com paisagem típica de semi-deserto a áreas com balanço hídrico positivo (CODEVASF, 2007). Atualmente, o Polígono das Secas, segundo a Resolução nº 11.135 do Conselho Deliberativo da SUDENE, compreende uma área de 1.084.348,2 km², correspondentes a 1.348 municípios, distribuídos pelos Estados do Piauí (214), Ceará (180), Rio Grande do Norte (161), Paraíba (223), Pernambuco (145), Alagoas (51), Sergipe (32), Bahia (256) e Minas Gerais (86).

Combate à Desertificação, as áreas suscetíveis à desertificação encontram-se na região do Polígono das Secas que integra parte da Região Nordeste e de vários municípios do Norte do estado de Minas Gerais, principalmente do Vale do Jequitinhonha (CARVALHO *et al*, 2003).

Nos anos de 1960 a região, ao ser anexada à área de atuação de SUDENE, passa a receber investimentos, expandindo as relações capitalistas de produção. Isto se dá, também, fruto do processo desenvolvimentista brasileiro. Nessa ocasião, a implantação de projetos de irrigação dá origem ao *agronegócio* que se instala na região (COSTA, 2005a: 23). Assim, o norte mineiro foi incorporado à área de atuação da SUDENE, incorporando perspectivas de políticas governamentais para incrementar o seu desenvolvimento e promover a sua modernização (LESSA, 2005: 8). A SUDENE foi considerada por ALMEIDA (1999: 11) como um modelo de planejamento ineficaz e mal concebido. Segundo Costa (1997 apud PICUS, 2006: 35)

nessa época ocorre uma ruptura nas relações entre os grandes proprietários de terra e seus agregados, em virtude de novas alianças dos primeiros com o mercado, e da intervenção do Estado na questão do acesso e legitimação da posse da terra.

No âmbito regional, o governo concebeu uma ação modernizadora do sertão através da reorganização da agricultura no Vale do São Francisco, da construção de barragens para produção de energia elétrica e da exploração de recursos minerais. Assim foi criada em 1967 a Superintendência do Vale do São Francisco que, em 1974, foi transformada na Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF¹⁷ (ALMEIDA, 1999: 12).

A partir dos anos 70, com o intuito de integrar a região na dinâmica da economia nacional, uma série de programas e projetos, tanto do governo federal quanto do estadual, passam a ser implementados. Na ocasião, a SUDENE passa a planejar e executar as políticas governamentais de estímulos financeiros e fiscais, enquanto o governo do Estado realiza investimentos públicos em infra-estrutura como estradas, energia e telecomunicações (PICUS, 2006: 35).

A apropriação da terra no Norte de Minas Gerais teve as marcas do latifúndio colonial, responsável por uma concentração do poder nas mãos dos grandes proprietários. Ao latifundiário foi concedido, não só o poder econômico, mas também o de fazer justiça. Dessa forma a dominação político-cultural da região foi marcada pelo mandonismo, pelo clientelismo e pelo coronelismo. O poder político foi construído com base nestas raízes, caracterizando órgãos que não eram públicos, na medida em que não estavam a serviço da sociedade como um todo e, sim, de interesses de

¹⁷ Nessa época órgãos como a CODEVASF marcam sua atuação na implantação e gestão dos grandes projetos Jaíba, Gurutuba e Pirapora.- pólos de produção agrícola intensiva de frutos finos de mesa (uva, melão, banana, etc), de sementes híbridas e selecionadas e de legumes que passam a abastecer os centros urbanos do sudeste ou de outros países (GEA, 1991 apud PICUS, 2006: 36).

algumas famílias (PORTO-GONÇALVES, 2003: 36). Como aponta o autor, agora o favor é, sobretudo, oferecido pelo político e votar nele é um agradecimento sincero de quem o recebe. E assim “o populismo se transforma na versão urbana do velho ‘coronelismo’. Em comum têm a visão de não ver os de baixo como alguém que seja portador de direitos, um cidadão” (PORTO-GONÇALVES, 2003: 31).

Embora a pecuária extensiva se constituísse na atividade principal dos grandes latifundiários, a agricultura e o extrativismo também constituíram a base da economia da região (ALMEIDA, 1999: 10). Até os dias de hoje a configuração agrária do Norte de Minas apresenta grandes distorções no que se refere à distribuição das terras, o que se reflete na qualidade de vida das populações rurais e na concentração de renda. Esta configuração e suas conseqüências compreendem um grande impeditivo para a dinamização da economia dos pequenos municípios da região¹⁸ (PICUS, 2006: 128).

A reprodução do modelo capitalista nessa porção do estado foi marcada por interesses do capital hegemônico nacional que utilizava o discurso de que a região necessitava de uma política global de desenvolvimento. Assim, a modernização da região privilegiou as oligarquias tradicionais, os setores industriais e agroindustriais da sociedade, liberando enorme quantidade de recursos para subsidiar grandes projetos de pecuária, irrigação, reflorestamento, monoculturas, quase sempre associados com a instalação de um parque agro-industrial e de indústrias extrativas de ponta (DAYRELL, 2003: 191-192), mercantilizando assim as terras anteriormente desvalorizadas.

Dessa forma as pressões antrópicas sobre a vegetação nativa devastaram imensas áreas naturais. A devastação das matas de galeria, o uso intensivo de maquinaria pesada, de agrotóxicos e fertilizantes nestes projetos, além de degradar os solos e contaminar os trabalhadores, passaram também a poluir os recursos hídricos, comprometendo a sobrevivência de numerosas populações moradoras do semi-árido mineiro. Os cerrados, as caatingas, as florestas decíduais e as semidecíduais deram lugar à extensas áreas, hoje tomadas por atividades agropastoris e plantações homogêneas de eucaliptos, pinheiros e bananas. Enquanto em 1970, 85% da região ainda estava coberta pela vegetação nativa, 20 anos mais tarde, em 1990, apenas 32% do território mantinha a sua cobertura original (DAYRELL, 1993 apud PICUS, 2006: 38). Além disso, o desenvolvimento ocorrido no sertão norte mineiro prejudicou essencialmente a sustentação e a reprodução social dos pequenos produtores rurais. (LESSA, 2005:23).

¹⁸ Segundo dados da Superintendência do Incri em Minas Gerais, sobre o estoque de terras e o de demandas, o déficit que o órgão acumula para que sejam propiciadas as condições de acesso à terra para as famílias é maior na região Norte de Minas. Em 2004 o déficit era de 290.669 hectares para que as famílias acampadas pudessem ter seu acesso à terra garantido. Este valor representava 55% do déficit de terras em todo o estado naquele ano (PICUS, 2006: 131).

Outra importante questão que traz a região norte-mineira para o debate nacional é o polêmico Projeto de Transposição do Rio São Francisco, a cargo do Ministério da Integração Nacional. A proposta de transposição de parte das águas do rio São Francisco para outras bacias do semi-árido nordestino, como forma de solucionar os problemas provocados pelas secas, é antiga e marcada por opiniões controversas. O denominado Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional prevê a construção de dois canais: o Eixo Norte que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e o Eixo Leste que beneficiará parte do sertão e as regiões do agreste pernambucano e paraibano (MIN, 2007). De um lado encontra-se o discurso da garantia de água para o desenvolvimento socioeconômico dos estados mais vulneráveis às secas, do outro os conflitos de interesses entre diferentes regiões e setores da sociedade brasileira, em especial, a insatisfação daqueles que serão prejudicados pelo empreendimento, por exemplo, as populações rurais ribeirinhas que têm seus meios de sobrevivência diretamente vinculados ao rio.

CERRADO: conservação da biodiversidade x apropriação econômica

O cerrado é o segundo maior bioma brasileiro em extensão, localizado em uma grande área do Brasil Central e caracterizado por distintas fisionomias (Figura 2). De acordo com GOMES (2006: 33) são onze as principais fisionomias do cerrado, classificadas e divididas em formações florestais (mata ciliar, mata de galeria, mata seca e cerradão), formações savânicas (cerrado "stricto sensu", parque cerrado, palmeiral e vereda) e formações campestres (campo sujo, vereda, campo limpo e campo rupestre). A variabilidade estrutural acentuada é característica marcante do bioma, ocasionada pelas amplas variações das condições do solo e da disponibilidade hídrica local (PIVELLO E COUTINHO, 1996; RIZZINI, 1997, apud GOMES, 2006: 32).



Figura 2 – Mapa de vegetação original do cerrado brasileiro. Fonte: RATTER *et al* (1997)

O cerrado possui uma expressiva representação de espécies brasileiras e sua biodiversidade possui um significativo número de endemismos para vários grupos de animais e plantas, associados à diversidade de ambientes. Na região existem mais de 10.000 espécies vegetais, uma grande variedade de vertebrados terrestres e aquáticos e um elevado número de invertebrados, reafirmando sua importância como ambiente natural. Além da biodiversidade, os recursos hídricos da região sobressaem em quantidade e qualidade, nas suas chapadas estão as nascentes dos principais rios das bacias Amazônica, da Prata e do São Francisco (CI-BRASIL, 2008). Tais dados justificam a importância de se manter o mosaico de vegetação natural do Cerrado como estratégia básica de uma diversidade biológica expressiva (MACHADO *et al*, 2004: 3).

Apesar do seu tamanho e importância, o Cerrado é um dos ambientes mais ameaçados do mundo. Dos mais de 2 milhões de km² de vegetação nativa restam apenas 20% e a expansão da atividade agropecuária pressiona cada vez mais as áreas remanescentes. Essa situação fez com que a região fosse considerada um Hotspot¹⁹ de biodiversidade a partir de 1998, o que despertou especial atenção para a conservação dos seus recursos naturais (CI-BRASIL, 2008).

A situação do cerrado é atualmente bastante crítica e preocupante, e mesmo os recentes esforços para a identificação de áreas prioritárias para a conservação e o início de um

¹⁹ O conceito Hotspot foi criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers que buscou identificar quais as regiões que concentravam os mais altos níveis de biodiversidade e onde as ações de conservação seriam mais urgentes. No Brasil há dois Hotspots: a Mata Atlântica e o Cerrado. Para estabelecer estratégias de conservação dessas áreas, a Conservation International - Brasil colaborou com o Projeto de Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade dos Biomas Brasileiros, do Ministério do Meio Ambiente. Centenas de especialistas e representantes de várias instituições trabalharam juntos para identificar áreas prioritárias para a conservação do Cerrado (em 1998) e da Mata Atlântica (em 1999) (CI-BRASIL, 2008. Acesso em abril de 2008).

processo de organização do conhecimento sobre a biodiversidade do bioma não têm sido capazes de conter as pressões e à degradação do cerrado (MACHADO *et al*, 2004: 8). Estudos realizados pelos pesquisadores do Programa Cerrado da CI-Brasil indicam que o bioma corre o risco de desaparecer até 2030. Dos 204 milhões de hectares originais, 57% já foram completamente destruídos e a metade das áreas remanescentes estão bastante alteradas, podendo não mais servir aos propósitos de conservação da biodiversidade. O desmatamento anual do Cerrado chega a 1,5%, o equivalente a três milhões de ha/ano.

Levando-se em conta apenas as Unidades de Conservação federais, segundo dados do IBAMA de 31/12/2006 (RIBEIRO, 2008) 75,8%, das UCs presentes no bioma²⁰ foram criadas nos últimos dez anos. Sabendo-se que 53% foram instituídas nos últimos cinco anos, percebe-se que boa parte dessas UCs ainda estão em implantação e necessitam de esforços políticos, técnicos e financeiros para sua consolidação. O autor enfatiza que as UCs de proteção integral representam 69,6% do total da área de cerrado, revelando uma estratégia de conservação mais restritiva em termos de uso dos recursos naturais. Além disso, apenas duas categorias de unidades de conservação (parques nacionais e áreas de proteção ambiental) somam 75,2% do total. Os parques nacionais respondem sozinhos por 45,6% do total de UCs do cerrado, o que reforça a idéia de uma forte concepção restritiva na conservação do bioma. Os limites dos parques nacionais, em termos de efetivação têm esbarrado na necessidade de deslocamento de populações aí residentes e em problemas fundiários que se arrastam por vários anos.

As APAs, embora sejam UCs de uso sustentável, não têm por finalidade contemplar a presença de populações tradicionais, como se observa nas florestas nacionais, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, categorias que juntas somavam apenas 0,8% das áreas de unidades de conservação do Cerrado (RIBEIRO, 2008).

A proposta de criação de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável no Cerrado tem ganhado força entre os ambientalistas e as populações locais que vivem e sobrevivem da utilização de recursos advindos do bioma. Tais alternativas dão ainda os primeiros passos para a sua concretização. Dentro de um contexto maior das discussões em torno das questões fundiária e ambiental, Ribeiro destaca que

um dos aspectos mais importantes dessas iniciativas se refere à perspectiva de continuidade do patrimônio cultural sertanejo, construído ao longo da trajetória milenar da convivência humana no Cerrado e de se colocar como alternativa sustentável ao uso econômico desse bioma frente à gigantesca devastação dos programas de desenvolvimento implantados nos últimas três décadas do século XX (RIBEIRO, 2008)

²⁰ Estes dados excluem os ecótonos e as Reservas Particulares do Patrimônio Nacional e apresentam um total de 4.519.776 hectares.

Para o autor, a criação dessas duas categorias de Unidades de Uso Sustentável tem grande significação não só para a preservação do bioma, mas também para a esperança de resguardar o patrimônio cultural sertanejo.

A ocupação humana e sua conseqüente pressão na região do cerrado ocorreu em diferentes momentos históricos. Cada atividade desenvolvida no Cerrado alterou a paisagem deste bioma de diferentes formas e com intensidades distintas, de acordo com os recursos explorados e suas finalidades (RIBEIRO, 2006: 283). Para Machado *et al* (2004: 7) a abertura de áreas de pastagem para a criação de gado de corte foi a principal causa do desmatamento do bioma no passado. Segundo Dias (1994 apud MACHADO *et al*, 2004: 7) até o ano de 1985 o manejo de áreas nativas para a criação de gado foi a atividade econômica que ocupou a maior parte nas paisagens naturais do Cerrado.

Tanto no passado, como no presente, os conflitos pela apropriação de seus recursos marcam a história da ocupação do Cerrado (RIBEIRO, 2006: 284). O bioma se constituiu, recentemente, em uma enorme fronteira agrícola que tem substituído, gradativamente, a Amazônia como espaço possível de expansão econômica rumo ao interior (RIBEIRO, 2005a: 53). As pressões sobre o cerrado relacionam-se diretamente à expansão das culturas da soja, das espécies destinadas à produção de biocombustíveis, do eucalipto - que no norte de Minas foi planejada para atender à demanda de carvão do pólo siderúrgico mineiro e, mais recentemente, do pólo nacional de celulose.

O aumento na produção de biocombustíveis força uma expansão do cultivo em novas áreas, o que ocasiona uma reconfiguração do espaço geográfico e uma pressão sobre as áreas nativas e outras atividades rurais. Pádua destaca que as áreas protegidas brasileiras concorrem com a incorporação de novas áreas na exploração agropecuária, o que o autor classifica como uma degradação ecológica do território. Essa degradação expressa, em primeiro lugar, pela perda de biomas nativos, tem sido um componente básico do modelo agrícola brasileiro, renovando o avanço horizontal e extensivo que caracterizou a formação histórica do setor (PÁDUA, 2002).

No Cerrado, o bioma mais ameaçado do país depois da Mata Atlântica, o cultivo de cana-de-açúcar avançou nos últimos anos em áreas que o Ministério do Meio Ambiente considera como prioritárias para a recuperação da biodiversidade. Em 2007 a cana-de-açúcar ocupava 162 mil hectares de áreas indicadas para a conservação em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Segundo os levantamentos, 60,5% do desmatamento em áreas prioritárias para a conservação ocorreu no estado de São Paulo, onde a cana ocupou 106 mil hectares. Em segundo lugar vem Minas Gerais (25 mil hectares), seguido por Goiás (13 mil), Mato Grosso (12 mil) e Mato Grosso do Sul (6 mil) (PNUD, 2008).

Sobre a perda de biodiversidade no cerrado, Mazzetto (2003: 290) afirma que “o patrimônio biológico vem sendo rapidamente erradicado para dar lugar à ampliação da fronteira agrícola brasileira, com base num modelo de extensas monoculturas”. Na safra de 2007, as lavouras de cana-de-açúcar ocupavam 5,8 milhões de hectares do Cerrado, segundo levantamento do IBGE. Atualmente - somente nos estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul - existem 58 usinas de processamento de cana-de-açúcar instaladas (PNUD, 2008).

Além de pressionar as áreas nativas, a ampliação das lavouras de cana — impulsionada pela produção de etanol — é um incentivo aos produtores de outras culturas a arrendarem suas terras para que elas sejam convertidas em canaviais. Tais interesses podem ainda desencadear um aumento na procura por novas áreas em lugares mais preservados, aumentando os índices de desmatamento nessas regiões. Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, a expansão canavieira no Centro-Oeste tem valorizado áreas ocupadas pela pecuária, o que incentiva os criadores de gado a venderem suas terras e migrarem suas atividades para porções na Amazônia (SOLANO, 2008).

O agravamento das políticas ambientais e a crescente preocupação com a temática do aquecimento global elevam a importância da discussão sobre o papel da matriz energética do sistema vigente. Atualmente a necessidade de redução das emissões de gases de efeito estufa, impostas pelo Protocolo de Kyoto, e a busca de alternativas energéticas para os combustíveis fósseis estão presentes na pauta das discussões internacionais.

O uso dos biocombustíveis, ou agrocombustíveis, foi apontado como uma possível e vantajosa alternativa para diversificar a matriz energética no âmbito global e, assim, contornar os problemas climáticos resultantes da queima de energia fóssil. Neste contexto o Brasil já se apresenta como o maior exportador mundial de etanol e como potencial fornecedor de biodiesel para o mercado externo.

O tema dos biocombustíveis, seus impactos ambientais e a sua influência na recente alta nos preços dos alimentos, tem dividido opiniões em todo o planeta. Sobre os impactos territoriais da expansão dos cultivos, Assis e Zucarelli (2007: 15) enfatizam que o emprego de energias limpas permite a manutenção de um ritmo voraz de exploração da natureza. Para os referidos autores

Embora essa transição para os biocombustíveis seja cercada de toda uma aceitabilidade social revestida pelo discurso da preservação ambiental, um olhar mais atento detecta a existência de ameaças no tocante ao aumento de desmatamentos, à pressão sobre ecossistemas, à competição com plantios para alimentos, ao deslocamento de populações rurais, entre outras (ASSIS e ZUCARELLI, 2007: 15)

Posicionando-se contra, a Organização das Nações Unidas argumenta que usar alimentos como combustíveis diminui sua oferta e compromete a sobrevivência humana. Segundo o relator especial da ONU para o Direito à Alimentação, o suíço Jean Ziegler, a produção em massa de biocombustíveis representa um crime contra a humanidade por seu impacto nos preços mundiais dos alimentos que, segundo estudo do Banco Mundial, registrou crescimento de 83%, em média, nos últimos três anos. Os críticos dessa tecnologia argumentam que o uso de terras férteis para a produção de matérias primas de biocombustíveis reduz a superfície destinada aos alimentos e contribui para a alta global nos preços. Segundo reportagem do Jornal Estado de Minas, países da Europa já propõem a supressão de subvenções para os cultivos destinados à produção de biocombustíveis, em meio à crescente polêmica causada pelo uso dessa fonte de energia contra a mudança climática (PAIVA, 2008).

As reivindicações de organismos internacionais em relação ao problema da queda na oferta e a conseqüente alta dos preços dos alimentos no mundo também revelam os reais interesses de países desenvolvidos, que utilizam a situação para reforçar suas clássicas políticas protecionistas. Torna-se importante destacar que o discurso em prol da necessidade de abastecimento dos países mais pobres camufla as reais justificativas para a crise na produção de alimentos em escala global. Muitas vezes as críticas mundiais contra os avanços dos biocombustíveis são argumentos, na verdade utilizados, para defender os interesses dos grandes produtores mundiais de petróleo.

No Brasil, o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, mantém sua defesa a favor da produção dos biocombustíveis como alternativa de desenvolvimento para o país e nega que a escassez de alimentos no mundo esteja vinculada à expansão da produção. O governo brasileiro tem rejeitado energicamente as críticas ao seu programa de biocombustíveis e garante que a produção de alimentos no Brasil continua crescendo²¹.

²¹ A venda de álcool no Brasil superou a gasolina pela primeira vez desde o fim dos anos 80, quando foi criado o programa de incentivo de consumo do produto, o Proálcool. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no mês de fevereiro de 2008 os brasileiros consumiram 1,42 bilhão de litros de álcool, enquanto a gasolina ficou com 1,41 bilhão de litros. A mudança no perfil do mercado de combustíveis brasileiros é justificada pela expansão das lavouras de cana-de-açúcar nos últimos dois anos e a crescente venda de veículos bicombustíveis (ALVES, 2008).

Em 2007 o Governo do estado de Minas Gerais apresentou a revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023, que teve sua primeira versão apresentada em 2003. O PMDI é um Plano Estratégico indicativo para o Estado de Minas Gerais que prevê a adoção de ações estratégicas de desenvolvimento até o ano de 2023 e foi elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do estado²².

A preocupação demonstrada pelo Governo de Minas refere-se ao fato de que, embora seja a 3ª economia do País (medida pelo PIB), o estado continue ocupando modestas posições nos rankings sociais: em termos de distribuição de renda ocupa a 8ª posição e no ranking nacional do IDH²³ (0,773) é apenas o 10º colocado. Minas Gerais registra acentuadas disparidades regionais em seu desenvolvimento socioeconômico, assim, uma das estratégias previstas pelo PMDI é a adoção de ações que visem o desenvolvimento da região Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, através do “aumento no volume de investimentos privados nestas regiões por meio da atração de capitais produtivos e da melhoria da infra-estrutura, da educação, da qualificação para o trabalho e das condições de saúde e saneamento” (PMDI, 2007: 7). Para contornar as discrepâncias econômicas e sociais da região, o Plano prevê, entre outras ações, a atração de investimentos produtivos privados para as regiões de baixo dinamismo econômico, com destaque para o agronegócio.

A questão da emissão de gases poluentes na atmosfera e suas conseqüências ambientais e econômicas é pontuada como estrategicamente relevante pelo PMDI. O Plano reconhece que a postura de países e estados, com relação ao tema, tem assumido papel central nas decisões relacionadas a financiamentos, investimentos e às boas relações no comércio exterior. Neste sentido o documento aponta que

[...] o tema meio ambiente oferece oportunidades econômicas nas áreas de biotecnologia e biocombustíveis. Além disso, é preciso preparar as empresas mineiras para um futuro que está associado às questões ambientais de toda ordem, fortalecidas por pressão internacional. A gestão ambiental não raro é usada como diferencial mercadológico. Essa é uma tendência que será cada vez mais sentida no ambiente de negócios internacional (PMDI, 2007: 39)

A tendência crescente na região Norte de Minas Gerais já é de incorporação pelo agronegócio. O município de Januária já conta com investimentos e assistência técnica qualificada da

²² Os compromissos do Governo do Estado contidos no PMDI foram divididos em 11 Áreas de Resultado, que agregam os principais desafios, objetivos e metas para a administração pública entre os anos de 2007 e 2023. São elas: 1- Educação de Qualidade; 2 - Protagonismo Juvenil; 3- Investimento e Valor Agregado da Produção; 4 - Inovação, Tecnologia e Qualidade; 5 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce; 6 - Logística de Integração e Desenvolvimento; 7 - Rede de Cidades e Serviços; 8 - Vida Saudável; 9 - Defesa Social; 10 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva; 11- Qualidade Ambiental (PMDI, 2007).

²³ No Índice de Desenvolvimento Humano-IDH estão equacionados três sub-índices direcionados às análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região (PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano). Em termos comparativos o IDH brasileiro é 0,757; de Minas Gerais é 0,773; e do Norte de MG o valor é 0,697.

EMATER-MG na produção de mamona, amendoim e girassol. A produção será escoada para a usina de biodiesel instalada em Montes Claros, que teve a produção iniciada no primeiro semestre de 2008 (MARCELO JR, 2008). O projeto de instalação da usina da Petrobrás contou com investimentos de 11 milhões de reais e prevê o plantio de 100 mil hectares de oleaginosas, que vão gerar 54 milhões de litros de biodiesel por ano²⁴.

A mamona será responsável por no mínimo 10% da produção total, com o plantio de 15 mil hectares na região. Os outros 90% serão supridos pela produção de algodão, soja, amendoim, gergelim e gordura animal. Em Montes Claros, a previsão é de que sejam plantados 3 mil hectares de mamona. Para garantir o “Selo Social Combustível”, que isentará a Petrobrás do pagamento de vários impostos, 30% da matéria-prima deve ter origem, obrigatoriamente, da agricultura familiar (MUNICÍPIOS BUSINESS, 2007).

Através de políticas públicas e incentivos fiscais aos projetos de agronegócios, o mercado de biocombustíveis vem sendo estimulado no Brasil com a justificativa de promover o crescimento econômico nacional. Os setores canavieiro e do biodiesel têm utilizado o discurso da ameaça maior, representada pelas mudanças climáticas, para justificar a expansão de monoculturas aos custos de desmatamentos, exploração de mão-de-obra indígena, concentração de terras, expulsão do agricultor familiar do campo, desrespeito às leis trabalhistas, pressão sobre biomas e substituição de cultivos alimentares (ASSIS e ZUCARELLI, 2007: 64).

O aumento no consumo de combustíveis e a necessidade de expansão das áreas cultivadas, já mostra grandes pressões sobre áreas naturais. O grande debate em torno da crise na produção de alimentos e os biocombustíveis tem se caracterizado como mais um fator conflitante no que tange ao debate sobre as unidades de conservação. O que se espera do Estado brasileiro, neste novo cenário de conflitos e interesses, é que haja um plano de ação que considere a multiplicidade de questões envolvidas e que compatibilize a atividade agrícola (seja ela para o abastecimento e/ou para a produção de biocombustíveis) com a manutenção e conservação da biodiversidade.

²⁴ O programa de biodiesel é um dos 183 projetos da Petrobras incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2007-2010) do Governo Federal. Para instalar as unidades industriais de Montes Claros, Candeias e Quixadá, a estatal investe R\$ 570 milhões. As três usinas estão sendo construídas pela empresa de engenharia Intecnial e deverão entrar em operação em 2008, com capacidade para produzir 50 mil toneladas por ano cada uma (ABIODIESEL, 2007).

CERRADO: diversidade cultural e tradição

A rica biodiversidade do Cerrado se traduz em uma grande oferta de possibilidades de uso e manejo, desenvolvido de variadas formas pelas populações humanas que historicamente aí habitaram. Os recursos utilizados incluem frutos nativos, plantas medicinais, óleos, fibras, caça, entre outros. Além de um imensurável complexo cultural, cujas origens remontam há mais de 12 mil anos (RIBEIRO, 2005a: 53).

Conforme discutido anteriormente, o Cerrado ainda é percebido de forma depreciativa no contexto nacional, e assim, da mesma forma, é vista a cultura e a sociedade do sertão, cujo vínculo com tal bioma é tão significativo. O sertão ainda representa o atraso frente ao progresso (RIBEIRO, 2005a: 54). Adriana Ferreira Melo, em seu trabalho intitulado *O Lugar-Sertão: grafias e rasuras* (2006: 88) retrata a perspectiva dicotômica do sertão atrasado versus civilizado e desenvolvido:

Grafado, em princípio, pelo imaginário colonial, o sertão foi se constituindo, assumindo, nos mais de quinhentos anos de história do País, as mais diversas significações, paisagens e territorialidades ao longo do tempo: lugar incomensurável, longínquo, selvagem, incivilizado, desabitado ou pouco povoado, oeste, interior, rico, isolado, sem lei, deserto, áspero, árido, pobre. Propagou-se e ainda se propaga por todo o país. Subsistiu e ainda subsiste em regiões áridas e úmidas, de caatinga e de floresta, várzea e cerrado.

Segundo Costa (2005a: 24) o signo sertão “diz respeito à coexistência de lógicas distintas de produção de espaços sociais e de territorialidades diversas”. Assim, o Sertão, mais que um território geográfico, é um espaço de delimitação sócio-cultural, uma identidade criada pelo outro (RIBEIRO, 2005b: 171).

O Norte de Minas evidencia a existência de uma significativa diversidade ecossistêmica associada à populações culturalmente diferenciadas, que foram fortemente impactadas por um processo desenvolvimentista que ignorou a relação estreita que estas populações locais mantinham com a biodiversidade como estratégia de sobrevivência e de reprodução social (PICUS, 2006: 39). Segundo Costa (2005b: 301) as populações tradicionais norte mineiras

possuem uma história de convivência com os ecossistemas locais, muito pouco contada, em um sem número de comunidades baseada na produção familiar. Estas comunidades têm sido sistematicamente ignoradas ou não reconhecidas pela maioria dos historiadores regionais e gestores de políticas públicas para o Norte de Minas.

As populações tradicionais norte mineiras desenvolveram ecossistemas complexos, fruto de uma interação historicamente construída entre natureza e sociedade. Populações que são detentoras de um saber tradicional, um capital humano construído em anos de experimentação e

coevolução de suas práticas de transformação do meio (DAYRELL, 1998 apud COSTA, 2005b: 301). Sobre as populações tradicionais norte mineiras, Costa (2005b: 314) aponta que existe uma característica comum a todas elas, ou seja, há sempre um recomeçar alicerçado pelo padrão cultural a partir do qual a vida desses sertanejos se estrutura e se organiza. Esse recomeçar, considerando a diversidade como um traço cultural organizador da vida, é construído na luta cotidiana no interior de cada território familiar e grupal para adaptar-se às dinâmicas que penetram na vida social a partir das ações advindas da racionalidade hegemônica, ou seja, a racionalidade burguesa. Costa (2005a: 11) chama ainda a atenção para o fato de que a forma “como a sociedade norte mineira vê o ambiente [...] é a forma como a sociedade vê a si mesma, [...] ela é uma sociedade integrada e uma cultura específica”. E com base neste princípio afirma “a diversidade é a marca indelével na vida social e cultural norte mineira”, sendo que populações e ambientes se correlacionam nesta construção, e as identidades se constroem a partir do contraste (PICUS, 2006: 19).

E foi neste contexto, na tentativa de valorizar o homem sertanejo e suas práticas, que surgiu o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM, com sede na cidade de Montes Claros. A criação do CAA-NM em 1986 foi motivada pelos conflitos provocados pelo processo desenvolvimentista, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, que desestruturou as economias locais e expulsou milhares de camponeses de suas terras (DAYRELL e SANTA ROSA 2006: 52). Como uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que apóia organizações e comunidades de agricultores familiares da região, acompanhando-os em seus espaços de participação e ação, os trabalhos são voltados para as comunidades de quilombolas, indígenas, geraizeiras, caatingueiras, vazanteiras, acampados, assentados, agricultores e agricultoras Familiares do Sertão de Minas de Gerais, (CAA-NM, 2008).

Todos os projetos desenvolvidos pelo CAA-NM têm como principal objetivo incentivar a organização e a politização dos agricultores familiares norte mineiros, principalmente na busca por alternativas produtivas agroecológicas, baseadas na valorização da cultura regional e da agrobiodiversidade nativa (DAYRELL & SANTA ROSA 2006). Os principais temas que embasam as ações do CAA-NM são: a) O manejo da biodiversidade da caatinga e do cerrado, beneficiamento e comercialização solidária; b) Gestão territorial, direito humano à alimentação e segurança alimentar, populações tradicionais e políticas públicas; c) Metodologias participativas, etnoecologia, formação de capital social e mudanças societárias (CAA-NM, 2008).

Dentre os trabalhos do CAA-NM destaca-se a criação da Cooperativa dos Agricultores Familiares Agroextrativistas Grande Sertão Ltda., que, segundo Carvalho (2007a: 1449) pode ser considerada uma das experiências mais significativas de organização e comercialização da

atividade extrativa no Brasil. A Cooperativa engloba o trabalho de 1556 famílias de 148 comunidades pertencentes a 21 municípios diferentes do Norte de Minas. O principal produto da cooperativa são polpas congeladas de frutas, sendo que boa parte dessas provêm da coleta extrativa. Ao analisar o Projeto, Carvalho (2007a) afirma que

[...] o uso dos frutos do Cerrado, como parte das atividades da Cooperativa Grande Sertão, tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas e, ao mesmo tempo, para a conservação de seus recursos naturais, uma vez que a renda gerada vem se mostrando significativa e a valorização da biodiversidade nativa tem levado à proteção e à recuperação dos ecossistemas.

As bases do trabalho da Cooperativa são: difundir o valor do Cerrado e da Caatinga, demonstrando seu potencial e a importância de sua preservação; e valorizar a sabedoria das populações nativas que formam o patrimônio cultural sertanejo. Estas populações desenvolveram um profundo conhecimento da biodiversidade local, base de sistemas produtivos que combinam agricultura e extrativismo.

O Centro de Agricultura Alternativa, entre outras entidades sociais, desempenha um papel importante na valorização das comunidades locais na medida em que se constitui como intermediário, apoiando e a assessorando as lutas e estratégias de afirmação de práticas tradicionais, bem como articulando recursos financeiros que viabilizem tais projetos (LESSA, 2005: 112). Tais iniciativas, além da crítica ao modelo de desenvolvimento recente do Cerrado, compartilham uma preocupação ambiental, socioeconômica e cultural, com vistas a articular a preservação do meio ambiente com seu uso sustentável e socialmente justo (RIBEIRO, 2005b: 213).

Caracterização geral dos municípios que compõem a área de estudos

A partir das ações vinculadas à expansão das relações capitalistas de produção no Norte de Minas, uma certa hierarquia urbana foi, aos poucos, se estruturando regionalmente. Montes Claros é o principal município da região norte de Minas Gerais, com área total de 3564,72 Km² e 306.258 habitantes, segundo dados censo 2000 (IBGE). Destacado pólo de desenvolvimento da região, a Mesorregião de Montes Claros possui 8 microrregiões: Januária, Janaúba, Salinas, Pirapora, Montes Claros, Grão Mogol, Bocaiúva e Capelinha.

A cidade polariza a oferta de produtos industrializados, químicos e farmacêuticos, além de serviços de educação e saúde à população regional. Além disso, seu poder de atração como um pólo socioeconômico e político regional, faz de Montes Claros ponto de maior concentração

populacional do norte de Minas (LESSA, 2005: 125). Em termos de participação nos números totais do PIB, Montes Claros, em 1970, representava pouco mais de 1/3 do total. Em 2000 o município responde sozinho por 51% do produto interno bruto do território do norte de Minas e seu IDH é de 0,784. Há, nesse sentido, uma concentração das riquezas na cidade de Montes Claros em detrimento dos demais municípios que tiveram sua participação no PIB territorial depreciada (LESSA, 2005: 126).

Os municípios de Januária, Itacarambi, e São João das Missões, que possuem as terras abrangidas pela região de estudo, localizam-se na microrregião polarizada por Januária²⁵. O município de Januária possui área de 6670,41km². Sua população total é de 63.458 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2000, sendo que 35.881 habitantes estão na zona urbana e 27.577 na zona rural. Destaca-se que Januária é o município com maior população e maior IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (IBGE) da região estudada, que equivale a 0.699 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

O povoado de Brejo do Salgado foi a origem do Município de Januária, cujo território se estendia pela margem do rio São Francisco até o Rio Carinhanha, limite entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O povoado de Brejo do Salgado passa a ser uma vila em 30 de Junho de 1833, passando a se chamar Brejo do Amparo, em homenagem à padroeira, sendo sua sede transferida para o Porto do Salgado, com o nome de Januária. Em 07 de Outubro de 1860, pela Lei nº 1.093, Januária foi elevada à categoria de cidade, obtendo assim a sua independência política (ALMG, 2007).

Januária, que perdera a condição de pólo regional nos anos 1870, consolidou sua condição de pólo microrregional, mas não teve mudanças significativas em sua estrutura produtiva, a não ser a complexificação do setor comercial e de serviços (LESSA, 2005: 114). Em termos socioeconômicos, sua economia é baseada principalmente no setor de serviços e na agropecuária, com destaque para o cultivo de tomate, banana e cana-de-açúcar, além das plantações de grãos. A pecuária extensiva, de corte e de leite, é praticada com relativa produtividade (ALMG, 2007).

Januária tem investido na atividade turística como alternativa de desenvolvimento para a região, apostando principalmente em seus atrativos naturais como as praias fluviais temporárias, cachoeiras, e as grutas de formação calcária do Peruaçu. Além disso, as festas folclóricas e o carnaval atraem visitantes de muitos lugares ao longo do ano.

²⁵ A microrregião de Januária teve sua população estimada em 2006 pelo IBGE em 271.328 habitantes. Possui uma área total de 33.169,626 km² e está dividida em dezesseis municípios: Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Icaraí de Minas, Itacarambi, Januária, Juvenília, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, São Francisco, São João das Missões, Uruçuia (ALMG, 2007).

A prefeitura de Januária iniciou em setembro de 2003 a elaboração do Plano Diretor e o concluiu em 2007. Entretanto, segundo alguns moradores contemplados pelas entrevistas, o Plano foi elaborado em um curto espaço de tempo e necessita ser revisado, pois não atende às necessidades do município. Em termos de arrecadação, o valor dos recursos repassados pela União, em 2007, ao município de Januária foi R\$ 8.900.629,26. Destaca-se que destes, R\$ 5.096,74 foram repassados pelo MMA para despesas com a administração do IBAMA.

O município de Itacarambi possui área de 1225km², com uma população total de 17.455 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2000, sendo que 13.304 habitantes se situam na zona urbana e 4.151 na zona rural. Destaca-se que Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Itacarambi, registrado no ano 2000, era de 0,622.

Dos distritos que compunham o município de Januária, destacava-se o Distrito de São João das Missões, formado por terras doadas aos Xacriabá, do qual fazia parte o povoado Porto do Jacaré, que deu origem ao atual município de Itacarambi. Em 1890 a sede do distrito foi transferida para Porto do Jacaré e, em 1926, Porto do Jacaré foi elevado à categoria de distrito. Em 30 de dezembro de 1962 Itacarambi foi elevado à categoria de município, desligando-se assim do Município de Januária (ITACARAMBI, 2007).

Segundo os dados econômicos do Plano de Inventário do Município de Itacarambi (apud ITACARAMBI, 2007) a agropecuária é a base de sua atividade econômica, com cultivo de feijão, milho, cana de açúcar, mamona, fruticultura (principalmente banana), tomate e mandioca. A pecuária extensiva, de corte e leite, é praticada com relativa produtividade. E o setor terciário atende a demanda básica do município, sendo que bens, serviços e produtos complementares são adquiridos nas cidades de Januária, Montes Claros e Belo Horizonte.

A atividade industrial, em expansão desde a década de oitenta, tem expressiva participação na economia do município. O setor é constituído pelas indústrias: KARAMBI ALIMENTOS - Agroindústria (extrato de tomate e doces); MINERAÇÃO PERUAÇU - exploração do minério de manganês para fabricação de ferro ligas e, em estudo, a fabricação de fertilizante a partir da extração do calcário; ICIL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO ITACARAMBI LTDA -Agropecuária (grãos e bovinos); SERRAN - Indústria Cerâmica (tijolos, telhas); PETROVASF – PETRÓLEO VERDE VALE SÃO FRANCISCO - produção de óleo de mamona e adubo orgânico; INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS PERUAÇU LTDA – produção de derivados do leite.

O município, assim como Januária, tem investido na atividade turística como forma de atração de investimentos, realçando como atrativos o rio São Francisco, as expressões culturais (Reis do Boi, Terno dos Temerosos, Dança do Carimbó, entre outras), o artesanato, a culinária e principalmente as riquezas do Vale do Peruaçu.

O Plano Diretor do Município de Itacarambi encontra-se em fase de elaboração, através de convênio firmado com a Faculdade Pitágoras - campus de Montes Claros (ITACARAMBI, 2007). Em termos de arrecadação municipal, o valor dos recursos repassados pela União, em 2007, ao município foi R\$ 3.492.321,59.

O município de São João das Missões, emancipado de Itacarambi em dezembro de 1995, faz limite com os municípios de Itacarambi, Januária, Montalvânia, Miravânia e Manga. São João das Missões tem sua origem ligada à constituição de aldeamento de indígenas de diversas etnias que habitaram a região do alto e do médio São Francisco, na época das expedições de bandeirantes paulistas, no século XVII. Em sua divisão administrativa, o município foi constituído pelo Distrito Sede, o Distrito de Rancharia, doze povoados não-indígenas e as vinte e uma aldeias então existentes no Território Indígena Xakriabá. A economia municipal é fortemente calcada no comércio agropecuário (OLIVEIRA, 2008: 88-89).

A população de São João das Missões, contabilizada pelo censo de 2000, era de 10.230 habitantes, sendo aproximadamente 70% de seus moradores indígenas (IBGE, 2000). Segundo Oliveira (2008) no período entre os anos de 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de São João das Missões cresceu 18,29%, passando de 0,503 em 1991, para 0,595 em 2000. De acordo com a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Em termos de arrecadação, o valor dos recursos repassados pela União, em 2007, ao município de São João das Missões foi de R\$ 2.962.994,65. Entre estes, o Ministério do Turismo repassou R\$ 195.000,00 para apoio a projetos de infra-estrutura turística nacional, e R\$ 75.000,00 para a promoção de eventos de divulgação do turismo interno no estado de Minas Gerais.

A região norte de Minas Gerais sempre foi marcada pela cultura política do coronelismo, caracterizada pela formação de alianças na esfera pública, “onde a lógica do favor se sobrepõe à lógica do direito” (PORTO-GONÇALVES, 2003: 25). Ao analisar a cultura política regional norte mineira, Oliveira (2008: 121) destaca alguns episódios recentes que marcaram a vida política dos municípios de Januária, Itacarambi e São João das Missões.

No município de Januária, no período de mandato (2001-2004), mais de cinco nomes ocuparam o cargo de prefeito da cidade, todos afastados sucessivamente após as denúncias do Ministério Público sobre fraudes em licitações e desvio de dinheiro público. O prefeito mais recente foi afastado do cargo por envolvimento com a máfia das sanguessugas, escândalo político que teve ampla repercussão nacional em 2007, caracterizado pelo desvio de recursos públicos através de esquema de venda superfaturada de ambulâncias e equipamentos médicos mediante pagamento de propinas.

No município de Itacarambi o atual prefeito, quando esgota-se o recurso da reeleição, alterna o cargo com parentes e assim tem se mantido no poder desde o final da década de setenta. E no município de São João das Missões

[...] os auditores e fiscais da Controladoria Geral da União – CGU encontraram impropriedades e irregularidades na administração do prefeito anterior, em relação a divergências das determinações legais na composição de equipes multidisciplinares que atuam na reserva indígena, indícios de duplicidade na aplicação de recursos destinados aos indígenas e gerenciamento insatisfatório de recursos provenientes do Banco do Nordeste, dentre outras improbidades administrativas (OLIVEIRA, 2008: 121)

A configuração agrária do Norte de Minas é caracterizada por um quadro de grandes distorções do ponto de vista da estrutura fundiária regional, ainda marcada pela alta concentração de terras nas mãos de médios e grandes proprietários voltados à atividade pecuária, mas principalmente dedicados à agricultura, prioritariamente, fruticultura. Tal situação reflete na qualidade de vida das populações rurais e na concentração de renda, configurando-se como um obstáculo à dinamização da economia dos pequenos municípios (LESSA, 2005: 128).

Todas as atividades vinculadas à complexa estrutura produtiva regional interferem sobremaneira nas dinâmicas socioeconômicas e ambientais da região, constituindo-se como estratégias de inserção no mercado regional, nacional e internacional (LESSA, 2005: 115). Articular o local ao global tem sido um desafio imposto à região, que vem sofrendo os impactos da lógica imposta pelo mundo globalizado

Determinados recursos existentes na região foram selecionados, destacados, abstraídos da totalidade local/regional e funcionalizados por determinados vetores que operam não de modo solidário com o local/regional, mas, ao contrário, ignorando essas totalidades que são os lugares (PORTO-GONÇALVES, 2003: 35).

Além disso, esta reconfiguração do uso do território norte mineiro restringiu o acesso à terra e levou ao uso intenso de ambientes ecologicamente frágeis, intensificando a degradação ambiental (PICUS, LESSA: 23), o que eleva a importância do debate em torno da criação e gestão de áreas protegidas na região.

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu: caracterização geral

O Sertão Norte Mineiro tem como uma de suas marcas a transição do cerrado para a caatinga, constituindo-se como um território singular no âmbito dos ecossistemas brasileiros. Caracterizado por um relevo diversificado de serras, planaltos e planícies; topos de serra, chapadões, encostas e vazantes; e uma rica vegetação, produzindo assim um mosaico de

formações ainda mais diversas nestas zonas de contato e de transição climática (PICUS, 2006: 18). E é nessa diversidade de paisagens que se encontra uma rica biodiversidade natural que tem sofrido grandes pressões associadas às formas de exploração desordenada dos recursos naturais ainda existentes.

A degradação ambiental na região Norte de Minas Gerais tem sido provocada por desmatamentos que visam atender às carvoarias da região e à expansão de áreas destinadas à pecuária, monoculturas de espécies exóticas (como pinus e eucaliptos), entre outras interferências antrópicas, problemas que repercutem significativamente nos padrões de qualidade de vida da população regional, historicamente caracterizada pela pobreza (LESSA, 2005: 83). Nesse sentido, destacam-se iniciativas de criação de unidades de conservação que busquem um manejo adequado dos ecossistemas remanescentes.

Para compreender a dinâmica de diferentes processos e movimentos relacionados à proteção, produção e reprodução do espaço norte mineiro, este estudo tem como ênfase a região do vale do Rio Peruaçu, afluente da margem esquerda do Rio São Francisco, uma região que congrega uma rica biodiversidade e sociodiversidade, em face a um contexto de explorações e desigualdades²⁶. O rio Peruaçu é divisor natural dos municípios de Januária e Itacarambi, e sua bacia hidrográfica abrange os territórios dos municípios de São João das Missões, Cônego Marinho e Bonito de Minas (SOUZA, 2008: 17). Segundo a autora “a origem do nome Peruaçu remete-se aos índios Xakriabá, habitantes da região há muitos anos, que faziam referência à fenda ou buraco (Peru) muito grande (Açu)”. As nascentes do rio Peruaçu fazem parte da área do Chapadão das Gerais e o vale do Peruaçu está inserido na região semi-árida, englobada pelo Polígono das Secas.

A Bacia do Rio Peruaçu possui uma área de 1.474 km² e é caracterizada por uma grande diversidade natural: variadas formas de relevo, diferentes unidades estratigráficas e diferentes tipos de vegetação (GOMES, 2003: 14). A região encontra-se em uma área de ecótono (transição entre dois biomas) das vegetações de Cerrado e Caatinga; é marcada por um clima semi-árido com temperaturas médias que variam entre 18 a 25 °C e duas estações bem definidas: uma marcada por um regime de chuvas abundantes distribuídas em poucos meses do ano; e a outra seca e sem precipitações, por até oito meses do ano. Além disso, o Patrimônio Espeleológico e Arqueológico do Vale do Peruaçu é considerado um dos mais representativos tanto em âmbito nacional quanto internacional (SOUZA, 2008: 21).

²⁶ Um panorama geral da situação socioeconômica da bacia hidrográfica do rio São Francisco pode ser observado a partir de três indicadores: (1) a mortalidade infantil na região apresenta variações entre 25,66‰ (MG) e 64,38‰ (AL), em sua maior parte, com valores superiores a média nacional, que é de 33,55‰; (2) o PIB per capita contempla variações entre R\$ 2.275,00 (AL) até R\$ 5.239,00 (MG), enquanto a média nacional é de R\$ 5.740,00; e (3) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - que combina aspectos de renda, saúde e educação - varia entre 0,823 no Alto São Francisco, onde está localizada a região metropolitana de Belo Horizonte, a 0,538 nas demais sub-bacias (IBAMA/DIREC, 2005: 2.6).

A necessidade em se proteger este patrimônio histórico e natural, resultou na criação de três UCs. A Bacia do Rio Peruaçu encontra-se protegida em sua totalidade pela Área de Proteção Ambiental Federal Cavernas do Peruaçu, criada através do Decreto nº 98.182, de 26 de setembro de 1989, com área de 143.866 ha. Na região que engloba suas nascentes foi criado o Parque Estadual Veredas do Peruaçu – PEVP, através do Decreto nº 36.070 de 27 de setembro de 1994, sob jurisdição do Instituto Estadual de Florestas – IEF. O PEVP possui uma área total de 30.702,00 ha. Já no ano de 1999 cria-se o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - PNCP, através do Decreto Federal s/n de 21.09.1999 (GOMES, 2003; SOUZA, 2008).

Os limites do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP) se sobrepõem aos da Apa Federal Cavernas do Peruaçu, que engloba a bacia hidrográfica do rio Peruaçu quase em sua totalidade. O PNCP abarca as partes do médio e do baixo curso do rio Peruaçu. As cabeceiras do alto curso são protegidas pelo PEVP. Em seu limite norte o Parque Nacional também faz divisa com a Reserva Indígena Xakriabá, sob responsabilidade administrativa da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), localizada nos municípios de Itacarambi e São João das Missões (Figura 3).

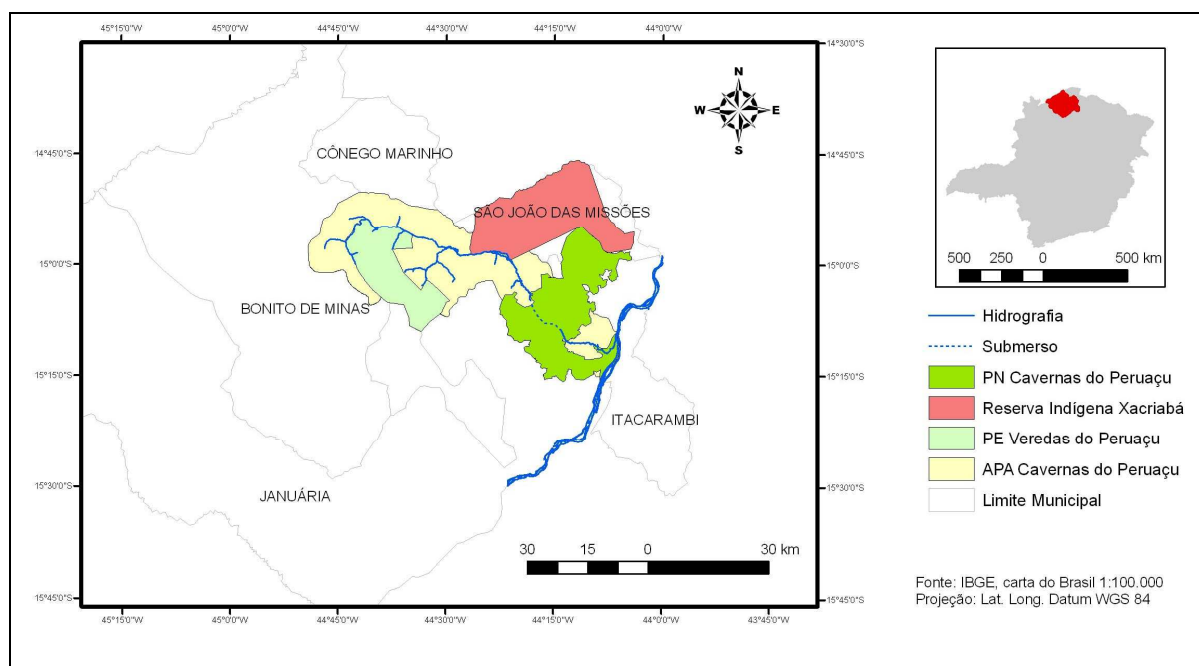


Figura 3: Mosaico de UCs do Vale do Rio Peruaçu, Norte de Minas Gerais.

O Atlas para a Conservação da Biodiversidade do Estado de Minas Gerais (elaborado pela parceria entre Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Instituto Estadual de Florestas, a Fundação Biodiversitas e a Conservation International), apontam a região do Vale do Rio Peruaçu como prioridade de pesquisa e de conservação em Minas Gerais²⁷. Classificado como uma área de ecótono entre os Biomas Cerrado e Caatinga, sua biodiversidade pode ser qualificada pela diversidade em ecossistemas, em espécies biológicas, em endemismos e em patrimônio genético. Considerando a inserção do PNCP em área de ocorrência de ecossistemas de Cerrado, de Mata Seca e da Caatinga, tem-se que esta UC abrange importantes amostras dessas unidades vegetacionais (IBAMA/DIREC, 2005: 1.21).

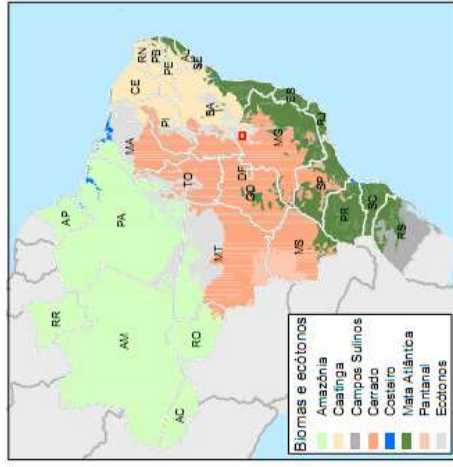
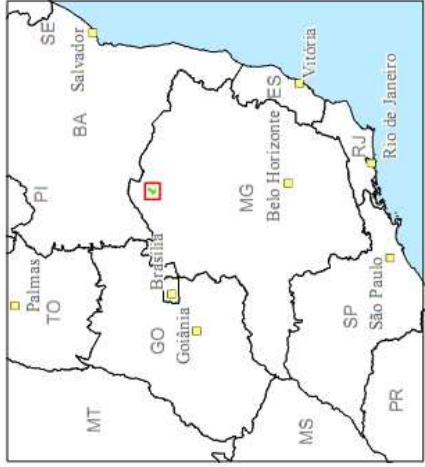
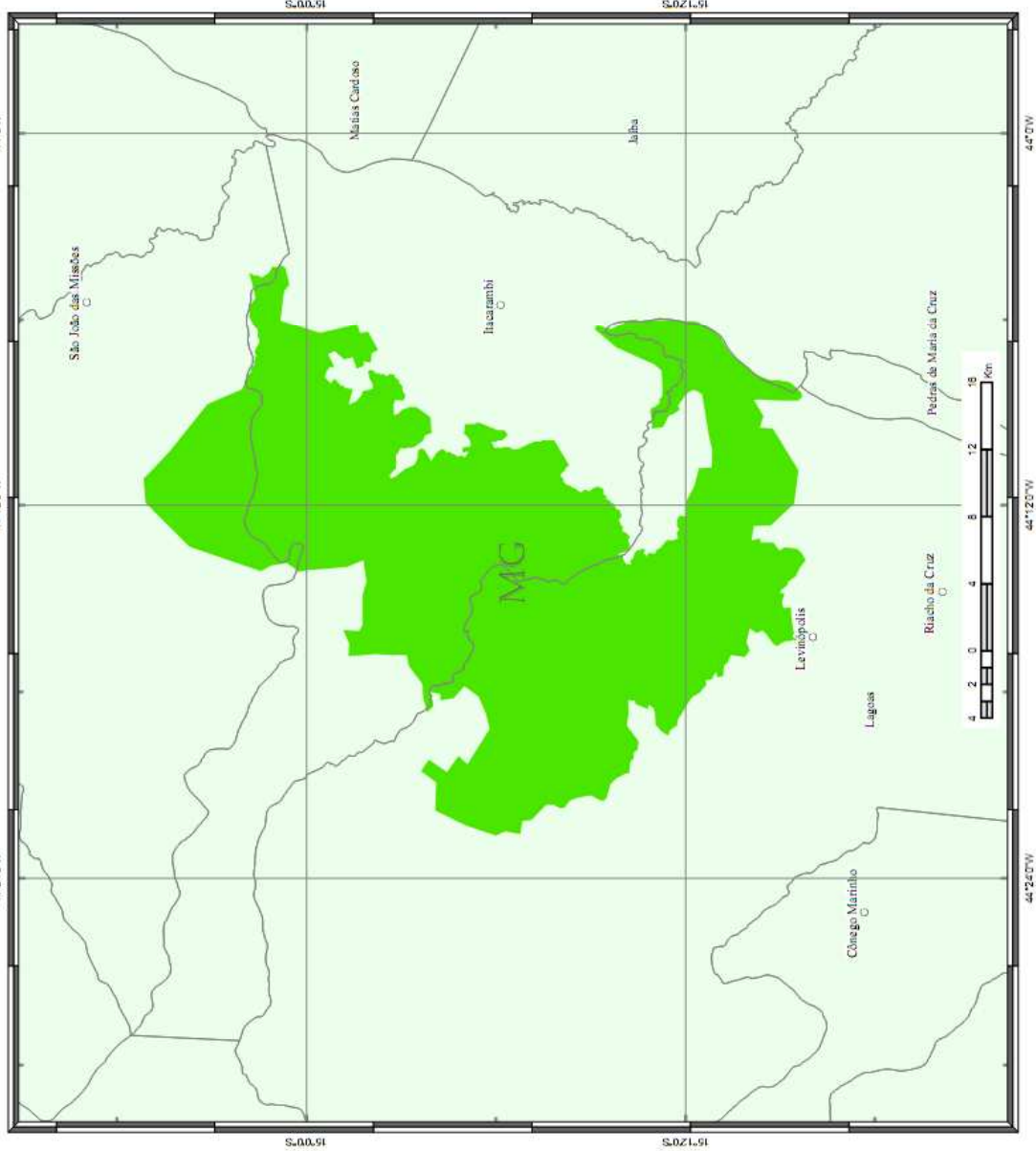
O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, objeto de estudo deste trabalho, localiza-se no norte do Estado de Minas Gerais, nos municípios de Itacarambi, Januária e São João das Missões, com uma área total de 56.800 ha (Figura 4 a seguir).

²⁷ Atlas para a conservação da biodiversidade do estado de MG: - Prioridades para a conservação da biodiversidade em termos de importância biológica (1. Complexo Jaíba / Peruaçu, 2. Vale do Rio Peruaçu); - Áreas prioritárias para a conservação da flora (1. Região de Manga, 2. Jaíba, 3. Vale do Rio Peruaçu); - Áreas prioritárias para conservação das aves (1. Norte do Peruaçu, 2. Jaíba, 3. Vale do Peruaçu); - Áreas prioritárias para conservação de mamíferos (1. Região de Manga / Missões, 2. Parque Nacional Grande Sertão Veredas, 3. Serra das Araras - Veredas do Acari, 4. Veredas de Januária, 5. Vale do Rio Peruaçu); - Áreas prioritárias para conservação de répteis e anfíbios (1. Urucuia, 2. Peruaçu); - Áreas prioritárias para a conservação dos invertebrados (1. Região de Juvenília / Manga, 2. Vale do Rio Peruaçu)(DRUMMOND *et al*, 2005).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

- Localização no Brasil -



O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu foi criado com objetivos conservacionistas, pautados na proteção integral do patrimônio natural e cultural (sítios arqueológicos) da região. O objetivo da criação do Parque, conforme artigo 1º do Decreto de 21/09/99 é

”proteger o patrimônio geológico e arqueológico, amostras representativas de cerrado, floresta estacional e demais formas de vegetação natural existentes, ecótonos e encaves entre estas formações, a fauna, as paisagens, os recursos hídricos, e os demais atributos bióticos e abióticos da região” (IBAMA/DIREC, 2005: s.p).

Para tentar identificar os elementos que justificaram a criação da UC e por que foi privilegiada a categoria parque, foram utilizados dados do Plano de Manejo do PNCP e as entrevistas realizadas com alguns dos atores que participaram e acompanharam o processo de criação das UCs do Vale do Peruaçu. Conforme a versão apresentada no Plano de Manejo, a idéia do estabelecimento da UC partiu de um levantamento que o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) realizou no Estado, que integrava o Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado de Minas Gerais (IPAC/MG). Dentro deste programa foram cadastrados sítios arqueológicos e espeleológicos (inventário por município), além da história, arquitetura e outras características relevantes. Na ocasião, a equipe responsável pelo trabalho esteve no Vale do Peruaçu e concluiu que não havia como inventariar todos os sítios do vale no pouco tempo disponível. Assim, em 1986, surgiu a idéia de se propor uma Unidade de Conservação federal em função da importância do conjunto, o que culminou na criação da APA Federal Cavernas do Peruaçu em 1989 (IBAMA/DIREC, 2005: 3.1.2).

A escolha do enquadramento da UC na categoria de Uso Sustentável (APA) no primeiro momento decorreu da necessidade de se preservar toda a bacia hidrográfica do rio Peruaçu, e como já existiam grandes e pequenas fazendas na região, seria muito complicada a criação de um Parque Nacional. O objetivo dos envolvidos nesta iniciativa era de que, um dia, com o zoneamento da APA, uma área mais restritiva pudesse ser aplicada ao trecho do cânion (IBAMA/DIREC, 2005: 3.1.2). No documento não está explicitado o conteúdo do que foi considerado “complicado”. Tendo em conta as dificuldades que o IBAMA enfrenta para a implementação de parques, tal situação pode significar a falta de recursos para o pagamento das indenizações ou a inexistência de documentos que comprovem a propriedade das terras, bem como seus limites.

Contudo, durante a pesquisa foi constatada uma outra versão para a criação do PNCP que criou conflitos entre as instâncias federal (IBAMA) e estadual (IEF). Segundo informações do representante do IEF em Belo Horizonte, a idéia inicial era a de criar uma área estadual contínua de 11.000 ha que interligasse as veredas e as cavernas, uma espécie de corredor ecológico. O órgão estadual foi responsável pelo estudo na área que englobava as cavernas e onde seria implementada a UC como um parque estadual. O atual gerente do PEVP explicou que a justificativa

para a alteração estava relacionada ao processo que na época já envolvia a FIAT Automóveis S.A (entrevista, realizada no dia 30 de abril de 2007). Como a dívida da empresa era com a União e não com o estado de Minas Gerais, a UC federal foi decretada numa decisão tomada em Brasília, por critérios baseados em interesses políticos. A origem da relação da FIAT Automóveis S.A com o PNCP será discutida no Capítulo 4.

O poder e a influência política no Norte de Minas Gerais sempre estiveram nas mãos de grandes proprietários de terras e por esse motivo a delimitação do Parque desencadeou muitas disputas envolvendo interesses particulares. Segundo informações de pessoas que acompanharam esse processo, o Parque foi delimitado por conveniência, isso porque o projeto inicial envolvia propriedades de pessoas muito influentes. Na ocasião de delimitação da UC, um político importante da região quis vender suas terras, no norte do PNCP, e estas então foram incorporadas à área. Segundo a fala do atual gerente do Parque Estadual Veredas do Peruaçu (entrevista, 30/04/07), “o norte do PNCP não tem nada que justifique sua entrada, tanto que lá nem está dentro da APA”. Em contrapartida, as fazendas do atual Prefeito de Itacarambi e de outros políticos da região, localizada no Fabião I, foram poupadas. Esses políticos incitaram uma mobilização local questionando este recorte e usaram a população local como aliada, como forma de pressionar o IBAMA. O resultado foi a exclusão de grande parte dessas propriedades e a permanência dos pequenos proprietários dentro dos limites da UC. Atualmente, esses políticos são os principais incentivadores da atividade turística na região, vislumbrando a possibilidade de obtenção de lucros com a valorização do lugar.

A formação do vale cárstico do rio Peruaçu (Figura 5) está associada ao abatimento de antigas galerias que formaram um cânion vertical com mais de 200 metros de desnível (IBAMA/DIREC, 2005: 2.45). Das 3.000 cavidades subterrâneas cadastradas no Brasil, aproximadamente 180 encontram-se localizadas na região, muitas delas ainda não estudadas, nem catalogadas. As cavernas do Vale do Peruaçu (uma das maiores em extensão – Olhos D’água - e uma das maiores em profundidade – Janelão) atingem sua máxima expressão na Gruta do Janelão com dimensões internas que chegam a mais de 100m de largura e de altura, mantendo estas dimensões ao longo de 3 km (AULER, *et al.* 2001) (Figura 6). Além disso, o vale abriga a história de civilizações pré-colombianas de cerca de 10.000 anos AC, com a presença de pinturas rupestres, pedras lascadas, urnas funerárias e outros artefatos (PROUS, 1997 apud GOMES, 2003: 14) (Figuras 7 a 9).

O Parque, criado em 1999, continua fechado à visitação pública, apesar de já poder contar com seu Plano de Manejo concluído e aprovado desde o ano de 2005.



Figura 5: Vista do cânion e paredão cárstico, próximo à entrada do PNCP, MAILLARD, dez 2006



Figura 6: Gruta do Janelão, PNCP, Foto de Eduardo Issa cedida pelo IBAMA, jul 2006



Figura 7: Pasto, Mata Seca, e afloramentos de calcário. Foto de Eduardo Issa cedida pelo IBAMA, jul 2006.



Figura 8: Perna da bailarina, gruta do Janelão, PNCP. Foto Lilian Bonjourne cedida pelo IBAMA, jun 2006.



Figura 9: Pinturas rupestres, PNCP, amostra do valor arqueológico da região. Foto Eduardo Issa cedida pelo IBAMA, jul 2006

Plano de Manejo do PNCP financiado pela FIAT Automóveis S.A.

O Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu foi realizado com recursos da FIAT AUTOMÓVEIS S.A, conforme acordo de Compensação Ambiental estabelecido entre o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a empresa. Através da assinatura de um termo de compromisso, o Ministério Público determinou que a empresa automotiva fosse responsável pelo fornecimento dos recursos necessários para a elaboração do Plano de Manejo, pela indenização de uma área de 6000 ha (área denominada polígono, onde são encontrados os principais atrativos para visitação pública), pelo repasse das terras para o IBAMA e pela construção da infra-estrutura necessária para a recepção de visitantes no interior do Parque. Entre as determinações, apenas a etapa de elaboração do Plano de Manejo foi concluída. A análise do Termo de Compromisso assinado será objeto de discussão no Capítulo 4.

De acordo com o SNUC (Artigo 2º, XVI), o Plano de Manejo é o

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade.

Após aprovado por Portaria do Presidente do IBAMA, o Plano de Manejo passa a ser o principal instrumento de gestão da UC e estará disponível para consulta pública na sede da UC e no centro de documentação do órgão executor (Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, Artigo 16).

O objetivo da elaboração do plano de manejo é orientar os trabalhos desenvolvidos em uma unidade de conservação de proteção integral, de modo a assegurar a manutenção dos recursos naturais em seu estado original para o correto usufruto das gerações atuais e futuras. Para tanto, a Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre – DIREC do IBAMA elaborou um “Roteiro Metodológico de Planejamento voltado para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas”, que constitui

um documento de referência nacional, destinado a fornecer as bases para a elaboração dos planos de manejo destas categorias de unidades de conservação, não somente federais, mas também unidades estaduais e municipais similares (IBAMA, 2002: 5).

O Termo de Referência DIREC/IBAMA reconhece que embora a atribuição de elaboração dos planos de manejo seja de responsabilidade do subprograma de Manejo, da DIREC/IBAMA, o número de técnicos do núcleo de Planejamento é insuficiente para atender toda a demanda de atividades relacionadas às UCs geridas pelo órgão federal (PAC/MPF, folha 621). Assim, diante da obrigação legal da Instituição de elaborar um planejamento eficiente, tornou-se necessária a contratação de consultores para o cumprimento da função de executores técnicos na elaboração do Plano de Manejo do PNCP.

Para a elaboração do Plano de Manejo e Zoneamento do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu foi firmado um contrato de prestação de serviços entre o IBAMA, a FIAT Automóveis S.A. e a empresa de consultoria CSD-Geoklock Geologia e Engenharia Ambiental LTDA., em setembro de 2002. O Plano de Manejo, coordenado pela CSD GEOKLOCK, foi composto por uma equipe formada por representantes do IBAMA (equipes UC, CECAV, DIREC e GEREX), IEF, FUNAI, UNIMONTES, UFMG, Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas, USP; além das Prefeituras Municipais de Januária, Itacarambi e São João das Missões. As comunidades e instituições sediadas em Januária e Itacarambi (SESC Laces Januária, EMATER, SEBRAE, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, CEIVA, entre outros) auxiliaram no levantamento de informações e na participação em eventos. Segundo o Plano de Manejo, as comunidades do Fabião I, Janelão, Agreste, Várzea Grande, Areião, Retiro e Cabaceiras participaram dos eventos comunitários e das atividades de campo (IBAMA/DIREC, 2005: s.p).

Os trabalhos referentes ao Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu tiveram duração de 30 meses, sendo adotada a metodologia, estrutura e conteúdo do “Roteiro Metodológico de Planejamento - Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica” (IBAMA, 2002), bem como do “Termo de Referência para a Contratação de Serviços para Elaboração do

Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu” (PAC/MPF, folhas 620-635). O diagnóstico referente à biodiversidade do PNCP foi realizado segundo a metodologia da Avaliação Ecológica Rápida (AER), desenvolvida pela The Nature Conservancy (TNC, 1999) (IBAMA/DIREC, 2005: s/p). O Plano de Manejo do PNCP, assim como exige o Roteiro Metodológico do IBAMA, é dividido em Encarte 1: Contextualização da UC, Encarte 2: Análise Regional, Encarte 3: Análise da Unidade de Conservação e Encarte 4: Planejamento²⁸.

O desenvolvimento do Plano de Manejo contemplou, cronologicamente, 10 etapas realizadas entre os meses de dezembro de 2002 e maio de 2005, de acordo com a seguinte abordagem:

- 1ª etapa (Dezembro/02): 1ª Reunião Técnica de Planejamento: definição das áreas temáticas a serem trabalhadas e estruturação do desenvolvimento do plano.
- 2ª etapa (Fevereiro/03): Visita às instituições locais, regionais e estaduais, comunicando o início dos trabalhos para revisão do Plano de Manejo do PNCP e levantamento das informações existentes (cartográficas e analógicas).
- 3ª etapa (Fevereiro/03): **Oficina de Planejamento Participativo** com integrantes das comunidades e instituições públicas e do setor privado local e da região.
- 4ª etapa (Março e julho/agosto/03): Levantamento de campo por via terrestre e fluvial e geração dos relatórios temáticos dos meios biótico e físico (Avaliação Ecológica Rápida – AER); **aspectos socioambientais**; estudos específicos (espeleologia e arqueologia).
- 5ª etapa (Janeiro a junho/2004): Geração e entrega do Encarte 1 (Contextualização da UC); Encarte 2 (Análise Regional) e Encarte 3 (Análise da Unidade de Conservação).
- 6ª etapa (Fevereiro/04): 2ª. Reunião Técnica de planejamento - Oficina de Pesquisadores, com a participação de todos os pesquisadores, coordenação e supervisão técnica do Plano de Manejo (CSD, IBAMA e FIAT AUTOMÓVEIS S/A);
- 7ª etapa (Maio/04): 3ª Reunião Técnica – estruturação final dos Encartes 1 a 3 e início do planejamento da UC.
- 8ª etapa (Abril/2004 a Maio/2005): Elaboração (e revisão) do Encarte 4, estruturação e finalização do planejamento da UC.
- 9ª etapa (Agosto/04): 4ª Reunião Técnica – Avaliação dos Encartes 1 a 4 do Plano de Manejo para entrega final.
- 10ª etapa (Maio/2005): Entrega do Plano de Manejo.

O Vale do Peruaçu foi classificado como prioritário para pesquisas de vários grupos de fauna, de acordo com os programas de áreas prioritárias do Ministério do Meio Ambiente (SOUZA, 2008: 25). Através dos levantamentos realizados para elaboração do Plano de Manejo no PNCP foram encontradas 56 espécies de mamíferos, das quais 19 encontram-se na lista de espécies ameaçadas (entre elas a onça parda, a sussuarana, o tatu canastra, o veado campeiro, o tamanduá bandeira, a anta, o lobo guará, o gato palheiro, o cachorro-do-mato vinagre - este último considerado extinto em MG); para as aves, do total de 332 espécies identificadas em campo, 16

²⁸ São apresentados em anexo ao Plano de Manejo os seguintes documentos: Anexo I: Relatórios temáticos do meio físico (climatologia, geologia, geomorfologia, hidrografia, hidrogeologia, solos, espeleologia); Anexo II: Relatórios temáticos da Avaliação Ecológica Rápida (vegetação, ictiofauna, herpetofauna, avifauna, mastofauna, limnologia, bioespeleologia, paleontologia, entomofauna e vetores de endemias); Anexo III: Relatórios temáticos do meio antrópico (aspectos socioambientais, aspectos legais, arqueologia, uso do solo e aspectos ecoturísticos); Anexo IV: Relatório consolidado da Avaliação Ecológica Rápida e dos aspectos do meio antrópico; Anexo V: Relatório da Oficina de Planejamento Participativo e Relatório da Oficina de Pesquisadores (IBAMA/DIREC, 2005).

estão na lista de espécies ameaçadas (arara-azul, papagaios, urubu-rei, etc); do levantamento ictiológico, foram levantadas 68 espécies, sendo 62 características da bacia do rio São Francisco, 30% endêmicas e 4 espécies ameaçadas. Do total de espécies ameaçadas no Brasil (473), aproximadamente 10% foram identificadas na área de estudo do PNCP, o que o torna significativo para a conservação da biodiversidade brasileira (IBAMA/DIREC, 2005: 1.24).

O “Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica” do IBAMA estabelece os procedimentos gerais para a elaboração dos diferentes estágios de planejamento, entre estes o Zoneamento das UCs. Os critérios que embasaram a definição do zoneamento do PNCP foram: representatividade, riqueza e diversidade de espécies, fragilidade ambiental, usos conflitantes, atrativos para visitação pública, beleza cênica, relevo e grau de conservação da vegetação. Assim, foram definidas 8 zonas internas à unidade: Primitiva, Uso Extensivo, Uso Intensivo, Histórico Cultural, Recuperação, Uso Especial, Uso Conflitante e Ocupação Temporária; além da zona de amortecimento da mesma (ver Mapa do Zoneamento do PNCP, anexo 2 e Mapa da Zona de Amortecimento do PNCP, anexo 3).

De acordo com as especificações do “Roteiro Metodológico” (IBAMA, 2002: 89), o zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso no manejo da UC, estabelecendo usos diferenciados para cada zona. Contudo, o zoneamento de UCs pode se mostrar como fruto de uma auto-segregação concebida e administrada, que engendra conflitos ambientais considerados como “aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território”. Eles afloram em face à iminência de uma ameaça oriunda de “impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos” (ACSELRAD, 2004: 26). O zoneamento de UCs merece ser criticado a partir do momento em que desconsidera o espaço e suas relações como um processo dinâmico. A classificação de porções do espaço, segundo normas de uso, coordena e fecha as possibilidades de mudança.

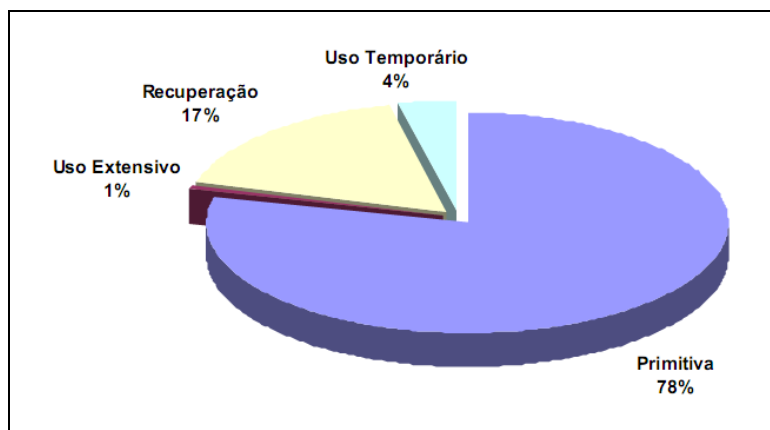
As definições de cada uma das zonas foram a seguir sintetizadas (IBAMA/DIREC, 2005: 4.25 - 4.42):

- *Zona Primitiva*: definida como a área com menor incidência de pressões antrópicas, que contém espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico;
- *Zona de Uso Extensivo*: caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo, sendo consideradas principalmente as trilhas de acesso aos atrativos de visitação. Esta é constituída em sua maior parte por áreas naturais, que podem apresentar algumas alterações humanas;

- *Zona Histórico Cultural*: corresponde às áreas de sítios arqueo-paleontológicos que serão destinados à visitação pública;
- *Zona de Uso Intensivo* (polígono): constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, onde serão instaladas as unidades de apoio e infra-estrutura administrativa e de apoio ao visitante;
- *Zona de Uso Especial*: área que terá como função abrigar a infra-estrutura necessária à administração, manutenção, fiscalização e serviços do PNCP, como habitações, oficinas e outros.
- *Zona de recuperação*: áreas com considerável atuação antrópica, classificada como zona provisória, que deverá ser monitorada e recuperada quando possível, para posterior reintegração às zonas permanentes do ambiente natural do PNCP;
- *Zona de Uso Conflitante*: área cujos usos e finalidades estabelecidos antes da criação da Unidade conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. Áreas ocupadas por gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos e outros;
- *Zona de Uso Temporário*: porção do Parque que engloba as áreas onde atualmente residem as comunidades e suas respectivas áreas de uso. É uma zona provisória e, uma vez realocada a população, será incorporada a uma das zonas permanentes. Pelo interesse desta pesquisa, esta zona (compreendida neste trabalho como a real zona de conflito) é melhor detalhada a seguir.

De acordo com a definição do Plano de Manejo, as zonas de maior expressão em área são respectivamente as zonas, Primitiva (44.815,20 ha ou 79,8%), de Uso Extensivo (284,00 ha ou 0,5%), de Recuperação (9.712,80 ha ou 17,1%) e de Uso Temporário (1.988,00 ha ou 3,5%), considerando-se que as outras zonas representam porcentagens insignificantes em relação à área total do PNCP (IBAMA/DIREC, 2005: 4.24), conforme mostrado no Gráfico 4 a seguir,

Gráfico 4: Porcentagens das Zonas mais expressivas do PNCP segundo o Plano de Manejo (IBAMA/DIREC, 2005: 4.25)



Zona de Uso Temporário do PNCP

O Zoneamento feito pela equipe do Plano de Manejo caracteriza a área ocupada pelas comunidades dentro Parque como “Zona de Uso Temporário”. Esta compreende 3,5% da área total do Parque e abrange a área das comunidades do Retiro/MorroVelho/Vale dos Sonhos (mapeadas em conjunto com a denominação de Bairro do Retiro) e Cabaceiras, situadas na depressão Sanfranciscana, e comunidade do Janelão, situada no Vale Cárstico. A localização de tais comunidades pode ser verificada no mapa “Zoneamento do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu” (Anexo 2).

No que se refere à caracterização socioeconômica do PNCP, o Plano de Manejo registrou no mês de junho de 2003, 70 famílias (denominadas “Unidades Domésticas”) inseridas nos limites do Parque e distribuídas nas seguintes comunidades:

- Retiro/Morro Velho: 45 unidades domésticas (64,3%)
- Cabaceiras: 4 unidades domésticas (5,7%)
- Janelão: 17 unidades domésticas (24,3 %)
- Vale dos Sonhos: 4 unidades domésticas (5,7 %)

O Plano estabelece a necessidade de criação de normas gerais para o PNCP que possam garantir “condições mínimas para o adequado funcionamento da UC”. Segundo o documento “deverá ser estabelecido um Termo de Compromisso com as populações residentes no Parque que definirá normas específicas de uso temporário, até a conclusão do processo desapropriatório e de reassentamento”. Segundo o documento, estas são áreas mais restritivas em termos de uso e que “após a indenização e reassentamento estes setores deverão ser incorporados a outras zonas estabelecidas no Plano de Manejo, de acordo com o seu status ambiental na ocasião” (IBAMA/DIREC, 2005: 4.56).

A equipe responsável pelo Plano de Manejo tentou realizar o levantamento da situação fundiária do PNCP com informações acerca das propriedades localizadas dentro da área do Parque e em seu entorno imediato. O relatório aponta a dificuldade deste levantamento principalmente em virtude do conflito estabelecido com essas comunidades que não receberam a equipe do plano de manejo para entrevista. Segundo o Plano de Manejo, trata-se de pequenas propriedades agrícolas de subsistência e algumas grandes fazendas de gado, soja e cana. No que diz respeito à renda familiar mensal destas famílias,

14,9% não possuem renda mensal
38,9 % recebem até R\$ 200,00
32,9% possuem renda entre R\$ 201,00 e R\$ 500,00
10,3% possuem renda entre R\$ 501,00 a R\$ 3000,00
3% não sabem ou não responderam a questão

A ocupação dominante dos moradores do Parque é a de lavrador(a) e a produção dominante está associada, fundamentalmente, às roças de milho com a criação de galinhas e porcos. O Plano de Manejo aponta, como principal impacto, o padrão de ocupação e uso do solo por parte das comunidades, que implicam a retirada da mata ciliar, substituída por construções e por culturas de subsistência, e a retirada de água do rio Peruaçu (IBAMA/DIREC, 2005: 3.5.2).

Quanto aos conflitos relacionados à questão fundiária, as quatro comunidades localizadas no interior do Parque demonstram uma grande insatisfação e até mesmo revolta pela falta de informação e pela forma com que os limites do Parque foram instituídos. A associação mais ativa no interior do Parque, segundo o documento, é a comunidade do Retiro/Morro Velho, que não quer abrir mão de suas áreas, nem por indenização, e se coloca contra a implementação do parque. O documento ressalta ainda

A intenção de permanecer que, em grande parte, nasce do fato de que bom número dos grupos domésticos do Parque considerarem-se proprietários de glebas localizadas em seu interior, bem como dos laços de vizinhança, parentesco e compadrio, são muitíssimo reais e claramente expressadas (IBAMA/DIREC, 2005: 3.5.3).

A falta de divulgação sobre a importância e objetivos da UC, assim como o distanciamento do IBAMA com relação à comunidade, dificulta o relacionamento bem como o entendimento desta sobre as razões da conservação dos recursos naturais e as conseqüentes restrições de uso na área e em seu entorno.

Zona de Amortecimento do PNCP

Como cada unidade de conservação está inserida dentro de um ecossistema de frágil equilíbrio, há um reconhecimento de que a conservação tem de se processar também no seu entorno. O SNUC “considera como região ou entorno da UC os municípios que possuem terras na Unidade de Conservação e os municípios que a Zona de Amortecimento abranger”. A Zona de Amortecimento é “o entorno de uma Unidade de Conservação onde as atividades humanas estão

sujeitas à normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” Lei 9.985/2000, art.2º-XVIII- (IBAMA, 2002: 62).

O Plano de Manejo do PNCP definiu como Zona de Amortecimento (ZA) uma área de 228.017 ha, que abrange os municípios de Januária, Itacarambi, São João das Missões, Cônego Marinho e Bonito de Minas (Anexo 3). Os critérios utilizados para a delimitação da Zona de Amortecimento levaram em conta os preceitos estabelecidos na Lei N. 9.985 / 2000 como “o entorno de uma Unidade de Conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (art.2º - XVIII). Entre os critérios técnicos que foram estabelecidos para a delimitação da ZA do PNCP, destacaram-se os aspectos arqueológicos, espeleológicos e a biodiversidade, considerando-se ainda situações de pressão antrópica sobre o PNCP (IBAMA/DIREC,2005: 2.1).

A Zona de Amortecimento do PNCP engloba toda bacia hidrográfica do rio Peruaçu (APA Federal Cavernas do Peruaçu), o Parque Estadual Veredas do Peruaçu, Parte da Reserva Indígena Xakriabá (limite norte do PNCP), e algumas comunidades rurais conforme mostra o mapa em anexo (Anexo 3).

Entre os “grupos domésticos” do entorno do PNCP, pontuados pelo Plano de Manejo, estão as seguintes comunidades: Agreste; Areião I e II; Belo Monte; Brejal; Brejo; Brejo Santana; Cabano; Caraíbas; Catanduva; Comunidade Bela Vista; Fabião I; Fabião II; Fazenda Brejinho; Fazenda Junco; Itaporanga da Serra; Levinópolis; Onça; Paraipitinga; Projeto Jaíba²⁹; Quilombo; Várzea Grande; Veredas I e II. No documento não consta o número total de residentes em todas essas localidades, e a justificativa apresentada é o fato de que “não há como obter dados oficiais dos censos, devido à forma de apresentação dos mesmos”. Entretanto, não foi difícil para a pesquisadora complementar os dados referentes ao número de famílias registradas nas comunidades contempladas por esta pesquisa (tanto no entorno quanto no interior do Parque), adquiridos através do levantamento do Programa de Saúde da Família – PSF do município de Januária (realizado no ano de 2006). A insuficiência dos dados apresentados no Plano de Manejo permite pressupor uma falta de empenho, ou outras prioridades, por parte das pessoas envolvidas com os levantamentos socioeconômicos. Para as comunidades do entorno contempladas pela pesquisa, o número de famílias é:

²⁹ Em nível regional, o principal projeto agrícola do entorno é o Distrito de Irrigação do Jaíba, localizado na margem direita do rio São Francisco, a jusante do rio Peruaçu. Trata-se de uma área com cerca de 100.000 ha, ocupando principalmente a planície sanfranciscana, onde a cobertura vegetal original, formada por caatingas arbóreas e florestas decíduais, foi derrubada para dar lugar à agricultura irrigada (IBAMA/DIREC, 2005: 2.47).

- Fabião I: 76 unidades domésticas
- Fabião II: 215 unidades domésticas
- Várzea Grande: 134 unidades domésticas
- Brejal: 32 unidades domésticas

A comunidade da Várzea Grande (Município de Itacarambi), situada a montante do rio Peruaçu, apresenta pequenas propriedades agrícolas e seus moradores vivem de atividades agrícolas de subsistência, com exceção das cooperativas organizadas, concentradas na farinha de mandioca, cachaça e rapadura. As lavouras mais freqüentes são o milho, o feijão e a mandioca, bem como a criação de galinhas, porcos e gado. “Quanto mais se adentra em direção às cabeceiras do Rio Peruaçu, mais precária apresenta-se a situação de infra-estrutura (saneamento, atendimento de saúde, educação) das famílias” (IBAMA/DIREC, 2005: 2.5.2).

O rio Peruaçu corta o PNCP e se constitui como limite entre os municípios de Itacarambi e Januária. A comunidade do Fabião I localiza-se no município de Januária e o Fabião II em Itacarambi. As duas comunidades foram mantidas fora dos limites do PNCP “em função dos altos custos sociais que causaria a inclusão das áreas, densamente povoadas na UC, com a consequente necessidade de remoção dos ocupantes” (IBAMA/DIREC, 2005: 2.22).

Nas comunidades do Fabião I e II, localizadas às margens da MG 135, estrada que liga Itacarambi a Januária, a faixa de renda predominante é de até R\$ 200,00, sendo que 25% da amostra não possui renda fixa e 27% ganham até R\$ 500,00 por mês (IBAMA/DIREC, 2005: 2.5.2). A falta de oportunidade de emprego na região faz com que os homens tenham de abandonar suas famílias, durante um período de até 10 meses, para se dedicar às atividades de corte de cana-de-açúcar e colheita de café, principalmente no interior do estado de São Paulo. Por esse motivo, a maioria dos lares é chefiado por mulheres.

Apesar da comunidade do Fabião I contar com um número quase 3 vezes maior de famílias residentes (215), se comparada ao Fabião II (76), a segunda comunidade possui uma estrutura melhor em termos de educação, serviços e lazer, como praças, quadras esportivas e bares. As crianças e jovens do Fabião I têm de se deslocar todos os dias, a pé ou de bicicleta (o trecho não conta com serviço de transporte coletivo no período noturno), até a escola do Fabião II. Em contrapartida, a comunidade do Fabião I conta com serviços de saúde, inexistente na segunda localidade. A justificativa de melhor estrutura da comunidade localizada no município de Itacarambi é apontada pelos moradores como decorrente da gestão política do município,

No Fabião II tem mais estrutura por causa do Prefeito né? Tem creche, escola de ensino médio, praças, quadras e agora tão construindo um hospital. O pessoal do 1 usa a quadra e a praça do 2. O que divide os dois é só o rio Peruaçu né? No 2 também tem bar. Aqui tem os dois restaurantes, mas o povo daqui não vai lá não. [...] Mas opção [de lazer] aqui é só bar mesmo (Moradora A Fabião I, relato em 12/08/2007).

Apesar de se situarem em dois municípios distintos, as duas localidades estão bem próximas e a maioria das famílias possui algum grau de parentesco na comunidade vizinha. Devido a tais características e por informações coletadas junto aos outros moradores das duas comunidades, nota-se que inexistem, na prática, um sentimento de separação. A distinção é feita apenas quando mencionados aspectos de infra-estrutura, como anteriormente citados. Entretanto, as duas localidades respondem de forma diferenciada às mudanças desencadeadas pela criação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, aspecto discutido no próximo capítulo.

A comunidade do Brejal situa-se na depressão Sanfranciscana, e apesar de ser contínua ao Retiro (que está dentro do Parque Nacional), se encontra fora dos limites da UC. Os moradores de Brejal também convivem com a mesma insegurança e insatisfação dos que residem no Retiro, porque não foram informados se estão ou não abrigados no interior do parque, nem as razões para tal inserção ou exclusão. Mesmo formada por 32 famílias, esta localidade não aparece no Mapa do Zoneamento do PNCP elaborado pela equipe do Plano de Manejo.

A importância da elaboração do Plano de Manejo para a gestão da UC não é contestada aqui. A crítica remonta à forma como os levantamentos, principalmente de cunho socioeconômico, foram feitos. A precariedade dessa parte do Plano de Manejo já é reconhecida pelos funcionários do IBAMA e as conseqüências do distanciamento já são percebidas em forma de conflitos. Ainda assim, os gestores do PNCP se orgulham do fato deste ser o único Parque Nacional que será aberto à visitação já com um plano de manejo elaborado e em execução. Para o IBAMA, o Plano de Manejo é a “bíblia do Parque”,

[...] porque nós temos o plano de manejo, nosso plano foi muito bem feito. Ele dá diretrizes, ele **identificou os principais impactos** ambientais da região, as principais **ameaças** e identificou os principais **problemas**. Tanto em relação à **questão ambiental propriamente dita, quanto a relação com a comunidade**. E ele deu várias diretrizes, várias ações que precisam ser feitas. Uma das nossas principais dificuldades é a falta de pessoal. O nosso plano de manejo prevê que **para o parque funcionar de maneira ideal, funcionando 7 dias de semana, 24 horas por dia, ele teria que ter um total de 103 funcionários** (Representante A do IBAMA, entrevista em 24/03/2007, grifo nosso).

O representante A do IBAMA afirma que o documento é excelente porque conseguiu identificar os conflitos presentes na área e propor diretrizes de ação. Contudo, tais diretrizes se mostram como propostas autoritárias e puramente técnicas, já que ações efetivamente positivas não podem ser propostas quando não há um envolvimento de todos os sujeitos sociais afetados.

Para melhor compreender o contexto de inserção e os conflitos do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, uma breve contextualização das demais UCs do Vale do Peruaçu merece ser apresentada. Inseridas também na Zona de Amortecimento do PNCP estão a APA Federal Cavernas do Peruaçu, o Parque Estadual Veredas do Peruaçu e o Território Indígena Xakriabá.

O Parque Estadual Veredas do Peruaçu - PEVP

A região do alto curso do Rio Peruaçu, protegida pelo Parque Estadual Veredas do Peruaçu (PEVP), percorre o trecho encoberto pelo complexo vegetacional denominado Veredas, que se caracteriza por espécies adaptadas ao encharcamento constante ou eventual. A espécie de maior porte, característica do ambiente de veredas, é o Buriti. De acordo com as avaliações do Plano de Manejo do PNCP, a área das nascentes do Rio Peruaçu ainda conta com um alto grau de preservação (SOUZA, 2008: 27).

O PEVP comporta uma área de cerrado marcada por quatro subformações: campo cerrado, cerrado *sensu stricto*, cerradão e veredas, além de áreas em regeneração oriundas de significativas alterações antrópicas (GOMES, 2006: 4-5). O Parque foi implantando visando proteger as nascentes do Rio Peruaçu e garantir a qualidade das águas que percorrem o sistema cárstico a jusante, ambiente extremamente sensível. O Parque está sob responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) e agregou áreas advindas da Ruralminas, da Peruaçu Florestal, de Eduardo Cardoso Rego, da Januária Agropecuária S. S. - JANASA, de Milton Baioneta e Mário José Lisboa.

O PEVP possui atualmente seis funcionários e continua fechado à visitação pública apesar de passados mais de 10 anos de sua criação. Os motivos da não abertura são a falta do Plano de Manejo, bem como de equipamentos e infra-estrutura suficientes. Deve-se mencionar, todavia, que em 2007 foi efetuado um convênio entre o IEF e a UFMG para utilização do Parque para pesquisas, especialmente no domínio das geociências. De acordo com o Gerente de Criação e Implantação de Áreas Protegidas do IEF, Silvério Seabra, o IEF pretende ampliar o Parque Estadual Veredas do Peruaçu, hoje com cerca de 30 mil hectares, para cerca de 150 mil ha. O projeto, segundo o gerente do PEVP, terá o cuidado de excluir os pequenos proprietários localizados na futura área de expansão. Além disso, o órgão estadual está preocupado com os projetos destinados à produção de biodiesel na região que podem atingir todo o entorno da UC, gerando inúmeras pressões.

O Território Indígena Xakriabá

Localizado no município de São João das Missões, divisa do Estado da Bahia, o Território Indígena Xakriabá possui aproximadamente 53.015 ha, distribuídos em duas áreas contíguas: a primeira, com quase 46.415 hectares, foi demarcada em 1978 e homologada em 1987; a segunda, nominada Rancharia, com 6.660 ha, foi demarcada em 1999 e homologada em 2001. Os índios Xakriabá somam 7.665 pessoas (ISA; FUNASA, 2006 apud OLIVEIRA, 2008: 13) e encontram-se agrupados em 27 aldeias e 25 sub-aldeias, apesar do Censo de 2000 não reconhecer a Reserva Indígena na amostra e nem os setores censitários corresponderem à área demarcada (CAMPOS *et al.*, 2006 apud DINIZ *et al.*, 2006, p. 2). Assim, a ocupação dessas áreas está limitada

pela pouca disponibilidade de água e se restringe, basicamente, aos pontos onde esta é mais abundante. É preferencialmente em torno desses espaços – onde há olhos d'água ou cursos perenes – que se organizam em aldeias ou agrupamentos de aldeias (SANTOS, 1994, p.13 apud DINIZ *et al.*, 2006, p. 2).

O processo de regularização fundiária do Território Indígena Xakriabá “se estendeu por mais de vinte anos, em razão da dúvida das instituições envolvidas quanto à indianidade da população que reivindicava o reconhecimento étnico frente ao Estado brasileiro” (OLIVEIRA, 2008: 11). O reconhecimento étnico Xakriabá se deu através da homologação da Terra Indígena por Decreto Presidencial, em 14 de julho de 1987. Segundo o autor, atualmente existem pelo menos dois grupos de famílias Xakriabá realizando ações de retomada de suas terras na região. Desde maio de 2006, aproximadamente 35 famílias tentam retomar a posse da fazenda Terra do Morro Vermelho, localizada no entorno da sede do município de São João das Missões. Na região próxima à fronteira com o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, um grupo de 20 famílias também luta pelo reconhecimento territorial indígena (OLIVEIRA, 2008: 13).

O relatório elaborado pelo Departamento de Cartografia da UFMG aponta vários conflitos, tanto nos limites do Parque quanto na sua zona de amortecimento (APA Cavernas do Peruaçu), relacionados à retirada ilegal de madeira de lei, uso inadequado da água para irrigação, agravamento de processos erosivos e a retirada da cobertura vegetal, principalmente das espécies ribeirinhas (MAILLARD e GOMES, 2003). Outros aspectos estariam relacionados à falta de regulamentação fundiária e à existência de conflitos com a população em relação às restrições e aos limites da Unidade de Conservação.

O vale do rio Peruaçu apresenta um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes, constituindo um verdadeiro mosaico de conflitos e possibilidades. Teoricamente, a gestão desse território deveria ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação. Entretanto, a precariedade

administrativa do Estado e a falta de articulação entre as diferentes entidades (IBAMA, IEF, FUNAI), somadas ao distanciamento entre população local e órgãos públicos comprometem o sentido de implementação destas UCs.

A área ocupada pelo Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e seu entorno imediato é toda de domínio privado, exceto quanto a eventuais terras devolutas (entorno do PNCP), não discriminadas, pertencentes ao Estado de Minas Gerais e à Terra Indígena Xakriabá, adjacente ao PNCP (IBAMA/DIREC, 2005: 3.236). Torna-se importante ressaltar que a UC foi objeto de Decreto expropriatório no dia 21 de junho de 2001, documento que declarou como de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área inicial de 6.000 ha do PNCP. De acordo com a legislação brasileira, o decreto de desapropriação tem prazo para expirar, dois anos quando é de interesse social e cinco anos quando é de utilidade pública. No entanto, os prazos definidos pela legislação não servem como instrumentos de pressão, uma vez que são passíveis de prorrogação, o que intensifica a situação de incerteza quanto à efetivação do Parque, principalmente para os leigos que desconhecem os trâmites legais.

Essa questão é de extrema importância para o manejo da área, já que as restrições possíveis em terras de particulares são somente as da lei orgânica em vigor. Com isso, muitas atividades inerentes à uma unidade de conservação de uso indireto não poderão ocorrer em terras de terceiros (PAC/MPF, folha 622). O próprio Estado gera suas leis e as descumpre, notadamente, quando institui por decreto um parque em terras privadas, exemplo de vários parques nacionais do Brasil que ainda não tiveram sua situação fundiária regularizada.

Diante de um iminente cenário de conflitos, a pesquisa tentou delimitar os atores intervenientes no processo, de que forma suas ações e práticas interferem na constituição e efetivação do Parque e quais os significados que eles lhe atribuem. Tais aspectos são apresentados e discutidos no capítulo 4 a seguir.

CAPITULO 4

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, suas distintas representações e possibilidades.

Ingredientes de um cenário de conflitos

“Desconstruir, portanto, é reinscrever e ressituar as significações, os acontecimentos e os objetos em movimento e estruturas mais amplos; é, por assim dizer, virar pelo avesso a tapeçaria imponente, para expor em todo seu confuso emaranhado, desprovido de qualquer glamour, os fios que compõem a próspera imagem que ela expõe ao mundo”
(EAGLETON, 1986: 80 apud SOJA, 1993: 20)

A pesquisa se propôs a melhor entender a produção e reprodução dos espaços/territórios dos Parques nacionais brasileiros, suas (re)significações, práticas e representações para diferentes atores, a partir da dinâmica de diferentes processos e movimentos relacionados ao Parque Nacional Cavernas do Peruaçu-PNCP. O estudo vai além da discussão sobre os conflitos e os desafios inerentes à criação de áreas protegidas. Trata-se de um espaço criado (e ainda pensado) de forma excludente, que convive com planos, estratégias, olhares e expectativas distintas. Antes mesmo de sua abertura à visitação pública, o parque já se configura como um espaço marcado por formas e projetos que sugerem uma não apropriação por parte de seus moradores que deverão responder por regras restritivas de uso.

O que o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu representa no contexto em que se insere? Para quem essas representações têm sentido? Em que medida o Parque preserva e ao mesmo tempo, contraditoriamente, torna frágil o ambiente em que está inserido, na medida em que não se compromete com as promessas projetadas com a sua abertura? Diante de tais indagações a pesquisa tentou delimitar os atores intervenientes no processo, de que forma suas ações e práticas interferem na constituição e efetivação do Parque e quais os significados que eles lhe atribuem. Os resultados alcançados foram organizados num quadro síntese (páginas 125 e 126) com as principais inquietações por parte dos diferentes segmentos sociais (poder público, sociedade civil e setor privado) relacionados aos interesses, representações e conflitos especialmente agora, sob a iminência da abertura do Parque.

A escolha dos sujeitos que contribuíram para essa pesquisa e análise dos dados coletados partiu da necessidade de se tentar compreender a história, os processos de ocupação, a repartição das terras e as práticas no cotidiano da região; além de estabelecer as redes de poder, principalmente no que se refere à política local e as formas com que ela impõe seus interesses. Para o contexto institucional, a tentativa foi de conhecer a organização e as articulações entre os responsáveis pelas três UCs criadas no Vale do Peruaçu. A perspectiva dos órgãos ambientais,

verificando a existência ou não da possibilidade de cooperação e parceria, poderia sublinhar uma leitura menos opaca dos fragmentos de conhecimentos sobre as Unidades, ademais de obter repercussões mais positivas para sua preservação e conservação.

Diante da não abertura do Parque buscou-se entender as expectativas que envolveram e, até hoje, rodeiam o processo, de que forma os distintos atores têm se ocupado com novas atividades e práticas; assim como a mobilização das comunidades frente às mudanças e restrições impostas pela criação de um parque nacional. O último aspecto abordado verificou a participação, o engajamento, e as iniciativas dos atores locais no que se refere aos eventos elaborados por instituições externas e aqueles organizados pela própria comunidade. Este exercício empenhou-se por encontrar pistas indicativas da superação ou não das dificuldades do diálogo entre os diferentes envolvidos com a construção do Parque.

Como a criação e efetivação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu está historicamente vinculada à participação do capital privado, as análises deste capítulo partem da discussão do envolvimento da FIAT Automóveis S.A com a UC, a partir da data em que ela foi autuada pelo IBAMA por descumprimento de normas de proteção ambiental. Todas as temáticas tratadas a seguir mantêm relações, imbricações com o passado, com o presente e, provavelmente, incidirão sobre o futuro do Parque e seus arredores.

4.1. A participação de recursos privados na implementação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu: a FIAT Automóveis S.A

A implementação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu tem um caráter peculiar, se comparado aos demais parques nacionais brasileiros, por envolver desde sua criação recursos oriundos da iniciativa privada. Conforme mencionado anteriormente, o Parque teve o seu Decreto publicado em 1999 e já possui um plano de manejo concluído e aprovado desde o ano de 2005. A elaboração deste plano dispôs de recursos da FIAT AUTOMÓVEIS S.A., em acordo de Compensação Ambiental estabelecido entre ela, o Ministério Público Federal e o IBAMA. A seguir são apresentados os elementos que explicam esta aproximação.

A Compensação Ambiental

O orçamento destinado às unidades de conservação sempre foi insuficiente, o que, somado ao descaso político, tem gerado lacunas funcionais e institucionais que dificultam e até mesmo impedem que as unidades cumpram com os fins para os quais foram criadas (PELLIN *et al*, 2007: 178), ou seja, sua grande e grave precarização funcional.

A Compensação Ambiental, instituída pelo SNUC e regulamentada pelo Decreto nº 4.340/2002, exige de todos os empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental a obrigação legal de apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação por meio da aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento (art. 36). O Decreto 4.340/02 também determina a criação de câmaras de compensação ambiental no âmbito dos órgãos licenciadores com a finalidade de analisar e propor a aplicação da compensação ambiental, para a aprovação da autoridade competente, de acordo com os estudos ambientais realizados e percentuais definidos (art. 32).

Considerando a necessidade de se estabelecer diretrizes gerais para orientar os procedimentos de compensação ambiental, a Resolução 371 do CONAMA, de 5 de abril de 2006, definiu normas para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação (PELLIN, 2007: 174). Segundo o Artigo 9º Resolução CONAMA nº 371/06, o órgão ambiental licenciador, ao definir as unidades de conservação a serem beneficiadas pelos recursos oriundos da compensação ambiental, deverá observar:

I - existindo uma ou mais unidades de conservação ou zonas de amortecimento afetadas diretamente pelo empreendimento ou atividade a ser licenciada, independentemente do grupo a que pertençam, deverão estas ser beneficiárias com recursos da compensação ambiental, considerando, entre outros, os critérios de proximidade, dimensão, vulnerabilidade e infra-estrutura existente;

II - inexistindo unidade de conservação ou zona de amortecimento afetada, parte dos recursos oriundos da compensação ambiental deverá ser destinada à criação, implantação ou manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral localizada preferencialmente no mesmo bioma e na mesma bacia hidrográfica do empreendimento ou atividade licenciada, considerando as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade, identificadas conforme o disposto no Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004, bem como as propostas apresentadas no EIA/RIMA.

Parágrafo único. O montante de recursos que não forem destinados na forma dos incisos I e II deste artigo deverá ser empregado na criação, implantação ou manutenção de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral em observância ao disposto no SNUC.

Conforme previsto no Artigo 32 do Decreto nº 4.340/2002, foi criada uma Câmara de Compensação Ambiental com a atribuição de examinar e propor sobre a aplicação das medidas

compensatórias, bem como decidir sobre os procedimentos administrativos e financeiros para execução dos recursos. A Câmara é composta por representantes do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, Instituto Chico Mendes, Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA (ICMBio, 2008).

Os documentos do “Extrato da Reunião Ordinária nº 001/2008 da Câmara de Compensação Ambiental – CCA” (Anexo 4) e “Extrato da Reunião Ordinária nº 002/2008 da Câmara de Compensação Ambiental – CCA” (Anexo 5) demonstram as proposições de destinação e/ou a redirecionamento dos recursos da Compensação Ambiental para o ano de 2008. O valor total destinado dos recursos da Compensação Ambiental é de R\$ 14.567.399,28 que serão distribuídos entre as Unidades Federais (91%), Unidades Estaduais (6%) e Unidades Municipais (3%). A distribuição dos recursos destinados às Unidades Federais concentram-se na regularização fundiária (42,60%) e na implementação de novas UCs (31,37%) (Anexo 4).

Dentre as determinações da Câmara está previsto um de investimento de R\$ 1.517.720,30 para a regularização fundiária do Parque Nacional Serra da Canastra, em Minas Gerais. Os recursos são advindos de compensação ambiental do empreendimento de aproveitamento hidrelétrico da Usina de Batalha, localizada no rio São Marcos, entre os estados de Minas Gerais e Goiás, nos municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG) (Anexo 4).

O estabelecimento de uma metodologia adequada para o cálculo do valor da compensação ambiental é um ponto que gera muitas críticas. Para Pellin *et al* (2007: 176) a metodologia apresenta-se bastante subjetiva e utiliza critérios muito genéricos, deixando de considerar peculiaridades do local de instalação do empreendimento. A implementação do Art. 36 do SNUC apresenta problemas como o centralismo, a falta de transparência, altos custos de transação, ausência de critérios para definir o impacto gerado pelo empreendimento e para definir prioridades para a destinação dos recursos às unidades, falta de agilidade administrativa para a gestão e aplicação dos recursos, e falta de mecanismos de controle e monitoramento sobre a destinação e execução dos recursos no benefício das unidades de conservação (CAMPHORA, 2005 apud CAMPHORA, 2006: 2-3).

Além dos recursos orçamentários, o MMA confia nos recursos da compensação ambiental para tentar arcar com os gastos despendidos com as áreas protegidas federais. Entretanto, esses recursos orçamentários originários da compensação ambiental podem “rarear após a decisão do Supremo Tribunal Federal que pôs fim ao piso obrigatório de 0,5% sobre o valor total de grandes obras que era destinado a unidades de conservação” (BOURSCHEIT, 2008).

Origem da relação da FIAT Automóveis S.A com o PNCP

No dia 21 de novembro de 1995 o IBAMA decidiu autuar a FIAT Automóveis S/A por descumprimento das normas de proteção ambiental, notadamente a Resolução CONAMA N° 18/86³⁰. A autuação se deu após análises técnicas e jurídicas apresentados pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB³¹, realizados em setembro e novembro do mesmo ano, relativos aos testes de avaliação da emissão de poluentes do veículo Uno Mille Electronic e seu variante Elx. O Auto de Infração aplicado à FIAT (Procedimento Administrativo Civil MPF/PGR – No. 08112.000968/94-41), fundou-se no descumprimento da legislação ambiental brasileira pela produção e comercialização de 429.928 veículos modelos Uno Mille Electronic e Elx, no período de 01 de janeiro de 1993 a 30 de junho de 1995, em desconformidade com o PROCONVE. Foi aplicada à infratora a penalidade de multa diária, a partir de 01/01/93, no valor de \$4.318,73³².

Já na ocasião da autuação, o IBAMA informou à empresa que esta poderia firmar com o órgão um Termo de Compromisso pelo qual se obrigaria a adotar medidas para cessar e corrigir os danos ambientais, como previsto nos termos do artigo 42 do Decreto 99.274/90

As multas poderão ter a sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção de medidas específicas para cessar e corrigir a degradação ambiental (PAC / MPF, folha 05).

No dia 14 de outubro de 1997 foi assinado a primeira versão do Termo de Compromisso – TAC/1997 (Anexo 6) firmado entre o Ministério Público Federal, o IBAMA e a FIAT Automóveis S.A. De acordo com as cláusulas do Termo, as medidas adotadas pela empresa seriam:

- a) Montagem, através de empresa especializada, de um laboratório para análise de emissões atmosféricas de veículos com motores de ciclo OTTO e de ciclo diesel destinado à verificação de sua adequação aos padrões estabelecidos na legislação ambiental;
- b) Montagem, através de empresa especializada, de um sistema de medição de material particulado para complementar a estrutura técnica do laboratório de motores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo – IPT;
- c) Aquisição de gleba de terra e montagem da infra-estrutura necessária à criação de um Parque Nacional na área de 6000 ha declarada de utilidade pública por Decreto Presidencial de 29/12/94 e localizada no interior da Área de Proteção Ambiental “Cavernas do Peruaçu”, no Estado de Minas Gerais;

³⁰ A Resolução CONAMA N° 18, de 6 de maio de 1986, instituiu, em caráter nacional, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, com o principal objetivo de reduzir os níveis de emissão de poluentes por veículos automotores visando o atendimento aos Padrões de Qualidade do Ar, especialmente nos centros urbanos (Artigo I).

³¹ “A CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental é a agência do Governo do Estado de São Paulo responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo” (CETESB, 2008).

³² Se, por hipótese, a empresa tivesse quitado a dívida no dia 21 de novembro de 1995, data da autuação, o valor pago seria de R\$4.573.535,07, considerando o cálculo a partir do 01 de janeiro de 1993.

d) Incorporação à Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar na Região Metropolitana de Belo Horizonte de uma estação móvel destinada a medir a quantidade e concentração na atmosfera de monóxido de carbono, hidrocarbonetos, dióxido de enxofre, partículas inaláveis e outros elementos (TAC/1997, PAC/MPF, folha 284).

Para o cumprimento das exigências referentes à área destinada ao Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, o Termo de Compromisso exigia que a FIAT se comprometesse a adquirir uma área total de 6000 ha (aqui denominado Polígono, que contém os principais atrativos para visitação pública) e a doá-la, no prazo de 6 meses, à União Federal para a implementação do PNCP. Além disso, a empresa deveria elaborar e submeter à aprovação do MPF, no prazo de 6 meses contado a partir da posse das terras, “o plano diretor” do Parque Nacional (referência ao Plano de Manejo) que dispõe sobre o sistema de gestão do Parque a ser implantado; bem como arcar com os custos das obras de infra-estrutura necessárias para a criação da unidade de conservação (TAC/1997, PAC/MPF, folha 284-287).

Provavelmente como uma exigência da FIAT, a cláusula oitava do TAC/1997 já assegurava à empresa o direito de divulgar, através de qualquer meio publicitário e de imprensa, a sua participação em todos empreendimentos do acordo: “será facultado à FIASA (FIAT) apor, em local nobre dos mesmo, placa alusiva à sua atuação” (TAC/1997, PAC/MPF, folha 289).

Antes da assinatura do TAC/1997, no dia 06 de outubro de 1997, a Secretaria do Estado do Meio Ambiente de São Paulo, em correspondência ao Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, propunha mudanças nas cláusulas do termo com a justificativa de que

[...] considerando que o dano ambiental resultante da desconformidade registrada nos veículos UNO MILLE pode ser estabelecido pelo excesso de emissão resultante da circulação desses veículos e que, pelo fato desse dano ter ocorrido em maior escala no âmbito do Estado de São Paulo, visto o mesmo representar aproximadamente 45% do mercado nacional de veículos, entendemos que as medidas compensatórias a serem estabelecidas devem ser proporcionais aos danos resultantes, nos locais em que ocorreram.

O Estado de São Paulo propunha que fosse incluído no TAC/1997 o ressarcimento das despesas da CETESB com o processo investigatório, bem como a exigência de que a FIAT desenvolvesse campanhas de educação ambiental, em âmbito nacional, orientadas para o controle de emissão de poluição veicular. Entretanto as mudanças propostas não foram aceitas pelo MPF.

Para que o referido termo de compromisso pudesse converter a multa aplicada à FIAT na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental, o MPF submeteu o TAC/1997 à apreciação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Na ocasião, dois relatores, integrantes respectivamente das Câmaras Técnicas de Assuntos Jurídicos e de Controle Ambiental da Comissão do CONAMA, e membros da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA, posicionaram-se contra as cláusulas do TAC/1997 e solicitaram a interveniência do Ministério Público do Estado de São Paulo, alegando, entre outras críticas, que as

medidas previstas se restringiam a um único estado. No dia 05 de dezembro de 1997, o Procurador da República que acompanhava o caso determinou a suspensão do procedimento administrativo para que fosse apurado eventual conflito de atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de São Paulo, o que atrasou em alguns meses o andamento das ações previstas no termo (PAC / MPF, folhas 373-388).

No ano de 1999 a FIAT adquiriu algumas glebas de terras que não satisfazem ao definido no TAC assinado em 1997, já que a empresa comprou apenas 2.350 ha referentes ao polígono. A Tabela 8 abaixo apresenta a relação das propriedades adquiridas pela empresa. A tabela foi elaborada com base nas informações contidas nos Autos do Processo Administrativo Civil, na cópia das escrituras públicas de compra e venda dos imóveis.

Tabela 8: Propriedades adquiridas pela FIAT Automóveis S.A

Propriedade	Data da compra	Área da propriedade	Valor pago pela FIAT
A	02/07/1999	9.639,00 hectares	R\$ 5.000.000,00
B	03/12/1999	480,20 hectares	R\$ 250.000,00
C	03/12/1999	86,06 hectares	R\$ 43.000,00
D	03/12/1999	211,60 hectares	R\$ 107.000,00
TOTAL:		10.416,86 hectares	R\$ 5.400.000,00

Tabela elaborada a partir dos dados disponíveis no PAC/MPF (folhas 560-577)

No dia 09 de fevereiro de 2000 houve a primeira reunião entre a FIAT, IBAMA e MPF com o objetivo de transferir as terras adquiridas pela empresa. A proposta foi rejeitada pelo MPF que determinou que se cumprisse o Termo de Compromisso conforme o acordado. Assim, a empresa realizou um levantamento cadastral dos 6.000,00 ha e, no dia 29 de janeiro de 2001, encaminhou ao IBAMA conforme exigência do TAC/1997. A correspondência enviada esclarece que,

[...] a avaliação das terras será feita pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa e terá conclusão prevista para 15/02/01, conforme consta no cronograma aprovado em conjunto com o Ministério Público em reunião de 13/11/00 (PAC/MPF, folha 636)³³.

³³ O levantamento de títulos de propriedade e avaliação econômica das terras localizadas dentro do polígono de 6.000 ha foi realizado pela Universidade Federal de Viçosa e entregue ao IBAMA no dia 05 de julho de 2001 (TAC/2002: 4, PAC/MPF).

O levantamento socioeconômico, referente ao cadastro das propriedades inseridas dentro dos 6.000 ha, foi realizado por uma empresa de consultoria técnica (cujo nome não consta no processo), através de entrevistas com os proprietários e demais moradores (posseiros e agregados) inseridos no parque e encaminhado ao IBAMA no dia 29 de janeiro de 2001. Os engenheiros responsáveis pela pesquisa afirmaram que a coleta das informações foi prejudicada pela desconfiança de alguns moradores em relação ao trabalho que estava sendo realizado: “Alguns chegaram a perguntar se havia permissão do IBAMA para a realização das vistorias”.

Com base nos dados apresentados no Processo Administrativo Civil - PAC, foi elaborada a Tabela 9 a seguir, que contém a relação dos proprietários residentes no interior do PNCP (pessoa física e jurídica), tamanho da propriedade, sua inserção no Parque, o número de residentes e as atividades realizadas no momento da coleta dos dados. A Tabela 9 possui alguns dados incoerentes e informações incompletas, todavia ela permite uma visão geral do que foi denominado levantamento socioeconômico pelos técnicos contratados.

O período gasto para a elaboração do relatório não é informado no Processo. Entre as propriedades cadastradas encontram-se as fazendas que foram adquiridas pela FIAT no ano de 1999, o que leva a concluir que a pesquisa foi feita (ou iniciada) antes desta data. Torna-se importante salientar que os valores relacionados à área das propriedades, contidos no levantamento, não correspondem aos valores reais das propriedades apresentados na Tabela 8 anterior, o que pode ser justificado pelo fato que a metodologia teve como base informações dadas pelos moradores, sem apresentação da documentação oficial.

Tabela 9: Características da estrutura fundiária presentes no PNCP

	PROPRIEDADE	ÁREA EM HECTARES	INSERIDA NO PARQUE	NÚMERO DE RESIDENTES	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
PESSOA JURÍDICA	1	5.133,26	parcial	1 funcionário	pecuária
	2	2.543,00	parcial	Não há moradores	atividades paralisadas
	3*	9.910,00	parcial	1 funcionário e 1 família de caseiros (4)	pecuária
4	141,18	total	1 família proprietária (2)		
PESSOA FÍSICA	5	16.000,00	parcial	1 família de caseiros (9)	pecuária plantação de milho e feijão
	6*	246,80	total	1 família de caseiros (3)	
	7	3.533,00	parcial	1 funcionário	pecuária
	8	99,99	parcial	Não há moradores	fabricação de aguardente e rapadura
	9*	464,64	total	1 família proprietária (NI) 1 família de funcionários (4)	Pecuária e fabricação de aguardente
	10	71,84	total	1 família proprietária (NI)	pecuária
	11*	86,00	total	1 família de funcionários (5)	pecuária agricultura de subsistência
	12	43,56	total	Não há moradores	pecuária
	13	48,40	parcial	Não informado	
	14	70,00	parcial	1 família de proprietários (NI)	Pecuária agricultura de subsistência
	15	237,00	total	1 família de proprietários (NI)	pecuária
	16	96,00	parcial	Não informado	
	17	42,00	Não informado	1 família de proprietários (2)	Pecuária Solicitação para exploração de manganês
	18	2.025,40	Não informado	Não informado	
	19	56,50	Não informado	1 família de proprietários (2)	pecuária
	20	210,00	parcial	Não informado	
	21	217,80	parcial	1 família de proprietários (6)	Pecuária agricultura de subsistência
22	73,00	parcial	1 família de proprietários	Pecuária agricultura de subsistência (milho e arroz)	
23	274,00	parcial	1 família de funcionários (2)	pecuária	
24	80,00	Não informado	1 família de proprietários (NI)		
25	56,50	Não informado	Não informado	Não informado	
26	Não informado	total	Não informado	pecuária	
27	25,77	Não informado	Não informado		

Y* = áreas adquiridas pela FIAT em 1999

(x) = número de pessoas na família

(NI) = número de pessoas na família NÃO INFORMADO

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados disponíveis no PAC/MPF (folhas 652-673).

Segundo o mesmo relatório, “grande parte do parque”, cujo valor não foi informado, fazia parte da antiga fazenda Vargem Grande, também denominada Fazenda Janelão, que pertencia ao Sr. Inocêncio Ferreira da Hora, avô e bisavô de muitos dos atuais moradores da área. De acordo com o estudo, na ocasião da coleta dos dados, “de maneira geral, os proprietários e moradores estavam cientes do processo que envolve a criação do parque, apesar de existir dúvidas quanto à concretização da desapropriação”. A maior parte dos proprietários mora nos imóveis e alguns residem no local há mais de 50 anos. “Existem laços de parentesco que envolvem grande parte da população residente na área do parque. (...) a maioria dos moradores demonstrou forte ligação com a região” (PAC/MPF folha 652-653).

O relatório aponta que, na ocasião da pesquisa, três propriedades já se encontravam à venda, sendo uma delas, posteriormente, adquirida pela FIAT (Propriedade 3 da tabela acima), sendo que um proprietário manifestou o desejo de sair e mudar para São Paulo (Propriedade 19). As propriedades 3, 6, 9 e 11 da tabela foram compradas pela FIAT no ano de 1999. Entretanto, apenas a área informada da propriedade 11 confere com o tamanho descrito no registro no Cartório Maciel de Januária (arquivos presentes no PAC/MPF, folhas 560-577).

No mesmo documento consta que o proprietário de uma das maiores glebas dentro do Parque (proprietário 5) não foi entrevistado, e “este é o senhor que oferece maior resistência no que tange à alienação de suas terras”. O relatório contabilizou apenas quatro famílias de posseiros, estando três delas inseridas na propriedade 5 (uma há mais de 30 anos e as outras duas há mais de 50 anos); e uma que residia há mais de 48 anos na propriedade 6, adquirida mais tarde pela FIAT.

O levantamento encontra-se bastante precário porque não apresenta as mesmas informações para todas as áreas pesquisadas. Por exemplo, para as glebas que localizam-se dentro dos limites do parque não há clareza sobre o tamanho da área inserida, o número de pessoas que residem na propriedade, o tempo de moradia dessas pessoas e as atividades que desempenham.

Não há informações sobre a localização das propriedades, nem mesmo é citado o nome da comunidade. As informações encontram-se soltas e mal organizadas, o que indica um despreparo daqueles que coordenaram e executaram o levantamento e, até mesmo, um descaso com relação ao aspecto mais importante e mais conflitante da criação do parque que é a ocupação humana dentro dos limites de uma unidade de conservação de uso integral. Já o levantamento do valor dos imóveis situados na área do polígono de 6.000 ha e seus respectivos títulos de propriedade, foi apresentado pela FIAT na reunião com o Ministério Público Federal, no dia 03 de setembro de 2001. Entretanto, o documento não discrimina os valores dos imóveis, o que não nos permite saber se o preço foi o praticado no mercado ou se este foi subestimado.

Uma das exigências impostas no Termo de Compromisso assinado em 1997 era a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Assim, o Termo de Referência para contratação de serviços para elaboração do Plano de Manejo das duas áreas, elaborado pela Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre-DIREC do IBAMA, foi encaminhado à FIAT no dia 31 de janeiro de 2001. O documento propunha uma alteração nas cláusulas do acordo firmado ao exigir que o trabalho de elaboração do Plano, financiado pela FIAT, abrangesse todo o PNCP, já com uma área total de 56.800 ha (não mais 6000 ha como constava no TAC/1997, a APA Cavernas do Peruaçu com seus 150.000 ha e a zona de amortecimento do Parque Nacional, que seria definida no trabalho de campo (PAC/MPF, folha 622).

Apenas consta nos Autos do Processo a referência de que, no dia 26 de setembro de 1999, o IBAMA expandiu a área do Parque Nacional de 6.000ha para 56.800ha. No PAC não consta os motivos da mudança dos limites, mas conforme a informação dada por pessoas da região de Januária, que acompanharam o processo desde o início, a delimitação dos limites da UC atenderam à interesses políticos. Na ocasião de delimitação da UC, um político influente da região quis vender suas terras, no norte do PNCP, estas então foram incorporadas à área. Segundo a fala do atual gerente do Parque Estadual Veredas do Peruaçu (entrevista, 30/04/07), “o norte do PNCP não tem nada que justifique sua entrada, tanto que lá nem está dentro da APA”. Em contrapartida, as fazendas do atual Prefeito de Itacarambi e de outros políticos da região, localizadas no Fabião I, foram poupadas. Sobre tais mudanças, um dos representantes do IBAMA em Januária apenas explicou que

“[...] depois o IBAMA fez alguns estudos e ele chegou a conclusão que não bastaria só os 6000 ha pra oferecer proteção pra aquelas cavernas e pra aqueles ambientes que existiam ali, né? Então decidiu-se criar o parque com 56.800 ha” (Representante A do IBAMA, entrevista em 24/03/2007).

A FIAT contestou a proposta do Termo de Referência e, no dia 23 de fevereiro de 2001, em correspondência assinada pela representante do Departamento Jurídico da empresa alegou ao IBAMA que

Em primeiro lugar, convém salientar que a obrigação de realizar o Plano de Manejo por parte da FIAT Automóveis S/A, conforme acordado perante o Ministério Público, restringe-se aos 6.000 ha. Na reunião de 13/11/00, nas dependências do Ministério Público Federal em Belo Horizonte, dissemos que poderíamos estudar a hipótese de estender o pagamento do Plano de Manejo para 60.000 ha, por decisão da FIAT, se não houvesse um incremento de custo. Em momento algum nos comprometemos a realizar o Plano de Manejo dos 150.000 ha conforme da proposta que nos foi encaminhada (PAC/MPF, folhas 750-751),

O Ministério Público Federal interveio no impasse solicitando à FIAT que arcasse com o projeto na área total e, no dia 03 de setembro de 2001, “a FIAT, como ato de mera liberalidade, atendendo solicitação do MPF e do IBAMA, assumiu o compromisso moral (não jurídico) de

colaboração do Plano de Manejo na área total do Parque (56.800 ha)” (PAC/MPF, folha 1467). Na mesma ocasião foram sugeridos os nomes das seguintes empresas para participação nos levantamentos do Plano de Manejo: Instituto Terra Brasilis, Conservation International, Bio Diversitas, Instituto Cerrado, Funatura e Universidade de Viçosa (PAC/MPF, folha 847).

Dessa forma, uma segunda versão do Termo de Compromisso-TAC/2002 (Anexo 7) foi elaborada e assinada no dia 20 de junho de 2002, com o objetivo de esclarecer as obrigações das partes no que tange ao apoio da FIAT à criação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, na área relativa aos 6.000 ha, conforme o Termo de Compromisso de 1997. A Cláusula Primeira definiu a responsabilidade da FIAT de arcar com os custos de realização do Plano de Manejo referente à área total do Parque, ou seja, 56.800 ha; além de disponibilizar os recursos necessários para a desapropriação de todo o Polígono (Cláusula Segunda, Item II, letra d). Na ocasião foi estipulado que o TAC/2002 teria um prazo de vigência de 3 anos, podendo ser prorrogado e/ou alterado através de Termos Aditivos.

No mês de dezembro de 2006, em reunião na Procuradoria da República em Minas Gerais, a FIAT entrou com um pedido para reavaliação da exigência de compra de toda a área referente ao polígono. A empresa já havia adquirido 12.000 ha de terras, com apenas 2.350 ha inseridos no polígono exigido. O argumento da empresa é que, no final, a sua doação ao IBAMA seria equivalente a 22% da área total do Parque e que

[...] novos estudos ambientais demonstraram que a nova área é mais adequada e viável para preservação das condições ambientais do Parque Nacional, considerando o conjunto de atrativos e patrimônio arqueológico, [...] e que a FIAT não deseja prosseguir nas obras sem que haja a necessária concordância do MPF, mediante eventual aditamento ao Termo de Compromisso anteriormente firmado (PAC/MPF, folha 1454).

Como era necessário modificar o Termo de Compromisso assinado em 2002 e adequá-lo às propostas da FIAT, foram realizadas quatro reuniões ao longo do ano de 2006, intercaladas por atividades de campo e análises de propostas técnicas. Em março de 2007 foi realizada uma nova reunião entre as partes para a assinatura de um aditivo ao Termo de Compromisso, um detalhamento do cronograma das obras de infra-estrutura e definição de novos prazos para que a FIAT cumprisse com suas obrigações junto ao Ministério Público. O cronograma acertado entre as partes previa a inauguração do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu para a recepção de visitantes, no mais tardar, até março de 2009. Entretanto, a partir de 27 de abril, os trabalhos foram paralisados em virtude da greve dos servidores do IBAMA devido à edição da Medida Provisória nº 366/2007 que dividiu a autarquia (PAC/MPF folha 1513).

Além da cláusula referente à alteração da área a ser doada pela FIAT, o MPF propõe que o Termo Aditivo especifique as obras de infra-estrutura a ser realizadas: abastecimento de água

e tratamento sanitário de efluentes, reformas e construção de edificações, melhorias das vias de acesso, implantação de roteiros de visitação, equipamentos e sinalização do Parque, confecção do folder e mapa do Parque, aquisição de rádios e outros equipamentos e materiais para as edificações (PAC/MPF folha s/n). Até a data de 07 de maio de 2008, o Termo Aditivo não tinha sido assinado pelas partes.

O valor deste investimento privado para a elaboração dos estudos no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu é reconhecido pelos órgãos ambientais, já que sem ele o Parque poderia nem ter sido criado. O próprio IBAMA reconhece que, sem os investimentos privados, o Plano não estaria pronto até hoje e o gerente do parque afirma o interesse do IBAMA em ter a empresa como parceira na gestão da UC após sua abertura. Torna-se importante destacar que tanto o IBAMA quanto o Ministério Público precisam assumir uma postura que anule a tentativa da empresa em usar a seu favor a repercussão de tais ações, em um contexto de marketing ecológico embasado por um discurso ambientalmente correto. Sobre tais aspectos o representante do IEF em Belo Horizonte destacou:

Tem aquela besteira da FIAT, né? Que tá parecendo lá como a salvadora da pátria e na realidade não é né? A FIAT tá respondendo um crime que ela cometeu, um crime que ela enganou a população brasileira. Então o Ministério Público deu um castigo pro crime da FIAT que é fazer aquele projeto. E a FIAT tá fazendo uma coisa que pra mim tá errada. Ela tá aparecendo como quem tivesse criado o parque, e na realidade tá reparando um crime que ela cometeu. Em lugar nenhum pode aparecer ela como a benfeitora, né? Ela tá querendo fazer marketing em cima de uma coisa que ela não pode fazer. E o IBAMA parece que tá engolindo isso [...]. A FIAT ate hoje não entregou pro IBAMA a área. Ela continua lá, dizem que tomando conta né? (Representante do IEF/BH, entrevista em 10/04/2007).

O Ministério Público determinou que a empresa deveria fornecer os recursos necessários para a elaboração do Plano de Manejo, indenizar a área de 6000 ha, repassar as terras para o IBAMA e construir a infra-estrutura necessária para a recepção de visitantes no interior do Parque. Como discutido no capítulo anterior, entre as prescrições, apenas a etapa do Plano de Manejo e a indenização da área foram concluídas.

Para a elaboração do projeto de implantação de infra-estrutura do PNCP a FIAT contratou a empresa de consultoria “Instituto Ekos Brasil³⁴”, também responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Manejo do PNCP em parceria com a GEOKLOCK, IBAMA e FIAT Automóveis. O projeto realizado pela empresa consultora foi concluído no dia 25 de abril de 2006.

O Instituto Ekos Brasil, partiu da situação fundiária do polígono e do acordo firmado

³⁴ “O Instituto Ekos Brasil é uma organização da sociedade civil brasileira para a promoção do desenvolvimento sustentável. Foi criado em agosto de 2001 e é composto pelas empresas Geoklock, Biolatina, Biosol e Ecogenesys, que atuam em consultoria ambiental e no mercado de carbono, na recuperação de áreas degradadas e com fontes renováveis de energia. [...] O Ekos Brasil realiza suas atividades em colaboração e parceria com outras organizações não governamentais, empresas, instituições de pesquisa, universidades e órgãos de governo, tanto brasileiros quanto do exterior” (EKOS, 2008).

entra a FIAT e o IBAMA, indicando a necessidade de aquisição/desapropriação de mais 544 ha de terras (ainda dentro do polígono), o que totalizaria 2.894 ha do total de 6.000 ha, para a formação de um setor denominado “Polígono de Uso Público do PNCP” (PUP-EKOS). Nesta área o projeto propõe a instalação de: a) infra-estrutura de uso público: unidades para a viabilização das atividades de visitação do Parque e instalação de centro de apoio à pesquisa; b) infra-estrutura de proteção e manejo: unidades para administração, fiscalização e controle do Parque (EKOS, 2006: 16 apud PAC/MPF folha s/n).

O total de propriedades da FIAT no PNCP é de 12.000 ha e o total, estimado, inserido no polígono é de 2.350 ha. Após a aquisição de 544 ha, proposta pelo relatório, a doação ao IBAMA será de 12.544 ha, equivalentes a 22% da área total do Parque. De acordo com o relatório, atualmente 70% do percurso dos roteiros de visitação previstos no Plano de Manejo e inseridos na área do polígono de 6.000 ha estão em propriedade da FIAT (ver mapa de Localização das Grutas e Cavernas do PNCP, anexo 8), assim distribuídos (EKOS, 2006: 12 apud PAC/MPF folha s/n).

Roteiro 1: Caverna do Janelão – Lapa do Boquete

Roteiro 2: Caverna do Janelão – Lapa do Índio - Lapa

Roteiro 3: Caverna do Janelão – Gruta do Janelão

Roteiro 4: Caverna do Janelão – Lapa dos Desenhos

Roteiro 5: Silu – Lapa do Caboclo

Roteiro 6: Lapa do Rezar

O cronograma apresentado na época de realização dos levantamentos previa a conclusão das obras e inauguração do Polígono de Uso Público do PNCP para setembro de 2007. Na realidade, no decorrer desta pesquisa de mestrado, várias datas de inauguração do Parque foram especuladas e, atualmente, a abertura do Parque não tem mais uma previsão anunciada.

A regularização fundiária do PNCP encontra-se diante de um entrave surgido em razão do disposto na Instrução Normativa IN nº09/2003 (Anexo 9) que “estabelece critérios e procedimentos administrativos para a regularização fundiária de unidades de conservação federais”. A IN nº09/2003 estabelece em seu Art 2º, Item IV, que um dos requisitos para a regularização fundiária de unidades de conservação federal é

a prova inequívoca da autenticidade e da legitimidade do título de propriedade ostentado e da boa fé da ocupação e das benfeitorias edificadas, quando se tratar de domínio privado e de posse reivindicada nas unidades de conservação.

Quando se tratar de imóveis de domínio privado, o Item IV será plenamente atendido mediante a apresentação da “cópia do título aquisitivo originário ou certidão deste que comprove o

domínio privado do imóvel a ser indenizado, acompanhado da cadeia dominial³⁵ correspondente ininterrupta e válida até a origem” (IN nº09/2003, Art 3º, Item 1, Letra “a”).

Conforme ofício da Superintendência do IBAMA em Minas Gerais ao Ministério Público Federal, de 26 de outubro de 2007, após as análises dos títulos apresentados pela FIAT verificou-se que estes não atenderam a exigência do Art. 3º. Esta análise indicou que as cadeias dominiais são incompletas ou não chegam ao destaque do patrimônio público. Segundo a correspondência

Essa exigência é atualmente o maior entrave ao qual está submetido o procedimento para a doação das terras adquiridas pela FIAT Automóveis, incidindo não somente nesse caso específico, mas também em todos os processos de regularização fundiária existentes nas demais Unidades de Conservação Federais, por vezes chegando a inviabilizá-los (PAC/MPF, folha 1496).

Diante do impasse, foi aberto o processo nº 02001.000415/2007-83 e instituído um Grupo de Trabalho em Brasília com o objetivo de analisar a IN nº09/2003 e propor alternativas, visando possibilitar a regularização fundiária. Conforme a Carta da Procuradoria Federal Especializada – IBAMA e ICMBio ao Ministério Público de 07 de fevereiro de 2008,

“(...) a questão foi distribuída à Coordenação de Assuntos Territoriais de Áreas Protegidas – COTAP, divisão integrante deste órgão jurídico e que entrou em funcionamento no dia 18/02/2008 para, dentre outras atribuições, atender à crescente demanda relacionada à efetiva implementação das unidades de conservação instaladas no território nacional.(...) solicitamos a Vossa Excelência a concessão de mais 30 dias para a apresentação da análise propugnada” (PAC/MPF, folhas1515-1516).

Entretanto, a última correspondência do Ministério Público Federal ao Procurador Federal Coordenador de Assuntos Territoriais de Áreas Protegidas do IBAMA, de 27 de março de 2008, especifica que o prazo para apresentação de solução quanto à regularização fundiária do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu foi prorrogado por mais 30 dias, com o objetivo de solucionar a questão referida e dar prosseguimento ao processo, com assinatura de termo aditivo aos termos de compromisso anteriormente firmados.

O representante A do IBAMA informou que as licitações já tinham sido feitas e as empresas responsáveis pelas obras já estavam definidas (entrevista, 24 de março de 2007),

o processo já se iniciou, já foram feitas algumas vistorias, já foram selecionadas as empresas que vão fazer cada etapa, né? [...] Pra cada projeto desses vai ser contratada uma empresa especializada e essas empresas vão acompanhar, vão realizar cada uma dessas obras.[...] a etapa de campo deve começar agora já em abril [...]. Nós tivemos uma reunião com o Ministério Público mês passado e foram estipulados os prazos máximos pra que as obras fossem concluídas, é... no máximo até abril de 2009. O que não quer dizer que vá necessariamente gastar todo esse tempo,né? (Representante A do IBAMA, entrevista em 24/03/2007).

³⁵ A cadeia dominial consistirá na certidão do Registro de Imóveis, em ordem inversa, dos títulos de domínio até a origem do imóvel (ou seja de todos seus proprietários atuais e antigos), mencionando para cada um: a) natureza e data de cada um dos títulos; b) data, livro, folha e número de ordem, do registro de cada um deles.

Todavia, segundo a Superintendência do IBAMA em Minas Gerais, a impossibilidade da FIAT em doar as terras inviabiliza totalmente a etapa posterior, já que não é permitida pela legislação brasileira a construção de estruturas e benfeitorias em propriedades particulares para atender à demanda de uso público.

4.2. Principais inquietações de diferentes segmentos sociais ao que se configura como Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu tem atraído muitos olhares, expectativas e interesses neste momento de incerteza em relação à sua abertura e às transformações que dela decorrerão. Assim, o objetivo da pesquisa foi tentar identificar o que o PNCP representa para os distintos grupos consultados (órgãos públicos, sociedade civil e setor privado), seus interesses com relação à UC e os conflitos presentes nessa relação. Os resultados dessas indagações foram organizados numa Tabela síntese intitulada “Principais inquietações segundo diferentes segmentos sociais em relação ao que se configura como Parque Nacional Cavernas do Peruaçu” (Tabela 10), apresentada e discutida a seguir.

	SUJEITOS	INTERESSES	REPRESENTAÇÕES	CONFLITOS
PÚBLICO PODER	Federal IBAMA	Responsáveis pelas diretrizes que orientam a execução das atividades de preservação de uso sustentável dos recursos naturais brasileiros (IBAMA, 2002)	Área rica em biodiversidade que merece ser preservada. Potencial de pesquisas. PNCP Unidade a ser gerida, com normas a serem seguidas (normativo).	Imagem negativa do órgão junto à população construída pela fiscalização e punição. Dificuldades operacionais para exercer suas funções
	Estadual Instituto Estadual de Florestas-IEF	O parque deveria ter sido criado como uma UC estadual, conforme a iniciativa original.	Parque delimitado por interesses, já que a UC tinha como extensão inicial 11.000 ha (levantados pelo IEF) e foi decretada com 56.000 há.	Embates de competências e críticas à atuação do IBAMA.
	Municipal Secretarias de Turismo	Discurso aliado ao do setor privado: crescimento de atividades econômicas para a região.	Produto turístico ainda não explorado.	Dificuldades de incorporação de uma visão mais empreendedora junto à população local, para se criar iniciativas.
CIVIL SOCIEDADE	Moradores do interior do PNCP que recusam sair do seu lugar de origem.	Permanecer no lugar onde sempre viveram, com direito a trabalhar a terra de onde tiram seu sustento.	Uma invasão do que é deles.	Incompreensão quanto à necessidade de saída do Parque. Os limites não estão claramente definidos.
	Moradores do interior do PNCP e que já pensam em deixar suas terras.	Vender suas terras por um preço justo e se mudar para um lugar onde possam desenvolver sua atividade de subsistência.	Restrição às suas atividades tradicionais de uso da terra.	Interdição às antigas atividades (pecuária e agricultura) e não indenização. Indefinição de usos da terra que comprometem sua sobrevivência e/ou saída.
	Moradores do entorno do PNCP que detêm expectativas “positivas” em face à abertura do Parque	Alternativas de auferir rendas com outras atividades. Lucrar com a possibilidade do turismo. Trabalhar como guias locais.	Apesar de vislumbrarem o turismo, declaram mais incertezas quanto às expectativas criadas com a abertura	Incompatibilidade de usos: proteger e viver em um lugar que a maioria valoriza para outras finalidades que não necessariamente o turismo
	Moradores do entorno do PNCP que não acreditam na abertura do Parque	Permanecer como estão	Descrença em face à abertura real do PNCP. A UC não representa nada além de promessas.	A falta de entendimento do que é o Parque, e a falta de diálogo explicando a morosidade de sua abertura
	Xakriabá	Reivindicam a reintegração de parte das terras do PNCP para a sua reserva, o seu reconhecimento como também pertencentes ao Parque.	A área do PNCP tem importância histórica, como “patrimônio emocional”	Não houve discussão com a reserva indígena para a criação do PNCP; eles se sentem também excluídos do processo de efetivação.
	FUNATURA	Projeto Mosaico SVP: Turismo, Extrativismo e Gestão Integrada de 12 UCs, numa área total de 800.000 ha.	Análise contínua e integrada da biodiversidade dos ecossistemas que compreende estas UCs	Incompatibilidade de ação entre as diferentes entidades envolvidas. Usos e interesses díspares, que não necessariamente têm em conta as peculiaridades de cada UC.
	Pesquisadores	Conhecer a biodiversidade e sociodiversidade da região	Potencial para investigações científicas visando entender as realidades que se pronunciam como no processo de efetivação e consolidação de Ucs, notadamente quanto aos aspectos físicos: arqueologia, geomorfologia, vegetação	Usos, ocupações e novas apropriações, outras relações de sociabilidade; imposição do modo de vida urbano

Tabela 10: Principais inquietações de diferentes segmentos sociais ao que se configura como Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (Dados adquiridos no período de Julho de 2006 a Junho de 2008)

		SUJEITOS	INTERESSES	REPRESENTAÇÕES	CONFLITOS
SETOR PRIVADO	FIAT	Quitar dívida estabelecida através de compensação ambiental, “limpar” o nome da empresa.	Quitar dívida estabelecida através de compensação ambiental, “limpar” o nome da empresa.	Sentem-se responsáveis pela UC. Possibilidade de ganhos futuros através da utilização de um “marketing ecológico”	Não repassaram as terras adquiridas ao IBAMA e apresentam interesses divergentes aos do órgão.
	Empreendedores	Aplicação de idéias e modelos realizados em outras regiões, a fim de movimentar a economia local	Aplicação de idéias e modelos realizados em outras regiões, a fim de movimentar a economia local	Produto turístico ainda não explorado e com possibilidades de investimentos externos	A morosidade na abertura do Parque impede as ações. IBAMA é visto como obstáculo ao desenvolvimento da região
	CEIVA – FACULDADE DE TURISMO	Curso criado para capacitação de pessoal que será usado futuramente com a abertura do parque	Curso criado para capacitação de pessoal que será usado futuramente com a abertura do parque	Oportunidades de emprego, implementação de projetos turísticos, redefinição com base na preservação da vocação da região.	Sem a previsão de abertura do parque pouca absorção dessa mão de obra que será colocada no mercado de trabalho.
	SEBRAE	Desenvolver a região através do turismo	Desenvolver a região através do turismo	Oportunidades de investimentos	A não abertura do parque inviabiliza e “emperra” seus projetos ligados ao turismo

Tabela 10: Principais inquietações de diferentes segmentos sociais ao que se configura como Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (Dados adquiridos no período de Julho de 2006 a Junho de 2008)

A atuação institucional dos órgãos ambientais (IBAMA e IEF) e suas implicações sobre o PNCP

Responsável pelas diretrizes que orientam a execução das atividades de preservação de uso sustentável dos recursos naturais brasileiros (IBAMA, 2002), os obstáculos relacionados à atuação do IBAMA na região do Vale do Peruaçu não diferem muito da realidade encontrada em outras Unidades de Conservação de proteção integral. Parte da visão negativa sobre o PNCP é resultante da atuação do órgão na época de sua criação e da morosidade caracterizada por todo processo descrito anteriormente. O parque convive com uma rejeição que na verdade se deve às ações do passado marcadas pela falta de diálogo, pela intransigência e pelo caráter apenas fiscalizador do órgão. Nota-se que as considerações feitas pelo governo federal com relação ao IBAMA, tido como um entrave ao desenvolvimento econômico do país, são, na verdade, reproduzidas na escala local.

A existência de UCs federais e estaduais no Vale do Peruaçu deveria motivar uma atuação conjunta do IBAMA e do IEF. Os atuais funcionários dos órgãos reconhecem as limitações de suas ações e a necessidade urgente de um trabalho em conjunto. E nesse contexto é possível perceber uma diferença entre os discursos dos novos e dos antigos funcionários. A relação entre os dois órgãos foi marcada por disputas e interesses no passado, e o Vale do Rio Peruaçu foi um dos palcos desse conflito, como discutido anteriormente. O IBAMA possui um quadro de funcionários recentemente contratados e tem mostrado maior interesse em superar tais embates. Uma interpretação para essa discordância pode estar aliada ao tempo de trabalho dos funcionários em seus respectivos órgãos. Os analistas ambientais do IBAMA não participaram do processo de criação das UCs da região e, mesmo que conheçam a história, preferem não tomar partido.

Em sua crítica, o representante do IEF em Belo Horizonte afirma que como o IBAMA não consegue se aproximar das comunidades, o parque fica como sinônimo de entrave ao desenvolvimento porque impede essas pessoas de trabalhar. Além da falta de repasse de informações, já que “são conceitos diferentes, impostos em momentos diferentes e que a população não entende. APA, Parque, Zona de Amortecimento? Onde me encaixo nisso tudo? O quê que pode e o que não pode?”, questiona o funcionário (Representante do IEF/BH, entrevista em 10/04/2007). Trata-se da sobreposição de unidades de conservação de categorias distintas, e, conseqüentemente, regras de utilização distintas, que não são compreendidas pelos moradores locais.

As críticas ao IBAMA não partem apenas dos moradores locais, ou do IEF. O contato com os representantes de outras instituições locais, como o Sindicato dos Produtores Rurais, a EMATER, e o IMA (Januária e Itacarambi) demonstra que estes não conseguem enxergar sua conexão com o espaço do Parque. Estas pessoas reconhecem a importância da criação das UCs na região e do trabalho conjunto com os órgãos ambientais, mas justificam o distanciamento pela delimitação das áreas de atuação de cada um e, principalmente, na dificuldade em participar de reuniões (horários, agendas de compromisso) e eventos que possibilitariam essa troca. Estas instituições possuem suas críticas às ações dos órgãos ambientais, principalmente no que se refere ao distanciamento das comunidades, como aponta o representante da EMATER de Itacarambi,

[...] o parque foi criado, mas num foi comprado, né? Eu num considero ainda como um parque não. E tem muitas propriedades que o pessoal tá explorando normalmente porque ainda não foi indenizado. [...] como que chega no local e já quer tirar ou comprar ou exigir dessas pessoas assim? Eu acho que esses órgãos ambientais eles tem a meu ver um grande defeito, eles não chegam, eles não fazem parte da comunidade, entendeu? Eles não se misturam, eles não chegam numa comunidade e passam a fazer parte dela não, e é aí que eles têm a maior dificuldade pra poder fazer o trabalho deles (Representante da EMATER de Itacarambi, entrevista 19/07/2006).

Já existem ações pontuais que tentam modificar essa realidade, uma delas foi a criação do Conselho Consultivo do Vale do Peruaçu, em 15 de setembro de 2004, um conselho único que foi criado com a finalidade de contribuir com a implantação e implementação de ações voltadas para a execução dos objetivos de criação destas UCs. O Conselho Consultivo do Vale do Peruaçu possui 21 membros representantes de Órgãos Públicos, Associações de Moradores (divididos em alto, médio e baixo São Francisco, com 1 representante para cada), ONGS e Instituições Técnico-Científicas (ATAS 012006, 022006, 032006).

Nota-se a tentativa de modificar a visão do Parque apenas como uma Unidade a ser gerida, com normas a serem seguidas. Pelo menos no discurso, esses sujeitos têm demonstrado uma maior preocupação com o contexto histórico, político e econômico da região onde se insere o Parque. Sobre o papel dos Conselhos gestores para uma eficácia na gestão das UCs, Irving (2006) pontua,

O Conselho é assim, o espaço institucionalizado para engajamento da sociedade nos processos de decisão, não só de proteção da natureza, mas também – e principalmente – no planejamento e na gestão democrática da unidade de conservação, transformando-se, dessa forma, em um mecanismo de participação e espaço de exercício da cidadania (IRVING *et al*, 2006: 45)

Apesar de ser instituído como mecanismo de participação, verifica-se que, na prática, o Conselho sofre dificuldades de atuar como real instrumento de acompanhamento e controle de execução das ações direcionadas ao meio ambiente. O desafio à continuidade do processo de implementação de um planejamento descentralizado é justamente conciliar as demandas e propostas de diversos atores sociais.

O representante A do IBAMA (entrevista em 24/03/2007) enfatiza que a criação de um conselho único possibilitou uma aproximação do órgão federal com o IEF. Entretanto, os dois representantes do IEF consultados mostram insatisfação com relação aos trabalhos propostos. O atual gerente do Parque Estadual Veredas do Peruaçu critica a falta de reuniões, e afirma que o IBAMA não se preocupou em criar formas de levar as comunidades mais distantes até o Fábão I, onde são realizados os encontros: “O Conselho existe, mas não funciona bem. Esta invalidado porque não houve eleição dos novos dirigentes. [...] O IEF quer um conselho próprio”. Compartilha a mesma opinião o representante do órgão estadual de Belo Horizonte:

Existe um conselho único, mas o Parque Estadual pretende ter seu conselho próprio. Porque cada parque tem seus problemas. Essa idéia de integração é importante, mas os problemas do Veredas são diferentes do Cavernas (Representante do IEF/BH, entrevista em 10/04/2007).

Quando questionado sobre seus limites de ação e a não realização das reuniões, o representante A do IBAMA aponta,

A nossa proposta era fazer reuniões trimestrais, né? [...] temos muitas dificuldades para realizar [...] porque demanda muito trabalho anterior pra que ela funcione, né? Nós temos que elaborar os convites, fazer as convocações, entregar os convites em cada comunidade. E as comunidades não são assistidas pelo serviço de correio, então a gente mesmo tem que pegar o carro e ir lá entregar os convites. É... É devido a nossa sobrecarga de serviço, né? Poucos funcionários [...] então, por exemplo, só conseguimos fazer 3 esse ano [2006] (Representante A do IBAMA, entrevista 24/03/2007)

Desde sua criação até o mês de fevereiro de 2008 o conselho havia se reunido apenas três vezes, sendo que o último encontro foi no mês de novembro de 2006. As reuniões realizadas foram pautadas na discussão sobre a regularização fundiária e a forma com que o IBAMA tem repassado as informações para a comunidade. O conselho também foi associado a um espaço para receber denúncias de degradação nas UCs (desmate, caça).

Um dos problemas identificados pelo IBAMA é que os representantes das comunidades participavam, mas não repassavam as discussões para suas próprias comunidades e para as localidades da região que representam. A área que o conselho abrange é muito grande e, por este motivo, foram determinados conselheiros por áreas dentro da bacia do rio Peruaçu (alta, media e baixa). Mas devido às distâncias, existe a dificuldade de propagação das idéias e das informações discutidas nas reuniões. Além disso, existe o conflito

explícito desencadeado pela imagem negativa do órgão junto à população, construída historicamente pela fiscalização e punição.

No que se refere à falta de recursos para as atividades referentes à gestão do Parque, Machado *et al* (2004: 8) propõem para a conservação do Cerrado a constituição de um fundo participativo, gerenciado pelo Governo, à partir de recursos adquiridos por meio dos processos de compensação ambiental. Os recursos aplicados nesse fundo de conservação seriam destinados à manutenção das UCs existentes no bioma; à ampliação do sistema de áreas protegidas para compatibilizar a proteção dos recursos naturais com a proteção dos recursos hídricos; e à recuperação de áreas degradadas de modo a promover uma re-conexão das áreas nativas isoladas. O fundo seria gerido por um conselho tripartite, constituído pelo Governo, pelo Setor Empresarial e pela Sociedade Civil Organizada.

Esta alternativa pode ser interessante e eficaz para casos como o da FIAT Automóveis no PNCP. O fundo diminuiria a burocracia e possibilitaria investimentos nas UCs que estivessem mais carentes de recursos, estando menos suscetível a interesses políticos e/ou privados. A iniciativa também poderia evitar o uso do marketing ambiental de tais empresas poluidoras.

Até o mês de junho de 2008, o quadro de funcionários do PNCP era composto por três funcionários, sendo dois biólogos analistas ambientais e o gerente da UC, morador do município de Itacarambi. O órgão contava ainda com quatorze brigadistas, funcionários do Programa de Prevenção de Incêndios Florestais em Unidades de Conservação – PREVFOGO. Nota-se que o número de funcionários é insuficiente diante da área abrangida pelo UC, a sobrecarga de atribuições e os inúmeros conflitos que envolvem o Parque. Tal realidade mostra-se como uma possível justificativa para o fato de que no mês de dezembro de 2007 os dois únicos analistas ambientais do órgão, responsáveis pelo PNCP, solicitaram transferência para outras regiões.

A alta rotatividade nos cargos gerenciais leva a uma descontinuidade administrativa que tem como conseqüência a perda da memória institucional, do aprendizado, da clareza de qual missão, das políticas e das orientações estratégicas que o órgão deveria adotar, impedindo uma possível melhoria na sua atuação (BROSE e PEREIRA, 2001 apud ARAUJO e PINTO-COELHO, 2007: 212). No caso PNCP, o processo de implementação do Parque já se arrasta há quase 10 anos e durante este período, vários funcionários do IBAMA assumiram cargos e saíram do processo.

Sobre a atual política de gestão de parques brasileiros, Figueiredo (2007: 238) aponta que o contexto político e burocrático tem sido responsável pela criação de funcionários

desmotivados e desmoralizados: “os funcionários são poucos, praticamente não têm incentivo formal como salários ou benefícios, têm sobrecarga de trabalho e uma longa história de falta de condições de produzir resultados”. Tudo isso contribui para uma imagem negativa do parque e de seus funcionários, muitas vezes considerados pela população do entorno como incapazes ou incompetentes.

Ao analisar a construção de capacidade de gestão em três Parques Nacionais Brasileiros (não identificados no trabalho), Cláudia Figueiredo (2007) ressalta experiências positivas que valorizaram a continuidade das ações, baseadas em práticas de superação de conflitos com as comunidades do entorno e parceria com organizações locais. Além disso, tais experiências puderam contar com a comunicação entre as antigas e as novas lideranças dos parques, a presença de organizações governamentais nacionais e internacionais nas regiões e, principalmente, a motivação dos funcionários.

No caso do PNCP, uma das formas (talvez a única) de diálogo entre o órgão federal e a comunidade tem ocorrido através da atuação da brigada de incêndio. A brigada de incêndio do IBAMA possui quatorze funcionários contratados pelo Programa de Prevenção de Incêndios Florestais em Unidades de Conservação - PREVFOGO, que é um centro especializado em prevenção e combate de incêndios florestais ligado à Diretoria de Ecossistemas do IBAMA. Pela falta de alternativas de emprego na região, as vagas na brigada são sempre bastante concorridas e os selecionados possuem contrato de seis meses, não sendo permitida a sua renovação.

A brigada de incêndio é formada por moradores das comunidades locais e das cidades de Januária e Itacarambi. A rotatividade dos brigadistas e o envolvimento das diferentes comunidades são fatores considerados positivos pelo IBAMA, que acredita assim poder conquistar “aliados e reprodutores das idéias de preservar o parque” (Representante A do IBAMA, entrevista em 24/03/2007). O objetivo do órgão é fazer com que essas pessoas sejam canais de informação dentro de suas comunidades e nas cidades de Januária e Itacarambi. Entretanto, a iniciativa de empregar pessoas de fora das comunidades diretamente afetadas pela UC desagradou alguns moradores. O Presidente da Associação Comunitária do Fabião I (entrevista no dia 13 de agosto de 2007) criticou a forma de seleção dos funcionários, alegando que a brigada poderia ser uma alternativa de renda para as pessoas que tiveram suas atividades proibidas após a criação do Parque. O presidente declarou que as vagas deveriam ser destinadas apenas aos moradores da APA e do PNCP.

É possível notar que a principal motivação das pessoas que ingressam na brigada de incêndio é, realmente, a falta de oportunidades de emprego na região. Uma das moradoras

do Fabião I relatou que a maior parte dos homens, principalmente das comunidades do Fabião I e II, é obrigada a deixar a região para trabalhar no corte de cana-de-açúcar no interior de São Paulo e em outras cidades de Minas Gerais³⁶. Os contratos de trabalho, em geral, são de 10 meses, com carteira assinada e todos os benefícios, e os rendimentos chegam a R\$1.000,00 por mês. Esta realidade justifica o maior número de mulheres durante praticamente todo o ano nestas comunidades. A maioria delas não possui emprego fixo e é responsável pela criação dos filhos e pelo gerenciamento do lar, como declara a moradora: “No fim de ano o Fabião fica cheio. [...] as mulheres aqui recebem o dinheiro que os maridos mandam, a maioria não trabalha não, o máximo é uma faxina pra ganhar salário mínimo” (Moradora A do Fabião I, entrevista em 12/08/2007).

Comunidades inseridas no interior do PNCP

O maior conflito que envolve o PNCP relaciona-se à população que ainda reside no interior do parque, na zona classificada pelo Plano de Manejo da UC como *Zona de Uso Temporário* (ver Mapa do Zoneamento do PNCP, anexo 2) , divididas em quatro povoados: Retiro/Morro Velho, Cabaceiras, Janelão e Vale dos Sonhos, que somam 70 famílias.

De acordo com o Zoneamento estabelecido para o PNCP, o objetivo geral da “*Zona de Uso Temporário*” é permitir a **subsistência** das comunidades residentes anteriores à UC até que sejam resolvidas as questões fundiárias. Para tal, o Plano de Manejo prevê a necessidade de criar ações necessárias para o estabelecimento de “**termos de compromisso**” com a população residente na UC, com o intuito de minimizar os impactos sobre a unidade; realizar “**ações de controle para coibir a entrada de novos ocupantes na área**”; bem como “**realizar monitoramento das famílias cadastradas**” (IBAMA/DIREC, 2005: 4.44, grifo nosso). Os termos “coibir” e “monitorar”, mais uma vez, ilustram a postura assumida pelos responsáveis pela elaboração dos estudos do Plano de Manejo e pela proposição de “diretrizes de ação” que minimizassem os conflitos com as comunidades.

O elevado número de pessoas que se afirmam proprietárias de terras na área abrangida pelo PNCP, sem apoio em registros cartoriais (em torno de 40 pessoas), a precariedade das informações contidas nestes últimos e a tolerância quanto à permanência de moradores no interior do Parque tornam a situação fundiária da área bastante problemática, já

³⁶ Os principais destinos no interior de São Paulo são as cidades de Colina, Sertãozinho, Jaborandir (corte de cana-de-açúcar); e em Minas Gerais, as cidades de Cláudio (usina de beneficiamento de cana-de-açúcar) e Patrocínio (colheita de café).

que a sua regularização terá de enfrentar estas questões, somadas às que usualmente se colocam no momento da execução da tarefa. Nesse sentido o representante do IEF em Belo Horizonte destaca,

É aí onde tem um erro fundamental. A primeira coisa que deveria ser feita quando se faz um parque é adquirir a área. O Plano de Manejo se faz depois. E eles inverteram. Você tem o plano de manejo do parque, mas não tem a propriedade. Por que isso? Porque os nossos governos não investem na compra das áreas. Essa é das coisas mais problemáticas que nós temos. [...] Se você não é dona da área, se o cara do Fabião acha que a área é dele, como é que você vai mandar nele? Se o fazendeiro que tá ali não aceita, ele tem os documentos, o governo reconhece que a área é dele, com que autoridade o funcionário nosso vai lá criar problema? Então [...] sem resolver o fundiário, você não resolve nada né? [...] Mas é a história de todos os parques. Quando eles falam de “parques de papel” é isso, você cria por decreto (Representante do IEF/BH, entrevista em 10/04/2007).

Por lei a desapropriação das famílias deveria acontecer em até 5 anos após o decreto de criação do parque. Entretanto, o IBAMA reconhece que o Estado não possui recursos suficientes para a regularização fundiária das Unidades de Conservação, e a realidade do PNCP não é diferente. O próprio gerente do IBAMA reconhece a necessidade da UC de conviver com as comunidades que hoje residem no seu interior, mas destaca que estes não podem ampliar suas áreas, nem degradar o que está sendo conservado.

O objetivo é fazer a regularização fundiária, aí quando não tem a regularização fundiária, você tem que conviver com as comunidades dentro da unidade de conservação. Então a melhor forma é você ter um contato bem próximo das comunidades, trabalhos educativos e eles decidirem chegar (Representante B do IBAMA, entrevista em 17/07/2006).

A partir da análise dos dados e das informações obtidas junto a alguns moradores, é possível identificar nestas comunidades a existência de dois grupos diferenciados no que tange a seus interesses, representações e conflitos com a UC. O primeiro grupo engloba aqueles que se recusam a deixar suas terras, já o segundo demonstra interesse em vender suas propriedades.

A maioria das pessoas que reside dentro dos limites da UC, moradoras das comunidades do Retiro/Morro Velho (que somam 45 famílias) (Figura 10) e Cabaceiras/Vale dos Sonhos (8 famílias), recusa-se a sair da área e defende seu interesse em permanecer no lugar onde sempre viveu, com direito a trabalhar a terra de onde tira seu sustento. Essas pessoas não compreendem a necessidade de saída da área e, por isso, para essas comunidades o Parque não representa nada mais do que uma invasão do espaço que é deles. Para esse grupo, nem os próprios limites, nem os objetivos da unidade estão claramente definidos.

Essas comunidades dedicam-se basicamente às atividades ligadas à agricultura de subsistência e à pecuária. Como nem todas as propriedades tem acesso ao rio Peruaçu, existe a

necessidade diária de transportar a boiada através das estradas de acesso do parque: “São vários produtores que utilizam o corredor como única fonte de acesso dos animais à água” (PAC/MPF folha 668) (Figura 11).



Figura 10: Casa de moradores do Retiro, inserida dentro dos limites do PNCP. Foto MUNGAI, ago 2007



Figura 11: Atividade pecuária, principal forma de sustento dos moradores no interior do PNCP. Foto MUNGAI, junho 2006.

Inseridas na Zona de Uso Conflitante do PNCP, as estradas de acesso são pontuadas como um problema que, segundo o Plano de Manejo, “compromete a integridade do Parque”. A estrada municipal que liga o Fabião I à Várzea Grande, o melhor acesso para o deslocamento de pessoas entre as duas comunidades, possui um traçado que corta a Zona Primitiva da UC, bem às margens do polígono – setor com os maiores atrativos de cavernas e sítios arqueológicos do Parque. Nesse sentido, vislumbra-se mais um futuro conflito com o órgão gestor da UC, pois o Plano de Manejo prevê que a estrada municipal, que liga tais comunidades ao Fabião, seja fechada para o uso geral (IBAMA/DIREC, 2005: 4.42).

Para os moradores é incompreensível que as atividades que desenvolveram a vida toda, vinculadas à agricultura e ao extrativismo, sejam consideradas prejudiciais à natureza. Muitas pessoas consultadas se sentem excluídas do processo e chegam a negar o que foi instituído. Os moradores dos povoados do Retiro e Cabaceiras não querem abrir mão, nem por indenização, de suas áreas e se colocam contra a implementação do parque. Até mesmo com relação à pesquisadora, alguns moradores se mostraram desconfiados e apreensivos,

Tem que fazer parque onde não tem ninguém. Eles têm que vê quem mora no lugar, vê que tem gente. [...] A gente que trabalha pra sobreviver não vale nada nessa nação. Ninguém dá apoio. [...] E não tem nem porque a gente tá conversando aqui. A gente não sabe nada para conversar (Morador do Retiro, entrevista em 12/08/2007).

Quando indagado sobre a situação dessas comunidades, o Presidente da Associação Comunitária do Fabião II também demonstra sua preocupação e insatisfação

A história lá [no Retiro] é agravante também, eu não sei quantas famílias tem, mas é bastante, e eles vivem inteiramente do que trabalham dali. A sobrevivência deles é aquilo e aquilo mesmo, não tem outra coisa pra fazer. [...] só que do outro lado, dos latifundiários aí que deita e rola, né? Eles tem fazenda pra tudo quanto é lado [...]. Só sei que o pessoal do Retiro reclama muito nisso, o grande faz tudo, o pequeno não faz nada (Presidente da Associação Comunitária do Fabião II e proprietário de terras no Janelão, entrevista, 13/08/2007).

Como é possível verificar no mapa do Zoneamento do PNCP (Anexo 2), essas famílias estão nas bordas dos limites da UC; Em função dessa localização, o IBAMA reconhece que as delimitações do Parque deveriam ter sido melhor pensadas. No trecho do médio curso do Rio Peruaçu, na região cárstica, estão localizadas as cavernas de maior interesse espeleológico e arqueológico do parque, e existe um consenso no que diz respeito à necessidade de proteção dessa área. Entretanto, a área localizada na margem esquerda do rio São Francisco, onde residem estas comunidades, não é reconhecida como parte do parque e essas pessoas não compreendem porque foram incluídas nos limites da UC. Sobre tal conflito o Presidente da Associação Comunitária do Fabião II aponta

[...] e eles desceram esse parque até o rio São Francisco e tirou uma área que era das melhores, são as melhores terras que possa possuir no município, ali nós consideramos como o celeiro do município de Januária e Itacarambi, que num tinha muito a ver. Na verdade também tinha várias comunidades dentro desse corredor ecológico [...] e outras pessoas também não via essa necessidade, né? Como o Dr. José Carlos de Carvalho, que na época ele era superintendente do IBAMA. O Secretário de meio ambiente de Minas, e ele veio aqui e ele constatou, **ele falou com a sua própria boca que ali foi erro, um equívoco**. Que eles erraram em ter descido[...] (Presidente da Associação Comunitária do Fabião II e proprietário de terras no Janelão, entrevista, 13/08/2007)

Um dos proprietários de terras da região do Retiro, residente em Januária e membro do conselho consultivo do Parque, propôs a criação de uma câmara técnica para discussão de possíveis alterações nos limites da UC. Esse proprietário tem representado a comunidade que briga pela permanência no local, e o mesmo propõe novos limites para o PNCP, como forma de compensação da área atualmente ocupada.

Além da definição arbitrária dos limites da UC, o conflito com a comunidade do Retiro foi agravado durante a execução dos trabalhos de elaboração do Plano de Manejo. O próprio gerente do PNCP afirma que a forma de abordagem feita pelos pesquisadores responsáveis pelo levantamento prejudicou a relação com essa comunidade:

Aqui talvez não foi nem a forma do bom levantamento, é a forma como você chega nas pessoas pra conversar, né? Que às vezes a pessoa já tá tão com a cabeça quente com o parque. Se você chega na propriedade dele e fala: ó, a gente veio fazer uma pesquisa. Então a pessoa pensa mil coisas, né? Se não tiver um esclarecimento primeiro, qual o objetivo, né? [...] a informação não chega direito, então tem que fazer primeiro um trabalho social, antes de você levar alguma tecnologia, vamos dizer assim (Gerente do PNCP, entrevista em 17/07/2006).

O gerente do Parque também aponta o problema em conservar a área enquanto as terras não são de domínio público. Uma das placas do IBAMA que fazia referência ao Parque, afixada na comunidade do Retiro, foi arrancada pelos moradores em forma de protesto. O órgão entende que, enquanto não for o dono das terras, não pode impor tais limites.

Entre as comunidades inseridas no interior do PNCP, um segundo grupo reúne os moradores que já pensam em deixar suas terras por causa das restrições às suas atividades tradicionais. Acuados, estes moradores têm interesse em vender suas terras por um preço justo e com o dinheiro se mudar para um lugar onde possam desenvolver suas atividades de subsistência. Nesse sentido, as restrições de uso da terra e a não indenização de suas áreas têm se mostrado como os principais conflitos com o órgão gestor.

Mesmo os moradores que possuem os documentos de posse das terras sofrem com a burocracia e a lentidão dos processos de indenização. Muitos passaram a conviver com uma situação indefinida. E mesmo que a presença dessas pessoas seja tolerada pela falta de mecanismos de regulação fundiária e indenizações, as limitações ao uso tradicional dos recursos naturais são tantas que os moradores não têm outra alternativa senão sair voluntariamente,

eu até falei pra um deles [IBAMA] um dia desses, que eles tinha que olhar a situação da gente, criar alternativa lá. E eu vou dar aqui minha sugestão. Tem dois caminhos, ou ocês negocia as terra com a gente, me paga, como eu já falei procês, eu num vô nem olhar pra trás porque eu vendi e recebi, ou então ocês cria outro meio. Eu falei: não, eu vou te pagar x, vou te pagar um salário x, você vai continuar aí, mas ce vai preservar, cuidar, você vai cuidar,né? você vai ajudar, fiscalizar e tudo mais, é isso [...] mas que eu continuo lá vivendo mas sem causar nenhum impacto (Presidente da Associação Comunitária do Fabião II, proprietário de terras no Janelão, entrevista em 13/08/2007).

Outro grupo inserido nos limites do PNCP é a comunidade do Janelão, que possui 17 famílias residentes e que sobrevive da atividade agrícola e pecuária de subsistência. Essa comunidade situa-se na área cárstica, onde se encontram os principais atrativos do Parque. E por este motivo já possui alguns moradores que foram indenizados pela FIAT. Entretanto, quando questionados sobre o processo, estes mostraram arrependimento por terem deixado suas terras,

Quem já saiu sente mal porque queria tá lá dentro porque é uma região muito boa, produtiva e tá lá parado. Quem tá lá dentro não pode trabalhar, tá agredido pelo IBAMA, e então esse povo tá sofrendo [...] e é gente velha, que vive do trabalho, e se num trabalha o que que acontece? Vai viver de que? Então, eu sou uma das pessoas, eu fui muito agredido, muito pelo IBAMA, pelos órgãos da lei, e sai de lá porque eu desgostei de eu tá trabalhando em cima do que é meu e os outros tá no meu pé, igual aquela coceira que a gente chama frieira né? Então a gente abaixa a cabeça e rende e sai. Mas depois que a gente sai a gente sente mal, sente mal. Arrependi 1200 vezes. Porque eu queria tá lá dentro [...] (Antigo morador do Janelão, indenizado pela FIAT, entrevista em 17/07/2007).

O povoado do Janelão também se mostra insatisfeito com a criação da UC, e a falta de entendimento do que significa uma área protegida é a primeira dificuldade que os moradores esbarram para demonstrar o inconformismo com tal saída,

Desde quando começou, começou com mentira. Falavam que iam fazer o Parque, trazer coisa boa para a comunidade. Só que o Parque influenciou para a saída do pessoal [...] Nós que saímos estamos insatisfeitos. Aquilo lá é minha vida, e tem hora que bate a saudade (Antigo morador do Janelão que decidiu sair da área, entrevista em 14/08/2007).

A difícil realidade e os conflitos que envolvem o PNCP não diferem dos demais parques brasileiros. Parte do orçamento das unidades de conservação deveria ser usada para melhorar as condições de vida e a manutenção das populações que residem no seu entorno que, organizadas e estimuladas, podem contribuir positivamente para a conservação de áreas protegidas. É importante envolver essas comunidades não só no processo de criação das UCs, mas também na gestão das áreas. O próprio IBAMA reconhece que a política de retirada das populações locais não é eficaz, ainda que embasada no discurso de preservar os recursos naturais ali existentes,

[...] o ideal também seria que gente pudesse pegar esses próprios moradores e colocá-los como funcionários do parque. Porque eles poderiam continuar nas áreas e ainda estariam trabalhando na unidade. [...] porque nós vamos precisar de funcionários pra fazer serviços e essas pessoas seriam bem adequadas pra esse tipo de trabalho porque conhecem a região, moram ali e... se pudesse, né? Mas a legislação não permite [...] (Representante A do IBAMA, entrevista em 24/03/2007).

Ao descrever os conflitos referentes às relações com essas comunidades, o Plano de Manejo reproduz o discurso preservacionista e reafirma o sentido de que essas populações são vistas como uma restrição a ser vencida, um obstáculo ao desenvolvimento: “A existência de conflitos com a população em relação aos limites da Unidade de Conservação pode trazer problemas futuros de depredação do patrimônio natural e cultural do Parque” (IBAMA/DIREC, 2005: 4.6)

Há assim uma clara negação dos processos e mudanças que envolvem aquele ambiente e a sua construção histórica. A lógica e os interesses do global, da conservação ambiental em prol de uma qualidade de vida para todos, são utilizadas como justificativas para a apropriação do lugar. Na verdade, as pessoas que moram nas áreas tidas como de importância ecológica não são reconhecidas como atores sociais e são excluídas do processo decisório que envolve a tão falada conservação da biodiversidade.

Comunidades inseridas no entorno do PNCP (Fabião I e II)

As comunidades do Fabião I (Januária) e II (Itacarambi) (Figuras 12 a 15) são a porta de entrada do Parque e por tal condição já são alvos de projetos ligados à utilização turística da região. Os moradores das duas comunidades possuem duas visões distintas relacionadas ao Parque e, a partir de suas declarações, é possível refletir sobre quais espaços estão sendo criados no seu imaginário.

De um lado encontra-se um grupo que entende a UC e suas normas como um atraso para a região, já que não podem mais investir na atividade de agricultura e pecuária. Estes moradores não acreditam mais na abertura do parque e afirmam estarem cansados de promessas. Para exemplificar, estes moradores não se interessam mais por projetos que incentivem a produção de doces ou artesanato, já que não existem compradores para tais produtos. O maior conflito deste grupo com relação ao Parque diz respeito à falta de entendimento do que a UC representa e a inexistência de diálogo com o IBAMA, que não esclarece os motivos da morosidade de sua abertura.

Outro grupo convive com a expectativa de abertura do Parque, acredita que o interesse pelo Peruaçu irá trazer um grande número de visitantes, a possibilidade de empregos (como guia do parque, por exemplo) e, conseqüentemente, melhorias na qualidade de vida, já que a renda dessas famílias é pequena pela falta de oportunidades. Nesse grupo, o conflito percebido está relacionado a uma incompatibilidade de usos, já que essas pessoas agora são obrigadas a proteger e a viver em um lugar que valorizavam de outras formas. Ainda assim, muitos já reproduzem os discursos dos projetos que visam o turismo e o desenvolvimento da localidade.



Figura 12 e 13: Comunidade do Fabião I e II no entorno do Parque, MAILLARD, dezembro 2006



Figura 14: Casa de moradores do Fabião I, entorno do PNCP, MUNGAI, março 2007



Figura 15: Crianças na escola da comunidade do Fabião II, entorno do PNCP, MUNGAI, março 2007

O entendimento dessas comunidades sobre o PNCP prende-se às possibilidades futuras de aumento de renda pela estada e circulação de turistas na região. Principalmente na comunidade do Fabião I, várias pessoas investiram em infra-estrutura, reforma nas residências e empreendimentos maiores, tais como restaurantes e pousadas (Figuras 16 a 18). Contudo, mesmo diante de tantas expectativas, estes declaram a insatisfação quanto à sobre a abertura do Parque.



Figura 16: Restaurante e pousada no Fabião I, entorno do PNCP, MUNGAI, agosto 2007



Figura 17: Restaurante e pousada no Fabião I, entorno do PNCP, MUNGAI, março 2007



Figura 18: Restaurante no Fabião I, entorno do PNCP, MUNGAI, agosto 2007

Uma das alternativas levantadas por aqueles que acreditam no turismo na região é o desenvolvimento de atividades ligadas ao artesanato. Sobre a atividade artesanal na região do entorno do PNCP, o Plano de Manejo aponta que estudos anteriores revelam que o potencial é baixo. No Plano de Manejo sugere-se a adoção de um programa de educação ambiental que estimule a produção artesanal.

Na comunidade do Fabião I existem algumas moradoras que se dedicam ao artesanato (Figuras 19 e 20) como forma de complementar a renda familiar. Uma das moradoras entrevistadas revelou sua vontade de formar uma “casa de artesanato” para ensinar as mulheres da comunidade e lamenta não conseguir apoio das entidades locais,

[...] só vejo tristeza aqui. Tá tudo muito parado. Se vai ter turista tem que investir no artesanato, nos trabalhos locais. Mas aqui não tem apoio, nessa área do parque a gente não tem apoio (Artesã do Fabião I, entrevista em 14/08/2007).

Segundo a presidente da Associação dos Artesãos de Januária, a Secretaria Municipal de Turismo contratou seus serviços para que ela oferecesse cursos de capacitação aos moradores do Fabião I e II. O evento envolveu mais de 100 pessoas das duas comunidades e segundo a artesã “tem muita gente talentosa, tem que trabalhar a organização deles” (relato em 09/08/2007). Contudo, com a cassação do mandato do Prefeito e, conseqüentemente, a mudança na secretaria de Turismo, o projeto foi abandonado. “E o povo do Fabião cobra. E as pessoas vão desestimulando”, lamenta a artesã,

[...] Aqui ninguém acredita em nada. É por causa da cultura e da história. Januária já passou por muita coisa. As pessoas são descrentes. Não por falta de motivação, porque fazer a gente faz. Mas quando chega lá em cima para tudo. Januária precisa é de uma política séria (Presidente da Associação dos Artesãos de Januária, entrevista em 09/08/2007)



Figura 19: Artesanato feito por moradora do Fabião I, entorno do PNCP, MUNGAI, ago 2007



Figura 20: Artesanato feito por moradora do Fabião I, entorno do PNCP, MUNGAI, agosto 2007

Contudo, existem ações que partiram de iniciativas das próprias comunidades, como a criação da Associação dos Agentes Ambientais Amigos do Peruaçu, fundada em novembro de 2005. A associação foi idealizada por moradores do Fabião II, na época funcionários da brigada de incêndio do IBAMA. Na época da realização desta pesquisa já contava com 30 associados das distintas comunidades inseridas no Parque e em seu entorno.

Em março de 2007 a Associação iniciou um projeto de viveiro de mudas (Figura 21), com coleta de sementes (Figura 22), visando um trabalho de recuperação da mata ciliar do Rio Peruaçu, em parceria com o IBAMA, com a escola de Itacarambi e com a brigada de incêndios. O IBAMA já considera a possibilidade de utilizar as mudas na recuperação de áreas degradadas dentro do parque. As mudas também foram cedidas para a reserva Indígena Xakriabá com a finalidade de recuperar áreas degradadas.



Figura 21: Viveiro de mudas – Projeto da associação dos Agentes Ambientais do Peruaçu, Fabião I e II, entorno do PNCP. Foto MUNGAI, março 2007



Figura 22: Sementes do viveiro de mudas – Projeto da Associação dos Agentes Ambientais do Peruaçu, Fabião I e II, entorno do PNCP. Foto MUNGAI, março 2007

No que diz respeito às áreas degradadas no entorno do Parque, a região do baixo curso do Rio Peruaçu é o trecho com maiores ações antrópicas na bacia, onde a mata ciliar foi suprimida e a atividade agropecuária tem descaracterizado a vegetação original. Além disso, o leito do rio possui trechos desviados ou represados e as comunidades de Fabião destinam resíduos para as águas do Rio Peruaçu (SOUZA, 2008: 25). Nessa região do baixo curso do Peruaçu, onde o rio percorre a depressão e a área de várzea do São Francisco, Souza (2008: 38) chama a atenção para o grau de impacto sobre os ecossistemas aquáticos “evidenciado pelos barramentos, desvios, bombas de sucção, desmatamentos e lançamentos de despejos”, como é possível visualizar na figura 23 que mostra o rio percorrendo o quintal de uma das casas dos moradores do Fabião I.

Outro problema apontado pela autora é o Balneário construído pela prefeitura que consiste em uma piscina de concreto no leito do rio, destinada à recreação da população local e de visitantes (Figura 24). Segundo informações dos moradores, o local atrai um grande número de visitantes nos finais de semana, durante todo o ano.



Figura 23: Rio Peruaçu no quintal da casa de moradores do Fabião I, entorno do PNCP, MUNGAI, março 2007

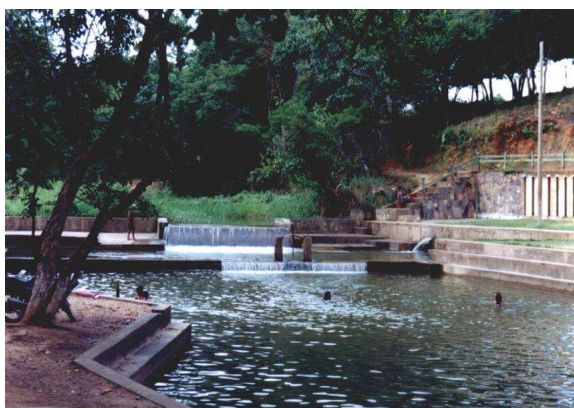


Figura 24: "Balneário" no Rio Peruaçu, entorno do PNCP, MUNGAI, março 2007

As comunidades do Fabião I e Fabião II necessitam de um olhar diferenciado por parte dos gestores do parque e dos representantes políticos. Caso não haja um trabalho de valorização da cultura local, bem como a apresentação de alternativas de geração de renda, estas comunidades serão aos poucos excluídas do processo. Mesmo sem previsões concretas para a abertura do Parque, as duas localidades já se tornaram alvo de especulações imobiliárias. O IBAMA reconhece que não tem como controlar esse processo e enfatiza a importância de conscientizar as pessoas,

A gente esta querendo estimular que os próprios moradores ali sejam empreendedores né? Que eles queiram montar pousadas, montar hotéis, restaurantes. Não simplesmente vender pra qualquer pessoa de fora que apareça e queira investir. Porque vai começar a aparecer né? Já tem aparecido (Representante A do IBAMA, entrevista em 24/03/2007).

Comunidades do entorno (Várzea Grande e Brejal)

As comunidades de Várzea Grande e Brejal também se encontram inseridas no entorno do PNCP. A Comunidade da Várzea Grande, que possui 134 famílias, está localizada no município de Itacarambi e é constituída por pequenas propriedades rurais (Figura 25). A comunidade está inserida nos limites da APA Federal Cavernas do Peruaçu, mas encontra-se bem distante da sede do IBAMA no Fabião I e por esse motivo aparenta ser a mais excluída das

discussões que envolvem a região. Um de seus moradores afirmou que as pessoas não entendem o que está acontecendo, desconhecem o significado de estarem inseridos em uma APA, e muitos não sabem que residem nos limites de uma UC. Diante desse quadro de desinformação e falta de diálogo com o órgão ambiental, os moradores não entendem as restrições que são impostas às suas atividades, como também não acreditam na abertura do Parque. O estabelecimento de restrições ao uso dos recursos naturais faz com que as comunidades locais passem a enxergar aquilo como recursos perdidos (DIEGUES, 1996: 19).

Em termos de conservação ambiental, os moradores desta localidade, no montante do rio Peruaçu, reconhecem a necessidade de preservação, principalmente dos recursos hídricos. Um dos moradores consultados relatou que nos últimos dez anos, no período da seca, o Rio Peruaçu tem secado totalmente em alguns trechos, prejudicando o abastecimento de água da comunidade (Figura 26) (IBAMA/DIREC, 2005: 2.5.2).



Figura 25: Casa de moradores da Várzea Grande, no entorno do PNCP. Foto PEREIRA e MUNGAI, julho de 2006.



Figura 26: Rio Peruaçu – Comunidade de Várzea Grande, entorno do PNCP. Foto PEREIRA e MUNGAI, julho 2006.

Entre as comunidades estudadas, Várzea Grande é a mais organizada e já conta com uma associação comunitária atuante. A Associação é formada por pequenos produtores rurais, possui sede própria, um trator e cooperativas organizadas. As cooperativas estão concentradas na produção de farinha de mandioca, cachaça e rapadura (Figuras 27 e 28). Segundo o presidente da Associação, existe um diálogo com outras associações comunitárias da região, com o objetivo de compartilhar experiências e projetos em prol da comunidade. Além disso, a comunidade possui uma infra-estrutura considerada satisfatória pelos moradores, com a

presença de posto de saúde, escola, transporte público e escolar para os alunos do ensino médio.



Figura 27: Casa de Farinha – Comunidade de Várzea Grande, entorno do PNCP. Foto PEREIRA e MUNGAI, julho 2006.



Figura 28: Alambique – Comunidade de Várzea Grande, entorno do PNCP. Foto PEREIRA e MUNGAI, julho 2006.

O distrito de Várzea Grande teve notoriedade nacional quando, no dia 9 de dezembro de 2007, ocorreu um tremor de terra de magnitude 4,9 na Escala Richter. O terremoto que afetou o vilarejo de Caraíbas, no município de Itacarambi, foi o 14º maior terremoto ocorrido no Brasil e o maior já registrado no estado de Minas Gerais.

A prefeitura, com o apoio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec-MG) e do Corpo de Bombeiros, montou um Sistema de Comando em Operações (SCO), instalado na cidade para o gerenciamento de desastres. Segundo o SCO, o tremor atingiu 76 casas e desse total, seis foram destruídas (figuras 29 e 30). Os incidentes registraram 6 feridos e um óbito, relativo à uma criança de 5 anos (GIUNCO *et al*, 2007).



Figura 29: Casa do vilarejo de Caraíbas, atingida pelo terremoto. Prefeitura Municipal de Itacarambi/MG, dez 2007, cedida por Ronaldo Sarmento.



Figura 30: Vista das casas do vilarejo de Caraíbas, atingidas pelo terremoto. Osvaldo Afonso/Secom/Governo de MG, dez 2007, cedida por Ronaldo Sarmento.

Vários tremores já haviam ocorrido na região, sendo que o primeiro sismo detectado nessa área aconteceu em 24 de maio de 2007, com magnitude de 3,5 na Escala Richter. Em outubro do mesmo ano, uma equipe do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília (SIS-UnB) iniciou estudos locais, com a instalação de uma rede sismográfica de seis estações. O levantamento buscou avaliar as intensidades ou efeitos produzidos pelo terremoto nas diversas localidades em volta da área do epicentro.

Segundo o Relatório Especial da UNB sobre o estudo da sismicidade de Caraíbas, a área de percepção do terremoto envolve aproximadamente 20 municípios do Estado de Minas Gerais, sendo que as áreas mais afetadas estão nas zonas rurais de Itacarambi e Januária (UNB, 2007: 5), como mostra o mapa de localização da área onde ocorreu o tremor de terra (Figura 31). Através do monitoramento contínuo da área, o SIS/UnB apresentou, no dia 20 de dezembro de 2007, os seguintes resultados preliminares sobre a sismicidade:

[...] desde o início do monitoramento sísmico da área (23 de outubro) até a data do último dado disponível (11 de dezembro), foram detectados 258 eventos. [...] no dia 9 de dezembro, após o evento principal, ocorreram 162 tremores. [...] os tremores concentram-se em uma faixa de aproximadamente 4 quilômetros de extensão por 2 de largura, nas proximidades do vilarejo de Caraíbas. As profundidades desses eventos variam de 500 metros a 3 quilômetros (UNB, 2007:6-7)

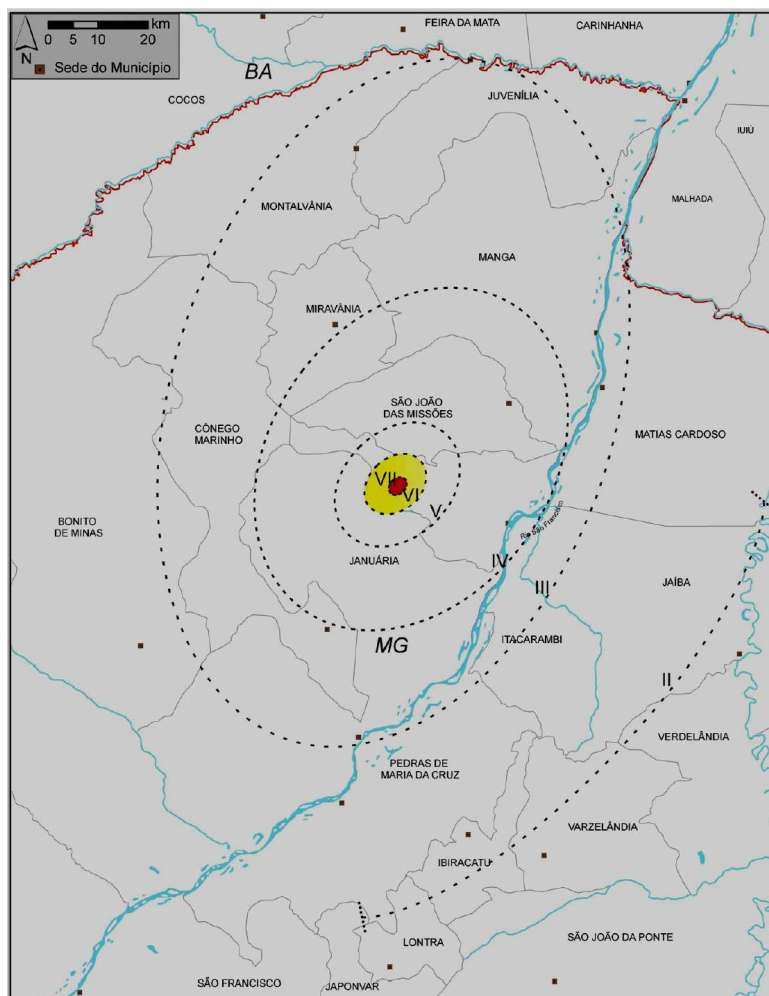


Figura 31: Mapa de localização da área onde ocorreu o tremor de terra, vilarejo de Caraíbas, município de Itacarambi (UNB, 2007)

No dia 19 de março de 2008 foi registrado um novo tremor de terra na região, com magnitude de 4,0 na Escala Richter. O sismo foi sentido mais fortemente nos distritos de Caraíbas e Vargem Grande (município de Itacarambi) e Araçá (município de Januária). Os técnicos da UNB alertam que há risco de novos abalos na região.

Os pesquisadores da UNB afirmaram que a frequência da atividade sísmica é típica de sismicidade tectônica originada por movimentação de falha³⁷. As análises mostram que a possibilidade de relação dos tremores em Caraíbas com possíveis colapso nas cavernas da região (veiculado por alguns meios de comunicação) são reduzidas (UNB, 2007: 9-10). Duas equipes, formadas por espeleólogos e funcionários do IBAMA, realizaram uma vistoria no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu após os tremores, a fim de verificar possíveis danos ao

³⁷ A falha geológica na região de Itacarambi foi mapeada e classificada no ano de 2002, pelo geomorfólogo Allaoua Saadi, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas, juntamente com outras 47 grandes falhas que existem no País. As pesquisas de Saadi resultaram no Mapa Neotectônico do Brasil, e o estudo compõe o Programa Internacional da Litosfera, projeto de pesquisa mundial da ONU. As informações foram extraídas do jornal "O Estado de São Paulo" e foram cedidas pelo pesquisador Ronaldo Sarmento.

patrimônio espeleológico e arqueológico da região. Apesar das cavernas do Parque estarem em média a apenas 5 km do epicentro dos tremores que atingiram a comunidade de Caraíbas, “[...] as equipes não constataram qualquer dano às cavernas do PNCP Peruaçu, não encontrando sequer um bloco abatido ou vestígios de desmoronamentos recentes” (GIUNCO et al, 2007).

A comunidade do Brejal

A comunidade do Brejal (figuras 32 e 33) também inserida no entorno do PNCP, conta com 32 famílias residentes e está situada na depressão Sanfranciscana, assim como a comunidade do Retiro (que está dentro do Parque Nacional). Apesar de vizinhas, a primeira não foi incluída nos limites do Parque e a maior parte dos seus moradores não possui informações sobre a situação da comunidade com relação ao PNCP. Pela proximidade entre as comunidades de Brejal e do Retiro, foi possível notar que a insegurança e insatisfação são bastante semelhantes, como pode ser constatado pela fala de alguns moradores:

No meu haver o governo não deveria prender o necessário pro homem do campo trabalhar. Tem que deixar o homem do campo trabalhar. Não interessa se ele tem documento. A terra era do avô, do pai, cume que num é seu? [...]. Não devia acontecer isso na região não (Presidente da Associação Comunitária do Brejal, entrevista em 02/08/2007).

Num sei o quê que é não senhora. Alguém mostrou um mapa. Mas aqui quem que entende mapa? Falaram de corredor do Parque. Mas o quê que é corredor? (Moradora da comunidade do Brejal, entrevista em 02/08/2007).



Figura 32: Casal de moradores da comunidade do Brejal, entorno do PNCP, MUNGAI, agosto 2007



Figura 33: Casa de moradores da comunidade do Brejal, entorno do PNCP, MUNGAI, agosto 2007

No que diz respeito ao engajamento e participação política da comunidade, o presidente da Associação dos moradores do Brejal reclama da prática do assistencialismo

adotada pelos políticos da região até os dias atuais. Segundo o morador, as pessoas sempre esperam receber “um brinde, um agrado do Prefeito. Nem que seja só R\$ 1.000,00 pra ajudar na festinha de casamento, sabe?!”. Com relação à presença do IBAMA na região, o presidente da Associação também questiona a falta de diálogo e o distanciamento do órgão com a população local.

Independente de estarem localizadas no interior do Parque, ou no seu entorno, as comunidades locais têm um acúmulo de experiências e vivências que certamente deveria servir de base para qualquer investigação sobre sua realidade. As pessoas que residem nessas localidades precisam ter consciência do valor que este saber representa. Desprovidas de informação, estas podem se deixar levar por maiores promessas, principalmente advindas de entidades que buscam atingir os próprios interesses. As restrições da legislação e a incompreensão das novas regras daquilo que passa a ser imposto levam a insatisfação daqueles que não foram ouvidos ou que não concordam com “estas novidades”.

O território Indígena Xakriabá

A Reserva Indígena Xakriabá, também inserida na área do entorno do PNCP, possui uma área total de 53.015 ha. A reserva está localizada no extremo norte de Minas, no município de São João das Missões, entre os municípios de Manga e Miravânia ao norte, e Itacarambi ao sul (SILVA, 2002: 47). No ano de 2007, completou-se vinte anos que os Xakriabá foram reconhecidos pelo Estado brasileiro como uma comunidade indígena.

Antes da emancipação do município de São João das Missões em 1997, a reserva e os índios Xakriabá, dependiam política e administrativamente do município de Itacarambi. Historicamente a relação do povo Xakriabá com a esfera de poder municipal foi marcada pela oposição e pelo clientelismo. O conflito fundiário colocou os índios em oposição direta à maior liderança política local, o atual prefeito de Itacarambi que, desde a década de setenta até os dias de hoje, promove a alternância do poder local entre ele próprio e seus parentes mais próximos (OLIVEIRA, 2008: 89-90).

Ao longo do século XX, parte da área tradicionalmente ocupada pelos Xakriabá foi ocupada por fazendeiros e posseiros. A luta dos índios pela retomada de suas terras - arrastada burocraticamente ao longo dos anos 70, 80 e 90 - levou, finalmente, à demarcação e homologação da Reserva pela União. O processo de demarcação, no entanto, não restituiu ao povo Xakriabá cerca de dois terços da área tradicionalmente ocupada (DINIZ *et al*, 2006: 4).

Em seus estudos sobre os Xakriabá, Santos (1997 apud COSTA, 2005a: 14) afirma ter ocorrido contato entre antigos membros dessa sociedade indígena e negros aquilombados no interior da floresta da caatinga, no vale do rio Verde Grande. Para Costa, essa informação “permite afirmar a existência de alguma forma de vínculo entre indígenas e quilombolas, muito mais em uma perspectiva de simbiose do que em uma perspectiva hierárquica”.

A respeito da situação sociocultural dos Xakriabá, Silva (2002: 46) afirma que com um alto índice de miscigenação, estes não se enquadram nas qualidades do “índio puro” fantasiadas pela sociedade e por alguns estudiosos.

Confundidos com retirantes baianos, seu contexto social muito se assemelha às comunidades rurais dos sertões da Bahia e nordeste do país. Entretanto, não é necessária uma análise cultural muito profunda para perceber que os Xakriabá possuem identidade própria e consciência da sua indianidade, a qual é evidenciada principalmente pela religiosidade e pela posse comunitária da terra (SILVA, 2002: 46)

As atividades produtivas na reserva indígena constituem-se basicamente da plantação de roças e da criação de animais. A unidade básica do trabalho sempre foi a família, existindo também formas de trabalho coletivo envolvendo outros membros da comunidade. Contudo, nas últimas décadas, o espaço social ocupado pelos indígenas vem sofrendo um rápido processo de transformação demográfica, política, cultural, ecológica e econômica (DINIZ *et al*, 2006: 2). Novos ritmos, dinâmicas e referências têm contribuído para outras formas de articulação sociopolítica e de organização ecológico-econômica para os Xakriabá. Na verdade elas significam expressiva pressão sobre os recursos internos ao Território Indígena Xakriabá e seu entorno, como por exemplo, a falta de água e a infertilidade do solo (observações de campo julho 2006).

A área possui grandes parcelas de terra, as chapadas, não propícias ao cultivo, e outras áreas impróprias aos usos tradicionais pela alteração no regime de chuvas e pela escassez de água. As áreas férteis e próprias aos cultivos tradicionais foram em muito reduzidas (DINIZ, *et al*, 2006: 5)

As articulações sociopolíticas no território Xakriabá garantiram, nas eleições municipais de 2004, que as lideranças indígenas conquistassem a Prefeitura Municipal de São João das Missões. Nessas eleições, foi eleito prefeito um ex-diretor de escola indígena Xakriabá, irmão do cacique, além de cinco (dos nove) vereadores para a Câmara Municipal (DINIZ *et al*, 2006: 9). Segundo os autores a tomada do poder municipal pelas lideranças representou um passo concreto na direção de maior autonomia política daquele grupo.

Os representantes do povo indígena Xakriabá também figuram como atores intervenientes na dinâmica do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. A reserva, situada na zona de amortecimento, possui atividades degradantes que podem gerar pressões sobre o

Parque Nacional, questão pontuada como preocupante pelo gerente do PNCP. Alguns exemplos são a constante falta de água, o corte de árvores e o favorecimento de erosões com o solo desnudado. Outra marca desta pressão pode ser exemplificada pela organização dos índios em agosto de 2007, reivindicando a reintegração de parte das terras do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu à sua Reserva. Em entrevista, no dia 18 de julho de 2006, o funcionário da Prefeitura de São João das Missões já alertava

Os índios falam que o Parque é deles, do rio Itacarambi, ao Peruaçu, no limite do São Francisco, tudo é território indígena [...]. Os vestígios do Peruaçu mostram que lá era área indígena, aqui tem prova de que a terra é deles, e eles querem o Parque. A maior luta dos Xakriabá é a terra, e pra eles ficou a área improdutiva né? (Funcionário da Prefeitura de São João das Missões, entrevista em 18/07/2006)

Uma das lideranças Xakriabá também afirmou que não houve discussão com a reserva indígena para a criação do PNCP e que “a área do Parque tem importância para o povo. Xakriabá [...] nosso patrimônio emocional tá na área toda ao redor, a história religiosa, as pinturas, isso também tá lá no Parque [...]” (Liderança Xakriabá, entrevista em 18/07/2006).

Diante do mosaico de interesses descrito anteriormente, uma possibilidade de leitura dos processos que envolvem o PNCP enfatiza a existência de uma polarização, principalmente entre os que detêm a informação e a maioria desinformada e colocada a par do processo. Outra forma possível de se compreender tais frustrações é analisando-as a partir de um retorno histórico e político que marca a região e suas formas características de ocupação e poder. Enfim, emergem novos atores, surgem novas propostas, mas resultados e alternativas que valorizem as comunidades locais ainda não são vislumbradas.

Apropriações: Privado X Público

As relações estabelecidas nessa trama de interesses já evidenciam motivos que justificam a aproximação de determinados sujeitos, por exemplo as Secretarias Municipais de Turismo, a Faculdade Ceiva de Januária, o SEBRAE, e empreendedores privados interessados em investir na atividade turística na região. Atualmente, o turismo na região caracteriza-se por um fluxo regional, principalmente no município de Januária, em função das praias do Rio São Francisco e das festas tradicionais. Segundo o levantamento realizado pela equipe responsável pela elaboração do Plano de Manejo, não existem dados sistematizados sobre a quantidade anual de turistas ou sobre a sazonalidade desta visita e, de acordo com as lideranças locais,

o fluxo maior de turistas ocorre durante o período de férias escolares (IBAMA/DIREC, 2005: 2.109).

A apropriação do território pela lógica capitalista e conservacionista cria expectativas relacionadas aos novos usos do/para o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e seu entorno. O turismo e a forma de explorar economicamente a beleza e os atrativos locais têm sido encarados como a principal alternativa para a melhoria de vida das comunidades que residem na região. Nota-se que o turismo tem sido visto, tanto pelo governo quanto pelos estudiosos do tema, como uma alternativa econômica com perfil de “sustentabilidade” e como possibilidade de conservação dos recursos naturais e culturais, além de gerador de benefícios às comunidades locais. Assim, os lugares são adaptados às finalidades turísticas e passam a ser “consumidos” por uma minoria que detém melhores condições financeiras. Melhor seria se os moradores participassem das propostas e projetos, de forma que o turismo fosse pensado de dentro para fora e não com a importação de projetos que deram certo em outros lugares, cujas características e carências são diferentes. Numa região com poucas oportunidades e opções de renda, a atividade deveria ser pensada como forma de garantir uma melhoria na qualidade de vida dos moradores locais. Contudo, aqueles que investem na atividade turística muitas vezes mascaram seus interesses com o intuito de manipular lideranças locais e conseguir o apoio dos que vivem na região.

No contexto do PNCP, a prioridade dada às atividades turísticas foi percebida tanto no discurso do setor acadêmico, como no dos representantes municipais. Os pesquisadores consultados revelaram, em entrevista, o objetivo de “mostrar pra comunidade e pros alunos que existe um negócio aqui na cidade que ainda não foi explorado e que esse negócio é muito rentável” (Pesquisador A, entrevista em 18 de julho de 2006). O consenso parece ganhar outras instâncias e se amplia para a conquista de outros públicos, como nas instituições municipais:

a gente quer trabalhar com o Parque porque a gente acredita que o perfil de visitantes do parque vai ser muito interessante pra cidade, né? É um público específico, é já existe uma tendência aí pro turismo internacional e a gente sabe que o turismo internacional gera muito, muito dinheiro e isso vai ser muito bom pra região (Representante da Secretária de turismo de Januária, 06/10/2006).

A maior crítica é que esse grupo, representados por diversas instituições e empresas, traz idéias e modelos prontos com o objetivo de movimentar a economia da região, como se o turismo fosse uma atividade independente de características e especificidades locais e capaz de trazer a solução para todos os problemas dos municípios que compõem o PNCP e seu entorno. Entretanto, antes de se implementar quaisquer atividades ligadas ao turismo, tornam-se necessárias e urgentes ações de valorização da cultura local. A maioria das pessoas

que reside na região não conhece e não valoriza o Peruaçu, e os planejadores do turismo carregam o discurso de que o Parque só será valorizado quando assumir o significado de um produto turístico rentável. Na realidade a pesquisa constatou que a maior preocupação desse grupo é educar a comunidade local para que esta não se converta em um entrave ao desenvolvimento da atividade turística na região do Vale do Peruaçu.

A expectativa com relação à repercussão do turismo na região assumiu grande proporção exemplificada pela criação do curso superior de Turismo do Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco (CEIVA), como afirma um dos docentes,

O curso que mostrar pra comunidade e pros alunos que existe um negócio aqui na cidade que ainda não foi explorado e que esse negócio é muito rentável. [...] **o curso vem mesmo é por causa do Peruaçu, né? Não há mais nada.** E mostrando o valor que tem ali, é do valor econômico. Se a gente não colocar o valor econômico pra eles, eles não vão se importar com aquilo ali né? (Pesquisador A, entrevista em 18/07/2006).

E para que nada escape, a ênfase qualificando o ambiente parte da exaltação da exuberância física aos aspectos sociais: “o vale do Peruaçu é um conjunto de atrativos assim magnífico (...) tem um artesanato que está sendo desenvolvido que é riquíssimo, tem uma gastronomia muito interessante” (Representante da Secretaria de turismo de Itacarambi, 05/10/2006).

A existência de distintas representações deveria favorecer a diversificação e a valorização mais ampla dos grupos enquanto sujeitos sociais, possibilitando tomadas de decisões mais próximas às singularidades locais e democráticas. Todavia, a imposição de novas regras de uso e ocupação do solo, de comportamento e conduta, bem como a falta de diálogo podem gerar e/ou acirrar resistências e o sentimento de não pertencimento ao lugar. Todo este leque de transformações traz de forma latente, ou não, a idéia da apropriação das possibilidades da natureza como negócio, nos termos do mercado, como deixa claro a representante da Secretaria de Turismo de Itacarambi:

“no norte de minas falta mais articulação, falta mais liderança articulada, visão mesmo de futuro, visão empresarial, certo? Visão empreendedora, capacidade empreendedora porque o norte de minas reúne todos os elementos pra realmente se desenvolver e ser uma referência turística. Eu acho que vai inclusive trabalhar vários segmentos do turismo no norte de minas, é preciso realmente essa articulação, essa integração” (Representante da Secretaria de turismo de Itacarambi, entrevista 05/10/2006).

Atuação do SEBRAE na região

Na região de estudo, e inserido na discussão em torno do PNCP, destaca-se a atuação do Sistema Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) que, em parceria com instituições privadas e poder público municipal, tem desenvolvido projetos direcionados ao desenvolvimento das comunidades locais. Um exemplo, apresentado no Plano de Manejo do PNCP, é o projeto de Agricultura Familiar, em andamento na bacia hidrográfica do rio Pandeiros, com o objetivo de dar suporte às comunidades rurais menos favorecidas. O Projeto Pandeiros é uma iniciativa do IEF, apoiado pelo SEBRAE, com o objetivo de criar alternativas de renda para comunidades dos municípios de Bonito de Minas, Januária e Cônego Marinho, que tradicionalmente viviam da produção do carvão de vegetação nativa. O projeto visa criar oportunidades para melhorar a produção local dessas comunidades e, conseqüentemente, incrementar a qualidade de vida dos moradores da região através da utilização racional dos recursos naturais, como os frutos do cerrado. Além disso a entidade já desenvolveu outros projetos na área de capacitação e estímulo às cooperativas rurais. Mais adiante serão traçadas as potencialidades de parcerias para a região do PNCP.

A iniciativa de criação do Circuito Turístico do Velho Chico partiu do SEBRAE com o objetivo de promover o turismo na região do Norte de Minas através da cooperação entre os municípios. O Circuito é formado pelos municípios de Bonito de Minas, Cônego Marinho, Januária, Manga, Matias Cardoso, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz e Itacarambi (município sede do Circuito). Sobre as atrações presentes nos municípios que compõem o Circuito e sobre o Vale do Rio Paruaçu, a Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais destaca:

[...] o distrito de Januária, é um recanto histórico do Norte mineiro. Á beira de uma estrada de terra, a Capela de Nossa Senhora do Rosário é um exemplar singular do patrimônio de Minas. Há indícios de que sua construção, do início do século XVIII, está ligada a quilombos ou à catequese dos padres jesuítas. Itacarambi é uma pacata cidade que oferece, como atrativos principais, grutas, cachoeiras e praias fluviais. [...] No Vale do Peruaçu, com 140 cavernas e 80 sítios arqueológicos, são encontradas inscrições rupestres de mais de 12 mil anos. E no Velho Chico, a prática de canoagem, rafting, bóia cross, mountain bike, caving, off road, cavalgada, pescaria, rapel, além da cultura regional: artesanato, culinária, cavahada, vaquejada, congado e reisado (SETUR, 2008)

Na região do PNCP a atuação do SEBRAE tem sido marcada por projetos direcionados à futura atividade turística nas comunidades do Fabião I e II, no entorno do Parque.

A operadora de ecoturismo Andarilho da Luz³⁸, com sede em Belo Horizonte, foi contratada pelo SEBRAE de Januária para desenvolver um projeto de turismo domiciliar nas comunidades do Fabião I e II, que atenda a demanda de visitantes esperados após a abertura do PNCP. A empresa foi selecionada para coordenar esse projeto devido ao sucesso que obteve com seu Projeto Ecoturismo com Responsabilidade Social no Alto Jequitinhonha, que lhe rendeu o Prêmio SESC/UNA de Turismo com Responsabilidade Social em Minas Gerais no ano de 2003. O objetivo do SEBRAE de Januária é utilizar o modelo do projeto do Alto Jequitinhonha na região do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu.

O projeto idealizado pela empresa Andarilho da Luz foi realizado na comunidade de Capivari, um povoado do Alto Jequitinhonha, no município do Serro em Minas Gerais. O objetivo foi “promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores, interatividade do visitante solidário com a comunidade e desenvolvimento do turismo sustentável” (ANDARILHO DA LUZ, 2007). Em Capivari foram criadas pousadas domiciliares onde os próprios moradores locais passaram a receber turistas em casa. Segundo definição dada pela Organização Mundial de Turismo, o “Turismo de Vilarejo” envolve a prática de hospedagens de estilo local em vilarejos tradicionais, onde os turistas permaneçam, comam pratos típicos da região, observem ou participem de atividades corriqueiras e rotineiras do local visitado. As instalações são construídas, administradas e de propriedade dos habitantes do vilarejo, que também são capacitados para oferecer serviços turísticos (ANDARILHO, 2007).

Durante o trabalho de campo realizado no mês de março de 2007, no município de Januária e Itacarambi, foi possível acompanhar o primeiro contato do representante da empresa com os moradores locais. O objetivo do empreendedor foi conhecer as comunidades do Fabião I e II, avaliar o nível das residências e conhecer moradores que teriam interesse em desenvolver o projeto de pousada domiciliar. Pode-se notar o interesse de algumas pessoas que vislumbram nesta iniciativa uma alternativa econômica, mas ao mesmo tempo verifica-se uma desconfiança em relação à idéia de hospedar um estranho na própria casa.

O SEBRAE fez o levantamento das residências que seriam adequadas ao projeto e chegou ao total de 80 leitos (40 no Fabião I e 40 no Fabião II). Segundo informações de uma moradora do Fabião II, em agosto do mesmo ano os moradores interessados no projeto fizeram uma visita técnica ao município de Capivari, onde o projeto já está em andamento, e retornaram estimulados a investir na atividade.

³⁸ A Andarilho da Luz Caminhadas Ecológicas Terapêuticas é uma operadora de ecoturismo fundada em 1998. A empresa iniciou no ano de 1999 um trabalho de Turismo Solidário em Minas Gerais na localidade de Capivari, Alto Jequitinhonha, visando à melhoria da qualidade de vida desta comunidade e o desenvolvimento do turismo sustentável local (ANDARILHO DA LUZ, 2007).

Entretanto, diante da não abertura do Parque, os projetos foram mais uma vez suspensos, o que reforça a imagem negativa do IBAMA. Primeiramente o órgão é visto como aquele que fiscaliza, proíbe e pune atividades e práticas que não são compatíveis com as UCs. Segundo, diante das expectativas dos setores ligados ao turismo, o órgão não explica a situação legal que o impede de abrir o Parque à visitação,

fica todo mundo esperando[...] porque parece que enquanto o parque não inaugurar nada pode ser feito também e não é verdade, né? [...] Então a gente fica com aquela impressão que **parece que o IBAMA é um vilão**, porque enquanto não inaugurar o parque parece que nada pode dar certo, nada pode melhorar, e aí a gente fica carregando esse peso aí (Representante A do IBAMA, entrevista em 24/03/2007).

A insatisfação com relação à morosidade do processo de abertura do PNCP é tamanha que alguns empreendedores declararam a intenção de se organizar para pressionar o IBAMA em Brasília. Tal situação mostra que este grupo não encontra-se a par do processo legal que impede a doação de terras pela FIAT ao IBAMA.

O papel dos Pesquisadores na valorização e conservação da biodiversidade do Vale do Peruaçu

As riquezas naturais e culturais da região norte de Minas, em especial do Vale do Rio Peruaçu, há tempos atraem olhares de distintas instituições de pesquisa nacionais e internacionais. O Plano de Manejo cita algumas das instituições que contribuíram e ainda têm contribuído com pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento (IBAMA/DIREC, 2005: 2.118).

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por exemplo, possui diversos trabalhos ligados ao Museu de História Natural referentes a aspectos arqueológicos; ao Departamento de Botânica do Instituto Biológico ICB/UFMG; além de estudos de geoprocessamento, uso do solo e fitogeografia na região do Vale do Rio Peruaçu, e pesquisas referentes ao processo de efetivação e consolidação de Ucs do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências – IGC. A Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG) também tem desenvolvido estudos paleontológicos na região.

Outra instituição de ensino de relevante atuação é a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) que desenvolve um grande número de pesquisas em toda região, destacando-se os estudos botânicos, espeleológicos, limnológicos e da qualidade das águas na região; pesquisas relacionadas às comunidades tradicionais norte mineiras; estudos sobre as riquezas, sobre a apropriação e as transformações no cerrado e na caatinga; sobre a criação de

unidades de conservação, entre outros. Uma das ações da Universidade foi a realização do I Simpósio de Conservação dos Ecossistemas do Norte de Minas Gerais organizado pelo Departamento de Biologia da UNIMONTES, que ocorreu no SESC Januária e foi composto por palestras e discussões sobre os temas: “políticas públicas, desenvolvimento e conservação dos ecossistemas do norte de Minas Gerais; exploração sustentável da flora nativa da região; fomento à pesquisa; conservação e manejo de recursos hídricos; Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco”. Apesar da pequena participação dos moradores das UCs em estudos do seu entorno, o evento envolveu alunos das escolas dos municípios, técnicos e profissionais de universidades, que enriqueceram os debates promovidos.

Instalado no município de Januária, o Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco (CEIVA) também possui pesquisas relacionadas ao ensino das áreas da Geografia, História, Pedagogia, Turismo; com um número significativo de trabalhos de conclusão de curso (monografias) na região do Vale do Peruaçu.

No campo das pesquisas espeleológicas da região, sobressai a atuação do Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas (GBPE) que desenvolve trabalhos importantes no Vale do Peruaçu. O GBPE teve importante participação no processo de criação do PNCP. Em 1999 o grupo foi responsável pelo “Levantamento Espeleológico das Áreas de Proteção Ambiental – APA – Cavernas do Peruaçu” financiado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). E no início de 2000, alguns sítios arqueológicos fizeram parte de uma pesquisa de conservação de arte rupestre na região.

Em termos de ações e iniciativas locais, destacam-se a presença de três ONGs ligadas à pesquisa espeleológica na região, que promovem visitas orientadas nas cavernas do PNCP e seu entorno. As ONGs são formadas por profissionais ligados à educação (pesquisadores e professores), funcionários do poder público, estudantes e moradores locais. Esses grupos são: Grupo de Espeleologia e Estudos Orientados de Januária – GEO/Januária; Espeleo Grupo do Vale do Peruaçu – EVP/Itacarambi; e Grupo STONE – São João das Missões-MG. Estas ONGs desempenham um importante papel na conservação da biodiversidade local, principalmente por desempenharem o papel de interlocutores entre os distintos grupos intervenientes no PNCP. O próprio Plano de Manejo do Parque reconhece a importância de sua atuação: “com o início da implantação do PNCP, esses grupos locais poderão fornecer subsídio direto às ações previstas para a infra-estrutura e, posteriormente, como multiplicadores do conhecimento e guias locais” (IBAMA/DIREC, 2005: 2.121).

Além dessas instituições, o Plano de Manejo sugere vários programas desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, via organizações não governamentais (ONGs) e instituições

de pesquisa que podem direcionar recursos para o PNCP. Entre tais instituições podem ser citados o Centro Nacional de Pesquisa para a Conservação de Predadores Naturais – CENAP coordenado pela ONG Pró Carnívoros; o Conselho da Comunidade Solidária coordenado pelo Centro Nacional do Folclore; a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC); o Banco do Nordeste; além de empresas privadas, cooperativas e associações (IBAMA/DIREC, 2005: 2.110 a 2.216).

Os pesquisadores compõem um grupo específico entre aqueles que possuem interesses relacionados ao PNCP já que o seu principal objetivo é conhecer a biodiversidade e a sociodiversidade da região. Para esses sujeitos, o PNCP representa um enorme potencial para investigações científicas notadamente quanto à sua riqueza natural ligada aos aspectos físicos, como a arqueologia, geomorfologia e a cobertura vegetal. Os conflitos que emergem de tais percepções estão atrelados aos usos, ocupações e novas apropriações daquele espaço, somados às distintas relações de sociabilidade desse grupo e à possível imposição de um modo de vida completamente distinto da realidade local.

FUNATURA: Proposta de uma gestão conjunta para as Ucs da região.

Para o Ministério do Meio Ambiente, o planejamento e o controle das atividades estabelecidas no entorno das unidades de conservação são imprescindíveis à manutenção da biodiversidade. O cuidado com essas fronteiras deve priorizar ações que comportem a participação dos aglomerados locais, políticas públicas e técnicas apropriadas de manejo (MMA, 2003, p.348). Dessa proposição, a criação de Corredores Ecológicos e a gestão conjunta de Mosaicos de UCs representam uma significativa alternativa de manejo, de conservação da biodiversidade e da sociodiversidade. Neste contexto, destaca-se a ação da Fundação Pró-Natureza – FUNATURA.

A Funatura é uma organização não governamental, criada em 1986, que atua em especial nos biomas Cerrado e Pantanal. Entre os projetos desenvolvidos pela Funatura, relacionados à conservação da biodiversidade, destacam-se o de implementação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (em co gestão com o IBAMA); o de implementação de RPPNs no Cerrado (em parceria com proprietários particulares); o projeto Alternativas de Desenvolvimento do Cerrado; e a execução do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (FUNATURA, 2007).

Com relação ao Vale do Rio Peruaçu, o Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, proposto pela FUNATURA, visa a gestão integrada de onze unidades de conservação de uso integral e sustentável e uma reserva indígena (Anexo 10). A área dessas UCs abrange onze municípios da região norte/noroeste de Minas e um município da região sudoeste do estado da Bahia (Cocos), numa área total de 800.000ha, como mostra o mapa com a delimitação do Mosaico SVP (Anexo 11). Assim, as UCs que compõem o mosaico são:

- Parques Nacionais: Cavernas do Peruaçu e Grande Sertão Veredas
- Parques Estaduais: Mata Seca, Veredas do Peruaçu e Serra das Araras
- Áreas de Proteção Ambiental: Peruaçu, Pandeiros, Cochá e Gibão
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Veredas do Acari
- Refúgio da Vida Silvestre: Pandeiros
- RPPNs: Veredas do Acari, Arara Vermelha e Fazenda Ressaca
- Reserva Indígena Xakriabá

De acordo com os dados da FUNATURA (2007), a delimitação do território do mosaico levou em conta as zonas de amortecimento das UCs existentes na região contemplada pelo projeto. Nos casos das UCs que ainda não possuem zonas de amortecimento, foi estabelecida uma zona de delimitação de 10 (dez) km a partir do limite das áreas protegidas.

O projeto da FUNATURA é previsto para ser executado em dois anos (2007 – 2008) e conta com o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), que destinou cerca de R\$ 300 mil para a sua implementação. Durante a 3ª Oficina do projeto Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu, em Januária, foram criados os grupos, com os temas: Turismo, Extrativismo e Gestão Integrada de Unidades de Conservação. O Projeto prevê também a criação de um conselho único para o Mosaico, o fortalecimento de parcerias, a organização e a capacitação das comunidades que contribuirão de forma significativa para a implementação do mosaico.

As ações previstas no projeto visam promover o “desenvolvimento territorial com base conservacionista – DTBC” focado no turismo ecológico e cultural, bem como no extrativismo sustentável de produtos do cerrado. Tais ações poderão beneficiar cerca de 200 famílias que desempenham atividades extrativistas, além de trabalhadores rurais, moradores do entorno das unidades de conservação, artesãos, assentados da reforma agrária e servidores públicos que atuam nas UCs.

Ao conceituar o desenvolvimento territorial com base conservacionista -DTBC, o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA (2005) defende que a noção de desenvolvimento deve envolver a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida de um território, a criação

de riquezas e, ao mesmo tempo, sua distribuição justa e a eliminação ou, pelo menos, a redução da pobreza. Com o intuito de associar desenvolvimento e conservação, o Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista - DTBC

prevê a articulação de atores e interesses para a promoção do desenvolvimento econômico por meio do desenvolvimento de cadeias produtivas de **base conservacionista**, a formação de uma **identidade de gestão** do mosaico e do incremento do **capital social** das comunidades que o compõem. Visa gerir os mosaicos de forma a torná-los **economicamente sustentáveis** e interessantes para os agentes econômicos, envolvendo participação das comunidades no processo de elaboração e implementação do Plano de DTBC e de gestão do mosaico” (FUNATURA, 2007)

O Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu já obteve resultados interessantes, como a elaboração do quadro da situação atual das UCs que compõem o Mosaico SVP (Anexo 12). O quadro resume as principais características das unidades de conservação existentes na região estudada e caracteriza as UCs quanto a sua infra-estrutura, existência ou não de Planos de Manejo, projetos em andamento em cada uma delas e os principais obstáculos enfrentados na sua gestão. A análise dos quadros mostra uma diversidade de UCs, com particularidades e desafios em comum.

A iniciativa da FUNATURA merece destaque na medida em que propõe uma integração e um diálogo entre distintos sujeitos em prol de um interesse comum que é a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade local. Todavia, ainda prevalecem limitações sobre a definição e a atribuição de competências entre as diferentes instâncias de governo, já que as esferas públicas mal conseguem articular políticas comuns que envolvam diversos níveis e escalas de poder. Cabe aqui a reflexão sobre a real possibilidade de uma gestão compartilhada dentro de um contexto de UCs com características e questões tão diferentes. Se na escala local, na gestão de cada uma delas, essa integração já se mostra difícil, em um contexto maior, dentro do mosaico, os conflitos ficam ainda mais acirrados.

Interesses, representações e conflitos

A partir das análises apresentadas é possível apontar diferenças entre o PNCP criado e reconhecido internacionalmente pelas suas belezas naturais e o PNCP cenário de vivências e experiências cotidianas. Os distintos sujeitos sociais caracterizados neste estudo, seus interesses e conflitos ilustram esses distintos olhares. Esses grupos que interferem no processo de efetivação do PNCP expressam, por sua vez, diferentes projetos e estratégias de

intervenção sobre o meio ambiente e o território no qual estão inseridos, o que caracteriza diferentes formas de apropriação da concepção de natureza, unidade de conservação e principalmente parque. Todo esse leque de transformações traz, de forma latente ou não, a idéia da apropriação das possibilidades da natureza como negócio, nos termos da economia de mercado.

Ainda que em um momento de incertezas quanto à sua abertura, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu já atrai muitos olhares, expectativas e interesses. Esta pesquisa aponta que os conflitos se acirrarão sobremaneira, na medida em que se vislumbra uma multiplicidade de usos e novos significados para o Parque e seu entorno; e “pra aquele negócio da criação das unidades de conservação, de preservar o meio ambiente, de explorar esse ambiente natural, cultural como atrativo vai demorar, vai demorar muito, muito, muito” (Pesquisador A, entrevista em 18 de julho de 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Vedes, meu Irmão, este pavimento mosaico; ele é a imagem daquele caos regular a que chamamos (a) Natureza. Nele, em quadrados regulares, iguais e opostos, se personifica, simbolizando-a, a estrutura contraditória do mundo - a noite e o dia, em todos os sentidos; a matéria e a força, em todos os modos; o corpo e a alma, em todas as formas. Isto que pisamos é o que somos; mas o que somos, quando o podemos pisar, não é mais que o que parecemos ser” (Fernando Pessoa in LOPES, 1990:82).

A gestão de Unidades de Conservação no Brasil apresenta uma série de limites, desafios e mesmo incongruências. A conservação da biodiversidade está inserida em uma dinâmica mais ampla, em que política, sujeitos, interesses e representações adquirem a condição de variáveis estratégicas em um jogo de forças distintas. As ações para prevenir ou mitigar as perdas de biodiversidade se configuram através de uma hierarquia de estruturas políticas existentes que parte dos governos locais e chega até aos interesses globais. A adoção de políticas e posturas que tenham como base a sustentabilidade em suas múltiplas e complexas dimensões se apresenta ainda como um objetivo longe de ser alcançado.

A situação dos parques nacionais brasileiros e de outras categorias de unidades de conservação esbarra em grandes impasses e dissonâncias, que impedem ou não colaboram para o efetivo funcionamento de um sistema integrado de Unidades de Conservação, como limitações de recursos humanos e financeiros, associados aos problemas de articulação entre os diferentes níveis governamentais (federal, estadual e municipal). A fragmentação político-institucional e a falta de diálogo entre os órgãos responsáveis pelo gerenciamento da política ambiental evidenciam a incapacidade de aplicação de tais competências e ações.

Outro desafio é a real efetivação dos parques nacionais brasileiros para que estes saiam do papel e se efetivem na prática. Reflexo das concepções de desenvolvimento e da busca incontestável pelo crescimento e progresso no atual governo brasileiro, o reduzido orçamento destinado ao Ministério do Meio Ambiente, um dos mais baixos da Esplanada, inviabiliza a criação de uma infra-estrutura eficiente e de um quadro de funcionários que seja capaz de executar de forma satisfatória as diretrizes que motivaram a criação das Unidades de Conservação. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Servidores do IBAMA - ASIBAMA, Jonas Moraes Corrêa, o órgão, em números, tem cerca de 1,9 mil fiscais no País, mas apenas cerca de 800 atuam em campo. O restante trabalha em escritórios, no setor administrativo da entidade. E este número pode cair para 500 com a partilha de servidores com o Instituto Chico Mendes. Além de um quadro insuficiente de funcionários, o IBAMA ainda não detém diretrizes para a atuação dos fiscais dentro e fora de unidades de conservação. Outra crítica remonta aos salários pagos. Conforme a ASIBAMA, os trabalhadores da área verde

federal receberam 1% de reajuste desde 2002 e seus salários estão entre os mais baixos do serviço público (BOURSCHEIT, 2008).

Em 1989, quando o IBAMA foi criado, havia 113 reservas federais no País, somando 15 milhões de hectares. Hoje são quase 300 UCs, totalizando cerca de 60 milhões de hectares, uma área maior que o estado de Minas Gerais. Somente em MG, em termos de proporção, cada funcionário do órgão federal responsável pelo gerenciamento das UCs responde por 6.445,37 km² (BOURSCHEIT, 2008). Diante do insuficiente orçamento destinado às UCs, o Ministério do Meio Ambiente se vê obrigado a confiar nos recursos advindos da compensação ambiental para tentar arcar com os gastos despendidos com as áreas federais protegidas. Degrada-se de um lado para preservar de outro.

Diante de tantos impasses torna-se oportuna a discussão sobre o modelo brasileiro de conservação da biodiversidade e o papel das populações nativas na gestão das unidades de conservação. Outro aspecto a ser questionado é se a política das compensações ambientais realmente está sendo legítima enquanto proposição coletiva e social, ou se está servindo mais como marketing verde e/ou privatização do espaço público por determinadas empresas. No caso do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, a relação público/privado torna explícito o papel da empresa privada que ultrapassa o simples financiamento de etapas que viabilizem a abertura do Parque à visitação. A empresa em questão interfere no processo e se aproveita do contexto como possibilidade de mostrar uma imagem ambientalmente correta, gerando embates quanto à transformação da natureza em *commodity*.

A criação e o manejo de unidades de conservação carecem ainda de manter aberta a discussão sobre as normas e regulamentos, enfim, o debate e as decisões acerca do futuro dessas áreas. Estas discussões devem também abarcar os mais variados segmentos sociais, ampliando assim as possibilidades de uma interação homem/natureza menos danosa. É imprescindível nesta direção estabelecer um trabalho conjunto, articulado entre órgãos, entidades responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, comunidades locais e aqueles que efetivamente são os tomadores de decisão. Uma articulação entre os diferentes setores da vida social, cultural, político e econômico amplia a possibilidade de diálogo sobre qual direção seguir e qual projeto construir, sem apagar os conflitos que são inerentes à vida humana.

Embora não se tenha estabelecido, até o momento, uma estratégia real para a implementação e a gestão de Unidades de Conservação no Brasil, principalmente no que diz respeito à relação homem x natureza, existem ganhos que não podem ser desconsiderados. Analisando o processo dentro de uma perspectiva histórica, são perceptíveis os avanços, mesmo que pontuais, em termos do acúmulo de experiências e de conhecimentos, bem como da

construção de um aparato institucional - ainda que insatisfatório na prática - e da sociedade para melhor lidar com as questões relativas ao meio ambiente (ALBAGLI, 1998). O mais importante em todo esse processo tem sido a consolidação progressiva da temática da biodiversidade na agenda ambiental e política brasileira.

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, assim como outras UCs, esbarra em conflitos das mais variadas naturezas. São iminentes as perspectivas derivadas das atividades do turismo e certos cuidados podem evitar que a improvisação promova efeitos indesejados e irreversíveis gerando novos conflitos e exaustão de recursos e pessoas. Esses cuidados procedentes de uma melhor compreensão dos espaços e territórios de disputa por seus diversos sujeitos sociais, certamente podem contribuir para a implementação de políticas públicas que permitam um futuro que contemple a participação e a conservação ambiental em seu sentido mais amplo. Concessões para prestação de serviços e licitações para a exploração do parque podem levar a um ambiente que favoreça mandos e desmandos sociais e ambientais, elegendo uma pequena elite local em detrimento dos demais moradores.

Conforme discutido anteriormente, o Vale do Rio Peruaçu apresenta um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes. Para atingir seus distintos objetivos de conservação, teoricamente, a gestão desse território deveria ser realizada de forma integrada e participativa. Entretanto, mais uma vez, a precariedade administrativa do Estado e a falta de articulação entre as diferentes entidades (IBAMA, IEF, FUNAI), somadas ao distanciamento entre população local e órgãos públicos, comprometem o sentido de implementação destas UCs.

Neste momento da pesquisa observa-se que as incertezas em relação à abertura do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e às transformações que dela decorrerão trazem muito mais questionamentos que respostas. A conservação da sua dinâmica e dúvidas quanto à sua capacidade de adaptação têm apontado que os interesses se acirrarão sobremaneira, pois o que se vislumbra é uma multiplicidade de usos e novos significados para o Parque e seu entorno. Antes mesmo da sua abertura, ainda sem previsão, já se anuncia uma mobilização desfavorável a um envolvimento das pessoas que passarão a conviver com valores e normas que demandam uma disposição individual à renúncia e à espera.

A existência de distintos olhares, interesses e representações, deveria favorecer a diversificação e a valorização mais ampla de grupos enquanto sujeitos sociais, possibilitando tomadas de decisões mais democráticas e próximas das singularidades locais, em um “desenho mais igualitário das relações sociais em todos os seus níveis, e não apenas a incorporação ao sistema político” (DAGNINO, 1994). Todavia, a imposição de novas regras de uso e ocupação do solo, de comportamento e conduta, além da falta de diálogo, podem gerar e/ou acirrar

resistências e o sentimento de não pertencimento ao lugar. Como discutido anteriormente, as imposições da legislação e a incompreensão das novas regras levam à insatisfação aqueles que não foram ouvidos ou que não concordam com tais novidades. Neste contexto, os distintos sujeitos ainda não conseguiram enxergar que se constituem fragmentos em um mosaico de conflitos e desejos que fazem parte da existência humana.

As riquezas naturais do Vale do Rio Peruaçu sempre atraíram os olhares da comunidade científica e dos órgãos de pesquisa. Esses grupos desempenharam um papel importante no processo de criação do Parque e das demais UCs do Vale do Peruaçu. O desenvolvimento de pesquisas foi, e ainda é, o principal mecanismo responsável pela divulgação da UC, tanto no âmbito nacional, quanto no internacional. Os pesquisadores sempre tiveram maior facilidade de acesso à área do Parque e aos dados referentes às riquezas do Peruaçu. Todavia, nota-se que a maior parte dos conhecimentos gerados ainda é apropriada por pequenos grupos que mantêm um distanciamento da comunidade. O tipo de pesquisa realizada na região (em destaque para pesquisas nas áreas da biologia, espeleologia e arqueologia), o nível de detalhamento e a linguagem técnica muitas vezes impossibilitam um diálogo com as pessoas do lugar.

A produção do conhecimento deve possibilitar uma transformação da realidade social e a pesquisa deve produzir um conhecimento que seja útil e relevante para a prática social e política. Diante de um momento em que os conflitos tendem a se acirrar, este trabalho apresenta algumas propostas.

A primeira proposta é elaborar, junto às comunidades, uma “Mostra das Riquezas do Vale do Peruaçu”, que conte com o apoio dos órgãos ambientais (IBAMA e IEF) e das instituições de ensino dos municípios da região. A comunidade acadêmica não tem mais dúvidas quanto à importância da conservação do Vale do Peruaçu, entretanto, pode-se afirmar que as justificativas não são baseadas na opinião de quem vive ali. Essa “Mostra” poderia ser coordenada por alunos da faculdade CEIVA de Januária que já desenvolvem trabalhos de pesquisa na região, ligados às áreas da Geografia, História, Educação, com apoio de alunos do Instituto de Geociências da UFMG; e teria como público alvo as comunidades localizadas na área do entorno e do interior do PNCP. Importante, nesse sentido, é valorizar a participação de alunos que sejam originários das áreas de conflito das UCs para que estes sejam uma forma de conexão entre a Academia e as comunidades em questão. Os alunos poderão eleger temas de seu interesse, entre as distintas pesquisas já realizadas no Vale, e desenvolver oficinas junto aos moradores locais, com o objetivo de traduzir e transmitir os conhecimentos acumulados sobre a

região. Além dos alunos, as atividades podem contar com o apoio das ONGs ligadas à pesquisa espeleológica e da Associação dos Agentes Ambientais Amigos do Peruaçu.

O evento poderá contar ainda com um espaço reservado às pessoas das comunidades que tenham interesse em relatar a história do lugar (como antigos moradores), seu conhecimento sobre as riquezas do Peruaçu, suas representações (lazer, trabalho, vizinhança, infância) e expectativas em face a tantas mudanças. O intuito seria mostrar as riquezas existentes no cotidiano das pessoas que ali residem. A “Mostra” seria realizada na comunidade, de forma a viabilizar a participação do maior número possível de moradores.

A proposta objetiva resgatar as referências de vida das pessoas que ali vivem e incorporá-las como valores no sentido de conservar a região. O evento seria uma forma de resgatar a auto-estima dos moradores e valorizar sua posição de real interveniente no processo, como pode ser exemplificado pela fala de um dos moradores do Fabião I “[...] eu moro aqui uai, então o parque é meu também num é?” (Presidente da Associação Comunitária do Fabião I, entrevista em 13/08/2007).

A segunda proposta é a elaboração de um evento de divulgação, realizado com o apoio dos órgãos ambientais, com o intuito de explicar o significado da categoria Parque, os objetivos que motivaram a criação da UC na região e suas implicações. O Projeto “Parques de Minas” traria outras experiências conflituosas sobre a criação de parques nacionais que, com projetos de apoio e gestão, foram capazes de alcançar resultados positivos tais como: valorização da cultura local, geração de emprego e renda, uso integrado do espaço. O mais importante é levar a voz e as experiências de outras comunidades, de modo a integrar os anseios e estimular a proposição de idéias e iniciativas, superando a simples promessa de geração de renda advinda da atividade turística.

Por fim, a idéia é discutir a possibilidade de criação de um Núcleo de pesquisa e apoio à divulgação científica sobre Unidades de Conservação, no Instituto de Geociências, como iniciativa dos alunos da pós-graduação e graduação, sob orientação de professores interessados na temática. O objetivo principal é o compartilhamento de experiências vivenciadas pelos alunos e professores que dedicam suas pesquisas às UCs, bem como a divulgação dos resultados destas pesquisas junto à comunidade acadêmica, notadamente nas áreas estudadas.

As atividades do Núcleo podem ser realizadas em parceria com outras faculdades, tais como a Comunicação, as Ciências Sociais, a Biologia, e a faculdade de Educação. A divulgação dos trabalhos do Núcleo ficaria a cargo de uma parceria firmada com o Centro de Comunicação da UFMG (CEDECOM), utilizando diversos meios como a Rádio UFMG Educativa. Sabendo-se que uma das grandes lacunas deixadas por pesquisadores é o retorno do seu

trabalho, muitas vezes por inviabilidade de formas concretas de divulgação e pela ausência de uma linguagem acessível à sociedade, o projeto iria valorizar e apoiar a pesquisa, além de gerar formas de inclusão social.

O Núcleo seria uma forma de unir pesquisadores e comunidades locais, principalmente aquelas que sofrem os maiores impactos com a criação de áreas protegidas, em destaque as unidades de proteção integral. No Vale do Peruaçu, uma das atividades propostas pelo Núcleo seria a de resgatar os estudos elaborados por pesquisadores das variadas áreas do conhecimento (Geografia, Biologia, História, Arqueologia, Antropologia, entre outras) e propor um retorno à região, seja através do próprio pesquisador, seja através de escolas de nível médio, fundamental e superior. O Núcleo buscaria parcerias com as universidades da região (Januária e Montes Claros) para que os alunos dessas instituições sejam responsáveis pelo repasse do conhecimento da academia em uma linguagem acessível à realidade das pessoas que residem no entorno das UCs. A divulgação desses trabalhos, por exemplo, poderia ser realizada através de seminários com temas propostos pelos alunos, através de jornal impresso e rádio. Pensando na viabilidade do projeto, uma parceria com o IBAMA, IEF e UNIMONTES seria de extrema importância. Além disso, a iniciativa pode ser apresentada ao Ministério do Meio Ambiente e compor um dos “braços” do projeto Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, proposto pela FUNATURA.

O estudo do PNCP ilustra as dificuldades e limites inerentes à tentativa de se implementar um sistema de unidades de conservação que, na prática, ainda não valoriza reais formas de participação e inclusão social. O objetivo não é obter modelos e soluções prontas, nem mesmo extinguir os jogos de poder, mas buscar avanços para um processo participativo mais democrático, incorporando a perspectiva social associada à proteção da natureza.

Neste trabalho as unidades de conservação não são pensadas somente como patrimônio, mas enquanto uma síntese que extrapola o ponto de vista que nos coloca como civilizados em contraposição ao outro. É possível criar uma UC que atenda a tantos significados? E diante de tantos significados e expectativas, quais visões e interesses serão privilegiados? Esta pesquisa não tem o intuito de ser apenas mais um olhar para o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. O objetivo maior é contribuir para que estes distintos olhares se cruzem no reconhecimento do valor real do meio ambiente, e também para que o espaço seja valorizado no seu contexto regional, natural e humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAKERLI, S. Sustentabilidade em discurso e prática: implicações das políticas de desenvolvimento e de conservação em regiões biodiversificadas no Brasil. In: FERNANDES, E. VALENÇA, M. M. (Org.). **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p. 237-259.

ABBOT, Joanne; GUIJT, Irene. **Novas visões sobre mudança ambiental: abordagens participativas de monitoramento**. London: IIED, 1999. 96 p.

ABIODIESEL, 2007. **Usina de biodiesel provoca impactos em Minas Gerais**. Associação Brasileira das Indústrias de Biodiesel [notícias nacionais online]. 18 dez.2007. Disponível em: <http://www.abiodiesel.com.br/news/index_pt.php?noticia=8451&titulo=Usina%20de%20biodiesel%20provoca%20impactos%20em%20Minas%20Gerais&idioma=1&tipo_midia=1>. Acesso em: 15 abr. 2008.

ACSERALD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004. 294p.

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Edições IBAMA, 1998. 273p.

ALMEIDA, M. I. S. O papel do Estado na reorganização do espaço norte-mineiro: breves considerações. **Caderno Geográfico**, Montes Claros, v. 1, p.9-15, 1999.

ALVES, Rafael. Após 20 anos, álcool vende mais que a gasolina. **Estado de Minas**, Belo Horizonte. 12 abril. 2008. Caderno Economia, p.14

AMARAL FILHO, J. A endogeneização das estratégias de desenvolvimento local e regional. In: IX ENCONTRO ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. **Anais do IX Encontro Anpur**. Rio de Janeiro: Anpur, 2001. p.350-365.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Geografia e a sociedade. In: CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.18-28

ARAUJO, Marcos Antonio Reis e PINTO-COELHO, Ricardo Motta. Utilizando modelo de excelência em gestão pública para explicar por que as unidades de conservação são precariamente geridas no Brasil. Belo Horizonte. In: ARAUJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. p. 203-214.

ARAUJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. 272 p.

ARENDDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: **A condição humana**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 31-90.

ARRUDA, R.S.V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A.C.S. (Org). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2001, v. 1, p. 273-290.

ASSIS, W. F. T. e ZUCARELLI, M. C. **Despoluindo Incertezas**: impactos territoriais da expansão de agrocombustíveis e perspectivas para uma produção sustentável. 1ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2007. v.1. 72 p.

ATA 012006. **Ata Da Reunião Dos Conselhos Consultivos Do Parque Nacional Cavernas Do Peruaçu, Parque Estadual Veredas Do Peruaçu E Área De Proteção Ambiental Cavernas Do Peruaçu** – 01/02/2006, Januária.

ATA 022006. **Ata Da Reunião Dos Conselhos Consultivos Do Parque Nacional Cavernas Do Peruaçu, Parque Estadual Veredas Do Peruaçu E Área De Proteção Ambiental Cavernas Do Peruaçu** – 21/06/2006 – Januária.

ATA 032006. **Ata Da Reunião Dos Conselhos Consultivos Do Parque Nacional Cavernas Do Peruaçu, Parque Estadual Veredas Do Peruaçu E Área De Proteção Ambiental Cavernas Do Peruaçu** – 22/11/2006 – Januária.

AULER, Augusto Sarreiro.; RUBBIOLI, Ezio; BRANDI, Roberto. **As grandes cavernas do Brasil**. Belo Horizonte: Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas 228 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141p

BARROS, Luiza Caldeira de. **Associação entre indicadores de vegetação e parâmetros alométricos para o cerrado brasileiro. Um estudo de caso: Parque Estadual Veredas do Peruaçu**. 2004. 46p. Monografia (conclusão de curso) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte.

BECKER, Bertha K, MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. v. 1. 494 p.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p.01-161; 132-161.

BOURSCHEIT, Aldem. Teoria e prática. **O Eco** [online], Rio de Janeiro, 26 abr. 2008. Disponível em:
<<http://arruda.rits.org.br/oeco/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageCode=67&textCode=27200&date=currentDate&contentType=html>>. Acesso em: 28 abr. 2008.

BRAGA, Tânia. Principais limitações a internalização da dimensão ambiental nas práticas urbanas. In: IX ENCONTRO ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. **Anais do IX Encontro da Anpur**. Rio de Janeiro: Anpur, 2001. p 1322-1333.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. **Programa de aceleração do crescimento 2007-2010, (PAC)** Brasília, 2007, 55p.

BRITO, F de A.; CÂMARA, J. **Democratização e gestão ambiental – em busca do desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 1998. 332p.

BRITO, Maria Cecilia Wey de. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2000. v.1. 230 p.

CAMARGOS, Regina. Muitos olhares sob a mata escura: o delineamento atual de uma Reserva Biológica. In: COSTA, Heloísa Soares de Moura (org.) *et al.* **Novas Periferias Metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmicas e especificidades no Eixo Sul.** 01 ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2005, v. 01. p. 217-236.

CAMPHORA, A.L. **Incertezas na implementação da compensação ambiental: custos sociais e sustentabilidade econômica do SNUC.** In: II SEMINÁRIO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 2006, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/AnaLuciaCamphora.pdf>>. Acesso em: 25 de mai. 2007.

CAMPOS, Maden Barbosa; CAMPOS, T.; MONTE MÓR, R. L. M. A Questão da Demografia Indígena: o caso dos Xakriabá, no Norte de Minas. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006, Caxambu. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Desafios e Oportunidades do Crescimento Zero**, 2006. 16p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996. 150p.

CARNEIRO, Eder J. (2003a) **Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais.** 2003. 449p Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

CARNEIRO, Marina F. B.(2003b) Região Norte de Minas: Caracterização Geográfica e a Organização Espacial - Breves Considerações. **Revista Cerrados**, Editora Unimontes. Montes, v. 1, n. 1, p. 91-106, 2003.

CARVALHO, A. M. Reflexões sobre a auto-sustentabilidade em condições de pobreza. **Revista Cerrados**, Editora Unimontes. Montes Claros, v. 1, n. 1, p. 75-89, 2003.

CARVALHO, Igor. S. H. de (2007a). Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA (CBA), 2007, Guarapari. **Anais do V Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA).** 2007.p.1449-1452.

CARVALHO, José Carlos (2007b). Experiências inovadoras na gestão das Unidades de Conservação em Minas Gerais In: ARAUJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial.** Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. p. 241-246

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** A era da informação: economia, sociedade e cultura 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.

CCA, 2008a. **Extrato da Reunião Ordinária nº 001/2008 da Câmara de Compensação Ambiental** – CCA. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2008. 4p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/ChicoMendes/Editais/extrato_ro_00108.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2008.

CCA, 2008b. **Extrato da Reunião Ordinária nº 002/2008 da Câmara de Compensação Ambiental** – CCA. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2008. 3p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/ChicoMendes/Editais/extrato_ro_00208.pdf>. Acesso em: 22 de abr. 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Um convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. 567p.

CNM (2008b). CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (DF). **Estudos fiscais: Estimativas da participação dos entes da federação no bolo tributário**. Brasília. 2008. 9p. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/conteudo.asp?ild=87694>>. Acesso em: abr. 2008.

CORREA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 15-47.

COSTA, João Batista de Almeida (2005a). Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: O norte de Minas como síntese da nação brasileira. **Revista Verde Grande**, Montes Claros, v. 1, n. 3, p. 8-48, 2005.

_____ (2005b). Cerrados Norte Mineiro: Populações Tradicionais e Identidades Territoriais. In: AIMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **Tantos Cerrados: Múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sócio-cultural**. Goiânia: Vieira, 2005. p. 295-320.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p 19-30.

DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: Carlos, A. F e Oliveira, A. U. de. (Orgs.). **Geografias de São Paulo, Representação e crise da metrópole**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2004. v.1, p.19-58.

DAYRELL, C.A. Os Geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (Org.). **Cerrado e Desenvolvimento Tradição e Atualidade**. 1. ed. Goiânia: Agência Ambiental de Goiás. 2003. p. 89-272.

DAYRELL, C.A.; SANTA ROSA, H. Narrando o enredamento das populações do sertão norte-mineiro e do CAA: uma trajetória de 20 anos. **Revista Verde Grande**, v.1, n.3, p.52-73, 2006.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC e NUPAUB, 2001. v. 1. 161 p.

_____. As populações humanas em áreas naturais protegidas da mata atlântica. In: RAMOS, A. e CAPOBIANCO, J.P. (Orgs.). **Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC)**. São Paulo: Instituto Socioambiental.1996, p. 28-34.

DIEGUES, A.C e ARRUDA, R.S.V (Orgs.). **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil**. 4. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. v. 4. 176 p.

DINIZ, Sibelle Cornélio; MAGALHÃES, Felipe N. C; MONTE MÓR, R. L. M. Economia e Etnodesenvolvimento no Território Indígena Xakriabá, MG. In: XII SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 2006, Diamantina. **Anais do XII Seminário Sobre Economia Mineira**, 2006. 19p.

DRUMMOND, Gláucia Moreira. *Et al Biodiversidade em Minas Gerais: Um Atlas para sua Conservação*. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005. v. 1. 222 p.

DRUMMOND, J. A. L. ; FRANCO, J. L. A. ; NINIS, A. B. . **O estado das áreas protegidas no Brasil - 2005**. 1. ed. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília, 2006. v. 1. 200 p.

DRUMMOND, José Augusto.; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. Brazilian environmental laws and policies, 1934-2002: a critical overview. **Law and Policy**, Buffalo, New York (EUA), v.28, n.1, p. 83-108, 2006.

DRUMMOND, Jose Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niteroi: EDUFF, 1997. 306p

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário de desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000 p. 59-116

FEAM. **A Questão Ambiental em Minas Gerais: Discurso e Política**. Belo Horizonte. Fundação Estadual do Meio Ambiente, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Centro de Estudos Históricos e Culturais – Fundação João Pinheiro.1998. 327p

FIGUEIREDO, Cláudia. Transformação organizacional: a construção de capacidade de gestão em três Parques Nacionais Brasileiros. In: ARAUJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. p. 233-239 .

FUNATURA, 2007. **Relatório de Cumprimento do Objeto Parcial - RCO– Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu - MMA/FNMA – 106/2005**. Fundação Pró-Natureza – FUNATURA. 2007. 74p. Disponível em: <<http://www.funatura.org.br/home/images/stories/Mosaico/RCO%20-%20Mosaico%20Final.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2007.

GEO 4, 2007. **Panorama do Meio Ambiente Global: Meio Ambiente para o Desenvolvimento – GEO 4 (UNEP's Global Environment Outlook: environment for development)**. Disponível em: <<http://www.unep.org/geo/geo4/media/index.asp>> Acesso em: 7 nov. 2007.

GIUNCO, Leo; GOMES, Eduardo; SARMENTO, Ronaldo. **Espeleólogos e IBAMA realizam vistoria no PARNA Peruaçu após tremores de Caraíbas. Relatório**. Januária. 19 de dezembro de 2007. 15 p.

GOMES, MF. **Avaliação de Dados RADARSAT-1 e CBERS-2 para Estimativa da Estrutura do Cerrado: uma abordagem utilizando dados alométricos e históricos**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte. 120p

_____. **Comportamento Espectral Sazonal das Formações vegetais do Vale do Rio Peruaçu (MG) e sua relação com os aspectos ambientais**. 2003. Monografia (conclusão de curso) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 10. ed. Petropolis: Vozes, 2003. 224p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 333 p.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 316 p.

IBAMA. **Roteiro Metodológico de Planejamento. Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica**. Brasília: Edições IBAMA, 2002. 136p.

IBAMA-DIREC. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. **Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu**. CD-Room. Encartes 1 a 4, Anexos e Resumo Executivo, Brasília, 2005.

IEF (2008). Instituto Estadual de Florestas. **Minas ganha seis novos parques em 2007**. Disponível em: < <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/505-minas-ganha-seis-novos-parques-em-2007>>. Acesso em: fev. 2008.

INESC, 2006. **O PLOA 2007: Hora de investir - Questão socioambiental**. Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc. 2006. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas/NT.%20117%20POLITICA%20AMBIENTAL.pdf>, acesso em 4 de abril de 2008.

IRVING, M de A; COZZOLINO, F; FRAGELLI, C; SANCHO, A. Construção de governança democrática: Interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, Marta de Azevedo (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006. p.41-75

ISNARD, Hildebert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982. 257p.

KELECOM, A; BERNARDO, Christianne . Análise crítica da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Lei 9.985/2000. **Mundo & Vida**, Niterói - RJ, v. 5, n. 1, p. 41-52, 2004.

LANDAU, E.C. **Corredores ecológicos como paradigma inovador para a conservação da diversidade biológica: estudo de caso na Mata Atlântica do Sul da Bahia**. 2001. 134p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Biológicas, Belo Horizonte.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Tradução MARTINS, Sérgio. ; ANDRADE, Margarida Maria de. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Título Original: Espacio y política. Paris: Édition Anthropos, 1972. 190p

_____. **La presence et l'absence: contribution a la theorie des représentations**. Paris: Casterman, 1980. 244 p.

_____. **Methodologie des sciences**. Paris: Anthropos, 2002. p.26.

LESSA, Simone Narciso. **PICUS – FUNBIO: Populações Tradicionais do Norte de Minas: transformando o uso sustentável da Biodiversidade em trunfo para o Desenvolvimento Territorial – Parceria com o CAA – Centro de Agricultura Alternativa/UNIMONTES**. 2005. 132p.

LIMA, F.P.N. Recursos hídricos e conflitos sociais. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Rio de Janeiro. **Anais do IX Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v.2, p. 1135 - 1145.

LOUREIRO, Carlos F. B, AZAZIEL, Marcos. Áreas Protegidas e 'Inclusão Social: Problematização do paradigma analítico-linear e seu separatismo na gestão ambiental". In: IRVING, Marta de Azevedo (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006. p.115-129

MACHADO, Ricardo Bomfim *et al.* **Estimativa de perda da área do Cerrado Brasileiro**. Conservação Internacional, Brasília. 2004. 26p. Disponível em: <www.conservation.org.br/arquivos/RelatDesmatamCerrado.pdf>. Acesso em: 29 mar.2007.

MAILLARD, P.,GOMES, M.F. **Relatório Consolidado da AER do Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG**. Departamento de Cartografia/UFMG. 2003. Relatório preliminar referente ao Plano de Manejo FIAT/GEOCLOCK/IBAMA/ GRUPO BAMBUÍ, 2004. 52p

MARCELO JR. Biodiesel: Produtores da cidade da cidade de Januária serão beneficiados. **A Folha de Januária**, Januária, 26 jan. 2008. p.2

MARTINS, José de Souza. Brasil, país de investimentos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 4 maio.2008. Caderno Aliás, A Semana Revista, p.J7.

MASCARENHAS, L. M. A. . A Tutela Constitucional do meio ambiente. **Revista de direitos difusos**, São Paulo, v. 29, p. 117-132, 2005.

MAZZETTO, Carlos E. Silva. Desenvolvimento e Sustentabilidade nos Cerrados: o caso do sertão norte-mineiro. In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (Org.). **Cerrado e Desenvolvimento Tradição e Atualidade**. 1. ed. Goiânia: Agência Ambiental de Goiás. 2003. p. 273-309.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta de Azevedo; GARAY, Irene. Áreas Protegidas no Brasil: Interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, Marta de Azevedo (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.p.15-40.

MELO, Adriana Ferreira de. **O lugar-sertão grafias e rasuras**. 2006. 131p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução à metodologia de pesquisa social. In: **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p 19-36.

MMA 2003. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. RAMBALDI, D.M e OLIVEIRA, D.A.S de (orgs). **Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. Brasília, Distrito Federal, 2003. 508p

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. Etc, espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas**, nº 1(3), vol. 1. P56-70. jun.2007. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_3.pdf> Acesso em abril 2008.

MUNICÍPIOS BUSINESS. Montes Claros - Usina de Biodiesel será inaugurada em 60 dias. **Municípios Business** [online], Ano 3, n.10, 20 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.grupomidia.com/municipiosbusiness/interno.php?nid=355>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

NABUCO, M.R. A (des)institucionalização das políticas regionais no Brasil. In: VI ENCONTRO DA ANPUR, 1995, Brasília. Anais do VI Encontro da Anpur, Brasília: Anpur, 1995. 23p

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social**: Introdução às suas técnicas. 3.ed. São Paulo: Ed Nacional, 1975. 209p.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: UNESP.1998.p.17-26.

OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Maria Diana de (2007a). **(Re)produção do espaço e a prática "política" do movimento ambientalista: um estudo a partir da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA)**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte. 287 p

OLIVEIRA, Carolina Dias de (2007b). **As relações artesanais e o estímulo ao Desenvolvimento Local no Brasil, Gouveia-MG e outras diferentes escalas**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte. 212 p

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. **Política e Políticos Indígenas**: A experiência Xakriabá. 2008. 141p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Brasília. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Dissertacao235.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2008.

PAC / MPF - **Procedimento Administrativo Civil** / Ministério Público Federal - Procedimento Administrativo Civil MPF/PGR – No. 08112.000968/94-41 que trata do Auto de Infração aplicada à FIAT AUTOMÓVEIS S/A no dia 21 de novembro de 1995.

PÁDUA, José Augusto. A insustentabilidade da agricultura brasileira. In: **Encontro Nacional de Agroecologia**, 2002, Rio de Janeiro.

PAIVA, Paulo. Humanidade corre mais riscos, diz ONU. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 15 abril. 2008. Caderno Economia, p.14.

PEDROSA, José Geraldo. (Des)educação ambiental, linguagem e ideologia. In: **28ª Reunião anual da ANPED**, 2005, Caxambu/MG. 28ª ANPED. Caxambu/MG : PUC/RIO, 2000.

PEDROSA, José Geraldo. A natureza do trabalho na dialética materialista. **Boletim Mineiro de Geografia**, Belo Horizonte, ano 8, n. 13, p. 41-66, jan./jun.2005.

PELLIN, A. *et al* Compensação ambiental como fonte de recursos para unidades de conservação: situação atual e aspectos polêmicos. **OLAM**, Rio Claro, v. 7, p. 171-186, 2007.

PEREIRA, D.B (2005a). Paradoxos do Papel do Estado nas Unidades de Conservação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K; e PEREIRA, D.B. (orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.119-142.

_____. (2005b). **Projeto pedagógico dos cursos de graduação em Geografia modalidade licenciatura**. Universidade Federal de Minas Gerais, IGC, Geografia, Belo Horizonte. 2005. p.19-23.

PEREIRA, D.B.; MUNGAI, M, F e RODRIGUES, É.R. Representações dissonantes de uma natureza “conservada”. In: SIMPOSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 1, 2005, Londrina. **Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente**, Londrina: LPUR/DGEO/UEL, 2005. 18p.

_____. A (des)construção dos lugares rurais pela criação da paisagem da APA-PAZ Municipal de Inhotim. In: I ENCONTRO SOBRE PERCEPÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, 2004, Rio Claro. **Anais do I Encontro sobre Percepção e Conservação Ambiental: a Interdisciplinaridade no Estudo da Paisagem**. Rio Claro, 2004. vol. 4, n. 1, p.359-75

PEREIRA, D.B e PENIDO, M. de O. **Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Palestra proferida no I Seminário Nacional de Conflitos Ambientais, em Belo Horizonte, em 04/04/2008.

PESSOA, Fernando; LOPES, Teresa Rita. **Pessoa por conhecer**. Lisboa: Estampa, 1990. 2v

PETRES, A. **Conselhos Municipais de Meio Ambiente: Realidade e estratégias no processo de descentralização da gestão ambiental em Minas Gerais**. 2001. Monografia (conclusão de curso) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro/Governo de Minas Gerais, Monografia, 2001.

PICUS. **Diagnóstico PICUS: Projeto Território Grande Sertão: Sociodiversidade, Biodiversidade e desenvolvimento Social no Norte de Minas**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, 2006. 57p.

PMDI, 2007. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023**. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MG. 55p. Disponível em: <[http://www.planejamento.mg.gov.br/governo/publicacoes/arquivos/Proposta do PMDI 2007-2023.pdf](http://www.planejamento.mg.gov.br/governo/publicacoes/arquivos/Proposta_do_PMDI_2007-2023.pdf)>. Acesso em: abr. 2008.

PNUD, 2008. **Cana pressiona área de proteção no Cerrado**. Brasília, 08 abr. 2008. Disponível em: < http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=2902&lay=mam#>. Acesso em: abr. 2008

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: LUZ, Cláudia e

DAYRELL, Carlos (Org.). **Cerrado e Desenvolvimento Tradição e Atualidade**. 1. ed. Goiânia: Agência Ambiental de Goiás. 2003. p. 19-45.

_____. **Reflexões sobre Geografia e Educação**: notas de um debate. São Paulo: Terra Livre, 1987, p.25.

RATTER, J. A. *et al.* The Brazilian Cerrado Vegetation and Threats to its Biodiversity. **Annals of Botany**, N. 80, 1997, p. 223-230.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. 269p.

RIBEIRO, Ricardo. F. **Cerrado para muitos**: A criação de unidades de conservação de uso sustentável como proposta de solução de conflitos ambientais no Brasil Central. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Palestra proferida no I Seminário Nacional de Conflitos Ambientais, em Belo Horizonte, em 04/04/2008.

_____. **Sertão, lugar desertado - o Cerrado na cultura de Minas Gerais**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 376 p.

_____. (2005a) **Florestas Anãs do Sertão - O Cerrado na História de Minas Gerais**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 480 p.

_____. (2005b) Da “larqueza” ao “cercamento”: um balanço dos programas de desenvolvimento do Cerrado. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K; e PEREIRA, D.B. (orgs). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.p 171-216.

SÁNCHEZ, S. **Cidadania ambiental**: Novos direitos no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2000. 202p.

SANTILLI, Juliana F. R. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005. 301p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 384p

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 1980. 90p

_____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978. 113p

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e fragmentação**. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. 2003. Tese (Livre docência). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

_____. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. de S. **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 71-86.

SENADO FEDERAL. **Orçamento da União**: Regiões, Estados e Municípios. Recursos pagos pela União, em 2007, aos municípios brasileiros. Disponível em:

<http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado>. Acesso em: 17 de abr. 2008.

SHAEFER, Osmar. Desafios da filosofia atual - uma perspectiva fenomenológica. **Veritas**, Porto Alegre, v. 37, n. 146, p. 203-214, junho 1992.

SILVA, Cácio Evangelista da. **Levantamento Sociocultural e Possibilidades de Abordagens Missionárias nos Grupos Indígenas de Minas Gerais**. 2002. 242p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Missiologia, Viçosa.

SIMON, Alba. Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: II ENCONTRO DA ANPPAS, 2004, Indaiatuba. **Anais do II Encontro da ANPPAS**, 2004. 21p

SOJA, Edward W. **Geografias pos-modernas** : a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324p.

SOLANO, Pablo. Cana invade zona biodiversa do cerrado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2008. Caderno Ciência, p.A19.

SOUZA, M. B. G. de. **Guia das tecamebas – Bacia do Rio Peruaçu – Minas Gerais**: subsídio para conservação e monitoramento da Bacia do Rio São Francisco. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008, 159p.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, n.93, 2001. p. 1-9.

THIOLLENT, Michel **Crítica metodológica, investigação social & enquête operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. 270 p.

TONELLA, C. Conselhos Municipais de Políticas Públicas – participação e governança local. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2003, Campinas. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. 33p.

UICN, CPNAP, CMMC. **Directrices para las Categorías de Manejo de Áreas Protegidas**. Gland, 1994, 261p.

UICN *et al.* **DECLARACIÓN DE BARILOCHE**. II Congreso Latinoamericano de Parques Nacionales y otras Áreas Protegidas. SAN CARLOS DE BARILOCHE. 30 de setembro a 6 de outubro de 2007. 13 pag. Disponível em: <<http://www.congresolatinoaparcos2007.org/>>. Acesso em: 14 dez. 2007.

UNB. **Informe Sísmico**: A Terra volta a tremer em Caraíbas-Itacarambi/MG, 19/03/2008. Universidade de Brasília. Observatório Sismológico. Brasília, 20 de março de 2008.

_____. **Relatório Especial**: Estudo da Sismicidade de Caraíbas-Itacarambi/MG. Universidade de Brasília. Observatório Sismológico. Brasília/DF, 20 de dezembro de 2007 .

VAINER, C. B. . População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, George. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p 183-207.

VENTURI, L.A.B. Recurso Natural: A construção de um conceito. **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, 20, p. 09 - 17, 2006.

WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Nacional. 1973. 587p.

WWF, 2008. **Unidades de Conservação: Conservando a Vida, os Bens e os Serviços Ambientais**. World Wildlife Fund - WWF- Brasil e Fundação Florestal e o Instituto Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo. 2008. 23p. Disponível em: <http://assets.wwf.org.br/downloads/cartilha_ucs.pdf>. Acesso em: abr. 2008.

WWF, 2007. **Declaração de Bariloche propõe ações para promover conservação, integração e melhoria na qualidade de vida para os povos latino-americanos**. World Wildlife Fund - WWF- Brasil. 9 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/index.cfm?uNewsID=9560>>. Acesso em: jan. 2008.

YOUNÉS, Talal e GARAY, Irene E.G. As Dimensões Humanas da Biodiversidade: o imperativo das abordagens integrativas. In: GARAY, Irene E.G. e BECKER, Bertha. K. **As Dimensões Humanas da Biodiversidade - O Desafio de Novas Relações Sociedade - Natureza no Século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 57-72.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K; e PEREIRA, D.B. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Sócioambientais. In: **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.11-24.

LEGISLAÇÃO

BRASIL, Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução CONAMA n.371, de 05 de abril de 2006. Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 abr. 2006. Seção 1. p.45.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA n.18, de 06 de junho de 1986. Dispõe sobre a criação do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 jun. 1986. Seção 1, p. 8792-8795.

BRASIL. Decreto Federal n. 4.340, de 22 ago. 2002. Regulamenta artigos da Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 ago. 2002.

BRASIL. Decreto n. 9240, de 21 jun. 2001. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra que menciona, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, data

BRASIL. Decreto n. 99.274, de 06 jun. 1990. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de Abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 07 jun. 1990.

BRASIL. **Instrução Normativa** n.09 de 24 out. 2003.(IBAMA/MMA) - Estabelece critérios e procedimentos administrativos para a regularização fundiária de unidades de conservação federais.

BRASIL. Lei n. 11.516, de 28 ago. 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 ago. 2007. Edição Extra.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 jul. 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 2000.

SÍTIOS DA INTERNET CONSULTADOS

ALMG, 2007. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>> . Acesso em: 24 set . 2007.

ANDARILHO DA LUZ, 2007. Disponível em: <<http://www.andarilhodaluz.com.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2007.

CAA-NM, 2008a. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Disponível em <<http://www.caa.org.br/new/index.htm>> Acesso em: 25 abr. 2008.

CETESB, 2008. Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/default.asp>>. Acesso em 25 abr. 2008.

CI-BRASIL, 2008. Conservação Internacional - Brasil. Disponível em:<<http://www.conservation.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

CNM (2008a). Confederação Nacional de Municípios – CNM. Disponível em: <<http://www.marcha.cnm.org.br/intro.asp>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

CODEVASF, 2007. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/recus/medio-sao-francisco>>. Acesso em: 23 mai. 2007.

EKOS, 2008. Instituto Ekos Brasil. Disponível em: <<http://www.ekosbrasil.org/default.asp>>. Acesso em: 30 mar. 2008.

FNMA, 2005. Fundo Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=1&idConteudo=3830>>. Acesso em: 03 mar. 2007

IBAMA, 2007. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 07 dez. 2007.

ICMBIO, 2008. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2008.

IEF, 2007. Instituto Estadual de Florestas. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/>>. Acesso em: 11 mai. 2007.

ITACARAMBI, 2007. Porta de comunicação entre Itacarambi e o mundo. Disponível em: <<http://www.itacarambi.com/index.php>> . Acesso em: 15 dez. 2007.

IUCN, 2008. Internacional Union for the Conservacion of Nature and Natural Resources. Disponível em: <www.uicn.org> . Acesso: 05 fev. 2008.

MI, 2007. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.dnoocs.gov.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2007.

MMA, 2007. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 7 dez. 2007.

PORTAL DESCUBRAMINAS-SENAC (2007). Disponível em: <http://www.descubraminas.com.br/noticias/det_noticia.asp?id_noticia=1090>. Acesso em: 17 fev. 2007.

SEMAD, 2007. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Disponível em: <http://www.semad.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=395&Itemid=128>. Acesso em: 17 dez. 2007.

SETUR, 2008. Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=155>. Acesso em: 26 abr. 2008.

UNESCO, 2008. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/>>. Acesso em: 26 fev.2008.

WWF, 2008. Fundação World Wildlife. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/index.cfm>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

ENTREVISTAS

Antigo morador do Janelão que decidiu sair da área. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 14 de agosto de 2007.

Antigo morador do Janelão, indenizado pela FIAT. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 17 de julho de 2007.

Artesã do Fabião I. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 14 de agosto de 2007.

Funcionário da Prefeitura de São João das Missões. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de São João das Missões em 18 de julho de 2006.

Gerente do Parque Estadual Veredas do Peruaçu. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 30 de abril de 2007.

Gerente do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 17 de julho de 2006.

Liderança Xakriabá. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de São João das Missões em 18 de julho de 2006.

Morador do Retiro. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 12 de agosto de 2007.

Moradora A do Fabião I. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 12 de agosto de 2007.

Moradora da comunidade do Brejal. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 2 de agosto de 2007.

Pesquisador A. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 18 de julho de 2006.

Presidente da Associação Comunitária do Brejal. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 02 de agosto de 2007.

Presidente da Associação Comunitária do Fabião I. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 13 de agosto de 2007.

Presidente da Associação Comunitária do Fabião II e proprietário de terras no Janelão. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Itacarambi em 13 de agosto de 2007.

Presidente da Associação dos Artesãos de Januária. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 09 de agosto de 2007.

Proprietário de terras no polígono. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 17 de agosto de 2007.

Representante A do IBAMA. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 24 de março de 2007.

Representante B do IBAMA. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 17 de julho de 2006.

Representante da EMATER. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Itacarambi em 19 de julho de 2006.

Representante da Secretaria de Turismo de Itacarambi. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 05 de outubro de 2006.

Representante da Secretaria de Turismo de Januária. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Januária em 06 de outubro de 2006.

Representante do IEF em Belo Horizonte. Dados da entrevista. Pesquisa realizada no Município de Belo Horizonte em 10 de abril de 2007.

Representante do IMA. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Município de Itacarambi em 17 de julho de 2006.

Representante do Núcleo de Unidades de Conservação-NUC do IBAMA em Belo Horizonte. Dados da entrevista. Pesquisa realizada no Município de Belo Horizonte em 27 de fevereiro de 2008.

ANEXOS